

MARIA BEATRIZ BIANCHINI BILAC

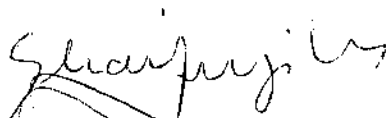
AS ELITES POLÍTICAS DE RIO CLARO: UM
ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DOS SETORES
DIRIGENTES EM UM MUNICÍPIO PAULISTA

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação da
Profª Drª Élide Rugai Bastos

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 13/9/95.

Banca:

Profª Drª Élide Rugai Bastos



Prof. Dr. André M. P. Villa Lobos



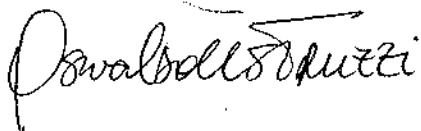
Prof. Dr. Jorge Miglioli



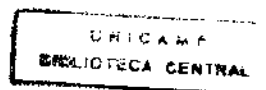
Profª Drª Maria Tereza Miceli Kerbauy



Prof. Dr. Oswaldo Truzzi



Setembro/1995



UNIDADE	73C
M. CHAMADA:	T/ 111/ FCP
	1989
V.	Ex
P. N.º	26671
P. N.º	67796
C	D
P. N.º	R\$ 11,00
DATA	12/96
N.º CPD	

CM-00093012-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Bilac, Maria Beatriz Bianchini

B49e As elites políticas de Rio Claro: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista / Maria Beatriz Bianchini Bilac. -- Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Élide Rugai Bastos.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas.

1. Oligarquia - São Paulo (Estado). 2. Elites políticas - Rio Claro (SP). 3. Coronelismo. I. Bastos, Élide Rugai. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

MARIA BEATRIZ BIANCHINI BILAC

**AS ELITES POLÍTICAS DE RIO CLARO: UM
ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DOS SETORES
DIRIGENTES EM UM MUNICÍPIO PAULISTA**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação da
Prof^a Dr^a Élide Rugai Bastos

Setembro/1995

Em memória de

José Albertino Rodrigues

A meus pais, Arthur e Diva,

já ausentes, sempre amados.

Na realização deste trabalho contei com a colaboração de várias pessoas, às quais sinceramente agradeço. Dentre elas, de uma forma muito especial, quero destacar:

as funcionárias do Arquivo do Município de Rio Claro, sempre prontas, em qualquer momento, a fornecer o material existente nessa Instituição;

as estudantes da UNIMEP, que me prestaram uma inestimável ajuda durante a pesquisa de campo;

os colegas do Núcleo de Documentação da Universidade Federal de São Carlos, pelo convívio durante a pesquisa realizada sobre *Estrutura de Classes e Poder Político Local nas Cidades Médias Paulistas*, sob a coordenação do saudoso prof. José Albertino Rodrigues;

Maria Lígia Oliveira Barbosa, amiga, pelo apoio sempre presente;

Irene Macêdo Jardim e Telma Maria Moreira, pela paciência nos trabalhos de digitação e impressão, e Lúcia Liberalli Sarcinella, pela revisão da linguagem;

a CAPES, o CNPq e FAP/UNIMEP pelo apoio à realização de meus estudos e à elaboração desta tese;

Élide Rugai Bastos, a quem dirijo minha especial admiração e gratidão pela orientação e pela serenidade com que me conduziu nos momentos mais difíceis, desenvolvendo uma relação de colega de trabalho e amizade, muito importante durante o período de realização de uma tese.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar as elites no Brasil, a partir de sua caracterização dentro do processo de desenvolvimento brasileiro e das relações que existem entre esse processo e seus agentes sociais, tendo por base um estudo de caso: as elites políticas de uma cidade média do interior paulista - Rio Claro - no período que compreende a transição do Império à República até o golpe militar de 1964.

ÍNDICE

	pág.
APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - CAFÉ E DOMINAÇÃO	41
A Estrutura da Sociedade Rural Brasileira	41
Café e Indústria: os Agentes Econômicos	57
Agricultor/Industrial: um Mesmo Agente Econômico?	62
Os Princípios da Dominação Social	74
CAPÍTULO II - A CRISE DA OLIGARQUIA	86
A Crise Econômica	87
A Crise Política	105
- Desafios da Integração Nacional	105
Os Grupos Oligárquicos e a Ascensão de Novas Categorias Sociais	121
Os Processos Sociais e Políticos Pós 1930	135
CAPÍTULO III - POLÍTICA LOCAL E CORONELISMO	163
O Café e as Cidades Médias do Interior Paulista	163
Rio Claro: Bases Econômicas e Caracterização Política	174
- Economia Local: Características dos Processos de Industrialização e Urbanização em Rio Claro	174
Rio Claro: O Quadro Político	193
- Rio Claro na Passagem do Império à República	193
- Rio Claro e a República	216

- A Importância dos Novos Setores Sociais e Urbanos no Processo Político	235
CAPÍTULO IV - A REPRODUÇÃO DA EXCLUSÃO	254
O Processo de Ascensão das Novas Categorias Sociais	254
A Constituição de um Mercado de Postos Políticos Pós1930	269
Os Padrões de Ocupação do Executivo e Legislativo	286
Origem Social e Mobilidade	301
CONSIDERAÇÕES FINAIS	316
BIBLIOGRAFIA	329

LISTA DE TABELAS, QUADROS E ANEXO

TABELAS

	pág.
Tabela 1 - Preço do Café: 1928-1946	91
Tabela 2 - Salários Nominais Médios nas Fazendas de Café em São Paulo: 1929 e 1931	98
Tabela 3 - Alistamento Geral de Eleitores da Primeira Secção do Município de São João de Rio Claro (07/05/95 a 20/05/98)	249
Tabela 4 - Origem dos Prefeitos das Cidades Médias do Interior Paulista (1930-1964)	256
Tabela 5 - Origem dos Vereadores das Cidades Médias do Interior Paulista (1930-1964)	256
Tabela 6 - Origem dos Prefeitos e Vereadores (1900-1930)	261
Tabela 7 - Pertinência a Associações - Prefeitos e Vereadores - Rio Claro (1930-1945)	280
Tabela 8 - Estrutura Ocupacional do Executivo e Legislativo - Rio Claro (1900-1964)	287
Tabela 9 - Composição Profissional do Executivo e Legislativo Segundo o Primeiro Mandato - Rio Claro (1900 -1930)	288
Tabela 10 - Origem dos Prefeitos e Vereadores - Rio Claro (1900-1930)	289
Tabela 11 - Origem dos Prefeitos e Vereadores - Rio Claro (1945 -1964)	289

Tabela 12 - Composição Profissional do Executivo e Legislativo Segundo o Primeiro Mandato - Rio Claro (1930-1945)	291
Tabela 13 - Naturalidade dos Prefeitos e Vereadores - Rio Claro (1945 -1964)	293
Tabela 14 - Número de Participação Político-Associativa: Prefeitos e Vereadores - Rio Claro (1945-1964)	293
Tabela 15 - Composição Profissional do Executivo e Legislativo, Segundo o Primeiro Mandato - Rio Claro (1945-1964)	294
Tabela 16 - Origem Social da Elite Política de Rio Claro: 1900 -1930	304
Tabela 17 - Composição Profissional dos Imigrantes e Brasileiros - Rio Claro: %	306
Tabela 18 - Composição Profissional dos Prefeitos e Vereadores: Rio Claro (1900-1964)	309
Tabela 19 - Escolaridade dos Pais e da Elite Política - Rio Claro: 1900 -1964	310
Tabela 20 - Instrução dos Prefeitos e Vereadores - Rio Claro: 1900 -1930	310
Tabela 21 - Instrução dos Prefeitos e Vereadores - Rio Claro: 1930 - 1945	311
Tabela 22 - Instrução dos Prefeitos e Vereadores - Rio Claro: 1945 - 1964	311
Tabela 23 - Pertinência a Famílias Políticas (1900-1964)	313
Tabela 24 - Carreira Política	314

QUADROS

Quadro 1 - Trabalhadores nacionais entrados no Estado de São Paulo de 1900 a 1950	109
Quadro 2 - Votação para Governador (1892-1927) e Presidente em São Paulo (1892-1930)	126
Quadro 3 - Eleições para Presidência da República (1894 -1930)	127
Quadro 4 - Registro de Eleitores em São Paulo	128
Quadro 5 - Nacionalidade dos Proprietários Rurais - Rio Claro: 1905.....	183
Quadro 6 - A República e o Predomínio de Novas Famílias - Araraquara	258
ANEXO	341

APRESENTAÇÃO

Em termos genéricos, este trabalho é uma tentativa de compreensão da temática das elites no Brasil, a partir de sua caracterização dentro do processo de desenvolvimento brasileiro e dos vínculos que se estabelecem entre a dinâmica desse processo e seus agentes sociais.

O objetivo específico é analisar, no conjunto das elites, um setor específico, ou seja, as elites políticas, a partir da composição e recomposição desse grupo em uma cidade média do interior paulista - Rio Claro, cidade que reflete, em grande parte, a dinâmica social, política e econômica do complexo cafeeiro paulista ¹ - na tentativa de lançar contribuições para o debate sobre o tema. O nosso objeto de investigação é o grupo de Prefeitos e Vereadores de Rio Claro, no período que compreende a transição do Império à República até o golpe militar de 1964.

¹ O município de Rio Claro foi, durante todo um século, um dos centros de produção de café em São Paulo. Como observa DEAN (1977:15), o município foi *"teatro de transições importantes: do regime colonial para o de sesmarias, do Império para a República (sua sede foi uma das primeiras a criar um diretório do Partido Republicano) e da escravatura para o trabalho livre. Seus fazendeiros encontravam-se entre os de maior influência política provincial e mesmo nacional"*.

O interesse em desenvolver uma pesquisa sobre as elites políticas no Brasil orientou-se, entre outros fatores, pela falta de suficiente conhecimento sobre esses grupos em nossa sociedade.

Nesse sentido, em primeiro lugar, a escassez de trabalhos empíricos sobre a composição social das diferentes categorias sociais no Brasil, especialmente sobre as elites, coloca como tarefa urgente das Ciências Sociais a sua investigação. É notável que, nas últimas décadas, os cientistas sociais tenham dado uma grande atenção aos estudos da classe operária e à nova classe média no Brasil, e pouco se debruçaram em especial sobre as elites e os grupos dirigentes. A ausência desses estudos torna-se digna de nota porque há várias razões pelas quais esses setores sociais - e as mudanças que podem ter ocorrido e estão acontecendo em nossa sociedade - são de particular interesse para a Sociologia. A ênfase dada a um só lado do fenômeno - a classe dominada - pode prejudicar a análise da questão do poder.

BOTTOMORE aponta para a necessidade de se estudar as elites, pois entre os fatos mais importantes a se considerar na distinção entre os diferentes tipos de sociedade e na consideração das causas das transformações que ocorrem na estrutura social estão

"o tamanho das elites, seu contingente, como elas se relacionam entre si e com os grupos detentores de poder político, o seu caráter aberto ou fechado, ou seja, a forma de recrutamento de seus membros e o conseqüente processo de mobilidade social" (1965:15).

Segundo, os estudos sobre as origens sociais das elites são insuficientes quando pensamos sobre esta problemática em análises de longo

alcance. Na realidade, o que existe, no geral, são pesquisas sobre as famílias mais representativas da economia cafeeira - a oligarquia - ou sobre imigrantes que se destacaram no cenário econômico e político brasileiro. É preciso ressaltar também que, mesmo nessa linha de investigação, há uma ausência ainda significativa de estudos empíricos.² Neste sentido, nosso trabalho procura responder algumas indagações sobre o tema e contribuir para o conhecimento da realidade paulista e, mais especificamente, do *Oeste Paulista*.³

Finalmente, cabe destacar a necessidade de compreender, em relação ao conjunto da elite, sua função central na dinâmica do desenvolvimento da sociedade brasileira.

No sentido de contribuir para o tema, a essência do projeto que ora apresentamos consiste na investigação da composição e recomposição das elites em Rio Claro, no período marcado por transformações na estrutura social que acarretaram um novo perfil de estratificação social e de relações de poder no país.

Em suas grandes linhas, os pontos norteadores deste estudo procuram verificar:

- as transformações ocorridas a nível da estrutura e do desenvolvimento político no Brasil, durante o período;

² Há que se destacar, dentro desse quadro de ausência de estudos, o interesse de autores que se dedicam ao tema, como David FLEISCHER (1971), Nilda PITA e J. ARRUDA (1966), J. BARBOSA (1963), M. LEOPOLDI (1973), Moema SIQUEIRA (1970) e uma série de trabalhos publicados na década de 1970 pela Revista de Ciência Política. Joseph LOVE é um brasilianista que pesquisa sobre a questão (1968, 1982).

³ São Paulo foi o maior estado produtor de café, num período em que o Brasil tinha como principal fonte de economia a agricultura cafeeira e o país dominava o mercado cafeeiro mundial. O *Oeste - Região de Campinas - "foi a primeira região a ser formada pelas ferrovias: a Paulista, a Sorocabana (inclusive a Ituana) e a Bragantina"* (LOVE, 1982:45).

- as transformações estruturais da sociedade brasileira e os vínculos que se estabelecem entre essa dinâmica e seus agentes sociais;
- como e em que medida se rompe o sistema tradicional de dominação e como se caracteriza o novo sistema;
- como se estruturam os novos espaços de participação dos atores e grupos sociais, ou seja, como se organizam e/ou reorganizam os antigos atores políticos e como entram em cena os novos atores.

O que se quer saber é se as transformações ocorridas fundamentalmente após 1930 (o impacto da urbanização e da industrialização que se seguiram à decadência das economias de exportação) foram suficientes para suplantar os padrões oligárquicos de poder. Mais ainda, quais os novos espaços de participação para os grupos emergentes? Como são ocupados? Quais as vias de ascensão e descenso dos agentes sociais?

Como os objetivos específicos deste trabalho giram em torno da composição social das elites políticas de Rio Claro, é fundamental explicitar o entendimento do termo *elites políticas* por nós utilizado: "elites políticas são aquelas que ocupam os altos cargos no Estado, ou seja, os representantes politicamente eleitos e os altos funcionários civis" (HEWITT,1974:45).

O conceito de *elites políticas* faz parte de um quadro de interpretação mais amplo, qual seja, o da teoria das elites.

Para a discussão sobre a *teoria das elites*, um ponto de partida pode ser Klaus VON BEYME (1972:134):

"Elite é um conceito sociológico que designa os detentores de posições de liderança (dentro de grupos, organizações ou sistemas políticos). Uma característica das elites é o reconhecimento de seu papel enquanto governantes e governados".

A divisão entre governantes e governados é uma asserção constante na teoria das elites. Esta teoria, ao considerar, também, o fato de que o poder político é social e estrategicamente o mais importante, torna como essência da teoria das elites o estudo das elites políticas.

BOTTOMORE usa o termo elite como "grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem status elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade". Este autor destaca o conceito de *classe política* como a minoria que dirige uma sociedade, e não a considera um grupo funcional: "todos os grupos que exercem poder ou influência política e estão diretamente empenhados em disputas pela liderança política" (1965:15).

No seio da classe política distingue-se um grupo menor, a *elite política*, o grupo que efetivamente exerce o poder político numa sociedade e em determinada época. A elite política inclui os membros do governo, da alta administração, os chefes militares e, algumas vezes, famílias politicamente influentes de uma aristocracia ou casa real e os altos dirigentes de empreendimentos econômicos poderosos. Se por um lado é relativamente fácil estabelecer a extensão da elite política, por outro é mais difícil dar os contornos da classe política. Esta

"incluirá evidentemente a elite política, mas poderá também abranger 'contra-elites', compreendendo os chefes de partidos políticos que estão fora do governo e representantes de novos interesses sociais ou classes (e.g, líderes sindicais), bem como grupos de homens ou negócios e intelectuais ativos

politicamente. A classe política, portanto, compõe-se de muitos grupos que podem estar empenhados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si" (BOTTOMORE, 1965:16).⁴

Como observa HEWITT , para entender as relações entre o Estado e os vários grupos sociais, ou seja, o poder nacional, deve-se procurar definir as relações entre três tipos de grupos: as elites políticas, as elites sociais e as não-elites.

"O termo elite é usado para descrever aqueles que ocupam as posições de liderança em organizações ou instituições. Elites políticas são aquelas que ocupam tais posições no Estado, ou seja, representantes politicamente eleitos e os altos funcionários civis. Elites sociais são aquelas que controlam as organizações não-políticas que incluem tanto interesses setoriais como 'negócios', 'trabalho', 'as profissões' ou representam atitudes e opiniões. As não-elites são compostas pelos subordinados e pelos membros de todos os escalões nas organizações como também pelos públicos não organizados" (1974:45).

Para os fins deste trabalho, entendemos *elites políticas* no sentido de Hewitt e elegemos como objeto de estudo o grupo constituído pelos Prefeitos e Vereadores de Rio Claro no período em tela.

⁴ Para diferentes interpretações sobre *grupos de elite* consultar, entre outros GIDDENS (1974, especialmente páginas 3 e segs.).

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para a análise dos problemas levantados neste trabalho, desenvolvemos diversas etapas de pesquisa, relativas tanto à elaboração teórica como ao trabalho de campo.

Desta forma, foram realizados tanto uma revisão bibliográfica relativa aos processos de industrialização, urbanização e desenvolvimento político do Brasil e da região de estudo - o *Oeste Paulista* - como o estudo do material relativo à história da cidade e região no sentido de se compreender a dinâmica daqueles processos em níveis nacional, regional e local.

O nosso universo de pesquisa compõe-se do grupo de Prefeitos e Vereadores de Rio Claro, eleitos ou nomeados entre 1900 e 1964, num total de 98 indivíduos (28 Prefeitos e 70 Vereadores). Embora o estudo abranja o período da transição do Império à República, os dados empíricos sobre os atores políticos referem-se aos anos acima delimitados, pela dificuldade de informações relativamente satisfatórias sobre os ocupantes dos cargos políticos no século XIX. Procuramos suprir essas dificuldades apresentando o perfil dos principais líderes políticos do município, através de dados fornecidos pela literatura.

O grupo de Prefeitos refere-se àqueles que exerceram um mandato ou mais. Na medida em que até 1937 alguns indivíduos ocuparam os cargos apenas por alguns dias (no caso dos Interventores), um período de doze meses de permanência no posto foi estabelecido para a inclusão no quadro. Nos casos em que este período tenha sido inferior no primeiro mandato, a

inclusão se justificou pelo fato de os indivíduos terem ocupado mandato(s) posterior(es), seja como Prefeito ou Vereador.

Em relação aos Vereadores, consideramos como parte do grupo aqueles com dois mandatos ou mais, por entendermos que uma única passagem pela Câmara Municipal não justifica a inclusão de um indivíduo no seio da elite política, a não ser nos casos em que um só mandato tenha sido parte de uma carreira política anterior ou posterior, ou seja, elementos que tenham, por exemplo, sido Deputados ou Senadores. Os Vereadores eleitos em 1963 foram incluídos no quadro no caso de terem sido reeleitos na eleição imediatamente posterior.

Observamos, também, o fato de que, se um membro exerceu o mesmo cargo mais de uma vez, este foi contado para cada exercício separadamente.

Para a caracterização desse grupo, foram levantados dados que permitissem demonstrar não só a composição mas também o caminho percorrido pelas elites e os principais canais de ascensão social e recrutamento.

A pesquisa empírica norteou-se, assim, pelo levantamento de dados que permitissem compor:

- o caráter das elites (local, regional, nacional), ou seja, a extensão e as relações da elite local com o poder regional ou nacional;
- os caminhos para o exercício da hegemonia política;

- as formas e os canais de recrutamento e de ascensão social das elites locais;

- as relações sociais intervenientes na composição desse grupo (apadrinhamento, relações familiares).

A coleta de dados girou em torno dos seguintes pontos:

- idade e naturalidade (composição etária e geográfica);
- instrução e profissão (à época da entrada no primeiro mandato);
- origem familiar (naturalidade, escolaridade e profissão do pai);
- pertinência a famílias políticas (no mínimo, um parente próximo, consanguíneo ou por relações de parentesco que já houvesse ocupado um cargo político);
- propriedades;
- participação político-associativa (funções de liderança fora dos cargos políticos ocupados).

Para a realização do trabalho de campo, procedemos inicialmente à identificação das fontes de informação primária e secundária para a coleta dos dados. Para uma exploração da história política local, foram realizadas também entrevistas formais com personagens da cidade, selecionadas seja pelo seu conhecimento sobre a história local como pela sua participação política no município.

Essa etapa voltou-se para os seguintes objetivos:

- revisão bibliográfica relativa aos processos de industrialização, urbanização e desenvolvimento político do Brasil e da região de estudo (o denominado *Oeste Paulista*);

- revisão do material relativo à história da cidade e região: dissertações de mestrado, teses de doutoramento, revistas especializadas, álbuns, almanaques etc;

- coleta de material relativo ao desenvolvimento histórico da cidade e região e identificação de fontes de informação, entrevistas, jornais ;

- levantamento das personagens "célebres" e "notáveis" e das ocupações-chave nas instituições e agremiações da cidade e dos quadros do aparelho administrativo, político, judiciário, militar, sindicatos, sistema escolar, igreja, organismos de difusão etc;

- relação dos Prefeitos e Vereadores com mandatos (eleitos e nomeados) a partir de 1900 e dados pessoais, através de publicações locais, jornais, familiares e conhecidos;

- levantamento de dados eleitorais junto ao Tribunal Regional Eleitoral, referentes às eleições pós-45, abrangendo as eleições para Prefeitos e Vereadores e dos Deputados Federais e Estaduais que trabalharam junto ao eleitorado local;

- identificação das instituições que desempenham papel relevante na vida política e social da cidade e que dispõem de informações relevantes sobre sua história, fundadores, membros dos conselhos e das diretorias, bem como personalidades ligadas à vida pública da cidade e região.

Dentre as instituições relevantes, não foi possível pesquisar o Lions Clube e o Rotary Clube de Rio Claro, pois as atas não foram localizadas, nem em suas sedes, nem com pessoas a elas ligadas, como antigos ou atuais secretários. A Maçonaria também não foi incluída, apesar de ser um canal bastante significativo na vida política, pois o acesso a seus arquivos é bastante difícil. Os elementos pertencentes a ela, procurados, mesmo que informalmente, não se dispuseram a nos fornecer entrevistas ou informações.

A composição dos diretórios dos partidos políticos está bastante prejudicada pois a maioria desses dados está perdida. As atas dos partidos, mesmo quando existentes, estão incompletas em termos de série.

Estas dificuldades de acesso aos dados limitam, de certa maneira, a compreensão de alguns aspectos sobre a composição e recrutamento das elites políticas, na medida em que a pertinência a essas associações locais é bastante relevante para o processo de ascensão aos cargos políticos. De qualquer maneira, essas são limitações com as quais os pesquisadores sobre a nossa história e memória esbarram, pois é sobejamente conhecido o descaso que existe, no Brasil, sobre a documentação, tanto a passada como a presente.⁵

O capítulo I dedica-se à análise das estruturas de dominação no Brasil, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o Estado Oligárquico,a

⁵ Como aponta WITTER (1990:96), *"o problema da produção e da guarda dos documentos vem se constituindo como um desafio para o mundo todo (...), em especial para países como o Brasil". Entre as dificuldades, contram-se fatores como os de caráter mais propriamente técnico, como a falta de armazenamento adequado, de instituições responsáveis pela conservação e arquivamento, da ausência de uma política de arquivos. Além destes, encontram-se os fatores de natureza outra, como a política. Em outros termos, há que se levar em conta, entre outros, os períodos de repressão, durante os quais as fontes documentais são postas fora de circulação ou questões como "a quem interessa guardar ou não guardar".*

oligarquia do café e, especificamente, a oligarquia paulista, o complexo cafeeiro, destacando-se o papel dos diferentes grupos na industrialização, as transformações sócio-econômicas decorrentes da industrialização e as mudanças no perfil de estratificação social. Procuramos mostrar o papel que as elites rurais desempenharam no processo de desenvolvimento brasileiro e no arranjo das forças sociais que delinearão o regime político e econômico ao longo da Primeira República.

O capítulo II volta-se, inicialmente, à análise do período iniciado em 1930, e centra-se na emergência das novas bases econômicas e políticas após a crise de 1929 e a Revolução de 30 para, em seguida, focalizar os processos sociais e políticos pós 30 e a fase que se inicia em 1945, com a democratização do país que é, finalmente, interrompida pelo golpe de 1964, marcado pela ditadura militar.

A essência deste capítulo é a discussão sobre as relações verificadas entre as transformações econômicas e a dinâmica social, no sentido de compreender como essas relações se traduzem no processo de estratificação social e na estrutura de poder no Brasil, particularmente no âmbito do poder político local pós 1930.

O capítulo III apresenta uma análise da história econômica e política do município de Rio Claro. O objetivo é verificar em que medida as transformações ocorridas no sistema político local estão relacionadas com as mudanças econômicas, quer seja no âmbito local como no nacional, e com as alterações políticas no Brasil, no período em questão. Esses elementos serão ressaltados a partir do desenvolvimento econômico do município e por referências a fatores históricos que delinearão essa dinâmica. Centraremos a

discussão em torno das especificidades do processo econômico que levaram a reajustamentos no quadro da estratificação social e do processo político locais.

Entendemos, nesse sentido, que a análise dos indicadores sócio-econômicos é importante para os estudos de poder local, na medida em que podem fornecer subsídios para a compreensão das transformações na política tradicional, seja no que diz respeito ao comportamento propriamente político-partidário e do recrutamento das elites, como também nos estudos sobre a decisão das políticas públicas.

O capítulo IV centra-se na análise da trajetória das elites políticas de Rio Claro, focalizando a constituição desse grupo e os padrões de manutenção e/ou transformação no período, tendo em vista as relações existentes entre estes padrões e as mudanças em curso na sociedade brasileira. Como explicitado anteriormente, a análise recai sobre algumas variáveis que consideramos explicativas do processo de constituição e ascensão das elites políticas, levando em conta a dinâmica mais geral da sociedade brasileira. Assim, procuramos explorar as questões relativas às transformações estruturais a nível nacional, visando entender como o sistema tradicional de dominação alterou-se ao longo do tempo e quais as formas pelas quais se revestem a continuidade e/ou as transformações nos grupos das elites políticas.

INTRODUÇÃO

Uma das marcas da história do Brasil é a significativa repetição dos eixos fundamentais da política desde a Independência, repetição esta que leva boa parte da literatura à caracterização de um imobilismo, quando não, da imutabilidade da nossa realidade social, cultural e política.

Segundo LAMOUNIER, a constatação desses elementos de continuidade propicia a elaboração de uma concepção ideológica da natureza humana brasileira:

"O desenvolvimento dessa concepção ideológica pode ser visto como uma resposta adaptativa ao potencial de conflito inerente à sociedade, especialmente a partir da Independência, quando o poder estatal centralizado parecia insuficiente em confronto com a tendência centrífuga e fragmentadora do vasto espaço geográfico, ainda sem comunicações eficientes. A diversidade de fontes que atestam a institucionalização dessas atitudes de compromisso¹ é notável (...). Aquilo que

¹ LAMOUNIER: "O 'compromisso' (...) designa a notável amplitude de situações em que situações alternativas (inclusive a protelação de toda ação) vêm a ser consideradas preferíveis à violência. Esse conceito cultural (...) implica na existência de mecanismos estruturais bastante eficazes - como a cooptação - para o ajustamento do sistema" (1968:7).

em outras circunstâncias poderia ser visto simplesmente como habilidade na construção de alianças, ou habilidade política *tout court* torna-se uma concepção do 'brasileiro pacífico', do 'homem cordial', ou de nossa irresistível propensão conciliadora" (1968:8).

Dentro desse quadro, é desnecessário realçar a importância da obra de Sérgio BUARQUE DE HOLANDA na historiografia brasileira e, portanto, não nos deteremos em seus pormenores. Destacaremos as principais idéias contidas em seu livro *Raízes do Brasil*, pelo tema levantado, ou seja, a *questão nacional* e sua singularidade cultural, a saber, as possibilidades e limitações da democracia no país.

As preocupações de BUARQUE DE HOLANDA situam-se dentro de uma matriz teórica voltada a pensar o Brasil pelo Brasil e para o Brasil, à explicação da sociedade brasileira, numa época em que grande parte da intelectualidade da época expressava o anseio de que o país fosse capaz de encontrar seu próprio caminho, respaldado nos autênticos valores nacionais e livre das influências alienígenas.

A década de 1930 coloca, para os estudiosos do período, um desafio de interpretação sobre a complexa passagem de um mundo marcado pelo liberalismo, que começava a dar sinais de crise no início do século, para uma era de autoritarismo, consubstanciado em propostas políticas e em várias experiências concretas. Nesse sentido, o pensamento social brasileiro vê-se face a um debate que encontra suas referências mais significativas, a nível global, na crise do liberalismo e na escalada do socialismo e dos regimes autoritários e, a nível interno, por uma realidade marcada por transformações

significativas, desde o final do século XIX, devidas à Abolição e, no século XX, entre outras, pelas rebeliões dos anos 20 e a Revolução de 30.

Assim, BUARQUE DE HOLANDA, como indica o próprio título de sua obra já citada, busca as origens do Brasil, remontando ao período colonial. A colonização portuguesa é considerada de um ponto de vista crítico. Ela seria responsável, direta ou indiretamente, por muitos dos problemas brasileiros, entre eles, a "falta de cristalização social".

A singularidade do Brasil está marcada em sua origem de civilização transplantada e pela posição peculiar que nossos colonizadores ocupavam no contexto europeu, com um traço característico - o personalismo ibérico. Sem nos aprofundarmos na argumentação do autor, podemos sintetizar algumas linhas de seu pensamento no que diz respeito à herança colonial.

A constituição do Estado tem sua marca no contraponto de um individualismo personalista que não se fundou historicamente no valor da igualdade através de instrumentos de associação. É bastante conhecida a afirmativa de BUARQUE DE HOLANDA: "em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida" (1982:4). A colonização portuguesa no Brasil caminhou no sentido de uma negação de tudo quanto fosse necessário à constituição de uma sociedade organizada. Suas marcas imprimem-se, *in loco*, no modo específico de exploração desenvolvido: a grande propriedade escravocrata. A família patriarcal, apoiada na escravidão, torna-se a estrutura societária central, configurando antes a adesão personalista como seu valor básico que a formação de vínculos de solidariedade voltados a fins gerais e exteriores. Até a Abolição, a partir de quando os fundamentos econômicos e sociais do mundo

rural começam a ser abalados, a autarquia rural, com o personalismo como prática social fundante, foi o "pequeno mundo" que fundamentou a família patriarcal como unidade econômica, social, política e mesmo religiosa. Nas palavras do autor:

"Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mantém-se imune de qualquer restrição ou abalo. Em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimí-lo(...) A entidade privada prevalece sempre, neles, a entidade pública (assim, o domínio rural assume uma predominância na vida colonial e) toda a estrutura de nossa sociedade teve sua base fora dos meios urbanos" (1982: 49-50;41).

A essa contraposição do rural ao urbano, contrapõe-se a política oligárquica à forma democrática. A emergência dos valores democráticos estaria, assim, ligada ao declínio do mundo rural e à progressiva urbanização. Somente com a "derrota" dos fundamentos personalistas sobre os quais ainda se assenta a nossa vida social é que se realizará o nosso processo revolucionário.

"E efetivamente daí por diante(1888) estava melhor preparado o terreno para um novo sistema,² com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos" (1982:127). Uma herança colonial é a situação de dependência das cidades em relação aos domínios agrários. Sem uma burguesia urbana independente, os candidatos às novas funções emergentes são recrutados entre a mesma massa dos antigos senhores rurais.

² Com uma nova sociabilidade engendrada pela racionalização nas relações sociais, calcada no moderno ethos urbano.

A ordem administrativa imperial e, mesmo na República, compor-se-ia, portanto, de elementos estreitamente ligados ao velho sistema senhorial.

O exame das raízes coloniais funda-se no inconformismo do autor que procura a sua superação e é guiado pela necessidade de encontrar saídas para novos percursos: nossa expressão verdadeiramente nacional é algo a se construir, um desafio constante. Assim, retrazar a trajetória da colonização significa reunir os elementos que levarão a compreender os tempos modernos e descobrir que sentido deve tomar a "nossa revolução".³

A emergência dos valores democráticos na sociedade brasileira estaria ligada à decadência do mundo rural e a uma progressiva urbanização.

"A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns iemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo (...) Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política, vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência ou hostilidade" (1982:119).

³ Um marco de especial importância da revolução brasileira, para o autor, é a Abolição da escravidão e o predomínio do trabalho livre. Este foi um momento de transição qualitativamente fundamental: *"A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. Se em um capítulo anterior tentou-se fixar-se a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas. E efetivamente daí por diante estava melhor preparado o terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos"*(1982:127).

Referindo-se aos movimentos de Independência das nações da América Latina, aponta:

"Emancipando-se da tutela das metrópoles européias, cuidaram elas sem adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam então na ordem do dia. As palavras mágicas de liberdade, igualdade e fraternidade sofreram a interpretação do que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância" (1982:134).

Descrevendo o período imperial como um momento de nossa história em que as instituições liberais funcionavam razoavelmente bem, conferindo à nação uma certa harmonia, considera que esta harmonia veio a ser rompida com o advento da República, sendo essa ruptura uma consequência do eclipsamento dos antigos proprietários rurais desde a Abolição. A República, a nível político, vive uma grande contradição:

"O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro" (1982:131).

Ainda a propósito da revolução:

"A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade" (1982:133).

A seu ver, era necessária a superação dos traços caudilhistas de nossa cultura, por ele considerados como a forma negativa da tese liberal,

abandonando os fundamentos aristocráticos e personalistas sobre os quais se apoiava a vida social.

Debruçado sobre a possibilidade da democracia possível nos anos 30, apresenta em seu trabalho uma preocupação permeada pela instância política e pela atuação do Estado, preconizando a incorporação de um novo padrão de convívio social, a necessidade de mudanças estruturais e a superação de um passado arcaico, com a constituição de uma esfera pública.

"Em face de semelhantes condições (as fórmulas encontradas pelo aparelhamento político), nossos reformadores só puderam encontrar até aqui duas saídas, ambas superficiais e enganadoras. As experiências já têm mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade" (1982:133).⁴

Entra em pauta a realização de uma revolução "vertical", sem grandes convulsões, preferencialmente pacífica, deixando de lado os elementos velhos e incapazes de nossa estrutura social e realçando os vigorosos.

"O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico - o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio - mas necessita de aliança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo (...) Com a simples cordialidade (do povo brasileiro) não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de

⁴ O outro remédio encontrado por nossos reformadores, segundo o autor, seria "compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo" (1982:133).

que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar" (1982:131,140).

Diante do prefácio de Antonio CANDIDO ao livro *Raízes do Brasil* pouco fica a ressaltar sobre análise de BUARQUE DE HOLANDA e seu lugar no conjunto do pensamento social brasileiro.

"Num tempo ainda banhado de indistigável saudosismo patriacarlita, sugeria que, do ponto de vista metodológico, o conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente. E, do ponto de vista político, que, sendo o nosso passado um obstáculo, a liquidação das 'raízes' era um imperativo do desenvolvimento histórico (...) Finalmente, deu-nos instrumentos para discutir os problemas da organização sem cair no louvor do autoritarismo (...) que dali a pouco se concretizariam no Estado Novo" (xxi).

Como também coloca CARDOSO (1993), o surgimento da obra de BUARQUE DE HOLANDA - ao lado de outros pensadores, como Gilberto FREYRE e Caio PRADO JÚNIOR,⁵ reflete a efervescência da época e a preocupação com a questão nacional e seus destinos.

Em *Raízes do Brasil*, o autor procura explicar as discontinuidades do processo social brasileiro, apontando para o plano da sociabilidade e dos valores da nossa sociedade, e como esses se colocam como obstáculos para a emergência de uma sociedade democrática e moderna, a ser constituída a partir da superação da herança lusitana de nossas raízes coloniais. Assim, o cerne da questão política reside na composição da sociedade. A dicotomia rural-urbano aparece em sua obra e o emergência do urbano representa a

⁵ FREYRE, com Casa Grande & Senzala (1933); PRADO JR., com Formação do Brasil Contemporâneo (1942).

emergência de um novo *ethos*, como vimos. As condições de superação do ruralismo da sociedade brasileira repousam na transformação das cidades como centros econômicos dinâmicos. O moderno *ethos* urbano, contrapondo-se às raízes personalistas, engendraria as condições para a mudança.

O prognóstico de BUARQUE DE HOLANDA não se concretizou, pois é sabido que a urbanização da sociedade brasileira não representou a derrocada do personalismo no âmbito da política e tampouco assegurou a consolidação democrática.⁶

Outros autores, como AZEVEDO DO AMARAL e OLIVEIRA VIANNA colocam a cultura como obstáculo crucial à democratização. O Estado Patrimonial é outro veio de análise, em autores como Raimundo FAORO. AZEVEDO DO AMARAL, na década de 30, identificava as influências externas sofridas pelo Brasil como um dos maiores problemas da nação, já que estas teriam levado os brasileiros a importar formas políticas liberais, consideradas por ele incompatíveis com a realidade nacional. OLIVEIRA VIANNA, no mesmo sentido, aponta para os traços autoritários da sociedade brasileira, considerando-os como dela constitutivos:

"O engano de nossos reformadores políticos tem sido o desejo de criar aqui - entre nossa rudimentar estrutura sócio-econômica e cultura política - um tipo de democracia inglesa. Isto é absolutamente um ideal, "uma pura utopia" (1949, v.2:184).

O autor denuncia, então, a "futilidade" de qualquer tentativa de democratização no país e defende a necessidade de um sistema autoritário.

⁶ Como veremos no decorrer deste trabalho.

Não é nosso intento discorrer sobre as diferentes visões sobre o processo de formação do Estado nacional. Destacaremos a obra de OLIVEIRA VIANNA como uma das vertentes do pensamento social brasileiro que postulam a necessidade do Estado autoritário, de caráter experimental, para a organização da sociedade brasileira para, em seguida, apresentar uma outra linhas de interpretação que encontra, na história política do Brasil, a presença de elementos persistentes e repetitivos na história brasileira e, de outro, autores que procuram desmistificar esta presença, formulando diferentes perspectivas de análise da realidade social.

Na medida em que enfocamos, neste trabalho, as elites políticas, consideramos ser pertinente apresentar o ponto de vista de OLIVEIRA VIANNA sobre as oligarquias e as elites, no caso brasileiro. Crítico de nossas instituições sócio-políticas tradicionais, formulava ele a necessidade de reformas "modernizantes", por via autoritária. Ao considerar o autoritarismo político e o elitismo oligárquico como "condições" históricas de nossa evolução, escreve, já nos anos 20, que as grandes e pequenas oligarquias não eram, elas mesmas, condenáveis; eram, inclusive, inevitáveis e necessárias, num povo como o nosso (1927:53).

"Pelas condições dentro das quais se processou a nossa formação política, estamos condenados às oligarquias; e, felizmente, as oligarquias existem. Pode parecer paradoxal, mas, numa democracia como a nossa, elas têm sido a nossa salvação. O nosso grande problema, como já disse alhures, não é acabar com as oligarquias: é transformá-las - fazendo-as passarem da sua atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição de oligarquias esclarecidas. Estas oligarquias esclarecidas seriam, então, realmente, a expressão da única forma de democracia possível no Brasil" (1949, v.2:205).

Frente à sociedade que se estruturou nos primórdios do século XIX e à nova etapa aberta com o final da Primeira Guerra Mundial, o autor considera que a "nossa salvação" deveria passar por outros critérios que não os até aquela época dominantes. A tarefa, então, deveria ser realizada a partir de um esforço de "vontade heróica", renovando nossas idéias, refazendo nossa cultura, reeducando nosso caráter (1922, Prefácio:X-XII).

No que se refere à democracia no Brasil, entende que não estávamos preparados para ela, dado que nossa tradição histórica, desde os tempos coloniais, com a organização social baseada no latifúndio, era do tipo "semi-autoritarismo difuso", estando nós, assim, "destinados" ao autoritarismo, sendo esta a "realidade" da qual não nos caberia fugir (1922:326).

"Nós, na verdade, nunca tivemos governo praticamente democrático(...) O nosso povo-massa (...) realmente nunca governou: sempre recebeu de cima, do alto (...) a lei, o regulamento, o código, a ordem administrativa, a cédula eleitora, a chapa partidária" (1949:211).

Isto o leva a considerar que:

"Em relação ao nosso povo, é toda uma nova política que temos de conceber, organizar e sistematizar, tendo em vista a eliminação de qualquer sistema de idéias ou de preconceitos que embaracem esta adaptação do nosso povo às novas condições do meio internacional em que vivemos (...) adaptarmo-nos a este meio; sem sacrifício, está claro, de nossa independência e das peculiaridade da nossa personalidade nacional (...) uma adaptação *ativa*, orientada no sentido da aquisição das qualidades que nos faltam, na luta com os grandes povos concorrentes (...) Este problema se reduz, no fundo, ao problema da reeducação das nossas elites dirigentes" (1952:168-170).

A obra de OLIVEIRA VIANNA revela três preocupações fundamentais: a unidade nacional, a modernização institucional (para ele, sinônimo do corporativismo, especialmente administrativo) e a conciliação das classes sociais. Ele postulava que o Estado Liberal,⁷ na Primeira República, com seu caráter "deformado", impedia a concretização desses objetivos e, portanto, impunha-se o recurso ao autoritarismo como caminho "natural" para nosso futuro. A crítica dirigida ao Liberalismo, em 1930, continha as premissas de sua crítica ao federalismo como praticado na Primeira República.

"Um regime de descentralização sistemática, de fuga à disciplina do centro, de localismo ou provincialismo preponderante, em vez de ser um agente de força e progresso, pode muito bem ser um fator de fraqueza e aniquilamento e, em vez de assegurar a liberdade e a democracia, pode realmente resultar na morte da liberdade e da democracia" (1930:97).

O conceito de Estado Nacional começou a ser elaborado por Oliveira Viana no início dos anos 20. Este conceito estruturava-se a partir de uma posição de força e de hegemonia do Poder Central sobre a nação. Sua base seria um Executivo Federal "forte" e intervencionista. Intervencionista, com o sentido de configurar a Nação que, com as condições necessárias dadas, posteriormente encaminharia-se a uma situação democrática.

Comparando o Poder Central exercido na Europa e no Brasil escreve:

⁷ O Liberalismo, para ele, em nosso país, tornava-se artificial, inautêntico, antinacionalista e alienado. A crítica dirigida ao Liberalismo, em 1930, continha as premissas de sua crítica ao federalismo como praticado na Primeira República: *"Um regime de descentralização sistemática, de fuga à disciplina do centro, de localismo ou provincialismo preponderante, em vez de ser um agente de força e progresso, pode muito bem ser um fator de fraqueza e aniquilamento e, em vez de assegurar a liberdade e a democracia, pode realmente resultar na morte da liberdade e da democracia"* (1930:97). Mais adiante, na mesma obra, aponta o regime político da República Velha como uma "democracia de coronéis". Sua crítica voltava-se às elites liberais, tendo por trás a crítica ao Estado Liberal.

"Por outro lado, o poder central, o grande inimigo das liberdades locais e individuais nos povos europeus, exerce aqui uma função inteiramente oposta. Ao invés de atacá-las, é ele quem defende essas mesmas liberdades contra os caudilhos territoriais que os agridem" (1922:323).

Ainda em relação ao poder central e seu papel na organização da sociedade brasileira, para o autor, este constitui-se num

"problema (...) de estruturação e ossificação da nacionalidade: trata-se de dar ao nosso agregado nacional, massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter (...) Problema, portanto, cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer, pela instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, inconstatável (...) para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: a consolidação da nacionalidade e a organização de sua ordem legal" (1922:354).

O Estado seria, então, o "órgão supremo" destinado a realizar a grande missão nacional, dado que não possuíamos "o sentimento da hierarquia e da autoridade".

Argumentando que, por não se encontrar na "história social do nosso povo" nada que justifique o sentimento de liberdades públicas (1922:391), coloca-se como imperativa a necessidade da primazia do Estado sobre a sociedade. O povo não tem consciência de um objetivo nacional e essa consciência somente será realizada pela ação de um "Estado soberano, incontratável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional" (1922:387).⁸

⁸ IANNI (1981:8) aponta para o fato de que "essa tese ganha e reganha adeptos. Sob a ditadura militar instalada em 1964, foi reavivada. Como núcleo de ideologia da ditadura, da doutrina de 'segurança & desenvolvimento', do lema 'ordem & progresso', ressurgiu a idéia da sociedade 'amorfa' ou 'débil'" (1981:8).

Referindo-se à Primeira República Brasileira, escreve:

"O presente regime não deu satisfação às nossas aspirações democráticas e liberais: nenhuma delas conseguiu ter realidade dentro da organização política vigente. Estamos todos descrentes dela; todos sentimos que precisamos sair dela para outra coisa, para uma nova forma de governo. Esta nova forma de governo, entretanto, ninguém ainda pode dizer ao certo qual deva ser. Não há nenhuma aspiração definitivamente cristalizada na consciência das massas. Nenhum nóculo novo de crença se formou ainda no espírito das nossas elites em torno de um princípio qualquer" (1925:98).

Fala, em *O Idealismo da Constituição*, na nova "missão política" das classes econômicas e sociais. Pouco antes da Revolução de 30, argumentava no sentido da extinção do sistema de partidos políticos e da remodelação das instituições, de um "novo método de governo", uma "nova ordem de coisas". O Estado Moderno seria o Estado Corporativo.

Em *Problemas de Organização e Problemas de Direção* escreve, sobre o Estado Corporativo: "É este o grande milagre do Estado Moderno, que o realiza utilizando a nova técnica - das autarquias corporativas". No seu entender, o corporativismo referia-se, fundamentalmente, ao "método corporativo de administração pública". Em defesa das autarquias e institutos como entes corporativos coloca:

"Os antagonistas crioulos do corporativismo esquecem que estas organizações são formas do mais puro corporativismo moderno. E aí estão as autarquias econômicas e administrativas. E aí estão a Ordem dos Advogados e o Conselho dos Engenheiros. E aí estão os Tribunais do Trabalho. E aí estão as instituições sindicais (...) os Conselhos Técnicos (...) os Institutos do Sal e do Açúcar e do Alcool (...) concilia-se, assim, a autonomia da vida

econômica do povo com a unidade da sua direção, isto é, com a política econômica da nação" (1952:59,65, 59, 95).

Era um fato inevitável que a organização da economia contemporânea se desse sob "bases corporativas", qualquer que fosse o regime político. A implantação do corporativismo teria se dado, no Brasil, com a Revolução de 30. Mesmo após a queda do Estado Novo em 1945, Oliveira Vianna elogia a Constituição de 1937 e o Estado Novo: "Foi sábia a Constituição de 1937 quando optou pelo corporativismo de Estado" (1952:64).⁹

Finalmente, há que se ressaltar que, em essência, OLIVEIRA VIANNA não via qualquer possibilidade de mudança social qualitativa em nosso país a não ser através do Estado e segundo as linhas históricas de nossa sociedade.

A partir de outros elementos, diferentes analistas pressupõem, cada um à sua forma, o caráter imutável das variáveis constitutivas da história política brasileira. Dentre os autores que encontram as origens do autoritarismo brasileiro na estrutura jurídico-política,¹⁰ destacaremos Raimundo FAORO.

FAORO, em *Os Donos do Poder*, procura as origens do sistema político-administrativo brasileiro em Portugal, aí marcado por uma estrutura de dominação de caráter patrimonial onde, abaixo do rei, não se forma uma

⁹ Há que se ressaltar que OLIVEIRA VIANNA viveu uma experiência profissional como técnico do Ministério do Trabalho, sob o governo Vargas.

¹⁰ Entre outros, se destacam também SCHMITTER (1971) e SCHWARTZMAN (1975). O primeiro entende que o sistema corporativo de representação de interesses é responsável pelo aspecto particular do sistema político brasileiro. Para SCHWARTZMAN, existe uma tensão contínua entre formas representativas e de cooptação de participação política que explicaria os traços peculiares desse sistema.

nobreza autônoma, mas antes delegados de sua ordem, súditos e subordinados.

"Na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio - o reino tem um *dominus*, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua" (1991:20).

Decisivo em sua análise é o fato de que a estrutura patrimonial-estamental burocrática configura-se como um padrão de relações políticas de longa duração, perpetuando-se em nossa sociedade até o presente.

"O patrimonialismo não se mede apenas pela extensão. Tem a profundidade coincidente com a história brasileira, nesta incluída sua origem ibérica. Ele vai desde a monarquia patrimonial, que encontra, na dinastia de Avis (séc. XIV) sua vocação marítima, até os planos financeiros das décadas de 80 e 90 deste século. Em todos os momentos, o poder público dispõe da riqueza, da propriedade e dos bens particulares, como se não pertencessem aos particulares, mas a eles estivessem revogavelmente confiados (...) A história, por não ter o país uma sociedade civil viva, estruturada e atuante, desenvolve-se em decorrência dos impulsos ditados pelo poder público.¹¹ Em consequência, em lugar de projetar um desenvolvimento que se expande para o futuro, triturando o passado, superando-o em novas manifestações, a história é recorrente, repetitiva. Não temos um *processo* histórico, mas uma sucessão temporal, com retornos de formas e de tempos que não passam de um recondicionamento de outro tempo. Essa circunstância, se observada, retira a estranheza de, num salto às vezes secular, reencontrar-se o espectador com a reprise de um

¹¹ FAORO dá a ênfase na real dimensão do Estado na política brasileira: "*tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco sobrará: não sobrará sequer a empresa multinacional, tão protegida como a diretamente estatal e a indiretamente favorecida*" (1993:26).

espetáculo já visto e que deveria estar arquivado nos anais dos cronistas"(1993:17).¹²

A separação entre a nação e o Estado reside na centralização e primazia deste último,¹³ que conduz o povo à uma postura de espera.¹⁴ Os sujeitos políticos são o estamento, tendo na outra ponta o povo, à sombra, inerte. Nesse padrão de longa duração, não é importante, na verdade, quem o constitui, mas como esse padrão se constitui, mesmo porque os atores vão sendo substituídos no decorrer da história. O estamento, enquanto teia de relações, não se confunde com a elite. Aquele surge como:

"a camada de penumbra que decide os destinos políticos, designa deputados e distribui empregos públicos. São as influências, os homens que mandam, que se entendem com os executores e dirigentes das decisões do Estado" (1988:16).

As elites, pressupondo uma associação organizatória, são sustentadas pelo estamento e têm seus líderes e chefes por ele fornecidos:

"A nobreza burocrática, vincada pela tradição apurada da secular aristocracia, não se confunde com a *elite*, a *classe política* ou dirigente, a oligarquia destilada pela ação organizatória de um grupo. A elite governamental, dentro da rede social da aristocracia, da qual o estamento tece sua estrutura externa, obedece ao cunho do estilo de vida, das

¹² Conforme observa IANNI, como veremos adiante, os autores que tratam da revolução burguesa brasileira acentuam seu caráter de "revolução de cima", realizada através de arranjos de cúpua, de cima para baixo, e do caráter autoritário do poder estatal, nas diferentes fases de nossa história.

¹³ Numa outra linha explicativa encontram-se DUARTE (1930) e CARVALHO (1979), autores que acentuam a descentralização como princípio da separação entre nação e Estado.

¹⁴ Postura que somente se rompe em momentos de emergência de salvadores políticos e momentos carismáticos.

normas de conduta da nobreza burocrática"
(1981:89).

Num contexto como este, a *conciliação* apresenta-se como um traço permanente na sociedade brasileira, impondo-se para a manutenção do poder. A literatura sobre a nossa história política está de acordo "em que as classes dominantes, ou os blocos de poder, sempre buscaram impor os seus interesses, em geral de forma exclusiva, sobre o conjunto da sociedade. Seja por meio da 'conciliação entre frações das classes dominantes' e lançando mão de medidas aplicadas de cima para baixo', em geral os blocos de poder conseguiram monopolizar largamente o poder estatal. Seja impondo-se pela violência, seja antecipando-se na adoção de medidas paliativas, seja cooptando lideranças e organizações, com frequência as classes e frações de classes dominantes impõem-se aos grupos e classes subordinados, na cidade e no campo"(IANNI,1981:6).

Na interpretação de FAORO,

"a conciliação política, desarmando os antagonismos, regularia e controlaria a mudança social. Mantida a pirâmide - mantida a "ordem", como se dizia - o Império escravocrata adia sua mais urgente reforma social, a do cativo, logo adiante, para modernizar-se" (1992:10).

Por sua vez, a Independência, República e demais movimentos políticos, articulados por cima, refletem uma transação, noção que mais tarde aparecerá na dualidade tradição-modernidade (1992).

A história brasileira apresenta como peculiaridade o fato de a camada dirigente atuar em nome próprio, com o suporte dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelho de Estado. Frente a novas forças

sociais, o estamento domestica-as, tirando-lhes a agressividade transformadora. "As respostas às exigências assumem caráter transacional, de compromisso, até que o eventual antagonismo dilua, perdendo a cor própria e viva, numa mistura de tintas que apaga os tons ardentes" (1991:745).

No século XX,

"contra barreiras econômicas e políticas, muitas vezes escalando os muros sem derrubá-los, uma indústria moderna estava em nascimento. Mais tarde, ela se aliará às classes altas, num consórcio entre o burguês, o fazendeiro e o banqueiro. A essa conjunção de classes altas, conciliando-se a uma realidade patrimonialista e burocrática, somou-se a domesticação das classes subalternas no clientelismo. Essa coligação do alto, com o enfeudamento popular, excluiu os menos abastados, classe média e operários, do papel de árbitro das divergências dos grandes. Desta sorte, a sociedade civil, já sufocada pelo projeto modernizador, perdia toda a função política, e, por essa via, também a função econômica (...) Percorremos, em quase 200 anos de história, modernizações que sepultaram modernizações, planos que substituíram plano, numa obra de Sísifo" (1992:14-15,21).

Ao distinguir entre *modernidade* e *modernização*, coloca: Enquanto a *modernidade* compromete toda a sociedade, amplia o alcance e expressão de todas as classes, revitaliza e remove seus papéis sociais, a *modernização*, "pelo seu toque voluntário, se não voluntarista", é promovida por um grupo condutor, que, ao se privilegiar, faz o mesmo com os setores dominantes. Na *modernização* procura-se moldar, sobre a sociedade, seja pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. Na *modernidade*, as classes dirigentes antes coordenam e organizam um movimento, não o dirigem, conduzem ou promovem, como no caso da *modernização*. Esta, quer sob o

nome de ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução pelo alto, revolução de dentro - é uma só, com muitas "máscaras". A *modernização*, pode-se ainda dizer, ao contrário da modernidade, "cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que a segunda" (1992:8-9).

A modernização, realizada por cima, sem o concurso da sociedade como um todo, não altera a estrutura social, nem os seus valores. As relações estamentais não se alteram qualitativamente, embora o estamento se altere quanto a seus atores. O arcabouço é indestrutível. A modernização exclui o povo do pacto social, recobre a modernidade, colocando o povo sob sua tutela, domesticado através do clientelismo (1992:15). A modernidade é um processo que não se conduz do alto, seu caminho corre junto ao caminho da cidadania (1992:22). Quando a modernização,

"se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente - com muitos nomes e de muitas naturezas - que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes (daí) só resultará uma mudança espasmódica, limitada, incapaz de imantar toda a sociedade. A pauta dupla, que o emoldura, com duas forças dentro de um projeto, não pode se dissolver, porque a isso se opõe a necessidade da elite dissidente de controlar, medir e regular o âmbito da mudança, sempre circunscrita aos valores que não pode alterar. Deste molde as modernizações brasileiras nunca saíram prisioneiras de uma estrutura econômica, intangível à sua ação" (1992:9).

Assim, na realidade, o Brasil, ao invés de buscar a modernidade - o caminho que leva a ela é a cidadania, via que só percorreram os países modernos, e não os modernizadores -, padece de ímpetos de modernização.

As modernizações conduzem a uma crônica de déspotas, de governos, de elites, de castas, de estamentos, não a história que realiza, aperfeiçoa e desenvolve. "A história, assim fossilizada, é um cemitério de projetos, de ilusões e de espectros" (1992:19).

Michel DEBRUN, nos anos 70, em outra perspectiva, tomaria a imagem de conciliação presente na política como um *arquétipo político* na história do Brasil, arquétipo de ação e pensamento, formas que ressurgem periodicamente, tendo certa permanência na história brasileira em razão da

"permanência de uma certa estrutura de autoridade - ao mesmo tempo econômica, social e cultural - que vem de muito longe e que constantemente é recriada, exatamente pelos arquétipos hegemônicos. Estes são ao mesmo tempo, permitidos por aquela estrutura e instrumentos de sua reprodução" (entretanto, não pensa) que os arquétipos¹⁵ possam ser atacados independentemente da estrutura de autoridade que os sustenta e a que servem" (1983:122, 147).

DEBRUN discorda de FAORO, caminhando para uma posição mais *societária*. De um lado, FAORO revela uma percepção de sociedade civil sadia esmagada por um estado e estrutura de poder como uma carapaça rigidamente imposta, sendo a conciliação o instrumento de manutenção de uma férrea estrutura estatal.

¹⁵ DEBRUN trabalha com três arquétipos : conciliação, autoritarismo mobilizador e autoritarismo desmobilizador.

De outro lado, DEBRUN considera que a autonomia do Estado em relação à sociedade civil nunca chegou a ser tão grande. Dominou, antes, na história do Brasil, uma prática, por parte das elites, de outorgar algo ao povo, sem diálogo. "Mesmo quando se pretende mobilizar as bases, as coordenadas de mobilização são definidas de cima" (1983:150). É nessa perspectiva que o autor pretende discutir a *conciliação*.

"A conciliação,¹⁶ no Brasil, nunca foi um arranjo entre iguais, mas o reconhecimento, por parte de um pólo social ou político menor, da primazia de outro pólo, mediante algumas benesses e sobre o pano de fundo constituído pela exclusão da grande massa da população. Em outras palavras, o fosso - econômico, social e político - que, desde as origens, existiu entre grupos dominados, sempre foi utilizado, pelos primeiros, para facilitar a própria reprodução desse fosso, através da cooptação de elementos menos dominantes, ou mesmo tirados das camadas subalternas" (1983:72-73).

Nesse processo, importa alargar a base do poder político, quando não é mais possível restringi-lo à própria elite. Assim, os "arredores" são multiplicados.

Dessa forma, DEBRUN entende que os eixos da política brasileira, desde a Independência, não apresentaram nenhuma mudança fundamental. As forças dominantes, frente à grande variedade das conjunturas, reagiram sempre lançando mão de um número restrito de estratégias políticas, sempre as mesmas.

¹⁶ Neste sentido, o autor discorda de José Honório RODRIGUES, que analisou extensamente o tema no Brasil, entendendo a política de conciliação como conciliação das divergências da minoria dominadora (1965:80).

Nesse sentido, portanto, a história do Brasil aparece como uma incansável e monótona repetição, configurando a imagem de uma realidade, senão estagnada, capaz de auto-reproduzir-se indefinidamente.

O *moto* da conciliação é o fosso existente na nossa estrutura, que permitiu desde sempre a exclusão da grande massa da população e que foi utilizado para a reprodução desse mesmo fosso. A conciliação, dessa forma, não é um acordo entre iguais, mas antes pressupõe o desequilíbrio dos parceiros, não sua simetria. Nas palavras do autor:

"A 'conciliação' não se desenvolveu para evitar brigas incertas ou custosas entre contendores de força comparável. Mas, ao contrário, para formalizar e regular a relação entre atores desiguais, uns já dominantes e outros já dominados. E para permitir que os primeiros explorassem em seu proveito a transformação dos segundos em sócios caudatários (1983:15). A conciliação é parte do controle social¹⁷ (...) A condição fundamental é que o cooptado não esteja em posição de força, à diferença do que ocorre nas situações de compromisso" (1993:136).

Desta forma, a conciliação, antes de constituir uma índole da sociedade brasileira, reflete a aliança elite-povo, o que impossibilita ou torna extremamente difícil a sua transformação e, assim, a permanência de uma certa estrutura de autoridade, com bases no passado, é recriada.¹⁸

No esquema explicativo de Debrun, o que precisa ser analisado é a natureza, a história e as condições da conciliação, sendo assim, para

¹⁷ "O que pode ser feito tanto ao nível micro-político - através das redes de apadrinhamento tão bem analisadas por Maria Isaura P. QUEIROZ - como ao nível macropolítico, quando um setor inteiro se toma sócio caudatário do pacto de poder" (1983:136).

¹⁸ Estrutura de autoridade, entendida pelo autor como um quadro onde existe um hiato muito grande entre dominantes e dominados e, esse hiato, colocando certos dominados sob um extremo rebaixamento (os escravos e suas sequelas, como os agregados e moradores), é um fator possibilitador de utilização ou neutralização de todos os dominados.

interpretar a conciliação, ilusório utilizar estereótipos como a *nossa índole*, o *caráter mineiro*, como querem uns, ou, como pretendem outros, vê-la como um ajuste entre atores com força mais ou menos igual (1983:51).

Fundamental é ter em vista o grande hiato econômico, social, político e cultural que sempre separou os grupos dominantes e os setores subalternos, permitindo que elementos intermediários, situados mais perto da base da pirâmide social, fossem cooptados, numa perspectiva que lhes permitia uma possibilidade de ascensão social, numa ordem cuja tônica era a escravidão. De outro lado, e isso também é válido para as elites dissidentes, dificilmente o eventual inconformismo dessas camadas podia tomar vultos significativos.

Nesse sentido, postulando que a conciliação, por um lado, não se constitui num arranjo entre iguais e, por outros, os dominados não exercem grandes pressões, a cooptação passa a ser um instrumento, para os dominantes, de manutenção da estrutura de autoridade e, para os dominados, um meio importante para evitar a marginalização, mesmo que isso os colocasse em posição caudatária frente aos donos do poder.

Luciano MARTINS(1973) e REIS(1979,1982) são estudiosos da história política brasileira que se propõem a entender as continuidades do sistema político como processo - e não irredutibilidade e repetição infinita de seu arcabouço. Discordando também de interpretações cuja matriz teórica recai sobre o caráter brasileiro, ou na cultura política, REIS considera "que elas não levam em conta o fato de que as persistências culturais têm que ser constantemente recriadas, e que nesse sentido, a continuidade tem que ser explicada, como também a mudança" (1979:13). Assim, o ponto de partida de

sua análise é pensar o *state-building*, partindo do pressuposto de que a grande questão

"é saber que tipo de condição torna possível a consolidação de um Estado forte, de que maneira as novas elites logram estabelecer uma coalizão de poder, e que tipo de conexões existe entre o poder relativo do Estado e o autoritarismo" (1982:345).

Na linha já apontada, a autora indica que é necessário pensar o *state-building* não como algo capaz de reproduzir-se indefinidamente. Ao contrário, afirma, se o *state-building* foi marcado por continuidades, é necessário evidenciar quais os fatores e processos que viabilizaram essas continuidades. Destarte, para se entender adequadamente os elementos de continuidade, há que se ter presente

"a) os interesses sociais concretos, tais como eles se confrontam em situações particulares; b) o processo de *state-building* que, apesar do equívoco frequente, não constitui um evento discreto na história de uma sociedade; e c) a interação dinâmica entre *a* e *b*. Assim, torna-se necessário considerar duas dimensões cruciais: os limites paramétricos constituídos pelos condicionantes estruturais e as escolhas efetivas dos atores políticos em situações histórico-concretas" (1982:334,340).

Tanto Luciano MARTINS como REIS utilizam-se do esquema explicativo oferecido por MOORE, em seu estudo sobre as origens da ditadura e da democracia, que apresenta um certo modelo histórico de transição para a sociedade moderna. MARTINS insere sua análise no quadro de interpretação de MOORE, no sentido de entender a modernização conservadora, interrogando sobre

"as condições históricas e sobre a dinâmica social que permitiram às elites brasileiras tornar compatíveis os mecanismos de conservação e os mecanismos de transformação social, as formas políticas autoritárias e as práticas de mobilização política, um certo grau de mobilidade social e um grau elevado de elitismo, a manutenção das estruturas rígidas de dominação e a mudança econômica acelerada, em resumo, a *ordem e o progresso*" (1973:19).

REIS concorda com MOORE que - a respeito das duas variantes políticas de modernização consolidadas sob o capitalismo a via liberal-burguesa e a conservadora - a primeira foi historicamente esgotada e, nesse sentido, propõe-se a investigar a modalidade de modernização ocorrida no Brasil como *modernização autoritária*.

Modernização conservadora ou modernização autoritária? Deixamos o problema teórico mais específico para uma posterior discussão, que extrapola o intento de nossa pesquisa. As duas orientações teóricas, antes complementares que excludentes, fornecem as bases para a compreensão da dinâmica da construção/reconstrução, continuidade/mudança do sistema político brasileiro. Como claramente demonstra Luciano MARTINS (1973), a modernização conservadora no Brasil consolida um processo de demolição da velha ordem sem reformulação propriamente essencial da estrutura econômico-social anterior e se realiza seja pela substituição das elites, sem que os *newcomers* cheguem a se constituir como *contra-elites*, seja pela justaposição das novas elites às antigas.

O presente estudo insere-se nessa linha de investigação, com o objetivo de pensar a questão do poder local - no sentido estrito da composição e ocupação dos postos políticos no Executivo e Legislativo municipais, a partir de um estudo de caso - no intuito de compreender o processo de state-building no Brasil e, em especial, com a atenção voltada à persistência de elementos não-democráticos e a recorrência da política de conciliação e cooptação na ordem política brasileira.

CAPÍTULO I

CAFÉ E DOMINAÇÃO

A ESTRUTURA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA

A literatura sociológica sobre a América Latina concorda em que os países desta região constituíram-se como produtores de matérias-primas de exportação em uma nova ordem econômica internacional forjada pela Nova Revolução Industrial, e grande parte dos autores entende ter essa condição refletido de maneira peculiar na formação de novas elites e nas relações entre diferentes classes, se comparadas com os países chamados de desenvolvimento inicial, a exemplo da Europa Ocidental e os Estados Unidos.

Afirmando ser a literatura em grande parte indicativa dessa peculiaridade do papel das diferentes classes sociais e, principalmente, das elites, queremos indicar que o debate sobre essa questão não apresenta consenso de interpretação. CARDOSO 1969:8) lembra que tanto marxistas como autores de inspiração liberal, embora partindo de premissas diferentes

procuraram detectar, na América Latina, a mesma dinâmica de relações entre classes e de seus papéis tal como se desenvolveram naqueles países. Em outros termos, procurou-se transpor a teoria sobre uma situação histórica clássica de desenvolvimento capitalista para uma realidade que não se constituía do mesmo modo.

Sem entrarmos na discussão de tal quadro teórico¹, adotaremos a suposição contrária, ou seja, a de que a constituição e a atuação das elites latino-americanas e, no caso específico deste trabalho, as brasileiras, têm uma contribuição distinta daquelas européias e norte-americanas. Melhor dizendo, partiremos do pressuposto de que o processo de desenvolvimento econômico e as mudanças sociais no continente estão inscritas num quadro estrutural marcado pela especificidade de sua condição de produtor de matérias-primas de exportação, a partir da qual se desenvolveram condições peculiares para o papel das elites nacionais.

No caso da Europa Ocidental, embora cada país tivesse apresentado condições específicas, a burguesia, especialmente a industrial, exerceu um papel central no desenvolvimento econômico e na dinâmica política. A Revolução Industrial colocou as condições para que esta burguesia alcançasse uma proeminência a ponto de subordinar, em certa medida, os interesses da antiga elite proprietária de terras.²

¹ Essa questão, por sua complexidade, merece um tratamento à parte e escapa à delimitação de nosso trabalho. Para uma revisão do tema, consultar CARDOSO (1968) e IANNI (1981).

² Como escreve GORENDER (1981: 17): "*Com maior ou menor radicalismo, as revoluções burguesas européias eliminaram os obstáculos acima enumerados (a questão da propriedade das terras, a produção artesanal como privilégio legal das corporações, a circulação das mercadorias sob o controle dos feudos e a condição da nobreza e do clero como estamentos privilegiados) e desobstruíram o caminho ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e à afirmação da burguesia como nova classe dominante*".

As elites latino-americanas, entretanto, tinham seus interesses baseados diretamente na relação de exportação, tornando-as naturais colaboradoras dos interesses mercantis estrangeiros e, no geral, desinteressadas no desenvolvimento de uma indústria local, pois eram beneficiadas pela importação de mercadorias baratas. Pouca base havia para o desenvolvimento de uma burguesia industrial ou de uma classe trabalhadora urbana.

A elite rural desempenhou a função central no processo de desenvolvimento desses países, daí a importância de que se reveste o estudo de seu papel no arranjo das forças sociais que delinearão os regimes políticos e econômicos do período.³

No Brasil, como também na América Latina, o Estado Oligárquico foi a grande marca deste processo e, para entendê-lo, é preciso verificar, entre outras questões, como as elites se constituíram em oligarquia e como o Estado Oligárquico teve sua base na economia agro-exportadora. Para se compreender a sua estrutura de dominação é preciso remontar ao sistema colonial.

A ocupação do solo, como se processou, no país, desde as capitanias e, posteriormente, as sesmarias, deu-se pela conquista e povoação privadas, particularidade que marcou indelevelmente a organização e

³ Dentre os estudos sobre o tema, destacamos os contidos no livro organizado por ARCHETTI, E.; CAMMACK, P. e ROBERTS, B. (1987).

composição da sociedade brasileira.⁴ Entre suas características essenciais, destacaremos as mais expressivas - a grande propriedade, voltada ao mercado externo, e o binômio senhor-escravo. A grande propriedade significou a necessidade de braços para a produção, resolvida no Brasil, por longo tempo, através do trabalho escravo como um dos constituintes da produção. A empresa colonial de produção voltada para atender ao mercado europeu exigia grandes proporções e a exploração do trabalho escravo como sua base.

A colonização portuguesa no Brasil impediu o desenvolvimento de uma produção voltada ao mercado interno e à formação de estratos intermediários que pudessem se colocar entre o binômio escravo-senhor e consolidou um modelo de classe dominante típico, com formas de autoritarismo e dependência próprias.

O sistema de dominação, por sua vez, apoiou-se na grande propriedade de terra, não propiciando o desenvolvimento de uma sociedade marcada pela pequena propriedade. Assim, ao se impor a partir da distribuição de terras como uma concessão de favores, ele engendrou um sistema de lealdades, ao invés de resistências e oposições fortes, ao lado do autoritarismo do proprietário de terra.

No Brasil, a apropriação da terra tomou várias formas. Até 1822 vigiu o regime de sesmarias, através do qual a apropriação legítima da terra constituía-se como uma concessão do poder público àqueles que demonstrassem condições de cultivá-la.

⁴ Sobre a ordem privada no Brasil, ver DUARTE (1939). Como veremos no decorrer do trabalho, se, para Duarte o feudalismo foi a base do espírito antipolítico, privatista, que privilegiou o poder da sociedade e, portanto, sua resistência diante do Estado, para FAORO, ao contrário, o Estado e o estamento são, na verdade, os elementos fortes. Os dois autores mostram o divórcio entre sociedade e Estado no Brasil, partindo, porém, cada um, de premissas diferentes.

Dessa data até 1850 vigoravam a ameaça e o efetivo uso da força nas disputas envolvendo a posse da terra. A partir de 1850, com a denominada Lei de Terras,⁵ regulamentada em 1854, foram estipuladas todas as formas de aquisição de terras até então: sesmaria, posse e compra.⁶ O restante das terras, excetuando-se aquelas sob algum uso público, eram consideradas devolutas.

O artigo 1 da Lei de Terras permitia a aquisição de terras devolutas somente por título de compra. O artigo 14 determinava que o governo imperial seria o vendedor delas e estipulava um preço mínimo, sendo este superior ao das terras particulares. Todavia, a Lei de Terras pouco funcionou durante o período imperial, pelas dificuldades que o extenso território nacional apresentava para sua delimitação e mapeamento.⁷

A partir da Constituição de 1891, o domínio das terras devolutas passou para os governos estaduais e estes estabeleceram leis próprias para cumprir o regulamento da Lei de 1850. Nestes casos, também, as mais variadas disposições estaduais não conseguiram assegurar seus intentos. No que diz respeito ao Oeste Paulista, em verdade, a forma básica de ocupação das terras foi a ocupação ilegal. De qualquer forma, não se verificaram, no país, condições favoráveis para o desenvolvimento de uma economia com participação significativa da pequena propriedade rural. Tanto a grande parte

⁵ Lei n. 601 de 1850

⁶ Sesmarias, forma entendida pela concessão governamental e posse, por ocupação.

⁷ Sobre o assunto, ver, entre outros, SALLUM (1982:16 e seg)

da população brasileira livre como os imigrantes encontraram dificuldades para tomarem-se pequenos proprietários.⁸

SALLUM (1982:89) aponta para o fato de que

"a Lei de Terras de 1850 (...) criava, no plano jurídico, o primeiro requisito para a constituição no Brasil de uma classe de trabalhadores livres: vedava a apropriação livre da terra e fixava preços elevados para a compra de terras devolutas; em outras palavras, separava os trabalhadores diretos, enquanto trabalhadores, do meio de produção mais fundamental para a subsistência independente no Brasil da época, a terra. Em suma, a Lei de Terras, pondo obstáculos à existência autônoma dos não-proprietários, obrigava-os a se colocarem na dependência dos proprietários para conseguir subsistir".

O latifúndio, dessa forma, continuava como o elemento predominante da atividade produtora. Mas o Brasil, apesar de ser um país populoso, deparou-se com problemas de mercado de mão-de-obra no século XIX.⁹ Até 1850, os escravos constituíram-se na força de trabalho básica para a produção monocultora de exportação. A partir dessa época, com a

⁸ Ver STOLKE (1987), DEAN (1973), LOVE (1982), SOUZA MARTINS (1973), SALLUM (1982), GNACCARINI (1980). Outros autores divergem sobre o assunto. Para uma visão mais otimista, consultar HOLLOWAY (1984) e FONT (1985, 1987).

⁹ Conforme assinala SILVA (1976:74, nota de rodapé 39): *"note-se a importância desse fato, visto que muitos economistas procuram explicar os problemas do capitalismo nos países subdesenvolvidos através justamente da abundância dos 'fatores tradicionais', como a terra e a mão-de-obra. Em relação à mão-de-obra... vimos que ela constitui problema bem mais complexo; vimos que a constituição de um mercado de trabalho supõe a transformação do trabalhador em trabalhador assalariado e não simplesmente a existência de trabalhadores ou de mão-de-obra em geral; vimos, em particular, as dificuldades dessa transformação em um país como o Brasil, onde o trabalho era fundamentalmente um trabalho escravo"*.

escravidão sofrendo limitações,¹⁰ pelo menos os produtores do Estado de São Paulo passaram a adotar a utilização do trabalho livre. Como aponta STOLCKE (1987:79):

"a introdução do trabalho livre na agricultura de São Paulo é, na verdade, uma instância da criação de uma força de trabalho livre numa situação de desenvolvimento da agricultura extensiva sob condições de uma potencial escassez de oferta de trabalho".

Os fazendeiros procuraram resolver os problemas dessa escassez através de variadas formas de contrato para o trabalho livre. A parceria, a locação de serviços e o colonato foram suas modalidades mais conhecidas.¹¹ José de Souza MARTINS¹² sintetiza bem a introdução do trabalho livre no país:

"No Brasil, o estabelecimento das novas relações de produção combinou-se com a imigração de trabalhadores europeus, como recurso não só para constituir a força de trabalho necessária à cultura do café, mas também como recurso para pôr no lugar do trabalhador cativo um trabalhador livre cuja herança não fosse a escravidão. Mais de um milhão e seiscentos mil imigrantes vieram para o país no espaço de pouco mais de 30 anos, entre 1881 e 1913, a maioria dos quais para trabalhar como colonos nas fazendas de café. Devido justamente à

¹⁰ Já após a Independência do Brasil, em 1822, a Grã-Bretanha fez o Brasil interditar o tráfico de escravos, estabelecido para 1830. O acordo não foi cumprido. Em 1851, a interdição do tráfico tornou-se efetiva, através da Lei Euzébio de Queiróz. Em 1871, a Lei do Ventre Livre tornava livres os filhos de escravos. Em 1884, outra lei declarava "homem livre" o escravo com mais de 60 anos de idade. A escravidão só foi definitivamente proibida em 1888, com a Lei Áurea.

¹¹ Ver STOLCKE (1987).

¹² O regime de colonato é outro tema de polêmica. Autores como FONT e Souza MARTINS, por exemplo, consideram que esse regime, abrangendo tanto a cultura do café como a de cana-de-açúcar, não pode "ser definido como um regime de trabalho assalariado já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. Isso porque o colonato caracterizou-se pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato da cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comerciáveis pelo próprio trabalhador" (MARTINS, 1979:18-19). Existem, entretanto, interpretações divergentes à de MARTINS. Esta questão, embora importante, não será discutida neste trabalho. Para o assunto, ver, entre outros, STOLCKE (1987 e 1989).

modalidade das relações de produção aí vigentes, no chamado colonato, a imigração constituiu um requisito de importação constante e maciça de trabalhadores em grupos familiares. O colonato, diversamente das relações de produção caracteristicamente capitalistas, criou uma *subpopulação relativa* no campo, que tomou a imigração subvencionada pelo Estado um dos seus ingredientes básicos" (1979:22).

Por essas razões, impôs-se a imigração estrangeira como solução para o problema da mão-de-obra. A grande corrente imigratória foi a européia. Vários fatores contribuíram para isso. Inicialmente, algumas hipóteses foram aventadas, como a imigração chinesa. Mas os poderes públicos e os cafeicultores incentivaram, de forma geral, a vinda dos trabalhadores europeus. A vinda desses trabalhadores e suas famílias não se deveu, exclusivamente, à atração sentida pelos europeus pela oportunidade de uma nova vida. As nações européias, por um lado, passavam por mudanças de profundidade, que provocavam um grande êxodo rural, mas não ofereciam formas de absorver essa população nas atividades urbanas. Por outro, os grupos dominantes e os dirigentes desses países perceberam que a imigração era economicamente rentável, pois os emigrados, ao emitirem remessas para suas famílias, igrejas locais e outras instituições, provocavam um afluxo de divisas. Além disso, a questão política colocava-se como outro fator de imigração, dado que os cidadãos politicamente dissidentes encontraram saída para a perseguição sofrida em seus países, ao mesmo tempo que os governos viam nisso uma forma de solução para esse problema. Como por exemplo, é o caso de elementos expulsos da Europa por sua participação ou identificação com os movimentos anarquistas, anarco-sindicalistas, sindicalistas, carbonários, entre outros, nos finais do século XIX e início do século XX.

As duas últimas décadas do século XIX foram palco, no Brasil, para grandes questões nacionais, das quais estamos destacando as mais importantes: aquelas relativas ao regime de trabalho, que abrangem dois aspectos principais: o fim da escravidão e a introdução do trabalhador livre, maciçamente europeu. No Brasil, a Abolição não tocou na propriedade da terra e, portanto, não chegou a abalar as bases sobre as quais se fundamentava o modo de produção. Como afirma SODRÉ (1976:159),

"o escravismo estava condenado como peça do sistema de produção mas a propriedade fora respeitada, e a sociedade também (...) (ou seja) (...) mantida a propriedade da terra na situação em que estava, a extinção da propriedade do escravo ficava consideravelmente amputada em seus efeitos".

A concentração da propriedade da terra, após a Abolição, gerou uma massa de indivíduos constituída por mulatos, caboclos, mestiços e brancos pobres, juridicamente livres: livres dos meios de produção e também de toda ocupação. No que diz respeito à absorção do escravo, agora livre, pelo mercado de trabalho, é bastante conhecida sua forma perversa e excludente.¹³ A população egressa da escravidão, quando absorvida pelo mercado, o foi de forma fundamentalmente marginal.¹⁴ FERNANDES (1978:13), a esse respeito, escreve:

".as transformações histórico-sociais, que alteraram a estrutura e o funcionamento da sociedade, quase não afetaram a ordenação das relações raciais, herdadas do antigo regime. Ela se perpetuou com suas principais características obsoletas, mantendo o

¹³ Ver FERNANDES (1978).

¹⁴ Como escreve IANNI (1972:49), "*o negro cidadão não é o negro escravo transformado em trabalhador livre. O negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Ele foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente ao lado de outros trabalhadores livres, brancos, nem ainda se modificou substancialmente em seu ser social original. É o escravo que ganhou a liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica*".

negro e o mulato numa situação desalentadora, iníqua e desumana".

A massa dessa população esbarrava contra dificuldades sucessivas às aspirações de classificação social, pelos impedimentos de ganhar ou manter um meio de ganho conspícuo.

Essa mesma concentração, aliada à economia voltada ao mercado externo, também impossibilitou à população no campo qualquer outra alternativa a não ser a economia de subsistência. Ao mesmo tempo, ao dirigir parte dessa população às cidades, o sistema colonial limitou o desenvolvimento de manufaturas e de empregos. Luciano MARTINS (1973) ressalta duas consequências fundamentais decorrentes dessa situação. A primeira delas foi o obstáculo colocado para a formação de uma classe pequeno-proprietária que dispusesse, de direito ou de fato, da terra. Dessa mesma forma, a concentração de terras entravou o processo de formação de estratos médios inseridos na produção como um embrião de proletariado. A economia de subsistência das roças - ou a tropa - é o caminho alternativo, delineando um perfil de população que veio constituir o grosso do tecido social ao lado do proprietário de terras, o qual, mais tarde, se ligará ao coronel, através da mais insidiosa das formas de poder: o favor.

A consolidação do Estado Oligárquico, cujo apogeu se deu na passagem do século, ainda coincidiu com estruturas geradas pela ordem colonial, a qual engendrou sub-sistemas desiguais. A excetuar-se o extremo Sul, as articulações econômicas entre esses sub-sistemas foram frágeis e até inexistentes.

MARTINS, na obra acima citada, prossegue sua análise, afirmando que a estrutura social no campo conservou, no essencial, as características de base herdadas do período colonial, cuja essência, tendo como centro o proprietário de terra, organizava os espaços regionais a partir dos quais se irradiavam os efeitos da dominação oligárquica. A expressão política desse sistema seria o autoritarismo paternalista do coronel.

Na forma colonial-escravista, portanto, a ordenação sócio-econômica repousava suas bases institucionais na propriedade fundiária, com a dupla função de monopolizar a terra para uso agrícola e de recrutar a mão-de-obra livre, além da escrava, para o trabalho das fazendas e minas. Essa ordenação viabilizava-se economicamente através do sistema de plantation, ampliado mais tarde com a exploração do ouro e do diamante. Essa composição resultou em que a propriedade viesse a se confundir com a ordem política. Tal ordem encontrava-se

"regida por um patronato senhorial de fazendeiros e mineradores combinado com um patronato parasitário dedicado à usura, ao comércio de importação de escravos e de exportação de açúcar. A regência da vida pública cabia a representantes burocráticos do poder colonial colocados à frente dos comandos administrativos, militares e eclesiásticos" (RIBEIRO, 1972:73).

A ordenação social caracterizava-se pela existência, no ápice da pirâmide social, de um patronato - com seu poder baseado na propriedade - e um patriciado burocrático na função de mandatário político como agente da metrópole, cujo poder se originava do desempenho de cargos como governantes, altos funcionários, eclesiásticos e comandantes militares. Na base dessa ordenação, encontrava-se a população composta pela escravaria das

fazendas, das minas, das vilas, representando o contingente numericamente maior e mais oprimido. Entre esses dois polos, apareciam os setores intermédios constituídos pelo escasso estrato da população - livre e pobre, em sua maioria mestiça e mulata.

Pode-se afirmar que tal padrão de estratificação social, depois de plasmado no processo de colonização, permaneceu sem alterações notáveis até o final do século XIX, período que começou marcado pelos processos de urbanização e industrialização.

As transformações sócio-econômicas ocorridas a partir dessa época vieram a acarretar sensíveis mudanças no perfil de estratificação tal como esboçado acima, quando se multiplicaram e se aprofundaram os fatores responsáveis por sua mudança. Em linhas gerais, destacam-se como determinantes dessas mudanças os fatores a seguir.

A Abolição que, liberando a mão-de-obra escrava, permitiu em parte sua integração no mercado consumidor, na condição de mão-de-obra assalariada. Entretanto, mister se faz enfatizar o fato de sua integração no proletariado rural e urbano ter se dado de maneira restritiva e marginal. Ao mesmo tempo, a imigração européia intensificava-se.

Entre 1887 e 1897, chegaram 1.300.000 imigrantes, maciçamente italianos, a maioria para São Paulo. Para uma comparação, é interessante apontar que, por volta de 1887, estimadamente 50.000 escravos trabalhavam nas plantações de café na região. De 1884 a 1914, quando do início da Primeira Guerra Mundial, um contingente por volta de 900.000 imigrantes

chegou em São Paulo, a maioria ainda constituindo um mercado de mão-de-obra barata para as plantações de café.

Posteriormente, esses fatores propiciaram a liberação de mão-de-obra e capital que se dirigiram à indústria. Parte dos primeiros empreendedores industriais foi recrutada entre comerciantes e outros provieram dos próprios grupos imigrantes. No caso paulista, foi de imigrantes o segmento mais importante para o crescimento da economia, principalmente no que se refere à manufatura de bens de consumo. Os fazendeiros criavam a demanda, mas pouco faziam para satisfazê-la. A predominância dos imigrantes nessas atividades pode ser explicada pelo fato de terem sido eles que iriam satisfazer a demanda do consumo também dos próprios imigrantes, já que a indústria nacional não se voltava para a fabricação dos artigos solicitados por esse segmento. No início, esses produtos eram importados e, aos poucos, passaram a ser produzidos aqui mesmo, pelos mesmos imigrantes que anteriormente se dedicavam à importação.¹⁵

Deve-se considerar, entretanto, que o aparecimento das fábricas nacionais não se deveu simplesmente à iniciativa singular dos agentes sociais. Sua origem estava ligada, também, à crise do comércio exterior e à diminuição da capacidade de importar do Brasil, ao tempo mesmo que se formava um mercado nacional. Destacou-se, neste caso, a hegemonia da região centro-sul (Rio-São Paulo em especial) que cresceu, então, não mais em função de seu mercado regional, mas sim desse mercado nacional em constituição. Verificou-

¹⁵ Familiarizados com os hábitos de consumo da população estrangeira, esses empresários-imigrantes apresentavam condições de satisfazê-los, mais que os fazendeiros locais e os comerciantes brasileiros. Inicialmente, começaram pela importação de produtos como vinho, bacalhau etc e não tardaram a produzi-los aqui, quando a importação se tornava dispendiosa.

se, pois, uma concentração industrial nessa área, aumentando, desse modo, as disparidades regionais.

Este incipiente processo de industrialização engendrou a formação de um nascente proletariado industrial que se constituiu em motor fundamental da passagem do padrão tradicional para o novo sistema de estratificação social.¹⁶

Iniciou-se um processo de urbanização, com um grande surto de cidades, principalmente no Sul do país, cidades que, sofrendo um processo de secularização da vida, trouxeram, no plano institucional e psicológico, fortes contribuições ao processo de renovação da estrutura social.¹⁷

A economia brasileira, no decorrer da segunda metade do século XIX, apresentou uma prosperidade contínua. O fator predominante dessa prosperidade foi a cafeicultura, que caminhou desde a Baixada Fluminense ao Vale do Paraíba até o Oeste Paulista.

O sistema econômico-social diversificou-se e

"o decênio de 1870 a 1880 será contado como um dos momentos de maior prosperidade nacional... O surto de atividades, observado desde 1850, ganha novo impulso e não se interrompe mais. Os diferentes empreendimentos industriais, comerciais e sobretudo agrícolas continuam a se multiplicar em ritmo crescente; e já se começa a observar a concentração de capitais de certo vulto. Esta

¹⁶ Esse fenômeno é um dos mais significativos para a constituição e organização das novas relações sociais no Brasil. Entretanto, como nosso trabalho tem como objeto de estudo as elites, esta questão não será abordada de modo particular.

¹⁷ Entretanto, há que se notar que essas são explicações parciais dessa dinâmica. Para uma compreensão mais abrangente do problema, consultar, entre outras, as obras de CARDOSO (1969) e FURTADO (1959).

acumulação capitalista provém sobretudo da agricultura" (PRADO JR.,s/d:194).

Segundo dados do autor, nesse período foram fundadas 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e 8 estradas de ferro.

Entretanto, não obstante esses fatores, ainda em fins do século XIX, a estrutura econômico-social apresentava-se segundo os moldes coloniais, tendo como unidade básica o grande domínio agrícola. No tocante às classes, ao lado da oligarquia existiu tradicionalmente uma classe comerciante urbana, na época colonial, constituída por imigrantes portugueses. Com a Independência, parte dessa classe ligou-se aos interesses ingleses, assumindo uma figura cosmopolita. Uma outra parte, principalmente nas regiões novas (por exemplo, as do café), voltou-se para o setor agrícola, como elemento de ligação entre os mercados externos e os setores rurais. Neste último caso

"viria a formar-se uma burguesia que não só controlaria as transações comerciais e financeiras de exportação e importação, como também se vincularia às atividades agrícolas. A essa burguesia coube a iniciativa das primeiras estradas de ferro do café, do fomento à imigração de origem européia e outros similares" (FURTADO,1968:4).¹⁸

Somente nas últimas décadas do século XIX o pequeno comércio começou a penetrar no interior do país. Isto coincidiu com o grande

¹⁸ A importância dessa fração de classe será discutida adiante.

desenvolvimento da economia cafeeira, notadamente a partir dos anos 70, e com a vinda dos imigrantes europeus.¹⁹

Nas cidades, o universo das elites era composto por uma gama de categorias sociais: os negociantes locais, os delegados das casas estrangeiras, setores dos estratos médios que ascenderam socialmente através das profissões liberais, do clero e do jornalismo político, os filhos bacharéis dos fazendeiros e a burocracia. Essas categorias também disputaram e dividiram o acesso à sociedade política. As massas urbanas, fixadas nas cidades mas excluídas daquelas camadas, constituíram-se ainda bem pouco diferenciadas até o final do século.

Esse quadro social teve em seu bojo o processo de desenvolvimento manufatureiro que, mesmo depois de ter suplantado os entraves institucionais anteriores, continuou a ter sua expansão contida.²⁰

Entretanto, mesmo com essas transformações, até 1930 os interesses continuavam ligados à propriedade da terra e ao capital comercial originário da agricultura, que se diversificava em investimentos ligados à infraestrutura necessária para a cafeicultura, onde frequentemente os mesmos indivíduos se confundiam enquanto agentes econômicos, como veremos mais adiante. Os mais importantes cafeicultores, em grande parte dos casos, acumularam funções. Eram, ao mesmo tempo, industriais, comerciantes, banqueiros e exportadores. Esse fato é bastante discutido na literatura sobre o desenvolvimento da economia, acentuando-se que os interesses não estavam

¹⁹ Foi o pequeno comércio que permitiu a uma parcela desses imigrantes seu ingresso, mais tarde, como industriais no processo econômico, como veremos.

²⁰ Foi somente a partir do final do século que a produção de bens de consumo para o mercado interno passou a ter sua importância, principalmente nos setores têxtil e de alimentação.

voltados apenas à agricultura, mas também à infra-estrutura que a suportava. Em outros termos, já antes da República, a viabilidade da economia cafeeira exigiu e dependeu de um setor de infra-estrutura que a sustentasse.

CAFÉ E INDÚSTRIA: OS AGENTES ECONÔMICOS

Para os autores que defendem uma relação positiva entre café e indústria,²¹ a nova fazenda do Oeste Paulista ganhou impulso com o declínio da escravatura. Dois fatores teriam sido fundamentais para esse desenvolvimento: o fazendeiro, que, ao perder sua condição de senhor de escravos, tornou-se um empresário capitalista,²² e o significativo processo de racionalização da empresa econômica ocorrido no período. Nesse processo, todo um sistema de articulações teve que ser criado. Os fazendeiros-capitalistas passaram a investir somas bastante razoáveis em estradas de ferro.²³ E mais, a comercialização do café, com crescente importância para a exportação, tornava-se cada vez mais complexa. Como consequência, estabeleceu-se uma rede de casas comissárias e de bancos (para a exportação e o financiamento respectivamente) - das quais os fazendeiros não estiveram ausentes - destacando-se, entretanto, que antes do final do século a comercialização do café cairia sob o controle estrangeiro.

²¹ Este tipo de argumentação pode ser encontrado, sob várias formas, por exemplo, em STOLCKE (1987,1989), SALLUM (1982) e SILVA (1976). Outros autores, como José de Souza MARTINS (1979) e FONT (1983) apresentam uma visão negadora das relações entre café e indústria.

²² Sobre essa questão, existem divergências de interpretação. GORENDER (1981:33) entende ser um exagero afirmar o caráter capitalista da cafeicultura paulista. SOUZA MARTINS (1979) é outro autor que contesta esse caráter.

²³ Assim, *"a iniciativa econômica capitalista daqueles homens pode ser aquilatada pela capacidade que tiveram de organizar e expandir rapidamente a rede ferroviária do café, possibilitando dessa forma a continuação da marcha para o oeste"*. (CARDOSO,1960:474).

"O fazendeiro de café, nestas condições, tornava-se um empreendedor capitalista. Absenteísta, passou a gerir a propriedade rural através de administradores e capatazes, ocupando-se mais com a aplicação e o rendimento do capital do que com a administração direta do trabalho. Habitante da cidade, possuía a mente mais aberta às inovações tecnológicas e ao espírito de racionalização da empresa do que seus antecessores..." (CARDOSO, 1969:191).

Em outro estudo sobre o tema (1960), este mesmo autor aponta ter surgido, nas fazendas cafeeiras do Oeste Paulista, um novo proprietário que utilizava gerentes e administradores em seus empreendimentos e frequentemente controlava seus custos e lucros. As fazendas, também, como empresas voltadas à exportação, teciam relações com casas comissárias, bancárias e exportadoras, fazendo do fazendeiro, ele próprio, um comerciante.

CARDOSO destaca, porém, que isso não significa afirmar ter sido a industrialização de São Paulo fruto apenas dos fazendeiros de café que, como capitalistas, se voltaram à produção de máquinas para a agricultura ou à produção de bens de consumo em geral. Para ele, não existem dados que permitam avaliar a importância direta dos fazendeiros no início da indústria paulista, sendo que tal importância pode ser ainda menor do que se supõe. Como bem aponta em seus trabalhos, existe uma constatação de que parte dos primeiros empreendedores industriais foi recrutada entre comerciantes e outros provieram dos próprios grupos imigrantes. A carreira de muitos dos grandes industriais paulistas começou nas lides do campo, no pequeno comércio ou nas atividades artesanais a que se dedicou a maior parte da população imigrante.²⁴

²⁴ Esta é outra questão sobre a qual existe polêmica na literatura. Como aponta BRESSER PEREIRA, "há certos momentos em que a visão dominante sobre um determinado problema contraria frontalmente os dados existentes. Este fato ocorreu nos anos 60 e 70, no Brasil, em relação ao problema das origens étnicas dos empresários industriais paulistas. No início dos anos 60 publiquei... pesquisa demonstrando de forma clara que os empresários não haviam se

"No Brasil, por causa do café, importou-se mão-de-obra já na condição de não-proprietária para trabalhar nos campos; mais tarde esta população refluiu para as cidades na mesma condição que chegou ao Novo Mundo: livre de qualquer propriedade" (1969:196).

Adotaremos a tese de SILVA (1976), o estudioso da questão que nos parece abordar de forma mais incisiva a relação positiva entre café e indústria. Ele trata o início da industrialização como decorrência da expansão cafeeira, que teve por base a implantação de novas relações de produção numa época em que o capitalismo começava a se desenvolver no país. Em outros termos, a acumulação de capital proveniente do setor cafeeiro deu margem a que surgissem, no Brasil, as primeiras indústrias, período em que o país passou de uma economia agrário-exportadora para uma economia voltada para o mercado interno, modificando, assim, as relações de produção e instalando o germe do capitalismo no seio da economia.

O ponto central em sua interpretação é o de que, para se compreender a emergência da indústria, há que se afirmar a posição dominante do comércio na economia do período; em particular, ela residiu nas formas específicas da dominação do comércio, resultantes da hegemonia do capital cafeeiro e da subordinação da economia brasileira à economia mundial.

Nas palavras de SILVA, "em seu conjunto, a importância do capital cafeeiro está em ligação direta com a importância de suas funções comerciais" (1976:61). Ele também aponta para o fato de que o capital cafeeiro representou a unidade de duas formas de capital: o comercial e o agrário, sob a dominação do primeiro. Ou seja, o desenvolvimento do capital cafeeiro, a partir

originado em famílias brasileiras ligadas ao café, mas em imigrantes de classe média... Não obstante, no final da década, depois da publicação do ensaio de Caio PRADO JR., A Revolução Brasileira, tornou-se voz corrente entre os intelectuais brasileiros que a origem do empresariado industrial estava na oligarquia cafeeira" (1994:52).

da segunda metade do século XIX levou à divisão deste em duas frações a serem entendidas como uma divisão entre grandes e médios capitais, tendo, entretanto, à sua base, a estrutura do capital cafeeiro.²⁵

É necessário lembrar que o autor ressalta o fato de que o desenvolvimento do capitalismo baseado na expansão cafeeira, ao mesmo tempo que provocou o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria, impôs uma limitação a esse desenvolvimento, graças à dominação da economia cafeeira na acumulação de capital.

Devemos acrescentar também que SILVA não descarta o fato de a indústria ter nascido também como efeito do desequilíbrio externo, por sua vez provocado pela sensível queda na receita de exportação. Entretanto, ele destaca que nem a crise do setor exportador nem o seu apogeu podem explicar suficientemente o nascimento da indústria.

José de Souza MARTINS, em posição contrária, considera que já antes da Abolição da escravatura observava-se uma significativa expansão da atividade comercial e da indústria em pequena escala na província de São Paulo, não se concentrando somente na capital, mas espalhando-se por quase todas as cidades do interior.

"Isto parece sugerir que nessa época a indústria artesanal passou a desenvolver-se mais intensamente nos meios urbanos do que nas fazendas de café, cana e algodão, configurando uma espécie de separação agricultura-indústria" (1979:115).

²⁵ A composição da burguesia brasileira será vista mais adiante.

Este autor acrescenta que, já no início dos anos 90, observou-se em São Paulo um atividade econômica intensa, com várias empresas organizadas com o objetivo de adquirir pequenas fábricas. A industrialização em São Paulo, nos seus primórdios, teria visado a substituir a produção industrial doméstica e, em alguns casos, clandestina, e a produção organizada em pequena escala. Assim, sua tese é no sentido de descaracterizar uma existente relação entre café e indústria. Para ele, já havia indústria antes do café e da economia de exportação. Assim, continua o autor, a hipótese de SILVA, a saber, a de que a indústria brasileira já tenha nascido como grande indústria, é bastante improvável.²⁶

Entretanto, se considerarmos os dados à disposição, a afirmativa acima, pode ser questionada. O trabalho de PERISSINOTTO (1994) fornece evidências para demonstrar que, ao longo da Primeira República, a indústria passou por modificações quantitativas e qualitativas.

"Dentro das transformações quantitativas podemos identificar dois surtos industriais. o primeiro, entre 1880 a 1889(...) (quando houve) um significativo aumento do investimento industrial e um forte desenvolvimento das indústrias tradicionais (...) O segundo surto ocorreu de 1903 a 1913 (mais acentuadamente entre 1906 e 1913)".²⁷

No tocante à diversificação do capital, concordamos com DEAN (1973) e outros autores²⁸ sobre o fato de os fazendeiros terem participado

²⁶ "A indústria de 1907 já era indústria consolidada. Na verdade, os principais grupos econômicos, os que se tornaram grandes depois, surgiram no último quartel do século XIX" (MARTINS, 1979:106). A crítica que MARTINS faz de SILVA apóia-se, entre outros elementos, no fato de que este considera as indústrias a partir de 1907, quando, para aquele, estas indústrias já existiam anteriormente.

²⁷ Para informações mais detalhadas, consultar PERISSINOTTO (1994: 131 e segs.).

²⁸ Como OLIVEIRA(1987) e SILVA(1976).

como industriais, mas em escala menos significativa. O peso maior de sua contribuição esteve em outros setores, como o comércio exportador-importador, atividades financeiras, bancárias, na sua participação nos serviços urbanos, na geração de energia elétrica e nas ferrovias.²⁹

AGRICULTOR/INDUSTRIAL: UM MESMO AGENTE ECONÔMICO?

No período que estamos tratando, a composição da burguesia brasileira apresentava o seguinte perfil: ³⁰ a burguesia agrária era composta pelos empreendedores dedicados aos negócios ligados à agricultura, à infraestrutura e aos serviços e à indústria de bens de capital, particularmente entre 1930 e 1940. A origem da antiga elite agrária estava ligada à propriedade da terra, desde várias gerações. Os novos integrantes da elite rural haviam sido, por um lado, negociadores de mulas, escravos, gado e, por outro, oficiais destacados do exército. Muitas vezes, os novos elementos entravam para essa elite através do casamento. A burguesia comercial era definida pelo grande capital, ligado à camada superior da burguesia cafeeira. A burguesia agrária constituía-se pelo médio capital, proveniente da camada inferior da burguesia cafeeira. Esta burguesia agrária apresentava uma fraqueza devida ao fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível da produção, que a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra.

²⁹ Conforme observa LOVE, *“os padrões de propriedade constituíam um importante meio pelo qual a capacidade empresarial podia afetar a formação de capital. As ferrovias, os bancos e as casas importadoras eram empresas organizadas como companhias de ações, o que não era o caso da maioria das fábricas. Quando essas eram formadas com capital advindo da venda de ações, a operação raramente ultrapassava os limites da parentela. Sob esse aspecto, a burguesia agrária, que dominava o setor ferroviário, demonstrou um comportamento mais inovador no que se refere à formação de capital, que a burguesia imigrante, que constituía o outro grupo importante de empresários identificados por DEAN”* (1982:83).

³⁰ Além dos autores já citados, basearemos a caracterização da burguesia brasileira conforme DEAN (1973), SILVA (1986) e PERISSINOTTO (1994).

O grande capital cafeeiro teve sua origem na crescente complexidade da economia do café.³¹ Seus elementos mais expressivos foram os líderes que promoveram a marcha para o oeste paulista e que, paulatinamente, como vimos, passaram a se ausentar da direção de suas fazendas e se dirigiram para os grandes centros pois eram nestes que se concentrava o núcleo de seus negócios. Um número bastante limitado de famílias dominava esse espaço.³²

A burguesia industrial, por sua vez, teve sua origem principal nos burgueses imigrantes.³³ Os integrantes da burguesia industrial imigrante dedicavam-se à importação, ao comércio e indústria, principalmente a manufatura de bens de consumo.³⁴

Para DEAN (1973), essa estruturação pode ser explicada pelo fato de que as famílias brasileiras proprietárias de terra predispunham-se mais à agricultura.³⁵ Os seus membros que não se dedicavam a esse ramo encaminharam-se em geral para as profissões liberais. A preponderância dos

³¹ *"O desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento da capital cafeeiro"* (SILVA,1976:59).

³² Conforme resume PERISSINOTTO (1994: 37), a repetição dos mesmos nomes em algumas companhias e bancos revela esse domínio: os Silva Prado, Souza Queirós, Vergueiro, Souza Aranha, Pais de Barros, Melo de Oliveira, Pacheco Jordão, Querós Telles, Dias da Silva, entre outros.

³³ A análise das origens sociais da burguesia brasileira (nativa e imigrante) é vital, na medida em que clareia o entendimento de sua inserção no conjunto das forças políticas e econômicas no período que envolve nosso trabalho. Como este é um tema que, por si só, justifica um trabalho específico, dada sua complexidade, esta análise limitar-se-á aos pontos que dizem respeito diretamente às nossas indagações. Autores como MELLO (1986) e CANO (1983), por exemplo, enfatizam o peso dos cafeicultores na composição da burguesia industrial. Em nota anterior, já apontamos a polêmica. Para maior detalhamento, consultar SILVA (1976), SOUZA MARTINS (1979), OLIVEIRA (1987), LOVE (1982), BRESSER PEREIRA (1994), DEAN (1973).

³⁴ No decorrer deste capítulo mostra-se, em outras partes, que os fazendeiros participaram como industriais, embora de forma menos significativa e que sua contribuição destacou-se em outros setores.

³⁵ A ideologia da denominada vocação agrária do Brasil *"aparecia como a justificativa de nossa posição na economia mundial e, junto com a ideologia complementar do caráter artificial de nossas indústrias, funcionava também como reação à tentativa de industrialização do país"* (PERISSINOTTO, 1994:154).

imigrantes naquelas atividades deve ser vista por dois ângulos principais. Por um lado, a entrada dos imigrantes no comércio foi possibilitada pela

"ausência quase completa de um quadro de paulistas nativos com um estilo urbano de vida (...) (e) os imigrantes que se meteram no comércio e indústria eram de origem pequeno-burguesa; sua experiência e seu treinamento, segundo se pode presumir, os predispunham a tais ocupações" (DEAN, 1973:58-59).

Ao prestigiar o latifúndio, ao mesmo tempo em que desprezava as atividades comerciais e industriais, a oligarquia cafeeira deixou um espaço aberto para os imigrantes, que foi aproveitado de forma eficiente por eles mesmos.

No que se refere à manufatura, vimos que a tendência apresentada pelos imigrantes para esse ramo pode ser explicada pelo fato de que eram eles que iriam satisfazer a demanda do consumo dos próprios imigrantes, já que a indústria nacional não se voltava para a fabricação dos artigos solicitados por esse segmento. No início, esses produtos eram importados e, aos poucos, passaram a ser produzidos aqui mesmo, pelos mesmos imigrantes que anteriormente se dedicavam à importação.³⁶

No que tange ao papel das elites cafeeiras na indústria, podemos afirmar,³⁷ portanto, que sua participação foi aparentemente pequena na indústria, embora seus interesses tivessem sido mais convergentes do que divergentes com respeito ao setor industrial. Seus interesses eram

³⁶ Ver rodapé 15 deste capítulo.

³⁷ Como demonstram OLIVEIRA (1987) e SILVA (1976), entre outros.

diversificados, com apenas alguns poucos casos vinculados à atividade agrícola ou a ramos industriais estreitamente relacionados à economia cafeeira.

SILVA (1976) observa que, não obstante essas condições, a indústria não foi um mero apêndice do setor cafeeiro. A industrialização esteve ligada intimamente à economia cafeeira, mas isso não significou que a burguesia industrial não tenha se feito presente nas cenas política e ideológica. A burguesia industrial, em sua luta pela proteção, tomou consciência de que seus objetivos estavam sendo impedidos no plano econômico e, mais que tudo, política e ideologicamente. Assim é que essa fração percebeu que através da organização constituiria um grupo de pressão e, como exemplo de iniciativas para atingir esses objetivos, criou suas associações de classe.³⁸

FAUSTO (1986) mostra, nesse sentido, que

"do ponto de vista da estrutura social (...) o setor que pode ser definido como burguês-industrial constituía uma faixa restrita do ponto de vista numérico, mas significativa, capaz de expressar, na esfera política, seus interesses específicos, junto aos centros de decisão. Entretanto, seus limites se revelam no alcance das limitações".

³⁸ A primeira foi o CIB (Centro Industrial do Brasil), em 1904. Anteriormente Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1820, tinha por objetivo proteger a indústria em todo o país. A maior parte de seus associados era carioca e fluminense. Outra entidade significativa foi a Associação Comercial de São Paulo, fundada em 1914, constituída por comerciantes nacionais e significativa parte de industriais. Tinha, à época, 152 associados. Em 1924, aumentou esse número para 1.118. Ela crescia, englobando outras associações, até que passou a ter problemas com a crescente participação da indústria. Em 1928 houve uma cisão e os industriais fundaram o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. "É interessante lembrar também que não apenas as lutas da burguesia industrial no interior do bloco no poder levaram essa fração a organizar-se em entidades de classe. A sua união diante das lutas operárias foi outro forte fator que contribuiu para a criação de várias associações patronais" e conseguiu barrar a questão social (PERISSINOTTO, 1994:137).

Considerando este setor acanhado, acresce o autor o fato de a burguesia industrial não ter concretizado um programa industrialista alternativo a um sistema baseado nos interesses cafeeiros.

Nessa linha, quando argumenta sobre os possíveis enfrentamentos das elites, também PRADO considera que

"a grande crise de 1929 demonstrou, na verdade, que os debates fundamentais relativos à sua superação ocorreram nas associações de classe (...) estamos salientando o fato de as soluções econômicas para a crise não estarem sendo encaminhadas pelos partidos políticos, e, sim, pelas Associações, onde conviviam homens dos dois partidos, PRP e PD, além de nomes que comporiam, em 1931, a ala oposicionista, em matéria de política econômica, ao governo de Vargas..." (1986:144 e 149).

As clivagens entre as frações industriais, da agricultura e do comércio³⁹ mostraram que a organização dos industriais em torno de suas associações foi uma medida dos conflitos da burguesia industrial em relação a outras frações do bloco no poder da economia agroexportadora. Desta forma, ao avanço da industrialização também correspondeu um avanço da expressão ideológica consciente por parte da burguesia industrial, muito embora ela não apresentasse um projeto hegemônico.

DEAN é outro autor a demonstrar que, a partir dos anos 20, os industriais começaram a encontrar

³⁹ Como exemplos, a questão da política aduaneira, no sentido da luta por tarifas adequadas a seus interesses (ver LUZ, 1978). Os anos 20 apresentaram outras condições para os conflitos. Com o auge da crise da carestia, agravou-se a situação da indústria, levando a burguesia industrial a reclamar por medidas facilitadoras do crédito, estabilidade de câmbio e elevação das tarifas aduaneiras. O CIB (Centro Industrial do Brasil) tomou a direção das reivindicações, enquanto a lavoura posicionava-se contra a proteção tarifária. Os industriais reagiram e, sentindo-se precariamente representados pela Associação Comercial de São Paulo, dela se retiraram e formaram, em 1928, como vimos na nota anterior, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

"expressão na exacerbação de seus conflitos com outros setores da economia. À medida que se tornava mais difícil a obtenção de lucros, tornava-se necessário analisar as próprias despesas com espírito mais crítico, o que levava, inevitavelmente, a uma visão mais precisa da eficiência alheia" (1973: 139-140).

Assim é que os setores manufatureiros começam a pensar em função de seus interesses de grupo em oposição a outros, ou seja, os fazendeiros, os importadores, a classe média, fato que provocou, por sua vez, o advento da coesão e da consciência própria. O autor ressalta ser surpreendente que os industriais se mostrassem menos propensos a opor-se contra os fazendeiros do que ao governo ou aos negociantes importadores. Ressentimentos existiam, mas os industriais compreenderam que, num quadro mais geral, sua prosperidade dependia do setor agrícola.⁴⁰

PERISSINOTTO, no estudo já citado, coloca a questão de forma bastante conclusiva, considerando que a situação dúbia da burguesia industrial na República Velha repousava no seu caráter de classe que se, por um lado, avançava graças à ascensão da economia cafeeira, por outro, enfrentava o entrave de seu avanço pelos limites que a dinâmica da economia agroexportadora lhe impunha. A indústria era um setor com interesses próprios, mas sem condições de oferecer um projeto hegemônico alternativo à sociedade agroexportadora.

⁴⁰ Assim, *"o avanço da indústria e da burguesia industrial ocorreu dentro de claros limites, econômicos e político-ideológicos, colocados pela sociedade agroexportadora, contra a qual essa classe se organizou e lutou"* (PERISSINOTTO, 1994:133).

Nos contornos desse quadro, portanto, a burguesia industrial, mesmo tendo críticas ao modelo de sociedade baseado na monocultura exportadora, não colocava essas críticas de modo radical.⁴¹

Todavia, mesmo com o caráter subordinado e dependente que caracterizou a existência da burguesia industrial, não se pode eclipsar o quadro de ligações e tensões existentes entre esta e a elite exportadora durante a República Velha. Uma medida das clivagens intra-elite foi o desenvolvimento do faccionalismo intra-elite, manifestado através dos alinhamentos políticos na política nacional e estadual e pela criação de associações de proprietários rurais, na defesa de seus interesses frente às manifestações industrialistas.⁴²

Uma análise, embora parcial,⁴³ das instâncias onde se desenvolveram os embates entre esses setores pode ser indicativa para se conhecer qual a força política e o grau de pressão efetivos desses. Como veremos no capítulo a seguir, os anos 20 foram marcados por uma crise de hegemonia que se revelou em cisões, dissidências e realinhamentos entre as elites. O poder oligárquico viu-se frente a dissidências entre facções que resultaram na criação de partidos opositoristas - como o Partido Democrático - em movimentos que contestavam a legitimidade do regime, a exemplo do tenentismo, do integralismo, os movimentos reivindicativos dos trabalhadores, o reforço das entidades ligadas à Igreja Católica, entre outros.

⁴¹ A indústria "organizava-se em associações de classe e pregava uma ideologia própria, mas não constituiu um partido político autônomo; criticava a preponderância da sociedade agroexportadora e monocultora, mas não aderiu à Revolução de 30 etc." (PERISSIOTTO, 1994:130).

⁴² Queremos ressaltar, entretanto, citando LOVE (1989:132) que "o papel do grande fazendeiro é ainda uma questão empírica, e a pesquisa da documentação e dos arquivos das instituições comerciais e financeiras poderia fornecer respostas. Esta análise teria muito o que dizer também sobre a intensidade dos conflitos setoriais entre fazendeiros e industriais".

⁴³ Parcial, no sentido de que não esgotaremos a realidade do período, já que isso alongaria por demais as nossas preocupações. No capítulo II deste trabalho, discutiremos outras questões relativas ao tema.

No plano econômico, os diferentes efeitos das políticas que o governo tomou para o café em instâncias diversas ocasionaram potenciais conflitos que se estabeleceram entre os fazendeiros⁴⁴, e levaram aos alinhamentos e clivagens verificados entre os diversos setores da economia. Estes se organizaram, se confrontaram e se uniram em torno de interesses próprios, que muitas vezes se confundiam pois, como visto, os fazendeiros eram, em grande parte dos casos, industriais, banqueiros, exportadores. A crise pré-30 não resultou de uma contradição no âmbito da produção e nem foi resultado da ação de setores industriais emergentes. Os conflitos, portanto, não chegaram ao ponto de uma radicalidade que levasse, de fato, a uma perda de hegemonia, dado que a oligarquia era contestada enquanto classe dirigente, não enquanto classe dominante.⁴⁵ Portanto, as relações existentes no seio das oligarquias foram redefinidas sem que se abalasse a estrutura do sistema.⁴⁶

STOLCKE defende que mesmo o governo tendo formulado uma política do café de modo mais sistemático e que as relações entre produtores, exportadores e o estado não se estabeleciam sempre de forma harmoniosa, as elites cafeeiras conseguiram, com sucesso, defender seus interesses e ver suas demandas atendidas (1989:139).⁴⁷ A autora, entretanto, não sugere, com isso, que a burguesia cafeeira tenha se constituído como uma elite coesa e mostra as clivagens e a estrutura associativa do setor cafeeiro como

⁴⁴ Como ressalta Campello de SOUZA (1983:89), as dissidências manifestaram-se de forma explícita no seio do setor cafeeiro. No final da década de 20, "*destacam-se neste sentido as moções dos estados cafeeiros menores - Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro - solicitando transferência para o governo federal do comando da política cafeeira, até então exercida pelo Instituto do Café de São Paulo. Sugerem até mesmo a federalização do Instituto, prejudicados que se sentiam com sua atuação no convênio de café em 1927*".

⁴⁵ Ver capítulo II.

⁴⁶ Ver MARTINS (1968:87 e seq.).

⁴⁷ Em realidade, "*os produtores de café continuaram a exercer considerável influência sobre o governo até o golpe de 1964, como indicado pelas repetidas moratórias das dívidas e políticas de apoio nos anos 30 e seu posterior sucesso em resistir à transferência de rendas para a indústria através do 'confisco' nos anos 50*" (STOLCKE, 1989:139).

expressões disso. Todavia, é necessário ressaltar, continua em sua análise, que não se encontram, de forma aparente, diferenças políticas profundas entre seus associados. Como as mesmas pessoas, frequentemente, como já frisado acima, personificavam diferentes interesses, as diversas associações também eram lideradas por elas.⁴⁸

Já em 1920 e 1921 foram realizados congressos de produtores rurais, e diversas associações foram criadas até 1923. Paralelamente, foram deslançadas várias campanhas periódicas, reivindicando proteção por parte do governo, tanto estaduais como federal. Descontentamentos e clivagens levaram à formação da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da LAB (Liga Agrícola Brasileira). A origem de seus associados é um dado relevante para a análise, já que, conforme lembra STOLCKE(1987), diferenças políticas relevantes entre eles não eram imediatamente aparentes, pelas razões apontadas. Em dezembro de 1929, os fazendeiros, face à crise, realizaram um Congresso dos Lavradores, convocado pela LAB. Nessa ocasião, seus líderes sugeriram que as três associações de agricultores existentes à época (LAB, SRB e SPA - Sociedade Paulista de Agricultura) se fundissem, para melhor defenderem seus interesses.

O setor cafeeiro reagia, através da formação de entidades representativas de seus interesses, a cada intervenção do governo no mercado do café. Essas entidades, por sua vez, tanto denunciavam as medidas como

⁴⁸ *"A Sociedade Nacional de Agricultura, fundada no Rio em 1897, foi seguida em 1920 pela Sociedade Paulista de Agricultura, que foi criada por produtores de café e intermediários, para enfrentar a crise e a corrente imigratória. A Sociedade Rural Brasileira foi fundada em 1919 por produtores de café, exportadores e representantes de casas estrangeiras empacotadoras de carne durante a crise do comércio internacional produzida pela Primeira Guerra Mundial. Finalmente, a Liga Agrícola Brasileira estabelecida em 1921 organizou oposição contra as taxas de importação sobre o café impostas pelo governo"* (STOLCKE:139-140). Outros autores estudaram essa questão. Destacamos, entre eles, LOVE (1982) e PRADO (1986).

apelavam por proteção e apoio do estado, tendo os fazendeiros alcançado sucesso em grande parte de seus intentos.

FAUSTO (1972) igualmente ressalta a escassa articulação das diferenças no interior da burguesia do café, atribuindo-a a duas razões principais: de um lado, a frequente concentração de funções sob os mesmos agentes econômicos, ao mesmo tempo grandes fazendeiros, banqueiros e comissários e, de outro, a ausência de uma pressão efetiva da massa de pequenos fazendeiros e meeiros, que poderia ter se constituído em um grupo de produtores opostos aos demais. Assim é que, nesse sentido, as distintas frações ligadas ao complexo cafeeiro teriam composto um único bloco de interesses políticos.

No que tange à relação comércio-indústria, também não se verificava, de modo explícito, conflito entre a burguesia agrária e a burguesia industrial. O que existia, na verdade, era a imbricação entre os diversos setores da economia e sociedade da época. O autor conclui:

"os industriais constituíram, ao longo da Primeira República, uma fração de classe dominante com interesses específicos, mas limitados, que aceitou a 'paternal proteção' do núcleo agrário-exportador. Quando a diferenciação setorial se acentuou, na década de 20, a disputa mais transparente transpôs os limites da classe dominante e se travou entre a burguesia industrial e a classe média" (1972:10- 11).

Entretanto, há que se destacar que, mesmo sob essas condições, os fazendeiros tinham consciência da ameaça apresentada pelos industriais. A existência dos industriais como um bloco distinto e de importância remontava já ao final do século XIX, adquirindo expressão crescente após a República e as

duas primeiras décadas do século XX. A presença desse setor amedrontava, por certo, a elite cafeeira. Mas, acima das divergências, havia um sentimento de identidade que se sobrepunha às divergências mais gerais, principalmente quando eles se sentiam em xeque por quaisquer ameaças, reais ou não, por parte das massas.

Ainda reportando à análise de DEAN,

"fatores circunstanciais, no início da industrialização de São Paulo, atenuaram os conflitos entre donos de fábricas e fazendeiros, persuadindo os primeiros a aceitarem o domínio dos últimos em assuntos tanto políticos quanto econômicos. As relações sociais entre a elite fazendeira e os recém-enriquecidos imigrantes tendiam a soffrear ainda outros antagonismos, que se achavam pelo menos potencialmente presentes" (1973:81).

Uma suposta mútua hostilidade, que poderia ser consequente do processo, portanto, não chegou a ser ativada. Nesse sentido, é digno de notar, inclusive, o alto grau de casamentos realizados entre as famílias de imigrantes e as de fazendeiros.

Não obstante, a disposição em aceitar essas uniões resultava, por parte da elite rural, de um cálculo racional, o que não a impedia, por outro lado, de um certo desdém em relação aos imigrantes.⁴⁹

⁴⁹ Que se revelou na formação e na composição do PD. O Partido Democrático teve uma postura muitas vezes contraditória em relação aos imigrantes. A inclusão destes no Partido era, às vezes, desejada, outras, execrada. No interior paulista, a adesão do imigrante foi significativa pois "o partido enfrentou extremas dificuldades para se organizar e manter nas diversas cidades do interior. Onde havia homens fortes, isto é, ricos fazendeiros ou outros elementos influentes que com sua presença marcavam o diretório e congregavam em torno de si, espontânea ou obrigatoriamente, um bom número de leais seguidores, o partido conseguiu bons resultados. No entanto, onde o partido devia se organizar, crescer e se manter às custas dos membros das classes médias, houve extraordinários obstáculos para se implantar e consolidar a agremiação" (PRADO, 1986:35). Sobre a composição do Partido Democrático, ver também LOVE (1982).

Os projetos dos fazendeiros não constituíram, nunca, um programa completo de desenvolvimento.⁵⁰ No caso paulista, foram os imigrantes o segmento mais importante para o crescimento da economia, principalmente no que se refere à manufatura de bens de consumo. Os fazendeiros criavam a demanda, mas pouco faziam para satisfazê-la. Por outro lado, mister se faz destacar que

"os fazendeiros, em muitos casos, foram os fundadores das firmas posteriormente compradas por imigrantes e nunca deixaram de participar totalmente da manufatura de bens de consumo" (DEAN, 1973:55).

Nas décadas de 30 e 40, quando o governo passou a incentivar as indústrias de bens de capital, os fazendeiros que mantinham ligações políticas conseguiram empréstimos e reingressaram de forma vigorosa no setor manufatureiro.

Finalmente, é necessário destacar que a cultura da oligarquia rural do final do século, ao mesmo tempo em que prestigiava o latifúndio cafeeiro e desvalorizava as atividades ligadas ao comércio e à indústria, abriu um canal importante de entrada aos imigrantes para esses setores de atividade, principalmente às relacionadas à manufatura de bens de consumo.

⁵⁰ *"No investimento industrial, os fazendeiros precederam os imigrantes, a princípio operando apenas em setores diretamente relacionados com a agricultura. Ao contrário de muitos donos de terra na América Latina, os cafeicultores paulistas não tendiam a ver a terra como um patrimônio ancestral a ser conservado. Consideravam-na um fator de produção e estavam constantemente a comprar novas propriedades à medida que as velhas perdiam sua fertilidade... Alguns dos cafeicultores mais bem sucedidos, como foi o caso de Antonio Prado, entraram primeiro no negócio bancário e só mais tarde começaram a investir em atividades econômicas não relacionadas ao café"* (LOVE, 1982:83).

No tocante às relações de poder, destacava-se a presença generalizada dos elementos da elite rural na ocupação dos postos políticos⁵¹. Entretanto, ainda reportando à análise de DEAN,

"o exclusivismo dos fazendeiros na ocupação dos postos políticos não significava (...) que a representação política tenha sido exercida por um bloco monolítico. A polarização entre facções distintas do poder político era comum e em geral tinha por base não alguma divergência programática, mas a disputa personalista entre chefes políticos locais. É provável que este espírito de facção prevalecesse no seio da oligarquia rural e fosse alimentado mais por sentimentos de lealdade e de dever para com os coronéis, e quase nunca por interesses ou idéias. A força política destes era expressa em proporção direta ao poder de arregimentação de tropas de eleitores". (1973:116).

OS PRINCÍPIOS DA DOMINAÇÃO SOCIAL

Na passagem do século, a estrutura social no campo conservou-se em sua essência, mesmo levando-se em conta as particularidades que possam mostrar, em algumas regiões do país, as características plasmadas durante a Colônia.

Como já visto anteriormente, a consolidação do Estado Oligárquico coincidiu ainda com estruturas herdadas da ordem colonial, que iria engendrar sub-sistemas desiguais, com articulações econômicas bastante frágeis e pela força que a Monarquia dava ao governo central.

⁵¹ Os estudos sobre a ocupação de cargos políticos são parte da análise que fazemos sobre Rio Claro, desenvolvida no capítulo III. Consultar LOVE (1982) e REIS (1982).

Os níveis de crescimento que separavam esses sub-sistemas, ao lado da expansão cafeeira verificada a partir da metade do século XIX, e que implicou na inexistência de um mercado nacional, iria se traduzir, no âmbito da política, na descentralização republicana, a partir da qual se instituiria uma hierarquia política regional, de acordo com diferentes unidades que constituíam a federação. Já durante a monarquia, os ideais republicanos colocaram a questão da autonomia dos Estados no centro dos debates.⁵² O Partido Republicano, em, 1879, publicou no jornal *A República* seu manifesto através do qual expressava o desejo de igualar o Brasil aos países da América. Consta desse manifesto o seguinte trecho:

"Somos da América e queremos ser americanos. A forma de governo (a monarquia) é, na sua essência e na sua prática, antinômica e hostil ao direito e interesses dos Estados americanos. A permanência desta forma tem de ser forçosamente, além de origem de opressão no interior, a fonte perpétua de hostilidade e de guerras com os povos que nos rodeiam" (BELLO,1964:20).⁵³

Esses ideais se traduziram na Constituição Brasileira de 1891. A sua seção introdutória estabelecia os inúmeros direitos estaduais. As grandes coordenadas legais da República Velha foram o federalismo, o presidencialismo e a ampliação do regime representativo. O foco do poder passou a se estabelecer nos Estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes. O sistema político tomava a forma liberal, mas seu funcionamento

⁵² Há que se lembrar que outros temas compunham o ideário republicano, como o fim da escravidão, a imigração para as zonas cafeeiras, a insatisfação dos novos fazendeiros do café com a rigidez da centralização monárquica que impedia a expansão de seus negócios, os novos interesses urbanos, a insatisfação do exército e o crescimento das classes médias, junto com a ideologia do progresso e da modernização.

⁵³ Outro trecho do Manifesto coloca "a autonomia das províncias é para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira. O regime da Federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios unicamente ligados pelos vínculos da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso partido".

efetivo continuava garantindo a força das oligarquias.⁵⁴ Proclamada a República e estabelecida a Federação, a cena política passou a girar em torno da construção de estruturas de dominação política no âmbito dos Estados.⁵⁵

A proclamação da República significou a extinção dos partidos unitários imperiais, iniciando um novo processo com o predomínio dos partidos estaduais. A Constituição de 1891 deu aos Estados o poder de organizá-los. Já mesmo durante o Império foram organizados o Partido Republicano Paulista (1873) e o Partido Republicano Mineiro (1871).

Houve tentativas de criação de partidos nacionais que não se consolidaram, como os Partidos Republicano Federal, Republicano Conservador, Republicano Liberal, além das coligações políticas, a saber, Campanha Civilista (1904), Reação Republicana (1921) e Aliança Liberal (1929).

Os Partidos Republicanos constituíram-se em um mecanismo institucional importante, sendo um instrumento que promovia a vinculação entre as fidelidades rendidas ao coronel e o comportamento político-partidário. Representavam, em verdade, os interesses das diferentes famílias oligárquicas. Os grupos condutores da política eram, de modo geral, os mesmos grupos civis políticos do Império, sob nova roupagem (CAMPELLO DE SOUZA, 1987). Organizações partidárias descentralizadas geraram oposições particulares, o que regionalizou cada vez mais a luta partidária. Assim é que, durante a Primeira República, as facções situacionistas e oposicionistas não se

⁵⁴ Para uma análise mais aprofundada do assunto, consultar CAMPELLO DE SOUZA (1987) e SOARES (1973).

⁵⁵ Esse jogo político foi o centro da cena no período, sendo que *"as primeiras dissensões no seio do Governo Provisório tiveram como fulcro a disputa do apoio do governo central às facções que se digladiavam nos Estados"* (BIELGUEMAN, 1973:189).

caracterizavam por diferenças substanciais, sendo que as diferentes facções eram compostas pela própria oligarquia. As oposições, com poucas oportunidades de se elegerem, viviam, na maior parte dos casos, da complacência da situação.

Como escreve CARONE:

"Dissidências e pequenos partidos contrários aos situacionistas enxameiam de maneira constante e efêmera por todo o período. Com raríssimas exceções, eles nascem nas vésperas das eleições e logo morrem; na maioria das vezes, acabam fazendo acordos e fundindo-se ao partido majoritário. De origem em geral agrária, os dissidentes justificam sua existência por razões eleitorais e morais, nunca por uma contestação programática ao partido majoritário" (1970:312).

No contexto desse sistema político, o coronelismo acabou por consolidar-se como um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, cada vez mais fortalecido, e a influência dos chefes locais, principalmente dos senhores de terra.⁵⁶

"Paralelo ao coronelismo, no âmbito estadual se manifestam as oligarquias regionais (...) A legislação eleitoral da Primeira República permitia que os coronéis pudessem exercer controle absoluto sobre os mecanismos eleitorais (o 'voto de cabresto', a falsificação das atas eleitorais, o voto a descoberto). A legislação referente à instituição da mesa eleitoral é um exemplo disto (...) Quando a legislação não resolvia, usava-se a força (...) que ia desde a proibição da presença no recinto eleitoral, das pessoas que não apoiavam o coronel, até a

⁵⁶ Como entende NUNES LEAL o coronelismo é "o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É, antes de tudo, uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa" (1975:20).

utilização de forças armadas que rondavam os locais de votação" (KERBAUY, 1979:70).

Os grupos não oligárquicos, durante a Primeira República, estavam excluídos da vida política. Do ponto de vista formal e jurídico, a República implicou em uma democratização do regime, entretanto, a mera inclusão formal de novos eleitores, com a ampliação do voto a categorias antes impedidas desse direito, não chegou a modificar a condição de excluídos de fato. No que tange ao sistema político, observa SAES (1891), significou a instalação de um regime liberal-democrático no país, com a introdução do presidencialismo, do sufrágio universal⁵⁷, de eleições diretas para o Legislativo e o Executivo e da separação dos poderes.

SAES escreve: "Os grupos de proprietários rurais continuaram a excluir as demais camadas sociais do processo político". (1975:47) As novas instituições republicanas, caracterizadas agora pela descentralização, contribuíram para um novo modelo de exclusão política. As elites rurais continuaram a assegurar seu poder, pelo coronelismo e pela política dos governadores.⁵⁸

A política dos governadores⁵⁹ propiciou um arranjo político que acentuou a vinculação das políticas federais com as estaduais, arranjo este que

⁵⁷ Ainda com a restrição do voto do analfabeto e do estrangeiro, que deixou grande parte da população de trabalhadores rurais e do operariado urbano fora do jogo político democrático.

⁵⁸ A política dos governadores *"consistia, fundamentalmente, em outorgar uma dominação total a todos os executivos estaduais e federal incluindo o respeito, pelo governo federal, às decisões dos executivos estaduais. Esta política teve como consequência fundamental no âmbito estadual a redução das oposições a um status simbólico"* (SOARES, 1973:18).

⁵⁹ *"Durante o quadriênio Campos Salles, uma vez implantada a 'política dos governadores', chegou ao fim a fase de intensas lutas entre facções que porfiavam nos Estados pela conquista do poder, pois através desse recurso consolidavam-se os grupos então dominantes em cada Estado. Através do sistema de 'do ut des' então estabelecido, os governos estaduais apoiavam o governo central no Congresso e em troca eram garantidos pelo Centro. Os dois pontos fundamentais dessa garantia eram o controle das nomeações federais, que eram feitas nos Estados por indicação dos respectivos governos e a adoção de uma firme doutrina anti-intervencionista. Tudo isso significava, em duas palavras, a condenação permanente das oposições ao ostracismo"* (BIELGUEMAN, 1973:204-205).

estimulou a expansão das oligarquias nos diferentes Estados.⁶⁰ Essas oligarquias articularam-se, tanto regional como nacionalmente, segundo sua capacidade de influência. No que tange à esfera municipal, o coronelismo desenvolveu-se como base e poder de legitimação das próprias oligarquias, o que fechava o circuito da estrutura de dominação.

Ao afirmar o princípio do federalismo, a Constituição de 1891 concedeu maior campo de ação às oligarquias regionais e locais, pois dava força à autonomia política dos Estados e dos municípios, como veremos adiante.⁶¹

Às mudanças políticas não corresponderam transformações estruturais. O princípio federalista, por si só, não permitiu sua vigência plena, graças à política das oligarquias. O país, com sua estrutura marcadamente agrária, vestiu, com nova roupagem, a centralização vigente no regime monárquico. As elites dirigentes não compartilhavam o poder com os novos setores que tiveram ampliada sua participação no processo eleitoral.⁶²

Nas palavras de JANOTTI (1981:33).

"a República, assim, até atendeu a uma nova repartição do poder, onde permaneceram as antigas oligarquias e se introduziram as novas, representadas em São Paulo, pela composição entre os antigos proprietários de terra, banqueiros e comissários de café".

⁶⁰ Entretanto, é necessário lembrar que a política dos governadores significou a dependência econômica, através de favores complementares, frente ao poder federal, o que reduzia a autonomia política dos Estados.

⁶¹ *"Na Primeira República, o coronelismo fornecerá o ponto de partida para a legitimação da dominação política das elites rurais, posta em cheque pelo potencial de oposição contido na mera existência de novos grupos sociais, as camadas urbanas. Assim, o encontro do poderio do grande proprietário com uma instituição mais refinada, o voto, permitirá a sofisticação do modelo de exclusão política"* (SAES,1975:50-51).

⁶² A questão da ampliação do voto e da representatividade política dos novos setores será melhor discutida no capítulo II.

Como afirma QUEIRÓZ, embora o poder do coronel aparecesse desde a segunda metade do Império, foi na Primeira República que o coronelismo alcançou o seu auge e a plenitude de suas características. "O coronelismo é... a forma assumida pelo mandonismo local a partir da proclamação da República" (1975:160).

Ao direcionar seus votos para os candidatos governistas nos pleitos nacionais e estaduais, os dirigentes políticos do interior fizeram-se credores de especial recompensa, o que significou estarem eles livres para consolidar sua dominação no município.

Há que se ressaltar, entretanto, que o poder decisório final não ficava no âmbito municipal.⁶³

"Com o poder judiciário, militar e policial em suas mãos, o Estado garantia sua posição de parte forte, numa barganha na qual o município, ao não entrar nas regras do jogo, teria muito a perder e, ao cumprí-las, ganhava o que podia receber" (CAMPELLO E SOUZA, 1968:210).

O poder do coronel mostrava-se presente nas épocas de eleição, tanto no que diz respeito à escolha dos nomes como no controle da votação. A dominação social, no que se refere ao exercício político e social, no âmbito local, era exercida através do controle dos postos-chaves na administração local (prefeito, vereadores, delegados do poder central e estadual). Seu domínio estendia-se, assim, à escolha e ao controle dos cargos subalternos, todos subordinados à dependência pessoal, estabelecendo uma rede de lealdades necessária à continuidade do poder - delegados de polícia, de

⁶³ Esse tema será discutido também no capítulo III.

ensino, chefes de polícia, agentes financeiros, juízes etc. Essa prática de empreguismo tinha, entre outras finalidades, a de estabelecer um vínculo contratual implícito, pelo qual o coronel, ao comprometer o apoio político do beneficiado, também aceitava para si o encargo de se responsabilizar por ele. Como a instabilidade dos empregos públicos variava na medida da estabilidade política do coronel, a proteção dos chefes políticos era importante. Assim, a continuidade do poder destes era importante para seus correligionários. O sistema oligárquico exigia uma rede mútua de lealdades que o sustentasse, e esta rede foi traduzida em várias modalidades.

Outras formas de dominação eram praticadas,⁶⁴ como é o caso do exercício de cargos honoríficos. São fartos os exemplos de coronéis beneméritos das Santas Casas de Misericórdia locais, na presidência de clubes recreativos e beneficentes, membros de associações de classe, etc. Através desses espaços, ampliava-se a rede dos laços de dependência pessoal.⁶⁵

Os nomes de família dos fazendeiros tornavam-se nomes de ruas, praças, escolas etc., o que os fez sobreviverem após a dominação oligárquica,⁶⁶ demonstrando que o seu poder político pessoal fazia parte de um

⁶⁴ As formas de dominação abrangiam um complexo maior de relações. Entretanto, salientaremos aqui as mais diretamente ligadas à análise neste momento. Podemos citar, como peças importantes desse complexo, a corrupção eleitoral e a violência.

⁶⁵ As Santas Casas de Misericórdia são um exemplo, pois elas garantiam o atendimento dos empregados, o que ampliava os laços de dependência das famílias trabalhadoras em relação ao coronel. As Associações Comerciais frequentemente garantiram candidatos aos cargos políticos e quando não o faziam diretamente, eram bases fundamentais de apoio a eles. Como veremos no capítulo III, a pertinência aos quadros dessas instituições e associações constituíram-se em canais importantes de ascensão política. Desse modo, fechava-se todo um sistema de dominação, pelo alcance das ações sociais e políticas das elites.

⁶⁶ RODRIGUES, ao analisar os processos de dominação social, escreve que *"os fazendeiros de café eram os oligarcas paulistas, sua classe dominante incontestada, sobretudo com a implantação da República, que ofuscou em parte o brilho soberano da capital imperial (...). Os expoente da classe dominante e também os chefes oligárquicos receberam várias denominações: 'barões do café' - um resquício de saudosismo imperial - 'tenentes', 'capitães', 'majores' e sobretudo 'coronéis' - dão ao regime batizado de 'coronelismo' ou, mais sofisticadamente, 'mandonismo' (...)"* (1991:8-9).

esquema mais geral de relações que se estendiam das mais diversas esferas até os níveis simbólicos do cotidiano social.

Como observa RODRIGUES:

"O 'coronel' tem, pois, garantido o registro como figura magnânima, cujas qualidades pessoais são louvadas nos livros e álbuns da historiografia local, e sobretudo nos jornais...Evidentemente, os seus defeitos e sobretudo as ações inconfessáveis serão omitidos e só permanecem na memória oral fragmentada e enviezada pela posição dos seus veiculadores, e conforme seus desígnios e oportunidades... O que permaneceu no domínio oligárquico é o quase monopólio da verdade e da tradição estabelecida pelo sistema do coronelismo, que não se limita pois à família nuclear do fazendeiro, mas se amplia pelos laços de dependência pessoal e sobretudo pelo alcance das ações políticas, que corresponde às categorias sociais abrigadas pelo sistema elitista do exercício do poder político e social" (1991:15).

O exercício do poder, como já se ressaltou, não era monolítico. Ele se exercia na fazenda, na cidade, na capital do Estado, não se integrando em um bloco contíguo. As oligarquias regionais no país não tinham uma ação integrada, vivendo, muitas vezes, em conflito e concorrência umas com as outras. Mesmo dentro de uma mesma família verificavam-se, frequentemente, facções e dissidências.

A oligarquia predominou em um período de nossa história e tendeu a declinar quando um novo contexto se conformou: o avanço da urbanização e da industrialização. Essa estrutura, como se apresentou no Brasil, dependeu, de forma fundamental, do coronelismo, da dominação (em todos os níveis) das populações rurais pelos coronéis e também da irrelevância

política das classes sociais urbanas organizadas, principalmente da burguesia, a pequena burguesia e o proletariado.

Por outro lado não haviam se desenvolvido condições sócio-econômicas que propiciassem o advento da ideologia como elemento relevante na política. Para tanto, seria necessário que a política fosse um jogo entre iguais, não um jogo entre opostos. "A diferenciação econômica em classes, se transformada em oposição política consciente pela ideologia, é incompatível com a política oligárquica" (SOARES, 1973:29).

A Política dos Governadores mostrou sua influência na formação do coronelismo quando se analisam as condições, na ordem republicana, do municipalismo no início da República.⁶⁷ A Constituição de 1891 estabeleceu que os estados seriam organizados de modo a assegurar a autonomia do município, naquilo que revelasse de seu peculiar interesse. Entretanto, o que se sabe é que a autonomia ficou aquém do desejado. Como revela QUEIRÓZ,

"o cerceamento das liberdades municipais se fez...segundo dois caminhos diferentes mas unidos e coexistentes: a nomeação do executivo municipal pelo Governo do Estado, e, principalmente, o reconhecimento ou verificação dos poderes dos eleitos pela câmara estadual anterior. A tutela poderia não existir mais inscrita na lei, na realidade era mais forte do que durante o Império" (1972:82).

⁶⁷ Entretanto, o que se verifica, na realidade, é que "a manifesta fraqueza dos municípios diante da estabilidade política que afetou os Estados se refletiu na esfera municipal, acentuando os conflitos intergrupais, revelando-se o poder público impotente para conseguir um certo consenso dos grandes proprietários rurais. Foi então que surgiu a política dos governadores, propiciando condições institucionais à hegemonia agro-exportadora, na medida em que se conseguia enquadrar os coronéis, se bem que de maneira subalterna a nível nacional, dentro do pacto de dominação. A maneira como isso foi bem conseguido é bem conhecida. Assim como o Presidente da República assegurava a continuidade da política estadual em troca do apoio incondicional à política federal, nos Estados, as oligarquias, progressivamente fortalecidas através de garantia de continuidade, passaram a fornecer carta branca aos coronéis, que se manifestavam mais fortes no município. Estava legitimada a dominação dos grandes proprietários rurais que, agrupados em torno dos mais poderosos, encontraram condições para desenvolver seu poder extra-legal. Em consequência, foram surgindo correntes nitidamente predominantes, bafejadas pelo apoio estadual. Quanto aos dissidentes, diante da inviabilidade de conseguir êxito nas lutas, juntavam-se à corrente oficial ou se acomodavam subordinadamente, sem comprometer o funcionamento da estrutura de dominação" (DANTAS, 1987:20-21).

Outros trabalhos defendem também a tese da fraqueza da municipalidade. SAES considera essa fraqueza

"uma característica geral do Estado burguês, correspondente à necessidade da burguesia de subordinar o poder local da propriedade fundiária (...) (que no Brasil se expressou) na dependência financeira dos municípios em relação ao Estado e a União" (1994:110).

Este autor defende a idéia de que, ao apoiar eleitoralmente as forças sociais que controlam o Estado, o coronelismo torna-se uma força preservadora. O adesismo e o governismo do coronel estão fundamentados - a par de sua posição subordinada como proprietário de terras pré-capitalistas dentro do bloco burguês de Poder - à sua fraqueza política no plano nacional.

"Ora, é justamente no fato de o coronel estar reduzido à condição de chefe político municipal que se encontram as raízes de sua fraqueza política; é que em qualquer Estado burguês, unitário ou federativo, o ramo local do aparelho de Estado (as municipalidades) é dominado pelo ramo central do aparelho de Estado (o chamado Poder central), exista... ou não uma mediação entre ambos, promovida por uma estrutura intermediária, a região político-administrativa ou o governo regional" (1994:109-110).

IANNI (1981:15) escreve que, durante a Primeira República, o Estado Oligárquico foi marcado pelo arbítrio dos governantes contra setores que se organizavam por seus interesses.⁶⁸ Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da política dos governadores permitia às classes dominantes dos estados mais poderosos capitalizar as disputas estaduais e as

⁶⁸ Pelos limites de nossa investigação, a saber, as elites, não nos deteremos sobre o problema das classes trabalhadoras. Entretanto, gostaríamos de destacar a excelente análise de SAES (1994) sobre o Estado Burguês, na qual o autor aponta o duplo papel deste Estado "de desorganizador das classes trabalhadoras e de organizador da classe dominante".

desigualdades regionais, de modo a preservar e fortalecer o poder do bloco agrário que dominava o aparelho estatal.⁶⁹

O coronel, como já apontado, foi adesista e governista nos âmbitos nacional e estadual. Isso, entretanto, não anulou a existência de disputas no plano municipal na forma de "guerra de coronéis".⁷⁰

A única oposição intra-sistêmica permitida era a dos grupos oligárquicos marginalizados pela situação. Não poderiam ser facilmente proscritos. E,

"além disso, situação e oposição oligárquicas sustentavam uma mesma visão de mundo e se guiavam, praticamente, pelos mesmos objetivos políticos, constituindo a maior diferença entre as duas o fato de uma estar no Poder e a outra, fora dele" (IANNI, 1981:53).⁷¹

Assim, nesse período, o sistema permaneceria fechado à vasta parcela das populações urbana e rural.

A vida política da Primeira República foi, pois, polarizada pela luta entre as diferentes facções oligárquicas. E as camadas médias urbanas sem projeto político, colocar-se-iam a favor de um ou de outro grupo.

⁶⁹ É importante reafirmar, como o faz IANNI, a citação de CUNHA (1963:16): "A Nação é entendida como um equilíbrio ou armistício entre grupos locais de poder".

⁷⁰ Expressão usada por SAES (1994:115).

⁷¹ Isso faz com que a análise das dissidências torne-se secundária na "compreensão das contradições políticas mais importantes do bloco no poder" (SAES, 1994:115).

CAPÍTULO II

A CRISE DA OLIGARQUIA

O poder oligárquico é um assunto polêmico em nossa literatura. De uma forma bastante esquemática, podemos distinguir duas grandes linhas de interpretação. De um lado, encontram-se os autores que postulam a decadência desse poder pós 1930, devido à crise da economia de exportação e à conseqüente importância política da burguesia industrial no cenário político nacional.¹ Noutra perspectiva estão as obras que defendem a tese da continuidade desse poder, apesar das transformações decorrentes da crise de 1929, procurando, entretanto, detectar a dinâmica desse processo². É nesta linha de interpretação que pretendemos analisar a questão.

¹ WERNECK SODRÉ (1983, 1984), Wanderley G. SANTOS (1983), entre outros.

² Nesta linha, destaca-se o trabalho de SAES, que procura entender e reinterpretar o fenômeno do coronelismo colocando *"obstáculos às caracterizações formais e elásticas do coronelismo, capazes, por sua adaptabilidade, de sobrevoar diferentes modalidades de dominação de classe, tal como as análises que frisam a imutabilidade do poder local ao longo dos séculos, sem atentar para o fato de que, à sua volta, tudo muda e que, portanto, apenas por esse fato (ou seja, mesmo que a descrição feita seja correta), o próprio poder local já não é o mesmo"* (1994:78-79).

A CRISE ECONÔMICA

A oligarquia do café teve seu período de hegemonia entre as últimas décadas do século 19 e as três primeiras décadas do século 20. Seu caráter hegemônico passa pelo entendimento da "solidez das alianças que se teceram, já na etapa de formação do Estado Nacional, entre as diferentes frações das elites e o poder central" (CAMARGO,1991:130), ou seja, o que se conhece como pacto oligárquico.

Embora a oligarquia tenha sofrido os primeiros abalos em sua sustentação econômica já no início deste século, conseguiu sobreviver, neste período, graças ao Convênio de Taubaté (1906), que instaurou uma intervenção do Estado, como forma de valorização do café.³

Conjuntamente a esse convênio, decidiu-se pela criação de um instituto que pudesse garantir a estabilidade do câmbio: a Caixa de Conversão. O câmbio foi mantido estável até 1914, o que contribuiu para a proteção da renda e da riqueza do café (VILLELA e SUZIGAN,1975:21). Em 1915 e 1920 novas valorizações ocorreram e a agricultura continuou a sofrer intervenções do governo para a superação de seus problemas. Apesar dessas ações, o setor exportador não conseguiu evitar a bancarrota.

³ **A intervenção de 1906-1911, chamada de Convênio de Taubaté, é obra do maior Estado produtor da rubiácia (São Paulo) e é dirigida pelos cafeicultores. A iniciativa de Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, se faz contra a vontade do governo federal, e cabe ao governo paulista e aos produtores a iniciativa dos empréstimos estrangeiros e do controle do produto. No Convênio fica estipulado que é o Estado de São Paulo que promove o empréstimo necessário** (CARONE, 1974a:18). O Convênio de Taubaté foi assinado pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, na cidade paulista de Taubaté; e com ele é garantida a compra do café por preço mínimo preestipulado, criando-se para isso um fundo especial provido pelos Rothschilds e os Schroeder, com garantia do governo federal.

Quando a depressão econômica mundial de 1929 eclodiu, a economia brasileira já se encontrava em crise. A análise do quadro amplo do período não é nosso propósito e já foi largamente discutido em outras obras. Avaliaremos aqui os pontos necessários para compreender a bancarrota econômica que caracterizaria a década de 30.

A crise econômica mundial de 1929 atingiu, em primeiro lugar, os países produtores e exportadores de matérias-primas, com o agravamento da situação entre 1930 e 1931. No decorrer desses anos, o preço do café caiu em 43%, a borracha 42%, a lã e o milho, ambos em 40% e o estanho, o cobre, o açúcar, a manteiga, tiveram uma queda entre 20 e 30%. A crise de 29 atingiu profundamente o Brasil. A agricultura, a indústria e as finanças sofreram duros golpes, sendo que a primeira foi a mais particularmente atingida. 1930 marcou a aceleração do polo dinâmico da economia do setor exportador ao setor de produção para o mercado interno. A economia cafeeira, por exemplo, com uma parcela de cerca de 15 a 20% do PIB nos anos 20, teve essa porcentagem reduzida a 10% nos anos 30 e a 5% nos anos 40. É importante notar, porém, que no período de 1929 a 1939, o valor da produção agrícola para o consumo doméstico permaneceu igual (embora em 1932, 1933 e 1934 ela tenha sido superior) ao valor da produção industrial.

No que tange ao desenvolvimento do setor industrial, este teve suas causas muito mais devido aos efeitos da crise de 29 sobre a economia do que à ação ou a preponderância política da burguesia industrial. ⁴ MARTINS (1973:113-114) observa que

⁴ *As condições econômicas, sociais e políticas internas, que foram as bases efetivas dos surtos de desenvolvimento industrial, somente puderam ser dinamizadas devido às oscilações e rupturas havidas nos vínculos do Brasil com a Inglaterra, a Alemanha, a França, os Estados Unidos e outras nações. Por essa razão, a história da industrialização no*

"O fato de que quase 20 anos mais tarde, em 1947, o Ministro das Finanças se ponha a defender a tese do fim do século, segundo a qual o Brasil não havia mostrado capacidade senão para a produção agrária, demonstra isso suficientemente".

Entre 1920 e 1937, verificou-se o reerguimento da produção industrial, enquanto a atividade agrícola sofreu um declínio relativo; de 1920 a 1928, o produto real agrícola do país havia crescido em 44%, enquanto que esse índice caiu para 28% entre 1928 e 1937. A crise no setor agrícola fez com que os atingidos procurassem reavivar fórmulas já utilizadas no passado; desde 1929, os setores produtivos agrícolas passaram a pressionar o governo federal e os estaduais para receberem auxílios materiais. Na verdade, o que se buscava era ressuscitar as valorizações do passado. Entretanto, as autoridades, nesse momento, encontravam-se em dificuldade para obter empréstimos estrangeiros e praticamente não havia reservas no Tesouro, fosse no Nacional, ou nos Estaduais.

Essa situação financeira impossibilitava uma solução imediata. Mas como era grande a extensão do impasse, o então Presidente, Getúlio Vargas, foi impelido a tomar medidas paliativas, que desembocaram, com o passar do tempo, em intervenção total na economia.⁵

STOLKE (1986:95) estuda a época do apogeu da economia cafeeira e sua crise, concluindo que 1929 foi "o início de um processo de lento mas contínuo declínio econômico e político da burguesia cafeeira", mas

Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenham papéis papéis dominantes (IANNI, 1988:30).

⁵ "É assim que, progressivamente, começou a intervenção do Estado nas economias cafeeiras, açucareira, cacaueteira, etc., com a criação dos respectivos Institutos" (CARONE, 1974:6).

defende a idéia de que esse processo não chegou a ser tão catastrófico a ponto de ter abalado de forma decisiva o setor cafeeiro.⁶ Segundo ela,

"enquanto seja verdade que o governo Brasileiro tenha formulado uma política do café mais sistemática e que as relações entre produtores, exportadores e o estado não foram sempre harmoniosas, o setor cafeeiro geralmente teve sucesso ao defender seus interesses e teve suas demandas atendidas" (1989:139).⁷

A tabela 1, adiante, demonstra que, entre 1929 e 1937, o preço do café manteve-se em patamares estáveis.

Segundo a autora, na realidade, o impacto da crise foi apenas sentido "pelos cafeicultores da região cafeeira decadente que os levou, mais provavelmente, a vender ou a lotear suas propriedades". Como exemplo, a cidade de Jaú que, em se constituindo numa das áreas mais importantes de produção de café no estado de São Paulo, pouco foi atingida pela crise e, em 1945, ainda preservava 18 milhões dos seus 22 milhões de pés de café originais.

7

⁶ A questão política é desenvolvida adiante, no item A Crise Política.

⁷ Em realidade, "os produtores de café continuaram a exercer considerável influência sobre o governo até o golpe de 1964, como indicado pelas repetidas moratórias das dívidas e políticas de apoio nos anos 30 e seu posterior sucesso em resistir à transferência de rendas para a indústria através do 'confisco' nos anos 50" (STOLCKE, 1989:139).

TABELA 1	
PREÇO DO CAFÉ: 1928-1946	
Ano	Preço Médio Por Saca De 60 Kg/Dolar
1928-29	22.93
1929-30	13.10
1930-31	9.29
1931-32	10.80
1932-33	10.46
1933-34	12.34
1934-35	10.58
1935-36	11.97
1936-37	13.80
1937-38	7.57
1938-39	8.01
1939-40	7.93
1940-41	11.06
1941-42	14.52
1942-43	14.94
1943-44	15.42
1944-45	16.18
1945-46	22.41

STOLKE (1985:97)

As bases do sistema social oligárquico vinham sofrendo abalos e já não eram mais tão sólidas, como veremos adiante. A oligarquia paulista garantia sua sobrevivência e a sobrevivência da cafeicultura graças a medidas artificiais ligadas à sustentação do preço do café e por iniciativa de instituições

controladas pelos fazendeiros (Instituto do Café, Banco do Estado de São Paulo e Banco do Brasil).

A partir de 1931, o governo federal teve que intervir na economia de exportação como um todo. Nessa direção, surgiram o Conselho Nacional do Café, logo transformado no Departamento Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Cacau, o Instituto do Pinho, o Instituto do Sal. O governo, através desses diferentes institutos, estipulava o preço da safra, a forma de aquisição, a qualidade do produto a ser vendido. Essas medidas, entretanto, não eram tomadas unilateralmente pelo Brasil. As iniciativas passavam também por outros países, a partir dos casos particulares de cada um.⁸

A análise sobre as estratégias de sobrevivência à crise do café deve levar em conta também que esta veio estimular a produção do setor de alimentos e o surgimento de outros cultivos tais como fumo, algodão e trigo. Na verdade, a diversificação mostrou-se necessária para a sobrevivência do produtor. Apesar da predominância do café na produção de riqueza, as fazendas não eram rigorosamente monocultoras, como ocorreu com a agro-indústria do açúcar. As fazendas de café mantinham o sistema de cultura intercalar, plantando-se gêneros alimentícios como arroz, feijão, milho e outras como o algodão e o fumo. A produção de gado *vacum* e porcino garantia carne e gordura, além do leite. A alimentação era completada também pela criação de galinhas *caipira* que, de outra forma, propiciava alguma renda adicional aos

⁸ Consultar CARONE (1991).

colonos. A produção oriunda das fazendas abastecia em parte o mercado urbano próximo.

Os jornais das cidades do complexo cafeeiro ilustram a situação.

Em 23/08/32, o *O Comércio de Jaú* estampou em suas páginas:

"A Sociedade Rural Brasileira lembra a todos que cultivam a terra, a necessidade de aumentar a produção de milho, feijão, arroz, trigo, cana-de-açúcar, forragens, soja, bananas, laranjas, mandiocas, legumes, fumo, algodão. Cultivemos com carinho o nosso grão de ouro - o café. Aumentemos a nossa criação de bois, porcos, galinhas, carneiros etc... Não é só no campo de batalha que se concorre para a vitória. Cultivando a terra e aumentando a produção, concorreremos eficazmente para a vitória".

O *Diário do Rio Claro*, publicou em 20/02/36, manifestação da Academia Brasileira de Letras sobre o papel de São Paulo na policultura:

"O paulista foi o deus, o elemento masculino que penetrou a virgindade da terra: foi o verbo creador, fazendo a luz na treva florestal abrindo os penhascos, rumando as águas domesticado os criando enfim o novo homem, a sua semelhança, para suceder-lhe nos séculos. Dilatando immensamente a patria, o primeiro paulista pode exclamar, estendendo o olhar das margens do Tietê ao Prata e ao Amazonas: De todo este longo trato do Brasil eu aspirei o primeiro halito (...) De toda essa longa terra fui o primeiro possuidor; desse corpo voluptuoso fui primeiro esposo (...) -Chegou pois, o paulista do século XX com o mesmo gênio realizador, logrando conquistar o primado econômico nacional, e tornando-se o eixo central das finanças a cambio do Brasil. Na exportação nacional presente-lhe cabe-lhe a percentagem de 55% e agora com o surto espantoso do algodão, subiu a quasi 70% e vae subir ainda. Para o total exportado pelo Brasil em 1934, 3.478.521:000\$ concorreu S. Paulo com 1.938.865, mais do que todo o resto do Brasil reunido. Da

produção agrícola de 4.8000:000\$ contos, 3.200:000\$ pertence a S.Paulo (...) Na pecuária formou S. Paulo em poucos anos rebanhos de 2.600.000 cabeças de gado vacum, 522.000 bois de trabalho, uma tropa de 137.000 cavalos de criação, 400.000 de trabalho, emanadas de 342.000 caprinos e lanígenos. Nos últimos 5 anos elevou a produção de seda de 12.000 para 62.000 contos. As fabricas de seda eram em numero de 20 em 1920, e produziram 4.925 contos; subiram a 115 em 1930, com o capital de perto de cem mil contos e produzindo 350.000 contos! (...) Com o algodão é mais frisante ainda a victoria do genio paulista. Em 1931 S.Paulo exportou apenas 8.350 toneladas; 3 anos depois exportou 105.000 toneladas alcançando o primeiro lugar em lavoura que outros cultivavam há longos annos".

Outro exemplo de defesa da diversificação da produção agrícola é encontrado no jornal *O Combate*, de Jaboticabal, referindo-se ao algodão, em 17/10/29: "Fazendeiros chegaram ao ponto de optá-lo ao café, porque vislumbram eles, a gente pode passar sem a preciosa rubiácia, mas não pode andar nu".

Com a crise do café, a policultura tomou corpo e permitiu um contínuo desenvolvimento da região. Nessa situação, na primeira metade deste século, essas cidades apresentaram condições para desempenhar outras atividades e garantiram que suas funções urbanas não fossem abaladas em sua essência, graças à diversidade dessas funções que já haviam se estabelecido no período anterior à crise.

As cidades do complexo cafeeiro paulista dispunham, desde o início do século XX, de condições que lhes permitiram sobreviver à crise de 1929, sem sofrerem derrocadas fatais para seu posterior desenvolvimento.

Essas cidades estavam dotadas de uma infraestrutura urbana, com uma população crescente, de nível aquisitivo suficiente para se constituir em um mercado de consumo relativamente amplo. Nos anos 20, já havia, instalado nelas, um equipamento básico de serviços públicos (energia elétrica, serviços bancários, rede elétrica e telefônica) e contavam com uma rede de transporte ferroviário que as interligava e que permitia um contato rápido com a capital do Estado e o porto de Santos.

Ao longo dessa década, algumas indústrias instalaram-se nessas cidades, principalmente nos ramos da mecânica, dos instrumentos agrícolas, tecidos, vestuário, equipamentos para beneficiamento de café e cereais.

Ribeirão Preto é um exemplo de que a vida urbana do interior paulista não foi afetada em sua essência pela crise. Conhecida então como a capital do café, passou por um crescimento nos anos 30 e 40 explorando outras atividades e tornou-se um importante centro comercial e de serviços.

O complexo cafeeiro ⁹ - abrangendo produção do café, sacaria, equipamento para beneficiamento, ao lado do transporte ferroviário, com o aumento das atividades bancárias, do comércio de exportação e serviços - possibilitou a grande expansão do quadrilátero central do interior paulista.

⁹ CANO utiliza o conceito "complexo cafeeiro" a partir da integração dos seguintes elementos: 1) atividades produtivas do café, 2) agricultura produtora de alimentos e matéria-prima nas formas de cultivos intercalares dentro da propriedade cafeeira e fora dela produzindo para o mercado, 3) atividade industrial - produção de equipamentos de beneficiamento de café, indústria de sacaria de juta para a embalagem do café e demais compartimentos produtivos da indústria manufatureira, 4) implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário paulista, 5) expansão do sistema bancário, 6) atividades do comércio de exportação e importação, 7) desenvolvimento de atividades criadoras de infraestrutura (portos, armazéns, transportes urbanos e comunicações) e as inerentes à própria urbanização, como o comércio, 8) atividades do Estado (federal e estadual) pela ótica do gasto público, além de outras variáveis como movimento imigratório, disponibilidade de terras, saldos da balança comercial, capital externo, políticas tarifárias, monetária, cambial e de valorização do café.

A crise de 1929 levou a uma expansão em busca de terras novas no Oeste Paulista, enquanto a região central se abriu com a industrialização, ainda que não muito intensa e generalizada nas duas décadas seguintes, mas aproveitando o mercado de mão-de-obra e de consumo, bem como da infraestrutura urbana e, até certo ponto, do sistema de transporte ferroviário.

Esse quadro não se limitou apenas à lavoura. A indústria também foi afetada, embora a sua situação apresentasse condições mais favoráveis. De acordo com VILLELA e SUZIGAN, "Os efeitos negativos da depressão sobre a produção industrial foram menos agudos do que sobre a produção agrícola" (1975:191). A agricultura, dominada pela grande propriedade e com a produção dedicada à exportação, encontrava-se à mercê do mercado externo. Diferentemente, a indústria, cuja função principal era a de atender ao mercado interno, encontrava demandas, mesmo em épocas críticas. Em 1933 e 1934, a indústria brasileira, por vezes quase estagnada, ou mesmo declinante, voltou a alcançar os níveis apresentados em 1929. Os produtos alimentares foram os que sofreram menor queda na produção. Há que se considerar, nesse processo, por um lado, a população, mesmo empobrecida, constituindo-se em mercado constante de alimentos e tecidos, dois ramos de atividades que dominavam o conjunto industrial. Por outro, o controle cambial do Governo Vargas, ao lado das restrições das importações, engendrando condições para o crescimento da demanda de produtos nacionais, principalmente de tecidos. A classe mais abastada, portanto, face à crise de importação, voltava-se agora ao consumo de artigos locais. A indústria têxtil, portanto, teve uma expansão bastante expressiva no período da crise, principalmente ao se levar em conta que ela vinha operando em baixo nível de capacidade. Esses mesmos autores destacam

também o controle cambial do Governo Vargas, ¹⁰ao lado das restrições das importações, como fatores de crescimento da demanda de tecidos nacionais.

O Censo Industrial de 1940 revelou os dados que demonstraram os resultados dessa política:

"do total de estabelecimentos.. em número de 49.418, nada menos de 34.691 haviam sido fundados entre 1933 e a data do Censo... É bastante expressivo que o índice da produção industrial que nos anos da depressão registrou uma taxa média anual de crescimento de apenas 1,0%, nos anos 1933-1939 tenha acusado uma estupenda aceleração para 11,2% ao ano, o que explica a taxa média anual de 8,4% no período 1929-1939, não obstante a depressão" (VILLELA e SUZIGAN, 1975: 192-193).

Voltando às estratégias de superação da crise de 29 postas em prática pelos fazendeiros de café , ao lado da intensificação da cultura intercalar, devemos destacar as medidas por eles tomadas em relação à redução dos preços e dos salários e ao atraso de pagamentos aos colonos e camaradas.

¹⁰ As desvalorizações cambiais a partir de 1933 constituíram-se em uma proteção à indústria pela elevação dos preços das importações.

TABELA 2 SALÁRIOS NOMINAIS MÉDIOS NAS FAZENDAS DE CAFÉ EM SÃO PAULO: 1929 E 1931						
Zonas cafeeiras	Vencimentos médios anuais (carpas)			Salário médio por tarefa das carpas (por mil pés de café)		
	1929	1931	declínio	1921	1391	declínio
Paulista	450\$	140\$	68%	80\$	37,5\$	37%
Mogiana	450\$	185\$	58%	75\$	37,5\$	40%
Sorocabana	450\$	225\$	50%	80\$	35,0\$	56%
Araraquarense	50\$	160\$	64%	48\$	-	-
Noroeste	425\$	179\$	60%	73\$	38,0\$	48%

STOLKE (1986: 101).

Observação da autora: os salários nominais por carpa declinaram mais do que o salário por tarefa de carpa, o que sugere que foi realizado um número menor de carpas, para reduzir os custos.

STOLKE (1986:101) considera que a redução em mais de 50% nos salários em dinheiro, entre 1929 e 1931, como mostra a tabela 2:

"Foi provavelmente o fator mais importante, além da sustentação oficial do preço, na capacidade de resistência dos cafeicultores frente à crise. Os salários monetários foram reduzidos a menos da metade, e o plantio alimentar intercalado subiu a cerca de 80% da área total plantada com café. Se se considera que os custos de mão-de-obra respondiam por 70 a 80% dos custos de produção, e que os preços do café haviam baixado cerca de 50%, não é surpreendente que, mesmo depois do desastre, a produção de café tenha continuado a ser um empreendimento lucrativo" (1986:99-100).

O Estado de São Paulo publicou, em 5 de novembro de 1929, o anúncio do Departamento Estadual de Trabalho: "a redução dos salários se opera, em toda parte, com máximo êxito (...), não tendo esta repartição e o Patronato Agrícola do Estado conhecimento de qualquer recusa por parte dos colonos".

O Departamento Estadual de Trabalho colocou-se ao lado da Sociedade Rural Brasileira, sugerindo medidas que foram prestamente acatadas pelos líderes rurais dos municípios cafeeiros, apoiados, inclusive, pelos então prefeitos desses mesmos municípios.

Um caso ilustrativo é o da cidade de São Carlos. *O Estado de São Paulo* registrou em sua edição de 13/11/29 as seguintes medidas, em reunião presidida pelo então prefeito municipal, com 80 fazendeiros:

- a) redução dos preços nos tratos dos colonos em torno de 30 a 40%, com a contrapartida da permissão a eles de plantarem;
- b) pagamento máximo de 1\$250 por alqueire de café colhido;
- c) pagamento limite de 5\$000 por dia de trabalho.

A mesma linha de procedimento pode ser constatada em outras cidades do complexo cafeeiro, como Araraquara, Rio Claro, Jaboticabal e Piracicaba, como demonstra a ata abaixo:

"ACTA DA REUNIÃO DOS FAZENDEIROS e lavradores realizada no dia 3 de Novembro de 1929, em o Paço Municipal, para o fim de se tratar da redução do trato do café e colheita no município de Rio Claro, no anno agricola de 1929 a 1930 (...)Expostos os fins da reunião pelo Sr. Prefeito que tinha a seu

lado um representante do Departamento Estadual do Trabalho e um dos lavradores presentes, a este foi dada a palavra (...) (Ficou estabelecido): 1o) uma redução de 40% nos salários que vigoraram no anno agrario findo, abrangendo trato do café, colheita e diaria, podendo os fazendeiros consentir que os colonos plantem cereaes em seus talhões de café , 2o) que, em nome da classe, se officie às Câmaras municipaes visinhas para que convoquem os lavradores, afim de se tomar identica resolução. 3o) somente depois de cumprida a linea 2) será effectivada a resolução no.1 (...)" (ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO,1983).

A situação se agravava, à medida que o pânico e a inquietação tomavam proporções alarmantes. A situação econômica já abalava o sólido sistema bancário da época, que se beneficiou com a expansão do café. Ao final de 1929, o setor cafeeiro perdeu a ajuda oficial, tanto federal como estadual.

Como lembra SAES (1994:107), ao longo da República Velha, os currais eleitorais do interior do país não garantiram aos grandes proprietários de terras o controle do aparelho central de Estado. Antes, representaram uma força no sentido de auxiliar o bloco político-partidário encabeçado pela burguesia cafeeira paulista a se manter na direção do Estado. A política de Estado levada a cabo por esta burguesia não atendia o proprietário ou fazendeiro do interior, que avolumaram suas queixas contra o governo central. A burguesia comercial e urbana, ligada à exportação e financiamento da produção agrícola mais seu aliado, o capital imperialista, foram os beneficiados por essa política¹¹.

¹¹ "É interessante sublinhar a atitude permanentemente oposicionista dos médios produtores de café, sem interesses em bancos, casas comissárias ou casas exportadoras, diante das sucessivas políticas de valorização do café, postas em prática pelo governo estadual e pelo governo federal. Desde a última década do século XIX, os 'lavradores' de São Paulo se empenham na organização de associações, como a Liga Agrícola, a Liga Agrária ou o Clube da Lavoura, que conduziam em nome da classe a luta contra o domínio dos 'banqueiros'. Por outro lado, tais atividades sempre foram

Segundo VILLELA e SUZIGAN,

"tanto os bancos comerciais, que haviam financiado os plantadores, como o Banco de São Paulo, estavam quase sem fundos, o que poderia provocar um pânico bancário, que teria paralisado a exportação de café." (1975:174)

Os fazendeiros enfrentavam dificuldades para pagar os fretes rodoviários para os portos de embarque. O governo passou a suspender a emissão de papel-moeda, que vinha sustentando o café, mas não pôde evitar a compra de estoques da superprodução da época: havia 18 milhões de sacas de café nos armazéns, a safra 1931-1932 era estimada em 17,5 milhões de sacas e as exportações se limitavam a 9,5 milhões de sacas. Foram criados novos impostos, que recaíram sobre o próprio café. Até março de 1933 foram queimados 15,8 milhões de sacas de café, segundo noticiava o *Diário de Rio Claro* (06/05/1933).

Desse modo, o Estado de São Paulo recorreu ao auxílio dos banqueiros Schroeder & CO, num empréstimo conhecido como o Empréstimo da Realização do Café, no montante de 20 milhões de libras esterlinas, que estabeleceu, entre outras condições, a de que o Estado de São Paulo não mais interviria no mercado.

O *Diário de Rio Claro*, em 29/01/1930, registrava também a inquietação das operações comerciais e os abalos pelos quais as casas bancárias vinham passando em relação a sua credibilidade, escrevendo: "Com

objeto de crítica e reprovação por parte das 'oligarquias'(cuja natureza, agora o sabemos, era menos rural e agrícola que urbana e comercial/bancária) do PRP" (SAES,1994:107, rodapé 33).

mais de 2 milhões de contos de mercadoria pronta para embarque e sofreremos uma crise como esta!".

Os bancos tornaram-se o alvo das queixas. O jornal *O Estado de São Paulo*, através de seu correspondente de Jau , em 22/11/1930, escreve sobre ofício do Prefeito desta cidade, enviado ao presidente da Associação Comercial, no qual considerava justas as dívidas em função das "dificuldades por que estão passando as classes conservadoras no momento atual" . *O Correio de São Carlos* ,em 15/11/1929, refere-se à reunião dos agricultores da cidade. A reportagem indica que o articulista estava induzido a apoiar a socialização do "custo de todos os nossos meios de vida" face aos preços do café , "a coluna mestra de nossa economia", colocando ainda:

"Escrevendo estas linhas despretenciosas, solicitamos as atenções de todos os senhores proprietários, a fim de resolverem a redução dos aluguéis de seus prédios, prestando deste modo um relevante benefício à comunidade são-carlense".

RODRIGUES (1991) observa que

"a dupla condição de Júlio Prestes, como governador/presidente de São Paulo e candidato oficial à Presidência da República paralisou-o politicamente, pois se recusava a reconhecer a gravidade da crise. Os jornais da época testemunham a inútil pressão, através de delegações que portavam representações, memoriais e estudos, como os elaborados pela Liga Agrícola Brasileira, liderada por Alfredo Pujol, bem como pela Sociedade Rural Brasileira e a Sociedade Paulista de Agricultura, uma das mais antigas, outras recém-organizadas e vinculadas aos novos partidos políticos, como a primeira delas. Evidenciava-se a necessidade de mobilizar os cafeicultores, que procuravam assim fazer valer a força institucional da oligarquia. 'Qual o remédio', indagava-se. A resposta foi a de que todos

se antolhavam necessária a moratória oficial, uma vez que esta já existia tolerada" (Fábio ARANHA, Ação do Governo do Estado, *O Estado de São Paulo*, 31/10/1929).

Partidos novos, no intuito de enfrentar o monopólio do Partido Republicano Paulista, encontraram naquele momento uma chance de ocupar espaços nas fissuras abertas pela crise na oligarquia. O Partido Democrático, em reuniões extraordinárias, organizava comissões para discutir o problema, congratulando-se, inclusive, com a Liga Agrícola Brasileira "pela acentuada e patriótica iniciativa da convocação de um Congresso de Lavradores" (*O Estado de São Paulo*, 27/11/1929).¹²

A oligarquia paulista, dominada ainda por um otimismo que contrastava com as mudanças na economia mundial, estava sendo vencida pela avalanche desencadeada pela realidade dos fatos. *O Estado de São Paulo*, por seu correspondente de Piracicaba, publicava, em 28/11/1929, que o município "parece não ter sido atingido pela grita geral da crise do café", já que os cereais e o algodão se juntavam à então tradicional lavoura de cana-de-açúcar.

Havia, pois, um clima de otimismo que não refletia as condições reais. Segundo CARONE (1976), a euforia estabelecida pela prosperidade econômica da Europa e do mundo, no período pós primeira Grande Guerra, trouxe a ilusão de uma constante melhoria que se traduzia, durante os anos 20, numa constante alta de preços.

O sistema político instaurado em 1930 adotou novos rumos e passaram a ocorrer, após essa data, sucessivas viagens de delegados da lavoura paulista ao Rio de Janeiro, rumo aos novos responsáveis pelo poder,

¹² Este tema será melhor desenvolvido adiante, no item A Crise Política.

para negociarem, entre outras coisas, as cotas de eliminação dos estoques de café e a revisão de tarifas e a moratória.

Mesmo frente aos sinais evidentes da crise, persistiu a ilusão da onda verde. O Partido Constitucionalista, herdeiro do PD e então no poder, em 12/09/1934 publicou, em página d'*O Estado de São Paulo*: "Estamos chegando ao fim da batalha do café".

Na realidade, o período foi marcado pelo declínio agrícola e pela reação da produção industrial que, nas palavras de CARONE (1976:5), "representam a dialética do período".

Como já visto anteriormente, a partir de 1929 todas as formas produtivas foram duramente atingidas. Entretanto, se por um lado a superprodução impediu o equilíbrio agrícola, por outro, a indústria recuperou seu ritmo anterior e, a partir de 1933-1934, passou por uma nova fase de ascensão que se prolongou posteriormente.

O Brasil, no século XX, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, vivenciou acontecimentos sociais, políticos e econômicos que evidenciaram conflitos e tensões engendrados pela passagem para uma sociedade urbano-industrial, que se organizou a partir de novos padrões e que colocaram desafios ao poder oligárquico¹³.

¹³ *"Em oposição à sociedade agrária, que se havia constituído em quatro séculos de história, de atividades econômicas voltadas para o exterior e de relações políticas circunscritas às cúpulas da 'aristocracia' agrária e da 'elite dos letrados', a sociedade urbano-industrial criada neste século organiza-se em outros padrões políticos, econômicos e culturais"* (IANNI, 1988:23).

A CRISE POLÍTICA

Desafios da Integração Nacional

A crise da política oligárquica foi resultado e parte constitutiva de um conjunto de transformações ocorridas na sociedade brasileira e sua análise deve levar em conta as principais linhas da estrutura econômico-social da Primeira República. Focalizaremos, neste momento, de forma breve, as linhas mestras desta estrutura.¹⁴

Do ponto de vista econômico, a integração nacional era frágil desde o Império e assim permaneceu durante a República. A formação de um mercado integrado encontrava obstáculos, a par da grande extensão geográfica do país, no fato de o Brasil ter se constituído como uma sociedade baseada na produção de matérias-primas para exportação, dominada pelos interesses do setor agro-exportador, com vistas à produção do café, representado pela burguesia paulista e parte da burguesia mineira. Como indicado anteriormente, este setor, dependente da dinâmica do mercado internacional, encontrava-se diretamente ligado ao jogo de forças dos grandes centros consumidores, sobre o qual não exercia controle. Além disso, a dependência externa deste setor era aprofundada pela forma como este garantia sua renda.

É bastante conhecido o fato de que o setor cafeeiro dependeu das sucessivas valorizações levadas a cabo pelo governo. A defesa do café foi um instrumento de interesse dos fazendeiros, constituindo-se na principal

¹⁴ A estrutura sócio-econômica da Primeira República foi desenvolvida no capítulo I.

solução para a queda dos preços.¹⁵ Destarte, tanto as crises como as prosperidades regionais não tinham repercussões diretas no conjunto da economia. Isso se dava, em verdade, através da mediação do comércio internacional e de seus efeitos na balança de pagamentos.¹⁶

FAUSTO (1987:230) define o quadro político da época:

"A um tempo dominante e dependente, a burguesia cafeeira impôs no país, durante os três primeiros decênios do século, sua hegemonia social e política. Não se formou no interior da classe dominante, até os fins da década de 20, nenhum grupo que apresentasse uma opção viável, em oposição aos seus interesses. Todos os presidentes da República, não só paulistas e mineiros, como os que não foram apoiados por São Paulo, nunca pretenderam alterar a característica básica da vida republicana, atendendo, com primazia, o setor do café".

A década de 20, não obstante, significou um período de desafios a essa situação. Foi uma fase marcada por uma crise de hegemonia¹⁷ que se refletiu em cisões, dissidências e realinhamentos no seio das elites. Em outros termos, o poder oligárquico enfrentou uma série de dissidências entre facções, traduzidas na criação de partidos oposicionistas, em insurreições que contestavam a legitimidade do regime e por movimentos de trabalhadores. Nesse sentido, podemos destacar como expressões da crise do poder oligárquico - que se deveu, entre outros fatores, pela emergência de interesses

¹⁵ Esta é uma análise parcial da questão. Para um quadro mais amplo, consultar, entre outros, PRADO JR. (1956: 237 e segs.) . FAUSTO, ao lado de inúmeros outros seus trabalhos sobre o assunto, oferece uma análise breve, porém bastante esclarecedora, no capítulo constante na coletânea organizada por MOTA (1987).

¹⁶ Ver RODRIGUES (1966: 208 e segs.).

¹⁷ O termo hegemonia é comumente utilizado na literatura para definir o domínio dos fazendeiros paulistas sobre a sociedade brasileira. Ver FAUSTO (1977).

diferentes - elementos diretamente relacionados à nossa reflexão,¹⁸ como o surgimento dos partidos oposicionistas, o tenentismo, o integralismo, os movimentos reivindicativos dos trabalhadores, o reforço das entidades filiadas à Igreja Católica, a Semana de Arte Moderna e, finalmente, a crise econômica.

Esse contexto configurava-se também a partir da industrialização e da urbanização em curso no país, com consequências políticas importantes tanto no que diz respeito à inserção de novos atores no processo político, como às relações de dominação nas cidades, que passaram a demandar redefinições frente às manifestações políticas das massas urbanas. IANNI entende que o desenvolvimento econômico, social e político nacional, simbolizado na industrialização acelerada, foi consequência de uma série de rompimentos políticos e econômicos, quer no plano interno como no externo. De uma forma genérica, esses rompimentos tiveram lugar entre a Primeira Guerra e o Golpe Militar de 1964.

"A democratização das relações políticas e sociais, a expansão do sistema educacional, a conquista de direitos políticos e benefícios sociais, por parte das classes média e operária, inclusive em certas regiões agrícolas, além de outras transformações institucionais importantes, foram a consequência e o componente da ruptura político-econômica ocorrida nessa época" (1988:18).

¹⁸ Pela extensão do tema, não entraremos, no âmbito deste trabalho, em uma análise de todos os condicionantes da crise da década de 20, pois isso se constitui em tema de outro estudo específico. No entanto, é preciso indicar que o período foi marcado por mudanças no plano internacional, que também afetaram as esferas econômica, política, social e cultural a nível nacional. Entre outros fenômenos, podemos citar o fim da Primeira Guerra Mundial, a crise geral do liberalismo e do Estado, a grande crise econômica e os debates que se abriram como o resultado e as consequências da Revolução Russa em 1917. A vulnerabilidade do Brasil no contexto do mercado tem sido largamente discutida na literatura e a importância das *constraints* decorrentes da dependência estrutural dos países menos desenvolvidos merecem análises que não serão comentadas aqui. Ver, por exemplo, CARDOSO e FALETTI (1979).

Em síntese, a economia brasileira sofreu, ao longo do século XX, alterações profundas. Na esfera produtiva, verificou-se a diminuição da importância relativa dos setores agrário-exportadores face às atividades de transformação e ao aumento da produção de gêneros agrários destinados à demanda interna. O setor industrial, se não ocupava, ainda, em termos absolutos, a maior parte da população ativa e nem ultrapassava o valor do setor agrário, já se constituía no núcleo dinâmico por excelência da nova economia nacional. A constituição da força de trabalho, conseqüentemente, passou por transformações consideráveis.

A industrialização em curso no país engendrou um dos fenômenos mais importantes da vida social brasileira dos últimos tempos, a saber, o aumento do proletariado industrial.

Na fase precedente à Primeira Guerra Mundial, a imigração européia, principalmente a italiana, portuguesa, espanhola e alemã, constituiu a fonte fundamental de recrutamento de mão-de-obra no Brasil. Já no final da década de 20 começou a haver uma mobilidade interna maior dos migrantes nacionais em relação aos imigrantes, que possibilitou à região Centro-Sul - onde se verificava maior expansão industrial - obter um aumento de mão-de-obra nacional.¹⁹

¹⁹ GRAHAM e HOLLANDA FILHO (1971) mostram a existência de uma relação entre as migrações internas e a entrada de imigrantes no Brasil, com os seguintes índices de evolução: 1890/1900: 0,55; 1920/1940: 2,54; 1940-1950: 7,77. MONBELG (1971) aponta que, entre 1827 e 1940, "o percentual da imigração nacional em São Paulo foi de 23,7; o dos italianos de 29,4; o dos portugueses de 13,4; vêm a seguir os espanhóis com 12% e o japoneses com 5,8 (...) Durante muito tempo, os trabalhadores estrangeiros foram quase os únicos a dirigir-se para São Paulo, pois até 1919 o contingente dos brasileiros não ultrapassava 5.000 por ano. A partir de 1920, tomaram-se estes mais numerosos, igualando os estrangeiros, no fim da grande fase de prosperidade de 1928 as 1929 (...) Desde 1920, mas principalmente depois de 1930, cessou a providência transoceânica da imigração para São Paulo, substituída por uma grande migração interna".

Os dados do quadro 1 mostram o fluxo de migrantes nacionais.²⁰

QUADRO 1	
TRABALHADORES NACIONAIS ENTRADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO DE 1900 A 1950	
Anos	Número de Pessoas
1900-09	20.874
1910-19	33.927
1920-29	225.183
1930-39	435.864
1940-49	477.039
1950	100.123
Total	1.293.010

Em consequência das correntes de migrações internas especialmente crescente entre 1910 e 1940²¹ expressivos contingentes de população rural passaram a integrar a massa operária dos centros industriais urbanos. Os migrantes e seus descendentes foram a fonte demográfica para a formação da classe operária e do povo como categoria social,²² conforme aponta IANNI. Suficientemente numerosas e ativas, colocaram novos problemas

²⁰ Os dados aqui apresentados foram retirados de Rodrigues (1971), a partir de estudo de Andrade (1952).

²¹ Pela análise de Leôncio M. RODRIGUES (1991: 519), o quinquênio de 1931-1935 marcou definitivamente a reversão da relação imigrante-imigrante. Foi nesse período que *"os trabalhadores de outros Estados do Brasil superaram, em volume, a entrada de migrantes estrangeiros: 57% contra 43%. A partir daí, os brasileiros representariam sempre mais de dois terços do total"*.

²² Pelo caráter de nossa problemática, não nos deteremos sobre o tema da formação das classes trabalhadoras a não ser tangencialmente. Para isso, consultar, entre outros, IANNI (1988).

que exigiam suas próprias soluções. Esse período foi marcado por reivindicações que tiveram, de uma forma ou outra, de ser atendidas pelo Estado.

O Estado Oligárquico enfrentou duas fontes de pressão: a representada pelas camadas urbanas,²³ por maior integração política, e a representada pelas classes populares, pela implantação de políticas públicas.

Assim é que, em relação ao primeiro fenômeno,

"a pressão das camadas urbanas para elevar seu nível de inserção política ao nível da sua posição social - freqüentemente se aliando com as facções da oligarquia - coloca o problema da redefinição das relações de negociação no interior do universo das elites. (No que diz respeito ao segundo aspecto), as primeiras manifestações políticas das massas urbanas colocam, para as elites coalizadas,²⁴ o problema das relações de dominação nas cidades. São as tensões nascidas desses dois processos de reajustamento, tensões que se cruzam e se confundem por vezes na prática política, que marcam os anos agitados que precedem a revolução de 30; são também essas tensões que estão na origem imediata do Estado Corporativo" (Luciano MARTINS, 1973:88).

A industrialização no Brasil ocorreu de forma descontínua e se processou em forma de surtos ao longo do tempo. Dependente e regulada, como vimos, por processos econômicos desencadeados fora do sistema

²³ Como exemplo das aspirações nos momentos pré-30, podemos destacar o voto secreto, a reforma administrativa, a independência do Judiciário, a reforma do ensino.

²⁴ O conceito de elites coalizadas é usado por MARTINS no sentido de que *"é sob a égide autoritária de uma coalização formada pelas elites agrárias, industriais, comerciais e burocráticas que se realiza, no Brasil, a passagem de uma economia voltada à exportação de produtos primários para uma economia centrada na industrialização; essa coalizão das elites é dirigida, em última análise, contra as massas das cidades e do campo, ainda que as elites tenham tido êxito em mobilizar o apoio dessas massas"* (1973:24).

econômico nacional, encontrava-se à mercê de interrupções temporárias, o que a fazia alterar ou regredir conforme o comportamento do mercado internacional.

²⁵ Uma das consequências mais significativas desse processo foi o fato de que a industrialização, tal como ocorreu no Brasil, não favoreceu a formação de uma burguesia industrial que se constituísse como um grupo social com interesses econômicos fundamentais e em oposição ao grupo cafeeiro. Se, por um lado, em muitos momentos ficou demonstrado que não havia identidade de interesses entre os dois setores, ²⁶ não havia oposições de fundo. Como observa FAUSTO (1987:232), "as pretensões industrializantes nunca passaram de esperneios de quem procura alcançar um melhor quinhão e aceita a organização da sociedade imposta pelo núcleo dominante".

Essa configuração é explicada, como já apontamos, no capítulo I, pelo fato de que os interesses eram confundidos e representados, na maioria das vezes, nas mesmas pessoas, o que significou uma coincidência, mais que uma contradição entre os diferentes setores.

FAUSTO aponta também que, durante a Primeira República, dada a fragilidade da integração nacional, os processos econômicos tendiam à dispersão e o Estado tornava-se praticamente o único instrumento de integração, com o predomínio de São Paulo e Minas Gerais. A autonomia regional, portanto, não pressupunha um poder central fraco. Ao contrário, a União, ao mesmo tempo que vinha a representar diretamente os interesses do

²⁵ Ver PRADO JUNIOR (1956) e CARDOSO (1969).

²⁶ Como demonstraram as posturas a favor ou contra a industrialização em diferentes momentos, a exemplo da luta contra a carestia de vida e às valorizações do café. Ver capítulo I.

setor cafeeiro, assumia, em nome deles, a função de salvaguardar os interesses nacionais.²⁷

A burguesia cafeeira, como veremos adiante, mesmo deslocada do poder após 1930, continuou tendo um papel econômico fundamental e encontrou formas de acomodação no interior das elites. Ela obteve concessões através da política de conciliação, que teve como principal objetivo antes aplinar as divergências dos grupos dominantes que promover transformações estruturais (RODRIGUES, 1965). Reformas eram feitas, no sentido de incluir o povo como parte das negociações,²⁸ mas limitavam-se nos benefícios e reduziam-se às zonas urbanas. O governo instaurado após 1930, com Getúlio Vargas, fazia avanços reformistas, mas o campo foi excluído nesse contexto. As Constituições de 1934 e de 1937 instituíram uma legislação protetora para o trabalhador urbano e industrial, mas deixaram de lado a questão do trabalhador agrícola, garantindo, assim, os interesses da oligarquia rural.

WEFFORT (1980:72), nesse sentido, reflete sobre a significação das iniciativas do Estado no âmbito da legislação trabalhista. Entende que Getúlio Vargas "doou" às massas urbanas uma legislação que se limitou aos setores urbanos. Eram esses, na verdade, por um lado, os que possuíam maior capacidade de pressão sobre o Estado e que, já antes de 1930, possuíam alguma tradição de luta; por outro lado, constituíam-se nos setores disponíveis para a manipulação política pois, mesmo com as franquias democráticas suspensas desde 1937, as regras do jogo eleitoral foram uma das primeiras

²⁷ Como exemplos, o autor cita as frequentes intervenções federais, durante o governo Hermes da Fonseca, ou as pacificações em momentos de crise aguda.

²⁸ Sobre a subordinação das associações de trabalhadores ao Estado, consultar SOLA (1974), entre outros.

conquistas da revolução de 1930 e continuavam a ter uma "existência virtual". Em síntese, o período caracterizou-se por uma política visando as massas urbanas sem, no entanto, interferir com os interesses dos grandes proprietários de terra. Neste sentido, conforme entende REIS (1979:340), podemos falar de modernização pela alto, processo que

"gradualmente se afirmou, promovendo mudanças decisivas, sem contudo permitir uma ruptura radical com os antigos padrões de dominação(...) A preservação do sistema de propriedade de terra e das relações de trabalho no campo mantiveram inalteradas as bases do poder local dos latifundiários"

e, no contexto urbano, a classe trabalhadora ficou atrelada ao controle do Estado.

Como bem conclui CAMPELLO DE SOUZA (1983:85):

"dadas as características sociais do movimento de 30, e dado o quadro internacional de crescente polarização do entre-guerras, a almejada implantação de um Estado forte e centralizado significou, de fato, não a marginalização dos interesses econômicos dominantes do período anterior, mas sim uma redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central".

Assim, durante o período Vargas, a interação entre Estado e sociedade fez nascer uma estratégia que possibilitou o avanço da modernização nacional sem ameaçar velhos mecanismos de dominação social e sem remover as antigas elites da coalizão de poder. Nas palavras de REIS (1979:253), "Negando o conflito de classes, cooptando grupos sociais, promovendo o desenvolvimento e racionalização da administração, o estado estava impondo de cima o processo de modernização nacional".

Emergiram, nesse contexto, as práticas populistas, das quais se aproveitaram os setores dominantes e que se constituíram, inclusive, como raízes para a fonte da grande força de Vargas - o populismo.

Luciano MARTINS considera que a principal variável para a transição do Estado Oligárquico ao Estado Corporativo ²⁹ foi o conflito no interior das elites, devido à integração de novas camadas sociais à vida política. Os principais novos atores foram os militares e os engenheiros:

"É preciso assinalar aqui que, para esses novos atores, o conhecimento passa do ornamental para o instrumental na medida que os militares e os engenheiros tomam o conhecimento 'científico' em instrumento de ascensão social e em fonte política análoga a - e rival - do conhecimento jurídico do bacharel" (1973:87).

MICELLI explica a ascensão desses novos grupos entre 1930 e 1945, entendendo que a centralização autoritária do período, ao lado da redefinição dos canais de acesso e de influência de representação dos interesses econômicos junto ao poder central, fundava-se em um aparato burocrático crescente que passou a prestar uma contribuição própria ao sistema de poder então vigente. Todo esse processo de *construção institucional* levou à abertura de ministérios, de organismos ligados à Presidência da República e de uma rede de autarquias, conselhos e comissões especiais. ³⁰ O crescimento da máquina burocrática, altamente significativo em termos quantitativos, verificou-se tanto no âmbito da administração direta como nos novos espaços estratégicos

²⁹ MARTINS trabalha com os conceitos de Estado Oligárquico, Estado Corporativo e Estado Populista para definir os períodos que se estendem da dominação oligárquica até 1964.

³⁰ A exemplo dos Ministérios da Educação e Saúde Pública (1930), Trabalho, Indústria e Comércio (1930), Aeronáutica (1941), dos Departamentos Administrativo do Serviço Público (1938) e de Imprensa e Propaganda (1939).

de negociação entre o Executivo, os setores econômicos - como o Instituto do Café, do Açúcar e do Alcool etc - e outros grupos de interesse. Esses espaços dispunham de atribuições consultivas e se constituíram como frentes de legitimação para a ingerência do Estado que se espraiava sobre domínios da realidade antes sob a tutela de outras frações da classe dominante. Dessa forma, o "circuito de aparelhos sobre que se alicerçou tal processo veio propiciar as condições necessárias à cristalização de uma nova categoria social, o pessoal burocrático civil e militar" (MICELLI, 1979:133).³¹

O controle da informação científica foi o instrumento que tornou possível a integração dos estratos antes excluídos do cenário político - os militares e os futuros quadros técnicos - dando legitimidade à sua ação política e à sua afirmação como elites.

As escolas de ensino superior aumentaram nos principais centros urbanos, especialmente as de Direito, Medicina, Engenharia, Agronomia e, em menor escala, Odontologia e Farmácia, sendo procuradas tanto pelos filhos de famílias tradicionais como pelos estratos menos privilegiados.

Em síntese, a tese de Luciano MARTINS, sobre a qual nos apoiamos para nossa análise, é de que a contestação do Estado Oligárquico não foi resultado da ação dos setores industriais emergentes e nem resultou de uma contradição ao nível da produção, pois a oligarquia foi contestada enquanto camada dirigente, não enquanto classe dirigente. Portanto, as relações existentes no seio das oligarquias foram redefinidas sem que se abalasse a estrutura do sistema (1973:87 e seg.).

³¹ Sobre a figura do assessor técnico, consultar também COHN (1987), especialmente págs. 299 e segs.

Ocorreu, na realidade, antes uma diminuição da influência de uma fração de classe poderosa do que a perda de hegemonia de uma classe social. Há que se destacar o fato de os mais importantes cafeicultores terem freqüentemente acumulado funções.³² Eram, ao mesmo tempo, comerciantes, banqueiros, industriais e exportadores. Reafirmamos esta idéia, anteriormente desenvolvida, e mais uma vez destacaremos, na linha de DEAN(1973:56) e outros autores, o que consideramos ser essencial entender a respeito da relação comércio-indústria no período:

"Apesar do desafio de outros grupos de interesses, os fazendeiros mantiveram sua posição na economia regional. Não perderam o controle da terra; ao invés disso, continuaram a abrir novas regiões para o café e, mais tarde, para culturas diversificadas de utilização imediata. Suas firmas bancárias, securitárias e comerciais aumentaram com o tempo. Suas firmas industriais tenderam a crescer com a complexidade dos processos manufatureiros".

Desta forma, portanto, na primeira fase da industrialização de São Paulo não chegou a ocorrer uma oposição entre os importadores, enquanto um grupo social distinto, e os industriais.

LOVE acrescenta, em seus trabalhos, indícios de coesão da elite cafeeira em tempos de crise como, por exemplo, a criação da Frente Única em fevereiro de 1932. Em épocas de estabilidade, as divergências entre elementos da classe hegemônica podem ser vistas antes como indícios de auto-confiança

³² LOVE (1989:131) chama a atenção para este fato, pois considera que a não observância deste ponto pode obscurecer a questão dos conflitos setoriais.

coletiva.³³ Essas divergências foram confrontadas em congressos por uma pequena oligarquia política, o que demonstrava uma indiferença dos líderes em relação a uma possível perda da hegemonia política. Na realidade, as elites freqüentemente agiram sem levar em consideração suas relações com a maioria da população. Em muitos momentos, as elites paulistas demonstraram, com suas ações, alto grau de autoconfiança, chegando mesmo até à arrogância. Para LOVE, essa atitude reflete o pequeno grau de mobilização nas eleições durante todo o período da Primeira República. De fato, somente 3% da população votaram na maioria dos pleitos presidenciais.

Retomando a questão da crítica ao Estado Oligárquico e os conflitos que emergiram nas três primeiras décadas do século, é preciso assinalar, mais uma vez, que esta foi fruto do crescimento dos setores médios urbanos e do proletariado³⁴ e de suas formas de organização e expressão.

Desde que o princípio da legitimação do coronelismo dificultava a inserção das novas elites emergentes - representadas por parcelas dos setores urbanos, pela burocracia e por elementos provenientes da própria oligarquia - a manutenção do *status-quo* dependia, dentre outras condições, da capacidade do sistema em incorporar ou neutralizar esses grupos sem correr o risco de alterar a estrutura de dominação.

³³ *"De qualquer forma, poder-se-ia apenas esperar uma quase unanimidade de pontos de vista entre os interesses competitivos no seio da burguesia em tempos de crises reais, que somente começaram em São Paulo no final dos anos vinte. Solidariedade de classe é encontrada, como esperado, durante o período iniciado com a criação da Frente Única em fevereiro de 1932 até a guerra civil terminada em setembro. Durante esse período, a elite econômica sentiu-se ameaçada externamente pela intervenção federal e internamente, pela militância da classe trabalhadora"* (LOVE, 1989:131).

³⁴ Luciano MARTINS (1973) atenta para a falta de estudos e precariedade de dados sobre a morfologia das classes sociais dessa etapa, o que dificulta a análise dos componentes de classe implicados nos conflitos das primeiras décadas do século.

Nesse sentido, no que diz respeito à integração das novas elites ao processo político, estas entendiam que grande parte de seu êxito dependia do processo eleitoral ³⁵ já que o Estado Oligárquico tinha sua força apoiada nas relações dirigidas pelas oligarquias regionais. Dessa forma, grupos que anteriormente estavam vinculados à oligarquia passam a se refugiar nas "organizações partidárias e as instituições culturais dependentes dos grupos dirigentes de São Paulo, bem como as frentes de mobilização política" (MICELLI, 1979: xvi).

O crescimento das organizações políticas - a exemplo das ligas nacionalistas, a fundação do Partido Democrático em 1926, entre outras - está ligado às mudanças políticas e à reorganização das relações de força no seio do círculo dirigente oligárquico. As associações de classe constituíram-se, igualmente, em fontes de confrontos no interior da elite, como melhor explicitado adiante. Todavia, mister se faz destacar que, no período compreendido pelos anos de 1901 e 1926, a concorrência política entre os grupos dirigentes no Estado de São Paulo deu-se no âmbito exclusivo do PRP, tendo como pano de fundo os conflitos e cisões em torno de sua direção. ³⁶

A crise de outubro de 1929, pelos motivos já expostos na primeira parte deste capítulo, abalou as bases sobre as quais a oligarquia cafeeira paulista havia se apoiado durante um século. Sua sobrevivência, entretanto, foi possível através de alianças com o poder central, consolidando uma estratégia

³⁵ Como observa Luciano MARTINS (1973:95), *"a solução não se encontra na transformação da estrutura agrária; ela oscila entre a 'militarização' das massas e o voto secreto; este último não é admissível senão se definido 'senso elevado', entendido assim como pelo voto seleta, culto"*.

³⁶ Este ponto será melhor discutido no capítulo III, momento em que estaremos focalizando as lutas dentro do PRP, tendo como ilustração a análise particular do partido em Rio Claro.

política já em prática desde a etapa de formação do Estado Nacional. Ao analisar o Pacto Agrário,³⁷ CAMARGO (1991:126) assinala:

"Não resta dúvida que de 1930 a 1964 o que se convencionou chamar genericamente de oligarquia (expressa por sua dupla referência: monopólio da terra e controle do voto) permaneceu imbricada nos centros de poder e que sua inserção nada teve de incompatível com a direção industrializante então assumida. Ao contrário, do ponto de vista político, sua flexibilidade revelou-se providencial, pois permitiu a formação de um centro estabilizador para acolher e mesmo implementar medidas que, só a longo prazo, minariam, e lentamente, a hegemonia agrária".

O domínio oligárquico, no decorrer da Primeira República, apoiou-se na concretização de uma aliança entre o Estado, que se descentraliza para melhor legitimar-se, conforme expressão da autora, através da Política dos Governadores.³⁸ Nessa condição, consolidou-se o predomínio do eixo São Paulo-Minas até ser contestado, com sérias e continuadas crises, representadas, de um lado, pela pressão de outros estados alijados do poder e, de outro, pelas reivindicações de setores urbanos por maior inserção política.³⁹

³⁷ *"Se pudéssemos definir o 'modelo' político brasileiro por seus sucessivos reajustes no curso da História, diríamos que uma de suas características básicas é a de ter secretado uma classe política simultaneamente vinculada aos interesses agrários e ao desempenho das funções de Estado. Essa classe adquiriu a indispensável coesão que a fará presidir um longo processo de transição social, mantendo sob controle o alargamento e a complexificação da comunidade política"* (CAMARGO, 1991:123).

³⁸ Como veremos em item posterior deste capítulo. Há também que se destacar um traço recorrente na história do país que, por sua continuidade, encobre a realidade, ou seja, de que o povo é uma massa inerte. Como aponta IANNI (1981:13), *"a impressão de que a sociedade, o povo, os grupos sociais, as pessoas pouco ou nada representavam era negada pelas medidas de controle e repressão que o governo punha em ação"*.

³⁹ Esse período foi marcado pela existência de movimentos populares que desafiavam a ordem política, a exemplo do *cangaço*, violentamente reprimido. Como já dissemos, pela delimitação do objeto de nossa análise, não entraremos nessa discussão, ressaltando, entretanto, a importância da análise da presença popular no período. Consultar, entre outros, CAMARGO, já citada.

Do ponto de vista político, a crise do antigo regime é considerada por grande parte da literatura sociológica como um período que abriu um vazio político. WEFFORT (1973) enfatiza esta tese, defendendo, entretanto, que as oligarquias, mesmo sem condições para manter a hegemonia do poder político, continuaram no controle das funções econômicas fundamentais e se constituíram ainda como uma força decisiva. A importância dos grupos oligárquicos explica-se, em muito, pelo fracasso relativo dos grupos emergentes (classes médias e grupos empresariais vinculados à indústria) e que não conseguiram fazer da economia industrial, apesar de sua importância crescente a partir de 30, o centro decisivo da atividade econômica.

FAUSTO, na mesma linha, conclui:

"os industriais constituíram, ao longo da Primeira República, uma fração de classe dominante com interesses específicos, mas limitados, que aceitou a 'paternal proteção' do núcleo agrário-exportador. Quando a diferenciação setorial se acentuou, na década de 20, a disputa mais transparente transpôs os limites da classe dominante e se travou entre a burguesia industrial e a classe média" (1972:10-11).

⁴⁰

Nesse sentido, em verdade, não se verificou, de modo explícito, conflito entre a burguesia agrária e a burguesia industrial. Desenvolveu-se, na verdade, a imbricação entre os diversos setores da economia da época.

A revolução de 30 assinalou uma época de transição para um momento marcado pela dinâmica de novos processos econômicos, políticos, culturais, demográficos e outros como industrialização, urbanização,

⁴⁰ Como revelam os movimentos contra a carestia de vida, ao longo dos anos 20.

sindicalismo estatal, intervencionismo governamental crescente na economia, fortalecimento do aparato estatal, principalmente do executivo (IANNI,1981).

No plano econômico, os anos 30 marcaram a aceleração da passagem do polo dinâmico da economia do setor exportador ao setor de produção voltado para o mercado interno, ou seja, o setor de mercado externo deixou de ser o setor hegemônico da economia (só se recuperando a partir de 45), provocando ou favorecendo a dispersão de propriedades em médias e pequenas, enquanto o setor de mercado interno constituiu-se no que mais demandava a importação da produção.⁴¹ Como o fluxo de importações foi interrompido em grande parte devido à crise de 29 e às duas guerras mundiais, entrou em curso no país o que se convencionou chamar de *substituição de importações*,⁴² modelo que caracterizou a economia brasileira até a década de 50.

OS GRUPOS OLIGÁRQUICOS E A ASCENSÃO DE NOVAS CATEGORIAS SOCIAIS

As transformações político-sociais em curso após 1930 proporcionaram, como veremos, uma ascensão de categorias sociais que, nas cidades médias, haviam já ocupado um certo espaço político, especialmente nos setores de comércio e serviços, como também nas indústrias emergentes e de algumas atividades rurais que funcionavam com equipamento mecânico. De um

⁴¹ Ver SINGER (1968).

⁴² O processo de substituição de importações *refere-se à implantação de uma indústria local para a fabricação de produtos que eram importados. Essa industrialização foi em grande parte fomentada pelo Estado e baseou-se, inicialmente, na mobilização de capitais nacionais, formados no setor exportador primário e no setor urbano-mercantil. A implantação da 'indústria substitutiva de importações' requereu medidas protecionistas para abrigar o mercado interno das importações e fez-se graças a políticas de transferência de rendas do setor agrícola-exportador e do setor mercantil financeiro para os setores produtivos ligados ao mercado interno'* (CARDOSO,1975:64).

lado, os imigrantes e seus descendentes, representando um percentual significativo dessas categorias sociais. Do outro, o espaço cada vez mais aproveitado pela grande burguesia das capitais e pela pequena burguesia das cidades médias.

Ao mesmo tempo, a nova ordem posta pela revolução de 1930 abriu uma via de ascensão das camadas médias da sociedade. Essas camadas, durante o período da Primeira República, estavam sujeitas à dependência pessoal do coronel e dos chefes políticos. A institucionalização dessa nova ordem (e sua despersonalização, em certo sentido) acabou por alargar os canais de recrutamento para os postos administrativos, abrindo espaços para a multiplicação e promoção de funcionários públicos.⁴³

A ação estatal também se ampliou em âmbito local. Agências e delegacias de novos ministérios e secretarias foram ocupadas por delegados que passaram a desfrutar das vantagens do poder e exercer funções políticas não desprezíveis. Também cresceu a demanda por serviços municipais e a organização administrativa municipal ganhou uma certa autonomia, como também uma crescente complexidade, que veio fortalecer e arejar os canais políticos. No mesmo período, verificou-se uma multiplicação dos profissionais liberais que, oriundos das famílias de classes médias e da própria burguesia, passaram a exercer novos papéis políticos. Abria-se o leque de ascensão social e política.

⁴³ As transformações que atingiram o núcleo de comando dos chefes municipais - os coronéis - devem levar em conta também o papel das reformas político-administrativas empreendidas pelo poder central nesse período, análise que desenvolveremos posteriormente.

A nova ordem implantada em 1930, assim, não só provocou transformações no aparelho político-administrativo, como também ampliou o espaço de participação de setores sociais que deram maior sustentação popular ao regime.

Relembrando as linhas que norteiam nossa análise, assinalamos uma vez mais que a crise do regime oligárquico, na realidade, não significou de maneira alguma o fim da oligarquia através da instauração de um novo regime que pudesse ser considerado como pleno substituto do anterior.

A permanência dos grupos oligárquicos esteve ligada a um complexo que incluía, por um lado, suas conexões internas e, por outro, as novas formas que assumiram suas relações sociais e políticas com o Estado e os novos grupos emergentes. O caminho de ascensão dos novos grupos

"passa, em geral, pelo reconhecimento - de qualquer forma - de parte dos antigos. Por outra parte, dado à incapacidade manifesta das novas classes em criar um novo tipo de Estado, a relevância política dos grupos oligárquicos tende, em certas circunstâncias, a assumir uma relevância política maior que sua importância social e econômica. Na maioria dos países (da América Latina) o sistema de representação preserva alguns mecanismos que asseguram às áreas mais tradicionais uma representação desproporcional à sua força real" (WEFFORT, 1973:73).

Isto posto, cabe demonstrar as razões pelas quais a permanência dos grupos oligárquicos foi viabilizada. Em outras palavras, explicar o destino que tiveram as chefias políticas tradicionais, a saber, os coronéis e os barões do café, frente às transformações políticas e à ascensão de novas categorias no cenário político.

Dois fatos se colocam inicialmente: a extensão e a forma do abalo das bases econômicas da oligarquia e a perda da hegemonia do PRP, seu partido tradicional. A criação de um novo partido contribuiu para esse enfraquecimento. Em 1926, surgiu o Partido Democrático que foi sucedido em 1934 pelo Partido Constitucionalista. Com uma expressiva participação de burgueses, em São Paulo o PC foi chefiado pelo engenheiro Armando Salles de Oliveira e pelo jurista Waldemar Ferreira.⁴⁴ Esse partido apoiou a Revolução de 30 e cresceu com a vitória da Aliança Liberal.⁴⁵

O regionalismo foi reforçado pelo sistema político partidário pós-30. A única tentativa de organização partidária em âmbito nacional foi a do Partido Nacional (1933-1934), que congregou todas as oposições estaduais a Getúlio Vargas. Em todos os estados imperaram os partidos regionais. O Partido Democrático, em São Paulo, foi o único que conseguiu sobreviver à Revolução de 30, sendo que o PRP voltou a funcionar em 1932.

Em 19 de janeiro desse ano, o PRP fez uma declaração de que

"é pelo regime constitucional. É pelo regime republicano. É pelo regime federativo (...) Volta ele, assim, após tantos meses de voluntário retraimento, ao exercício normal dos seus deveres cívicos, que nunca desamparou (...) Reenceta, pois, a sua atividade como a começou, há mais de sessenta anos, isto é, batalhando com denodo pela democracia e pela República, sem prejuízo da união, da concórdia e da paz entre todos os brasileiros" (apud CARONE, 1974b:96).

⁴⁴ Ambos com plena cobertura do jornal *O Estado de São Paulo*, de propriedade da família Mesquita, com a qual Armando Salles tinha vínculos familiares.

⁴⁵ A Aliança Liberal formou-se entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba e lançou Vargas como candidato da oposição a Júlio Prestes (paulista, apoiado por Washington Luiz).

Apesar da existência de outros partidos em São Paulo, como o Partido da Lavoura, Partido 25 de Janeiro, Partido Liberal Paulista, Partido Democrático, o revezamento do poder, principalmente no âmbito local, vai se dar entre os representantes do PD e do PRP.⁴⁶ Ao longo de 1889 e 1930, como demonstram os números a seguir, não existiu competição relevante entre partidos. ⁴⁷ De acordo com LOVE, "tal fenômeno corresponde ao reduzido grau de mobilização política, o que facilitava muito a tarefa de distribuição de favores e recursos por parte do partido dominante" (1982:189). Infelizmente, como registram LAMOUNIER e MUSZYNSKI (1990), as análises empíricas e estudos mais acurados do processo político durante o Império e a República estão prejudicados pela precariedade dos registros efetuados e pela prática da fraude. Os dados a seguir, ⁴⁸ demonstram a hegemonia do PRP no Estado e no Brasil, de 1892 a 1930.

⁴⁶ Para os outros Estados, a permanência dos antigos Partidos Republicanos vai se constituir em regra geral. Paralelamente outros partidos se formaram. Como exemplos, em Minas Gerais (Legião de Outubro, Partido Progressista de Minas, Partido Social Nacionalista), Distrito Federal (Partido Social Liberal, Partido Socialista do Distrito Federal, Partido Economista e Partido Revisionista), no Rio de Janeiro (Partido Liberal Fluminense, Partido Radical do Estado do Rio, União Progressista Fluminense), no Rio Grande do Sul (Partido Republicano Rio-Grandense, Partido Libertador, Partido Republicano Liberal). Em 1932-34 surgiu o Partido Integralista, com Plínio Salgado como figura de proa, que, em 1920 fazia parte da ala reformista do PRP, a Ação Nacional. O Partido Comunista Brasileiro, num outro extremo do espectro político, foi fundado em 1922.

⁴⁷ Como observa LOVE (1982:183), "não há dúvida de que, durante a Primeira República, a maioria dos grupos de pressão buscou integrar-se ao PRP, visto ser evidente que os republicanos não tinham nenhuma intenção de partilharem o poder. No entanto, a representação da minoria era problema com o qual o PRP tinha de defrontar-se constantemente". Houve, no interior do partido, várias dissidências, nos anos de 1901, 1915, 1923 1924 e 1937, algumas causadas pela escolha do governador, outras por questões de política nacional. Sobre o assunto, consultar CASALECCHI (1987).

⁴⁸ As informações foram retirados de LOVE (1982:193 e segs.).

QUADRO 2				
VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR (1892-1927) E PRESIDENTE EM SÃO PAULO				
(1882-1930)				
Ano	Candidato Apoiado pelo PRP (Governador)	Número de Votos	Candidato Apoiado pelo PRP (Presidente)	Número de Votos
1892	Bernardino de Campos	31.155		
1894			Prudente de Moraes	28.655
1896	Campos Sales	44.017		
1898	Fernando Prestes	40.311	Campos Sales	53.164
1900	Rodrigues Alves	46.345		
1902	Bernardino de Campos	42.345	Rodrigues Alves	53.908
1904	Jorge Tibiriçá	50.022		
1906			Afonso Pena	29.526
1908	Albuquerque Lins	64.728		
1910			Rui Barbosa	108.6218
1912	Rodrigues Alves	95.966		
1914			Wenceslau Braz	64.097
1916	Altino Arantes	118.330		
1918			Rodrigues Alves	48.241
1919			Epitácio Pessoa	55.250
1920	Washington Luiz	80.139		
1922			Arthur Bernardes	99.355
1924	Carlos de Campos	96.926		
1926			Washington Luiz	125.124
1927	Júlio Prestes	135.286		
1930			Júlio Prestes	365.600

QUADRO 3

ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1894-1930)

Ano	Presidente eleito	Total de Eleitores	Votos para Candidato Eleito	Total da População	% de Eleitores	% de Votos para o Presidente Eleito
1894	Prudente de Mórals	345.097	290.883	15.583.00	2,21	84,29
1898	CamposSalles	462.188	420.286	17.145.000	2,70	90,93
1902	Rodrigues Alves	645.531	592.039	18.792.000	3,44	91,71
1906	Afonso Pena	294.401	288.285	20.427.000	1,44	97,92
1910	Hermes da Fonseca	707.651	403.867	22.216.000	3,19	57,07
1914	Venceslau Brás	580.917	532.107	24.161.000	2,40	91,59
1918	Rodrigues Alves	390.131	386.467	26.277.000	1,48	99,06
1919	Epiácio Pessoa	403.315	286.373	26.835.000	1,50	71,00
1922	Arthur Bernardes	833.270	466.877	28.542.000	2,92	56,03
1926	Washington Luis	702.601	688.528	30.953.000	2,27	97,99
1930	Julio Prestes	1.890.524	1.091.709	33.568.000	5,65	51,54

QUADRO 4 REGISTROS DE ELEITORES EM SÃO PAULO	
Ano	Registro
1886	19.440
1893	79.943
1902	105.534
1905	76.220
1912	179.700
1922	164.234
1930	516.651

Em todo o período não houve espaço para oposição à aliança entre São Paulo e Minas Gerais. As únicas eleições que apresentaram uma competição real foram as de 1910, 1922 e 1930. O quadro 3 mostra que somente nestes pleitos os presidentes eleitos tiveram menos que 70% dos votos. Nos pleitos restantes, perfizeram mais de 90% do total dos votos. Em 1910 e 1930 a incapacidade de se chegar a um acordo sobre os candidatos não permitiu o estabelecimento usual da aliança entre os dois estados. Na eleição de 1922, a candidatura oficial, embora sancionada por São Paulo e Minas, encontrou oposição do Rio Grande do Sul, acompanhado pelo Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Essas eleições provocaram períodos de grande tensão. Durante o governo Hermes da Fonseca ocorreu uma série de intervenções armadas que se constituíram em uma contínua ameaça ao sistema. Arthur Bernardes, a partir de 1922, governou sob estado de sítio a maior parte do

tempo. Em 1930 Prestes não assumiu o poder devido à crise que desembocou na Revolução de 1930. Nos termos de KERBAUY (1979:84),

"A própria Constituição de 1934 não consegue sobrepujar esse regionalismo, uma vez que, apesar das críticas à "Política dos Governadores" e ao sistema político partidário, não existem condições para o estabelecimento dos partidos nacionais. Os partidos estaduais são mantidos, mas estabelecem-se modificações no sistema eleitoral, tais como (...) voto secreto, sistema proporcional e Justiça Eleitoral, adotando-se ainda o hibridismo da representação profissional dentro das Assembléias eleitas por sufrágio universal".

CARONE (1974) observa que, mesmo tendo a revolução de 1930 instaurado um regime de fato - que se traduziu em maior domínio do poder central sobre os Estados, e em maior autoridade dos próprios estados, até a promulgação da Constituição de 1934 - os poderes regionais persistiram, com suas prerrogativas e domínio.⁴⁹ O coronelismo teve, com o movimento de 30, suas lideranças situacionistas afastadas momentaneamente, e substituídas, no âmbito executivo, por interventores tenentistas. Entretanto, os cargos administrativos estaduais e municipais iriam permanecer em mãos dos grupos oligárquicos das oposições e,

⁴⁹ Apesar de o governo ter passado a concentrar todo o poder, os coronéis constituíram-se ainda como parte indispensável da máquina do PRP. Como bem lembra LOVE, "a ligação entre os coronéis e a burocracia do partido era garantida por um chefe perrepeista regional, um 'supercoronel', que fazia parte da comissão executiva ou era nela representado" (1982:179). O coronelismo, como poder de fato, era defendido na época, conforme demonstram declarações como a de Ranulpho Pinheiro Lima, na Assembléa Nacional Constituinte: "nada mais verdadeiro (...) e positivamente injusto o anátema que levanta (Abelardo Marinho) contra aqueles que, nas cidades e vilas disseminadas por este vasto território, alcançam, por qualidades pessoais e senso político mais apurado que em outros, o papel de condutor das massas votantes (...). O cabo político e o coronel (...) não são (...) uma criação nossa (...) Não é possível nenhuma organização, notadamente as de caráter político, sem a existência de um chefe, de um condutor (...) Não sei porque admitir-se como legítimo que um partido político tenha chefes, que as suas representações nos parlamentos tenham líderes e estes por sua vez tenham as suas atividades coordenadas por um líder de maioria ou minoria - e negar-se, por imoral e por nefasto que, nas células primárias de nossa organização política, os eleitores se agrupem em torno dos chamados chefetes ou cabos eleitorais (isto é, coronéis) e atendam os conselhos, indicações e até determinações (pois da disciplina resultam razoavelmente ordens e imperativos) que se tornem necessárias para o bem geral, ou mesmo em benefício do próprio grupo que eles encabeçam" (apud CARONE, 1974a:160).

dessa forma, a luta dos grupos passou a girar, em grande parte, em torno dos interventores.

O sistema interventorias-departamentos administrativos⁵⁰ constituiu-se na esfera estratégica do mecanismo político-institucional da revolução de 30 e do Estado Novo.

Esse sistema pouco interferia nas bases econômicas do poder político nos estados e, na verdade, não era esse seu intuito. Enfraquecia, de fato, as antigas situações, dado que o interventor devia sua permanência, mais que às elites estaduais, ao Executivo federal. Boa parte dos impecilhos à centralização eram removidos e o interventor promovia uma convivência entre as diferentes correntes políticas e regionais, o que possibilitava ao governo não entrar em conflito declarado com elas ou chegasse, inclusive, a significar qualquer ameaça aos seus interesses econômicos. Dessa forma, configurava-se a ditadura modernizante, contra a descentralização oligárquica do período anterior, com o mínimo necessário possível de mudança. Estabeleceu-se um novo modo de articulação entre as forças políticas, visando garantir um certo grau de autonomia ao poder federal para que este lograsse efetivar medidas econômicas necessárias ao período. O elemento novo foi o estabelecimento de um sistema implantado como um agente de controle e uma cunha do poder central em cada estado. Como dizia Getúlio Vargas, após o golpe de 10 de novembro:

⁵⁰ O sistema interventorias-departamentos administrativos interligava as oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República. *"Posto em prática logo após a tomada do poder em 1930, esse mecanismo consistia essencialmente no seguinte: o Executivo federal nomeava para a chefia dos governos estaduais indivíduos que, embora nativos dos estados, e mesmo identificados em suas perspectivas ideológicas aos grupos dominantes, eram ao mesmo tempo 'marginais', isto é, destituídos de maiores raízes partidárias, indivíduos com escassa biografia política ou que, se possuíam alguma, a fizeram até certo ponto fora das máquinas partidárias tradicionais nos estados"* (CAMPELLO DE SOUZA, 1983:87).

"O governo não se integrará a um novo regime a não ser que seja o reflexo da nação organizada. Por tal, ele não deverá se tornar prisioneiro de um partido, duma classe ou duma facção, pois a não ser ao povo brasileiro (...) é que ele deve prestar contas" (apud CAMPELLO DE SOUZA, 1983:89).

No início da década de 30, em São Paulo, com a interventoria de João Alberto, a influência dos coronéis, a dizer, o PRP, foi cerceada. Entretanto, logo após, a Revolução Constitucionalista, desencadeada em São Paulo, proporcionou aos grupos oligárquicos uma injeção política na medida em que velhos adversários perrepistas, democratas e do Partido Constitucionalista aliaram-se na frente única pelos interesses paulistas.⁵¹

"A Revolução Constitucionalista salvou da morte política os coronéis, que puderam novamente mostrar serviços de grande significado político-militar, assistindo-se, pois, a aliança entre a velha oligarquia e a nova burguesia. Localmente muitos filhos de imigrantes⁵², em face de ascensão política e social, também puderam mostrar seus serviços e demonstrar lealdade, o que implicou sua rápida aceitação inicialmente como voluntários na guerra civil e em seguida nos postos político-administrativos locais" (RODRIGUES, 1991).

⁵¹ "Nas eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas em 1933, o PD e o PRP uniram suas forças apoiando uma Chapa Única, cuja plataforma era a defesa da democracia liberal e do federalismo tradicional. O Reajustamento Econômico, programa que Vargas propôs em abril visando cancelar metade das dívidas dos fazendeiros, não resultou no enfraquecimento da Chapa Única nas eleições de maio. De fato, a coalizão conseguiu um resultado sem precedentes na história política da República: derrotou o partido do governo, ganhando 17 das 22 cadeiras reservadas para a delegação paulista. São Paulo foi o único estado em que o interventor foi derrotado em 1933 (...) Em 1934, a ala democrática da Chapa Única dissolveu o PD e organizou um partido de base mais ampla, o Partido Constitucionalista sob a liderança de Armando de Sales Oliveira, que havia passado a ocupar a interventoria. O PC e o PRP continuaram a ter o pleno controle (...) Em São Paulo, a democracia oligárquica estava bem viva e saudável" (LOVE, 1982:171-172).

⁵² Na década de 1930 os filhos dos imigrantes foram incorporados como cidadãos. Essa situação veio alterar a integração e participação desse grupo na política, dado que, entre 1889 e 1905, somente 3.919 estrangeiros haviam se naturalizado em todo o país. (LOVE, 1982:211, nota 152).

Outro dado a registrar é a convocação da Assembléia Constituinte que abriu, também, espaços para antigos elementos da oligarquia, ao lado de novos elementos da burguesia. Alie-se a esses fatores o fato de que a Aliança Liberal não chegou a atingir uma organização partidária de âmbito nacional e nem apresentou quadros significativos para assumir a chefia política das cidades do complexo cafeeiro, cidades estas que ainda contavam com a presença política dos coronéis e seus prepostos.⁵³

Em 1936, os prefeitos passaram novamente a ser escolhidos diretamente, através de eleições amplamente regulamentadas por legislação federal.⁵⁴

A sobrevivência da oligarquia em âmbito estadual e local pode ser explicada, em grande parte, pela ausência de hegemonia a nível regional e nacional, que refletiu a revolução feita por cima.

Os coronéis que, na realidade, não exerciam *diretamente* os cargos políticos, tinham que exercê-los *indiretamente*. Para isso, procuraram, entre os elementos habilitados para desempenhar funções públicas, aqueles oriundos da classe média, como advogados, médicos, engenheiros, contadores, entre outros. Alguns deles eram descendentes de imigrantes, que haviam conseguido educação

⁵³ "Nas eleições para as câmaras municipais, em 1936 (as últimas realizadas antes do golpe do Estado Novo), o PC recebeu 53% dos votos e o PRP 34% - representando quase nove décimos do voto total. Os integralistas, que formavam a terceira força política na política estadual, conseguiram menos de 4% do voto, e isto no que tudo indica ter sido uma eleição bastante honesta. Mesmo na capital, onde os partidos mais 'modernos' poderiam esperar maior apoio, o PC e o PRP ganharam um total de 19 cadeiras, sendo que aos integralistas coube apenas uma. Nenhum outro partido conseguiu eleger representantes" (LOVE, 1982:172).

⁵⁴ Com as eleições de 1936, "um certo grau de controle foi de novo transferido para o nível local... mas o governo estadual continuou retendo um importante poder tutelar por meio do Departamento da Administração Municipal" (LOVE, 1982:181).

média e superior, em uma época em que se verificava uma expansão significativa da rede de ensino voltada para a formação de novas elites políticas.

Os coronéis tiveram, pois, uma inesperada oportunidade de continuar a influir nas decisões políticas locais e onde as disputas eram variadas, uma vez que a Aliança Liberal não dispunha de quadros em condições de assumir incontestavelmente a chefia política nas cidades da região cafeeira e onde ainda estavam presentes os coronéis e seus prepostos. Estes, ainda que compartilhando o poder, tiveram a oportunidade de sobreviver. Destarte, o desdobramento do processo político iniciado

"com a ascensão ao poder da coligação representada pela Aliança Liberal (...) marcado pela reestruturação do esquema de poder que durante a República Velha presidira à consolidação do modelo agroexportador no Brasil, não conduziria (...) à transferência do poder dos grupos tradicionais para os novos grupos vinculados ao desenvolvimento do setor industrial" (DINIZ, 1994:86).

Acrescente-se também que, se por um lado, nas áreas urbanas o prestígio dos coronéis sobre os trabalhadores e camadas médias estava sendo atingido pelo debate político⁵⁵ que conduzia a uma polarização ideológica na qual sua figura era criticada e contestada, por outro, eles conseguiram tornar-se uma força preservadora considerável do *status-quo*, dado que o regime autoritário os apoiou e buscou neles a legitimidade.

"O papel ideológico que desempenharam junto às populações rurais, e ainda com algumas ramificações entre os trabalhadores urbanos, inibiu pretensões de alterar a ordem rural. Com o movimento liberal em

⁵⁵ Como, por exemplo, questões políticas em tela na época: os debates sobre o socialismo e o integralismo e as organizações sindicais.

1945, haveriam de buscar novas fontes de poder e atualizar suas funções em relação à Sociedade Política a fim de preservar a estrutura de dominação" (DANTAS, 1987:30-31).

Dessa forma, a nosso ver, a hipótese da perda do poder oligárquico, defendida por parte da literatura, não se confirma. Essa oligarquia se desestruturou, é certo, mas não foi totalmente aliçada. Ocorreu, na verdade, uma mudança gradual do regime político e do aparelho administrativo, num processo de centralização do poder, que veio responder às pressões engendradas pelo novo quadro econômico e social, conforme veremos a seguir. Em outros termos, a permanência da antiga máquina administrativa não era mais compatível com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, em processo de superação de uma economia fundamentalmente agrário-exportadora.

Nesse contexto, verificou-se efetivamente a perda do poder hegemônico da burguesia cafeeira, mas, como já dissemos, graças à incapacidade dos outros setores de assumir o poder em caráter exclusivo, estabeleceu-se antes uma política de compromisso - traduzida pela acomodação entre os diversos atores em confronto - e não uma substituição das elites tradicionais pelas novas elites emergentes.

Ademais, nem todas as fazendas se perderam. Os cafeicultores estavam endividados, mas foram pouco a pouco pagando suas dívidas, favorecidos pela inflação que se desencadeou na década de 40, assim como foram beneficiados pelo Programa de Mobilização Econômica lançado com a entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra e, na segunda metade da década de 40, conseguiram saldar suas dívidas, e retomaram o processo de desenvolvimento econômico durante a década de 50. Outro instrumento de superação da crise,

para os fazendeiros, foi a CAIC ⁵⁶, num momento em que as lavouras de café haviam perdido grande parte de sua importância. A companhia comprava as grandes fazendas em dificuldade, para posteriormente serem retalhadas e vendidas, já em processo de valorização.

Por muito tempo o sistema de dominação política caracterizou-se por uma articulação de forças entre os coronéis e os novos atores políticos. Enquanto aqueles continuaram a exercer certa dose de poder, os setores emergentes vão conquistando espaços e se tomando um polo de dominação político-social.

Na verdade, este é, de um modo geral, um período de transição, que se estende até 1947. Como a Revolução de 30, nas palavras de Víctor NUNES LEAL (1975), parara na porteira das fazendas, a estrutura agrária não se transformou radicalmente e, malgrado muitas falências de fazendeiros, estes conseguiram sobreviver de várias maneiras (plantando algodão nas terras disponíveis e mesmo como cultura intercalar no cafezal) e foram pagando suas dívidas até que, por volta de 1945 se livraram das hipotecas e se beneficiaram de uma moratória bancária.

OS PROCESSOS SOCIAIS E POLÍTICOS PÓS 1930

Neste item, procuraremos explicar o declínio do poder dos coronéis e a integração de novas categorias no cenário político, após 1930, entendendo esse processo como resultado da conjugação das transformações ocorridas, no Brasil,

⁵⁶ Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, instituída em 1934, como uma versão da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, fundada em 1928.

no âmbito da economia e no quadro sócio-político. Entendemos que essas mudanças atingiram o núcleo de comando dos chefes municipais - os coronéis - e propiciaram a inserção de novos atores na cena política. A questão que se coloca é, pois, saber qual a estrutura política que substituiu a oligarquia rural nos municípios onde ela teve sua hegemonia abalada.

Ao lado das mudanças em curso na sociedade brasileira,⁵⁷ ocorreram modificações no campo das reformas administrativas e políticas empreendidas pelo poder central que imprimiram novas direções ao processo político. Dessa forma, consideramos que, para se entender fenômenos relativos ao desenvolvimento político,⁵⁸ as análises devem levar em conta, particularmente, as reformas administrativas e políticas empreendidas pelo poder central.⁵⁹ Entretanto, atentar para essas variáveis não significa empreender uma análise unilateral dos processos em curso.

Antes, como procura demonstrar DINIZ, deve-se considerar os processos políticos e sociais em suas relações de interdependência. Ou seja, ao se admitir o papel ativo do Estado, é preciso simultaneamente detectar os processos sociais que, por sua capacidade de acarretar pressões, podem imprimir novas direções não contidas nos parâmetros originalmente definidos pelo sistema político.

⁵⁷ Como visto no capítulo I.

⁵⁸ Para uma discussão sobre o uso do termo *desenvolvimento político*, ver REIS (1974:187-188).

⁵⁹ BASTOS (1990:35) chama a atenção: "*Estudar a legislação eleitoral, na Primeira República brasileira, muito mais do que os mecanismos de representação política e filtros de demandas sociais, é estudar as maquinações dos agentes do poder para permanecer no poder. O conjunto das leis eleitorais da Primeira República é um caminho seguro para se definirem as expectativas e postulações das frações oligárquicas enquanto frações institucionalizadas do poder e não enquanto representações políticas de demandas sociais*".

"A partir deste enfoque, a diferenciação do aparelho de Estado e as modificações na estrutura dos interesses dominantes pela emergência de setores novos adquirem plena significação se encarados não como processos paralelos, porém interdependentes"(1991:85-86).

Adotaremos o ponto de vista de FAORO no que diz respeito à relação entre urbanização e industrialização e poder local. Para o autor, o núcleo de comando dos chefes municipais foi atingido pela urbanização e industrialização, sendo estes chefes arredados das sedes municipais para os distritos, num processo que os leva a se tornarem simples auxiliares dos chefes partidários.

"O que mata o coronel é o próprio exercício de suas funções, em certo momento inúteis, diante dos meios diretos de convívio do governo com o povo (...) O poder pessoal se dissolverá no poder institucionalizado (...)" (1993:647).

Em outros termos, queremos dizer que as transformações sofridas pelo país, a nível econômico-social e político, romperam as funções de mediação sobre as quais se ancorava o coronelismo, engendrando outros canais através dos quais o poder político passou a ser exercido.

Ao caracterizar o coronel, FAORO, trabalha a partir da tipificação weberiana, considerando o coronel como essencialmente um *honoratioren*, isto é, o indivíduo que, devido à sua situação econômica, torna-se capaz de dirigir um grupo, seja como profissão acessória não remunerada ou sob retribuição nominal ou honorária.⁶⁰ Essas pessoas têm seu prestígio sustentado pelo apreço comum e gozam da confiança de seu círculo social. A origem de seu poder está muito mais ligada ao seu prestígio, sua honra social, tradicionalmente reconhecidos, do que à sua situação econômica .

⁶⁰ "A política pode ser conduzida 'honorificamente' e portanto - como se diz habitualmente - por homens 'independentes', isto é, ricos, e especialmente pelos que vivem de rendas. Ou a liderança política pode ser acessível aos homens sem propriedades, que necessitam de uma recompensa" (WEBER, 1921 in GERTH e MILLS, 1971:107).

NUNES LEAL (1975) destaca o fato de, nos municípios do interior brasileiro, saltar aos olhos a figura do coronel, que exercia sua liderança ocupando o lugar de maior destaque. Entretanto, os chefes políticos municipais não haveriam de ser necessariamente autênticos coronéis, conforme a aceção geral do termo.⁶¹ Isso porque a expansão do ensino superior no Brasil levou à existência, por toda parte, de médicos e advogados, os quais, graças à sua ilustração e qualidades de comando e dedicação, habilitaram-se à chefia. Entretanto, não se pode subestimar que esses indivíduos eram parentes, afins ou mesmo aliados políticos dos coronéis.⁶² Na interpretação de FAORO, o coronel é um líder econômico, antes de ser um líder político. Não é necessariamente o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes, ou seja, o vínculo não é tão simples, sendo somente mero prolongamento do poder privado na ordem

⁶¹ Durante o Império, "o coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o 'coronel tradicional', também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição" (FAORO, 1993:621-622).

⁶² NUNES LEAL cita uma fala de Rubens do AMARAL (O Chefe Político, Política, 2a. fase, n.1, ag/94, p.55): "Não conheço os outros Estados do Brasil e falo só de São Paulo. Aqui, tivemos numerosas categorias de chefes políticos. Desde logo, dividiam-se eles em coronéis e doutores. Muitas vezes, existindo isolados; o coronel dominando da sua fazenda e congregando outros fazendeiros, com influência na cidade porque deles dependiam o comércio como fornecedor, advogados e médicos para garantia da clientela, funcionários que eles podiam nomear ou demitir arbitrariamente, outras atividades por idênticos motivos; o doutor, mais pelo poder da inteligência e da cultura, pelo prestígio da palavra ou por serviços prestados na advocacia e medicina às famílias ricas ou às massas pobres. Muitas outras vezes, em simbiose: o coronel entrava com a influência pessoal ou do clã, com o dinheiro e a tradição; o doutor, a ele aliado, com o manejo da máquina, incumbindo-se das campanhas jornalísticas, da oratória nas ocasiões solenes, do alistamento, das tricas da votação, da apuração e das atas, dos recursos eleitorais e dos debates da vereança quando havia oposição'. Em alguns lugares, é o padre quem funciona como líder intelectual, aliado dos 'coronéis', papel geralmente desempenhado pelos 'doutores'... Não se pode esquecer também a ação política do farmacêutico e do comerciante, um e outro em estreita ligação com os fazendeiros" (NUNES LEAL, 1975, nota 1:22).

pública.⁶³ Em verdade, o coronel manda não por sua riqueza, mas sim porque esse poder lhe é reconhecido, num pacto não escrito.

"Ele recebe - recebe ou conquista - uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República (...) O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação. A passagem do regime imperial ao republicano irá acentuar e exacerbar a função eleitoral do coronel" (1993:622).⁶⁴

A posição do coronel na preparação e realização das eleições pode ser exemplificada através da correspondência recebida pelo coronel Marcello Schmidt, chefe político de Rio Claro, solicitando encaminhamentos para os diferentes pleitos realizados até 1930. Em despachos e circulares, o governo estadual e também a comissão diretora do PRP dispunham:⁶⁵

"Ao cidadão Presidente da Intendência Municipal de Rio Claro

Reiterando as recomendações que vos fiz na Circular de 5 do corrente, quanto às necessidades de providenciardes, com urgência, para que nesse município regularmente se proceda à eleição de deputados

⁶³ *"Segundo esse esquema, o homem rico - o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra - exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. Mais um passo lógico: o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. Se a riqueza é substancial à construção da pirâmide, não é fator necessário, o que significa que pode haver coronéis remediados, não senhores de terras, embora seja impossível a corporificação no pobre ou no dependente, destituível de sua posição, a arbítrio alheio"* (FAORO,1993:622).

⁶⁴ Neste ponto, SAES (1994:99) lembra que o sentido da afirmativa de FAORO encontra-se na *"capacidade de manipulação eleitoral do coronel que deriva fundamentalmente de relações de dominação e dependência pessoal"*.

⁶⁵ As correspondências citadas foram retiradas do *Inventário Analítico da Coleção Marcello Schmidt*, Arquivo do Município de Rio Claro, 1982.

e senadores ao Congresso do Estado, que deve ter logar a 24 do mez de Fevereiro proximo, declaro-vos que preferindo esse serviço a qualquer outro, é preciso que delle trateis com o maior empenho, fazendo as divisões das secções , designação de edificios em cada uma destas, para a eleição, remessa de copias do alistamento relativo às mesmas, etc.

Outrossim, previno-vos que este trabalho não deve ser interrompido, quaesquer que sejam as noticias que tiverdes das resoluções do Congresso Nacional, em quanto não vos chegarem communicações e ordens minhas em sentido contrario ás actuaes.

Saúde e Fraternidade,

Jorge Tibiriçá

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 16 de janeiro de 1891";

ou, ainda,

"Ao Exmo. Sr.

Presidente e demais membros do directorio do municipio.

A Comissão Directora do Partido Republicano, em reunião, resolveu chamar a vossa atenção para o quadro eleitoral do Estado, muito diminuto diante da cifra de população, demonstrada pelo recenseamento agora feito, muito reduzido ainda diante do alistamento eleitoral existente em outros Estados da Federação. É imperiosamente preciso, a bem dos interesses políticos do Estado, que esse quadro seja ampliado, tanto quanto permita a aptidão eleitoral de seus habitantes, que seja, em todos os municipios, constante, e intenso o serviço do alistamento eleitoral, de modo que ninguém, nas condições legais, deixe de ser alistado.

A Comissão Directora pede, e contando com a vossa dedicação, espera que collectiva e individualmente, dareis todo o vosso empenho e, por vosso

intermédio, todo o esforço dos nossos amigos, para o fim de conseguirmos a realização desse propósito.

O Presidente da Comissão Directora, São Paulo, 5 de novembro de 1926".

A posição de coronel pode ser ocupada por médicos, engenheiros, advogados, farmacêuticos, comerciantes, padres - para citar as mais frequentes, nesses casos. O poder dessas categorias vem do fato das intermediações e funções que elas exercem no meio social. Entretanto, seja qual for o chefe municipal, é o coronel o elemento primário desse tipo de liderança, que comanda discricionariamente grande parte de votos de cabresto. Seu prestígio político está ligado à sua força local. ⁶⁶"Dentro da esfera própria de influência, o 'coronel' como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais" (NUNES LEAL, 1975:23).

É preciso entender como, num novo contexto onde o poder pessoal passava a se dissolver no poder institucionalizado, o coronelismo perdia sua força, devido ao enfraquecimento de sua posição de mediação que o sustentou durante toda a Primeira República. Em outros termos, procuraremos analisar quais eram as bases políticas da organização coronelística e os pilares sócio-econômicos de sua sustentação, para esclarecer o processo de sua decadência. Por ser este um assunto exaustivamente discutido na literatura, concentraremos nossa argumentação em aspectos que, embora não esgotem a análise, permitem compreender nossa principal investigação, a saber, o alargamento dos espaços de participação às categorias sociais antes sem canais de ascensão

⁶⁶ A consolidação da liderança municipal passa também por outro canal importante, ou seja, os favores pessoais de toda ordem prestados pelo coronel, desde arranjar emprego até às questões pessoais menores.

aos cargos políticos. O processo de decadência da estrutura coronelística foi resultado de uma conjugação de fatores diversos, dos quais estaremos destacando a industrialização, a urbanização e as mudanças no sistema político-administrativo provocado pela Revolução de 30.

CINTRA (1974:31) oferece um quadro bastante explicativo sobre a questão dos arranjos políticos tradicionais que caracterizaram o coronelismo. Na mesma linha dos autores em cujas análises nos apoiamos, ele trabalha com a idéia de que o fenômeno do coronelismo coloca em tela seu papel de mediação entre o Estado ou as instituições políticas centrais e a população dos municípios do interior, exercido pela eminência de aldeia, geralmente o proprietário de terras, mas algumas vezes, pelo comerciante, pelo médico ou pelo farmacêutico dos pequenos municípios.

Convém relembrar, conforme o já afirmado ao longo de outros capítulos, que a composição política da Velha República atendia, através do federalismo republicano, às principais demandas da nova classe cafeicultora. Esta, antes sujeita às instituições imperiais, viu-se frente à abertura de novos canais de defesa de seus interesses, com a maior autonomia dos Estados, que passaram a ter poder de contrair empréstimos externos, ter forças militares próprias e usufruir do imposto sobre as exportações. Após a Abolição, até mesmo os Estados não ligados à economia cafeeira não sentiam, através de seus grupos dominantes, a necessidade da instauração de um centro nacional forte. Os novos arranjos lhes pareciam convenientes, inclusive, pois colocavam em suas mãos carta branca na manutenção do status quo local, tanto no plano político, como no econômico e social.

Mesmo com a nova situação instaurada pela República, fatores de aglutinação política ainda persistiram. O controle da política estatal significava para os vários grupos uma fonte de empregos, um instrumento de benevolência fiscal e de proteção pela força pública e policial nos enfrentamentos com os grupos de oposição, como também um meio de garantir as obras públicas para a zona de influência. Assim, ao mesmo tempo que estas estratégias garantiam a reprodução do poder, promoviam também a valorização das propriedades pessoais.

O coronelismo é um fenômeno já conhecido durante o Império, quando seus elementos básicos aí se configuravam. Mas foi no período republicano, com a relativa ampliação do sufrágio, que este fenômeno assumiu toda a sua importância política,⁶⁷ interrompida no interregno do Estado Novo, mas revificado após 1945 e ainda remanescente, atualmente, em muitas regiões brasileiras.

CINTRA aponta características da intermediação coronelística, algumas das quais são úteis para a nossa reflexão. Na realidade, a análise do autor é mais complexa do que deixaremos transparecer. Focalizaremos, entretanto, apenas aquelas mais diretamente relacionadas às preocupações deste estudo.

Na República Velha e no período entre 1945-64, a intermediação coronelística apresentou uma tendência

"de o governo estadual vincular-se com o intermediário enquanto um papel, tomado mais abstratamente, raramente importando que pessoa ou família o desempenhasse, contanto que houvesse um controle eficaz para garantir os votos. A relação era instrumental e universalística. Por contraste, na perspectiva dos clientes, não somente o papel do intermediário era crítico, mas

⁶⁷ Sobre esta temática, consultar QUEIRÓZ (1976).

igualmente a sua pessoa, visto ser a relação tradicionalmente institucionalizada por laços de lealdade pessoal e de parentes, real ou ritual" (CINTRA, 1974:45).

As mudanças institucionais ocorridas a partir de 1930 consolidaram um processo que já vinha se delineando a partir da década de 20, quando o coronelismo começara a perder sua força hegemônica, para seu posterior declínio.⁶⁸

Parece-nos possível dizer que o coronel, até certo momento, é uma presença obrigatória na estrutura da sociedade brasileira, pois a proeminência de sua figura é decorrente de um sistema no qual as relações sociais não se pautavam pelo direito, mas pelo favor. Discorreremos, no capítulo I, sobre a organização da sociedade brasileira neste período, apontando para seus traços constitutivos resultantes da colonização portuguesa que não permitiu o desenvolvimento de uma produção com vistas ao mercado interno, graças a sua vocação de economia agro-exportadora e impediu também a formação de estratos intermediários que se colocassem entre a díade escravo-senhor, consolidando um modelo de classe dominante típico que desenvolveu formas de autoritarismo e dependências próprias. A concentração de terras, aliada à economia de exportação, não colocou outra alternativa à população do campo senão a economia de subsistência.

Retomaremos a análise de Luciano MARTINS (1973:48-49), conforme já desenvolvida no capítulo I, segundo a qual duas consequências fundamentais serão decorrentes dessa estruturação:

"Primeiro, não se forma uma classe que dispondo, de direito ou de fato, da terra, sobre a base da pequena propriedade, desenvolva uma atividade agrária voltada

⁶⁸ Entretanto, reafirmamos que não devemos entender que seu poder foi definitivamente afastado. Os coronéis sobreviveram através de acomodações e retornaram à cena política em 1945, conforme vimos em outras passagens deste trabalho.

para o mercado, portanto não se constitui uma verdadeira população camponesa.⁶⁹ Em seguida, e ao mesmo tempo, entrava-se a formação nas vilas tanto de estratos médios inseridos na produção como um embrião de proletariado... A alternativa é a economia de subsistência das rocas - ou a tropa. É essa população que vai constituir o grosso do tecido social que se forma ao redor do proprietário de terras, ao qual ele se liga, como mais tarde se ligará ao 'coronel' pela mais insidiosa das formas de poder: o favor".⁷⁰

O regime instaurado em 1930 abalou essa função, na medida em que restringiu a autonomia municipal. LAMOUNIER (s/d:7) entende que a Revolução de 30 provocou alterações essenciais no *modus operandi* do sistema político, reorganizando as vias de acesso ao poder federal, ao mesmo tempo que impulsionou uma série de mudanças substanciais, tanto no nível prático como no ideológico. É neste sentido que a Revolução de 1930 pode ser compreendida como o momento focal do processo brasileiro de *state-building*: uma forte tendência centralizadora no aparelho estatal, no sentido de retirar o caráter excessivamente regional da Primeira República, ao mesmo tempo que produzia uma direção nacionalista e industrializante na política econômica.

Aquele autor considera que o dilema colocado, nos anos 30 - no tocante aos procedimentos relativos à disputa eleitoral e partidária, à atividade parlamentar e ao relacionamento entre os três níveis de governo - era como enfrentar e desmontar o monopólio político nos estados, formalizado nos Partidos Republicanos.⁷¹

⁶⁹ No original, *paysannerie*.

⁷⁰ Sobre a questão, consultar SCHWARZ, para quem "o favor é nossa mediação universal".

⁷¹ Há que se lembrar, mesmo com o risco da repetição, que "o coronel fazia a política e complementava a administração pública, no âmbito municipal, dentro do partido, partido único mas não monolítico, tumultuado na base por dissensões de famílias e grupos, sedentos da conquista do poder, que, por ser não reconhecido burocraticamente se volatiliza, entregue às ambições e aos interesses" (FAORO,1993:631).

O novo regime, em seu objetivo de centralização, instituiu ⁷² o governo provisório e decretou, entre outras providências, a intervenção nos municípios e estados.⁷³

Os tenentes foram designados por Vargas como interventores na maioria dos Estados, ⁷⁴ com o poder de nomear e de demitir os prefeitos em todos os municípios. Para Luciano MARTINS,

"Aparentemente, os tenentes se comportaram perfeitamente com a estrutura de comando local, efetuando ao máximo, a substituição de uma facção oligárquica por outra. Na medida mesmo em que não se punha em questão a estrutura agrária, o coronelismo estava garantido. (...) O padrão é claro: A 'modernização conservadora' se realiza: a) seja pela substituição das elites, sem que os *newcomers* cheguem a se constituir como *contra-elite*; b) seja pela justaposição das novas elites às antigas" (1973:106-107e120), ⁷⁵

⁷² Decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930: "O interventor nomeará um prefeito para cada município, que exercerá al todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo quando entenda conveniente, revogar ou modificar qualquer dos seus atos ou resoluções e dar-lhe instruções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais" (art. 11, par. 4) (apud NUNES LEAL,1975,nota 63:85).

⁷³ Art. 1. O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembléia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país. Parágrafo único. Todas as nomeações e demissões de funcionários ou de quaisquer cargos públicos, quer sejam efetivos, interinos ou em comissão, competem exclusivamente ao Chefe do Governo Provisório. Art.2. É confirmada, para todos os efeitos, a dissolução do Congresso Nacional, das atuais Assembléias Legislativas dos Estados (quaisquer que sejam as suas denominações), Câmaras ou assembléias municipais e quaisquer outros órgãos legislativos ou deliberativos, existentes nos Estados, nos municípios, no Distrito Federal ou Território do Acre, e dissolvidos os que ainda não o tenham sido de fato. Art. 11. O Governo Provisório nomeará um interventor federal para cada Estado (...) Parágrafo 4. O interventor nomeará um prefeito para cada município, que exercerá al todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo quando entenda conveniente, revogar ou codificar qualquer dos seus atos ou resoluções e dar-lhes instruções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais" (apud CAMPANHOLE,1984:623-625).

⁷⁴ Em São Paulo, a situação foi diferente. Consultar MARTINS (1979) e Campelo de SOUZA (1983).

⁷⁵ Para uma análise das diferentes interpretações do significado da Revolução de 30, ver o excelente trabalho de DINIZ (1974).

ou seja, a demolição da velha ordem processou-se sem reformulação propriamente essencial da estrutura econômico-social anterior.

Mais tarde, a Constituição de 16 de julho de 1934 assegurou a eletividade da administração local, o que se expressava como um traço de autonomia municipal.⁷⁶

A Constituinte de 1934, todavia, apresentava uma contradição: ao mesmo tempo em que procurou garantir melhor a autonomia municipal, deu aos Estados, através dos Departamentos de Municipalidades, a ocasião de exercer tutela administrativa e política sobre os municípios.

O Departamento de Municipalidades, órgão estadual, instituído nessa época, continuou posteriormente. "Cabia a esse órgão (...) dependente diretamente do interventor, exercer a extensa tutela que a legislação em vigor outorgava ao governo estadual sobre a vida administrativa dos municípios" (NUNES LEAL, 1975:86).⁷⁷

Com o advento do Estado Novo, a legislação do Governo Provisório, em 1937, atendendo a dois objetivos - desmontar a máquina administrativa corrompida e moralizar e dar eficiência à administração municipal - instituiu prefeitos nomeados nos municípios, a par de um conselho consultivo e

⁷⁶ Art. 13. Os municípios serão organizados de forma que lhes fique assegurada a autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, e especialmente: I, a electividade do Prefeito e dos Vereadores da Camara Municipal, podendo aquele ser eleito por esta; II, a decretação dos seus impostos e taxas, e a arrecadação e applicação das suas rendas; III, a organização dos serviços de sua competência (apud CAMPANHOLE, 1984:509).

⁷⁷ Luciano MARTINS não considera essa importância. "O Estado Novo se impõe sem modificar de maneira substancial a organização política do país. As hierarquias de comando, nos níveis municipal e regional, restaram praticamente intactas. Se é verdade que os governadores e os prefeitos não eram eleitos, mas livremente nomeados e demitidos, a maioria dos governadores e dos prefeitos em exercício antes do golpe de Estado foram confirmados em seus cargos" (1973:115).

"estabeleceu um sistema de recursos, que subia do prefeito ao interventor e deste ao chefe do governo nacional (...) Abrangia-se, deste modo, efetivamente, toda a esfera

da administração municipal, posta sob a tutela dos órgãos superiores, não só do ponto de vista da legalidade, senão também da conveniência e oportunidade dos seus atos" (NUNES LEAL, 1975:86).⁷⁸

DINIZ (1974) observa que as interventorias constituíram-se como o elemento-chave entre o governo central e os Estados e foram, verdadeiramente, um meio de enfraquecer as oligarquias regionais, pois impuseram perdas nas condições institucionais de sua autonomia, apesar de o controle do executivo federal sobre os grupos dominantes regionais não ter chegado a ser absoluto.

A Constituição de 1937 foi claramente antimunicipalista. Conservou os Departamentos de Municipalidades, reduziu a receita municipal e suprimiu a eletividade dos prefeitos. O Departamento das Municipalidades passou, além de prestar assistência técnica à administração municipal, a fiscalizar as suas finanças.

⁷⁸ "Não é preciso um exame muito profundo para se ver como a conveniência da criação, nos Estados, de uma nova máquina política, a ser comandada, não mais pelos 'carcomidos', mas pelos senhores do dia, se conjugava perfeitamente com o empenho patriótico de aperfeiçoar a administração dos municípios, tornando-a mais econômica e produtiva. Fazendo-se ênfase sobre esta razão de ordem pública, o interesse político da montagem das máquinas partidárias podia aparecer aos olhos de todo o país revestido de uma sólida base doutrinária, capaz de protegê-lo contra os defensores da maior autonomia municipal, tão intimamente associada, na prática, com a insolvência e anarquia de muitos municípios no regime derrubado pela revolução. Ressuscitava-se, portanto, com outras palavras, a velha doutrina imperial da tutela" (NUNES LEAL: 1975:87)

prestar assistência técnica à administração municipal, a fiscalizar as suas finanças.

No Estado Novo, graças à preocupação centralizadora que o caracterizou, conferindo ao chefe de governo um poder incontestável, culminou o sistema de tutela. O município, além de ficar privado de qualquer órgão representativo (nem sequer os conselhos consultivos foram mantidos), teve sua administração submetida a um rígido sistema de controle, tanto prévio como ulterior. A par dos Departamentos de Municipalidades, criou-se, em cada Estado, um Departamento Administrativo, com o objetivo de prestar assistência e exercer controle sobre os governos estadual e municipal. Seus membros eram nomeados pelo Presidente da República e estes departamentos deveriam funcionar como um instrumento de contraste do interventor. Na realidade, entretanto, o interventor era quem indicava as nomeações, que viria a ter no departamento, antes um aliado, mais que um fiscal. Em verdade, a organização política do país, com o novo regime, não chegou a se alterar substancialmente. Antes, as hierarquias de comando permaneceram, nos níveis municipal e regional, praticamente intactas, na medida em que a grande parte dos governadores e dos prefeitos nos cargos à época do golpe de Estado continuaram em seus postos. Luciano MARTINS, 1973:115 aponta o caráter dos arranjos práticos:

"A inovação se limita, praticamente, à criação dos Departamentos Administrativos nos quais os membros eram nomeados pelo Presidente da República e tinham por função aprovar antes de tudo os decretos dos Governadores e dos Prefeitos. Esses departamentos, entretanto, não chegaram nunca a funcionar efetivamente. As inovações do Estado Novo se fizeram ao nível da prática política, pela supressão dos direitos (de expressão e de associações

Se a Revolução de 30 pode ser explicada, em parte, pela defasagem existente entre o poder político da oligarquia e as aspirações emergentes de novos setores sociais, o Estado Novo significou, por sua vez, "um impedimento político para a maioria dos grupos e classes, gerando novas defasagens" (SOARES, 1973:40).⁷⁹

Pela extensão e complexidade do tema, não caberia aqui a análise do Estado Novo. Destacaremos, portanto, os aspectos mais relevantes para o entendimento das dimensões das mudanças nas elites políticas no decorrer do período.

O Estado Novo, assim como a Primeira República, foi também um sistema elitista. Não obstante, seu *modus operandi* desenvolveu-se diferentemente. Enquanto a República Velha baseou-se no princípio da autonomia dos estados e na política dos governadores, o novo regime procurou a unificação, valendo-se da intervenção nos estados, implantando uma extensa rede burocrática e impedindo o funcionamento das organizações partidárias (CAMPELLO DE SOUZA, 1983:85).

O poder de Estado foi progressiva e definitivamente consolidado nos primeiros anos do novo regime. SOLA (1987:266-267) aponta as reformas político-administrativas e as soluções econômicas e sociais que caracterizaram essa fase. Segundo a autora, grande parte das reformas administrativas e políticas e uma série das soluções econômicas e sociais do período

⁷⁹ Consultar MARTINS (1973:119).

encontravam-se em continuidade marcante com tendências anteriores, apontadas em 1930 e reforçadas após 1935. Entretanto, no Estado Novo, os quadros institucionais passaram a ser instalados através de um Estado apartidário, com um mínimo de fricções e de contestação políticas. Já em 1938 os últimos grupos oposicionistas ativos foram, através de violência, definitivamente isolados.

O Presidente, pela nova Constituição, dispunha de plenos poderes, legislativos e executivos; era de sua alçada demitir e transferir funcionários, afastar e reformar os considerados como ameaça aos chamados "interesses nacionais". O artigo 186 declarou estado de emergência em todo o território nacional, a partir do qual poder-se-ia ordenar prisões, exílio, invasão de domicílio; instituiu-se, também, a prisão preventiva e a censura legal de todas as comunicações, sendo que tais atos passaram a escapar à decisão do judiciário. Com a constitucionalidade do estado de emergência, institucionalizaram-se os instrumentos necessários para sua concretização: foram criados o Departamento de Propaganda - que se encarregava também da censura - e o Código de Imprensa, de 1937, que, por sua vez, tornava ilegal qualquer referência desrespeitosa às autoridades públicas. O decreto de 3 de dezembro determinava a dissolução de todos os partidos e proibia símbolos, gestos e uniformes identificadores.

Dessa forma, tanto os grupos oposicionistas foram neutralizados, como também a Ação Integralista Brasileira foi atingida, contrariando as expectativas desse grupo que se considerava como uma base política da nova ordem. Assim, o governo procurava se desvencilhar de quaisquer compromissos ideológicos e partidários que pudessem colocar obstáculos ou limites às suas

atividades. Registremos, inclusive, que o Congresso foi fechado em 10 de novembro de 1937.

O controle do movimento sindical foi, por sua vez, outra meta do novo regime. Pela nova Carta, as greves e o *lockout* foram vedados e declarados "recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital, incompatíveis com os superiores interesses nacionais". Foram proibidas as interferências ideológicas nos sindicatos, pois consideradas "estranhas" aos interesses econômicos e profissionais dos trabalhadores. A autonomia sindical foi definitivamente liquidada em 1939, com a proibição da existência das associações não integradas ao sistema oficial. Haveria o reconhecimento de apenas um sindicato por cada profissão, de âmbito municipal, distrital, estadual e interestadual. Associações nacionais somente seriam permitidas com autorização expressa do Ministério do Trabalho e em caráter de excepcionalidade.

Nesse processo, com a participação política barrada pela nova situação partidária, as antigas e novas oligarquias foram absorvidas ou encurraladas num sistema político baseado em interventorias.

CARONE (1974:85) entende que a superação das classes agrárias se realizou imperceptivelmente, dos fins da década de 1920 até os anos 1940-1950. Como a passagem para um novo padrão foi paulatina, o autor considera que

"É só no conjunto da composição que a classe burguesa - as novas gerações ligadas às indústrias tradicionais, novo sistema empresarial baseado nas sociedades anônimas e a nova corrente industrialista após 1940 - ascende definitivamente, superando totalmente o predomínio social e político das classes agrárias.

Em relação ao caráter do novo regime, DINIZ (1991:84) observa:

"... maior autonomia da burocracia estatal, entre 1937/1945, revelaria, em questões centrais, pontos de contato com as aspirações dos setores dominantes da sociedade brasileira, na medida em que o novo regime viabiliza o avanço das forças antioligárquicas, eliminando paralelamente suas correntes mais radicais, vale dizer, viabiliza a mudança sem contestar as bases de sustentação da ordem capitalista em transição. Assim, a proposição inicial referente à hegemonia do Estado necessita de certas qualificações. Trata-se de uma hegemonia que se legitima por ser um meio de resguardar as posições econômicas dos grupos tradicionais, favorecendo, ao mesmo tempo, a marcha dos setores emergentes, particularmente a burguesia industrial. Neste sentido, ter-se-ia um arranjo para institucionalizar o confronto entre os grupos dominantes, reforçando os canais de acesso da coalizão vitoriosa ao poder em trinta, excluindo ao mesmo tempo a participação das forças ideologicamente indesejáveis, e reduzindo, simultaneamente, a influência política dos setores tradicionalmente dominantes, que pela impossibilidade de que readquirissem o controle do sistema decisório, quer pelo aprofundamento do processo de desestruturação dos recursos de poder que ainda manipulavam".

O Estado Novo, portanto impôs-se sem modificar de maneira substancial a organização política do país. Em verdade, conforme visto, Luciano MARTINS escreve:

"as hierarquias de comando, nos níveis municipal e regional, restaram praticamente intactas. Se é verdade que os governadores e os prefeitos não eram eleitos, mas livremente nomeados e demitidos, a maioria dos governadores e dos prefeitos em exercício antes do golpe de Estado foram confirmados em seus cargos" (1973:115).

O mesmo autor chama a atenção para o fato de que as inovações do Estado Novo deram-se ao nível da prática política, pela aplicação autoritária dos

controles institucionais já existentes e pela supressão dos direitos de expressão e de associações políticas.

Em 1945, após a queda de Vargas, os partidos políticos passaram a existir de forma legal novamente e puderam participar das eleições.

"A criação dos partidos nacionais e a regulamentação da representação partidária foram medidas que pretendiam a garantia de um governo federal centralizado. A centralização era defendida como forma de salvaguardar a vida política nacional de interferências regionais e locais que haviam predominado em todo período anterior" (KERBAUY, 1979:96).

Ainda segundo a autora, os partidos que foram inicialmente fundados, surgiam como representantes do sistema anterior a 1930, de fundo regional e oligárquico. Em 1945, articularam-se novamente agremiações regionais, a exemplo do P.R., do Partido Constitucionalista de São Paulo e outros, como na Bahia e Rio Grande do Sul.⁸⁰

A questão política, entre os anos 1945-1964 deve ser entendida como um jogo entre a política dos Estados e a extensão da cidadania a grupos sociais cada vez mais significativos e quantitativamente crescentes, como as categorias ligadas à administração e os profissionais liberais. Com uma presença já significativa desde há muito, o estrato dos profissionais liberais tomou corpo na Segunda República e se constituiu numa categoria expressiva nos níveis mais elevados da estrutura social e do aparelho do estado. Não obstante, a entrada dos novos estratos sociais na arena política só se deu pela

⁸⁰ Outras tentativas, no sentido de criar novas agremiações, chegaram a se efetivar, mas não conseguiram sobreviver: Partido Popular Sindicalista, Resistência Democrática, Partido Agrário Nacional, Movimento Democrático Progressista, entre outros.

política só se deu pela participação no aparelho de estado, a partir do voto, já que a estrutura de dominação de base se manteve durante o período.

No que tange à evolução do sistema político, podemos avaliá-la em termos da extensão da cidadania, através da participação eleitoral. Se, no período anterior a 1930,⁸¹ a débil participação política resultava - a par da dominação coronelística - da dispersão geográfica da população, da exclusão legal de eleitores e de seu carácter predominantemente rural,⁸² no período posterior, verificaram-se alterações na composição do eleitorado, no sentido de um evidente crescimento, pelo abandono do voto censitário e pela inclusão do voto feminino.⁸³

Podemos afirmar, baseando-nos em LAMOUNIER e MUSZISNKI (1989, 1990), que, no período pós 1930, as estatísticas demonstram ter havido uma evidente ampliação do eleitorado. O abandono do voto censitário e a inclusão do voto

⁸¹ Sobre a participação política no período anterior, ver Parayba (1970).

⁸² LAMOUNIER E MUSZYNSKI (1990:631) observam que "isso não significa, entretanto, que o processo eleitoral não tivesse importância. Ao contrário, já no período colonial os representantes às Câmaras Municipais eram escolhidos por eleição indireta. A Assembleia Constituinte de 1822 também seria eleita por representantes que, por sua vez, já teriam sido escolhidos através da declaração oral dos votantes. É verdade que havia restrições: os eleitores eram apenas os indivíduos do sexo masculino - inclusive os analfabetos - que preenchessem certos requisitos sócio-econômicos e etários. Por esses critérios, estavam excluídos do processo de escolha as mulheres, os escravos e os economicamente desfavorecidos, que constituíam a maioria da população". Há que se destacar que a restrição ao voto feminino não constava legalmente das disposições eleitorais, mas era, contudo, um impedimento vigente no mundo ocidental. Em 1881, por determinação da denominada *Lei Saraiva*, procedeu-se a um realistamento eleitoral, tendo as eleições passadas a diretas para os níveis estadual e federal. Eram eleitores os homens - casados, maiores de 21 anos - e solteiros - maiores de 25 anos - alfabetizados ou não, qualificados por critério de renda mínima. Com a República, o critério de renda mínima foi abolido, mas excluem-se os analfabetos do direito de voto. Continuaram alijados do processo eleitoral as mulheres, os mendigos e outras categorias específicas.

⁸³ O Código Eleitoral de 1932 representou um avanço importante para a cidadania política, na medida em que instituiu o voto secreto e obrigatório para os maiores de 18 anos, inclusive as mulheres, sendo essas disposições incluídas na Constituição de 1934. "A criação do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais (TRE) possibilitou um controle maior dos processos de alistamento de eleitores e de apuração dos votos, ainda que, a curto e médio prazos, não estivessem extirpados os falseamentos e ilegalidades. Em grandes linhas, o que observamos, a partir de então, é um processo gradual, embora descontínuo, de cristalização das conquistas da legislação eleitoral" (LAMOUNIER e MUSZISNKI, 1990:631).

inclusão do voto feminino proporcionaram um aumento substancial, sendo que mais atualmente (década de 1980) tenha se chegado a uma maioria de mulheres votantes, em correspondência à estrutura demográfica do país. A gradativa queda do índice de analfabetismo foi também responsável pelas mudanças fundamentais no eleitorado. Já em 1945-1947, a legislação colocou brechas, através do alistamento *ex-officio*.⁸⁴

Esse aumento quantitativo, entretanto, coexistiu com divergências sócio-econômicas que, qualitativamente imprimiram por muito tempo marcas que não se alteraram por completo. Como aponta SOARES (1973:58),

"Em 1933, calculando a população brasileira com 18 anos e mais em uns 20 milhões, os eleitores registrados representavam menos de 10% da população adulta. Como a população com ocupações não manuais provavelmente representava de 10 a 15% sobre a força de trabalho, e como estas classes médias e altas não manuais ingressam no processo eleitoral antes que as trabalhadoras, é fácil concluir que pouquíssimos trabalhadores e camponeses participaram do processo eleitoral antes de 1945. Mais ainda, é provável que, em todas as eleições anteriores às de 1945, uma fração substancial da classe média, sobretudo das camadas inferiores da classe média - empregados de rotina em escritório, vendedores, balconistas etc - não participasse do processo eleitoral. O jogo eleitoral, portanto, era

⁸⁴ "Face à precariedade dos recursos disponíveis e à provável lentidão do alistamento eleitoral, foi permitido o registro de blocos de eleitores com base em listas preparadas por empregadores e agências governamentais: o chamado alistamento *ex-officio*." Este expediente (...) assume (segundo Roberto GAMBINI) um sentido muito especial quando se considera que se trata de recurso tipicamente clientelístico e urbano, portanto geralmente concernente ao funcionalismo público e aos sindicatos, pelo qual o *getulismo* expande o eleitorado ao mesmo tempo que o compromete (...). O alistamento *ex-officio* correspondeu a 23% da votação nacional em 1954 (...). Trata-se, portanto, de recurso eleitoral de certa magnitude, ao qual assim se referiu (...) Virgílio de Meilo FRANCO: "O alistamento *ex-officio* (...) foi calculadamente estendido às massas menos esclarecidas, enquadradas pelas organizações fascistas a que tinham sido reduzidos pelo Estado Novo os sindicatos, possibilitando assim a inclusão dos analfabetos e dos estrangeiros" (CAMPELLO DE SOUZA, 1983:121). Desta forma, o alistamento *ex-officio*, vigente em alguns períodos a partir de 1945, permitindo o registro de eleitores através de instituições empregadoras, possibilitou que a restrição aos analfabetos fosse burlada. Vigente ainda nas eleições estaduais de 1947, o *ex-officio* foi abolido pelo Código Eleitoral de 1950, a partir do qual exigia-se o alistamento individual.

fundamentalmente um jogo para as elites e para uma classe alta média, esta última composta por profissionais liberais e outras pessoas com alta qualificação ocupacional".

Em 1945, os requisitos formais impeditivos da cidadania foram abolidos - com exceção do analfabetismo - possibilitando uma crescente abertura da cidadania a classes sociais e grupos sociais menos privilegiados e antes excluídos da participação eleitoral. Mesmo assim, aponta SOARES,

"As estimativas mais otimistas dão às classes médias e altas aproximadamente 20% sobre o total da população em 1945. Isto significa aproximadamente quatro milhões e meio de pessoas em idade de votar. Se todas estas pessoas votassem, ainda assim haveria um milhão e meio de eleitores provenientes das classes trabalhadoras. O ano de 1945 marcou a incorporação definitiva dos setores médios e baixos das classes médias no processo político e o advento da participação política das classes trabalhadoras. Não obstante, 1945 não marcou a participação eleitoral da maioria dos membros das classes trabalhadoras (...) a grande maioria (90%) da classe trabalhadora não participou do processo eleitoral em 1945" (1973:59).

Entretanto, continua o autor, 1945 significou, em relação ao quadro anterior, uma grande diferença. Devido às mudanças no processo eleitoral, as classes médias, bem como um contingente razoável da classe trabalhadora, passaram a deter uma dose razoável de *poder* sobre os dirigentes políticos. O destino de seus votos dependia de seus interesses serem defendidos no nível das decisões políticas. De outra forma, nas eleições seguintes, seriam outros os candidatos beneficiados por seus votos.

Os partidos de massa, durante a Segunda República, foram os grandes beneficiados por essa crescente ampliação eleitoral, dado que foi nas

zonas urbano-industriais que se concentrava o maior quociente eleitoral, onde o controle da massa eleitoral pelas oligarquias estaduais tornava-se mais difícil.

Surgiram partidos políticos, no seio dos quais as diferentes classes se apoiaram, ao lado do anterior esquema de poder das elites oligárquicas.⁸⁵

Entretanto, mesmo sob esse novo quadro, não se pode afirmar que uma política democratizada tenha sucedido à política oligárquica. Em realidade, houve um aumento do quociente eleitoral, mas o mesmo não aconteceu com a representação política dos setores por ela atingidos.⁸⁶ Em outros termos, não se concretizou a entrada de indivíduos ou setores das classes populares nos quadros políticos como também a sua representação. Em suma, não se verificou uma participação significativa das classes populares, seja na ocupação de cargos políticos ou na representação de seus interesses.⁸⁷ O período foi caracterizado por uma política dominada, em grande parte, por uma elite composta fundamentalmente de indivíduos com extração de classe mais elevada e que, ao longo do tempo, não se fizeram representantes dos interesses populares.

O período foi marcado pela extensão da educação pública e pelo processo de urbanização, ambos significativos especialmente a partir da década de 1950 e que inequivocamente levaram a um aumento do eleitorado.

⁸⁵ Pela extensão do tema, não nos aprofundaremos na questão dos partidos políticos. Consultar, entre outros, CAMPELLO DE SOUZA (1983) e SOARES (1973). No capítulo IV voltaremos a essa questão, quando entrarmos na discussão sobre os novos canais de ascensão política e os padrões de ocupação dos cargos políticos.

⁸⁶ Como escreve SOARES, *"mesmo nas áreas que escaparam à política oligárquica, a política era de elite"* (1973:136).

⁸⁷ Ver, entre outros, MONTENEGRO (1958), CARVALHO (1958) e o número especial da Revista Ciência Política (1968) dedicado ao tema. .

Todavia, a urbanização não chegou a neutralizar as diferenciações regionais e o isolamento do setor rural que abrigava, até 1960, a maior parte da população do país. Esses fatores contribuíram para a persistência do mandonismo local e do coronelismo, em contraste com a participação mais independente do eleitorado urbano (LAMOUNIER e MUSZINSKI, 1990:632).⁸⁸

Nesse sentido, CAMPELLO DE SOUZA (1985) observa que é reconhecido, na literatura sobre o populismo⁸⁹, o fato de que este regime no Brasil não atendeu às exigências de uma verdadeira democracia de massas. Para a autora, uma das características do sistema de representação política do período é ter sido o sistema partidário condicionado pela expansão da cidadania às classes populares pela via eleitoral e por eleições cada vez mais competitivas, no bojo de uma estrutura decisória marcada pela centralização de decisões nas mãos de uma burocracia estatal, exercida com autonomia significativa frente aos partidos políticos.⁹⁰

⁸⁸ *“Os dados mostram claramente que os partidos dominantes com tendência conservadora, no período 1945/65 (o PSD e a UDN), e o partido de apoio ao governo, na fase posterior (a ARENA), viram-se presos a uma base social demograficamente declinante, devida especialmente à crescente concentração da população em grandes centros - o que acentuou a característica ao menos genericamente ‘oposicionista’ do eleitorado”* (LAMOUNIER e MUSZINSKI, 1990:632).

⁸⁹ *“O populismo constituiu uma resposta política à severa crise de estrutura que acompanhou a transição da América Latina de uma série de sociedades de agricultura de exportação do século XIX para a rápida urbanização, para as sociedades de massa do séc. XX. Essas crises contribuíram para a quebra política de um sistema de elite política tradicional que parecia incapaz de neutralizar grandes concentrações da classe trabalhadora que havia emergido nas modernizantes e cada vez mais complexas nações (...) O populismo (...) constituiu-se como a principal forma de controle social na moderna América Latina. Ao minar o surgimento e a força dos partidos trabalhadores autônomos, o populismo construiu coalizões verticais cuja verdadeira razão de existência era a integração das massas na política nacional sem atingir de forma fundamental o sistema existente”* (STEIN, 1987: 127). No Brasil, convencionou-se denominar de ciclo populista o período entre 1946 a 1964, durante o qual se verificou a passagem de uma política de notáveis para uma política de massas, no âmbito de um quadro constitucional liberal representativo, passagem essa que se dá através de mecanismos institucionais e ideológicos obscurecedores dos interesses de classe e que apagam sua identidade, impedindo também sua ação política autônoma (CAMPELLO DE SOUZA, 1985:73).

⁹⁰ Uma análise específica do populismo escapa ao alcance deste trabalho, pois comporta, pela sua característica, um estudo à parte. Para aprofundar a questão, consultar os trabalhos clássicos sobre o assunto, como IANNI(1988) e WEFFORT(1978).

A redemocratização do país em 1945 culminou com as eleições de 2 de dezembro, para a Presidência da República e para os deputados constituintes, estaduais e federais. Em 1947 houve eleições para os governadores dos Estados, Prefeitos e Vereadores municipais. Entretanto,

"a restauração democrática em 1945 (...) não produziu uma substituição radical dos grupos de poder, embora exigisse uma reformulação político-institucional. Desse modo, se em 1945 foi deposto o presidente Vargas, manteve-se na liderança do processo de redemocratização do país a mesma elite política que comandava o regime deposto. Sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional, que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo" (CAMPELLO DE SOUZA, 1985:84).

Os estudos empíricos realizados sobre a ocupação dos cargos políticos nos âmbitos estadual e federal confirmam esse quadro. Entretanto, pouco se sabe sobre a realidade dos municípios brasileiros, pois não existe, em nossa literatura, uma tradição de estudos comparados nesse sentido.⁹¹

Vimos que existe um consenso na literatura de que uma política democratizada não sucedeu a política oligárquica, com a entrada e participação ampla das classes e setores privilegiados. No que tange ao processo eleitoral, as principais mudanças referiram-se à entrada, em peso, das classes médias no processo eleitoral e de uma participação crescente das classes populares. Em termos da representação política, não se verificou uma

⁹¹ Um exemplo mais recente nessa área é a pesquisa que compara a estrutura de poder em sete cidades do interior paulista, realizada por José Albertino RODRIGUES (*Estrutura de Classes e Poder Político Local nas Cidades Médias Paulistas*, UFSCar).

participação significativa dos setores populares, que tinham, ainda, seus interesses representados por parlamentares com filiação de classe bem mais elevada. "Neste sentido, mesmo nas áreas que escaparam à política oligárquica, a política era de elite" (SOARES, 1973:136). Conforme resume o autor, estudos, a exemplo dos realizados por SILVA (1960), MICHETTI (1968), BASTOS e ROCHA (1964), mostram um declínio acelerado da política oligárquica no período pós 45, ressaltando-se, todavia, o caráter elitista do sistema político.

Entendemos que, em cada caso concreto, houve uma conjugação de situações, responsável pelas mudanças, o que demonstra a necessidade de pesquisas empíricas.

Nesse aspecto, em relação aos chefes políticos locais, RODRIGUES aponta, baseado nos dados da pesquisa sobre cidades médias do interior paulista, para o fato de que a redemocratização de 1945 veio beneficiar a pequena burguesia local, tendo seus membros assumido plenamente a liderança política nas cidades médias do interior paulista. Em outros termos, grande parte do poder político da antiga elite política teria sido aniquilada pelo voto e pela participação popular. Assim, os antigos chefes políticos locais perderam o domínio absoluto, com as eleições de 1947 coroando sua falência, dada a notória incapacidade destes em pleitear o voto popular, que se deslocou para os novos líderes que vinham construindo sua base localmente. Queremos acrescentar que, a nosso ver, existem peculiaridades relativas a cada caso que, embora permitam generalizações quanto ao processo mais geral, configuram padrões diferenciados de ascensão dos diferentes grupos sociais aos postos políticos.

Neste capítulo procuramos analisar as transformações sócio-econômicas e políticas na sociedade brasileira e verificar seus reflexos sobre o poder político local. Ao tentarmos analisar a participação política - entendida aqui como a ocupação de cargos políticos - dos diferentes estratos sociais em diferentes momentos, partimos do pressuposto de que este processo foi resultado e parte constitutiva de um conjunto de transformações ocorridas na sociedade brasileira. Procuramos levar em conta, portanto, as principais linhas da estrutura econômico-social da sociedade brasileira, conjugadas com as mudanças institucionais levadas a cabo nas diferentes fases.

O passo seguinte, é conhecer o caráter destes processos, verificar sua extensão e abordar as particularidades dessa dinâmica em Rio Claro.

Capítulo III

POLÍTICA LOCAL E CORONELISMO

O CAFÉ E AS CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR PAULISTA

No decorrer do capítulo II, procuramos mostrar como as transformações ocorridas após 1930 atingiram o núcleo de comando dos chefes municipais e abriram espaços para novos atores na cena política. Em um balanço esquemático, mesmo com o risco de nos repetirmos, queremos lembrar as principais linhas da estrutura sócio-econômica da Primeira República. Sociedade de caráter eminentemente rural, com uma economia de exportação baseada no latifúndio monocultor, e constituída por economias regionais com escassas relações mercantis entre si, durante esse período, teve a produção do café como seu baluarte. Nos três primeiros decênios deste século, a burguesia cafeeira exerceu a hegemonia social e política, sendo que, nos anos 20, essa hegemonia enfrentou abalos significativos, devido às mudanças econômicas sofridas pelo Brasil, tanto nos âmbitos regionais e locais, como também pelas reformas administrativas e políticas empreendidas pelo poder central. O poder coronelístico, que foi a grande marca da Primeira República, viu-se frente a grandes desafios. Será a partir da conjugação desses vários processos que procuraremos entender o poder e o declínio dos coronéis e a emergência de novas categorias no cenário político e verificar em que medida e sentido se delineou um novo perfil de chefe político.

Pretendemos, nesta altura, investigar os elos existentes entre as transformações sócio-econômicas e a dinâmica do sistema político, para entender as mudanças na composição das elites. Destarte, concomitantemente à análise das determinações econômicas, procuraremos entender em que medida essa composição é resultado de determinados eventos políticos que refletiram na distribuição do poder no interior do sistema político. Para tal objetivo, temos que fazer referências aos mais relevantes eventos históricos que transformaram o perfil do sistema de poder e às instituições e à organização do sistema político e sua vinculação com a sociedade.

Nesse sentido, entendemos que as análises particulares e os estudos de caso sobre as cidades do Oeste Paulista cafeeiro são importantes, pois podem trazer maiores fundamentos para a compreensão desta problemática.¹ Em estudo comparativo entre São Carlos e Araraquara, PACHECO ressalta que as análises sobre essas cidades colocam, por um lado, questões passíveis de generalização e, de outro, apontam para outra sorte de problemas, ou seja, a diversidade das realidades singulares apresentadas pelos núcleos urbanos.

Este autor entende que

"mesmo submetidos a determinações comuns, crescentemente condicionadas pelo próprio desenvolvimento da rede urbana e da Capital, estes centros espelhariam as trajetórias particulares que marcam a vida concreta de cada localidade. Nas suas semelhanças, oriundas quase todas do café e em condições geográficas similares, sobretudo no planalto paulista, elas não repetiriam

¹ Dada à importância e peso de São Paulo no movimento republicano e pela hegemonia que a elite cafeeira exerceria por longo tempo. Ver capítulos anteriores.

monotonamente os mesmos movimentos de suas antecessoras. Progressivamente seriam reflexos da maior complexidade da diferenciação do território e dos papéis reservados aos centros urbanos. Fenômeno que se tornaria ainda mais nítido com a redefinição dos padrões de divisão regional do Estado, a partir da crise cafeeira. Nesse momento, anunciam-se as distintas alternativas que estão na raiz da natureza recente do desenvolvimento desta parte do sistema paulista de cidades" (PACHECO, 1988:213).

Não é nosso propósito aprofundar as relações entre a economia do café e a estruturação dos núcleos urbanos no interior do Estado de SP.² Não cabe, no escopo deste trabalho, uma análise extensa dos processos de urbanização e industrialização no interior paulista. Contudo, algumas considerações sobre o tema se fazem necessárias.

Estudos sobre industrialização e urbanização paulista no período anterior a 1929 mostram a primazia da cidade de São Paulo - capital do Estado - nessa dinâmica. Entretanto, a par dessa primazia, há que se destacar o alargamento das funções urbanas dos municípios do interior, com um significativo desenvolvimento do comércio e de atividades industriais no início do século.³

NEGRI, ao analisar a interiorização da indústria paulista, observa que

"além da dinâmica transformadora que o café exercia sobre a urbanização do interior, alguns outros aspectos ajudam a entender porque a indústria em São Paulo já nasce com forte penetração no interior: a de bens de consumo leve estava se diversificando

² Embora esta seja uma questão substancial, a literatura a este respeito é escassa. Dentre os estudos existentes sobre as cidades constituintes do complexo cafeeiro, destacamos os realizados por OTHAKE (1982), KERBAUY (1979,1992), TRUZZI (1986), NEGRI et al. (1988), além de PACHECO (1988), acima citado.

³ A esse respeito, ver, entre outros, MELLO E SAES (1985).

e não possuía razões locacionais rígidas, a de beneficiamento tinha que acompanhar a penetração espacial das culturas pelo Interior, a de madeira, a de papel e papelão e a de minerais não metálicos, assim como a maior parte da produção de bens intermediários, tinham que se instalar junto às fontes fornecedoras de suas matérias-primas. Os demais segmentos industriais, evidentemente, se concentrariam na capital paulista e nos municípios do seu Entorno, acompanhando o acelerado processo de urbanização do espaço territorial, já se beneficiando de economia de escala e de aglomeração" (1994:43-44).

A depressão mundial de 1929 provocou consequências diversas na indústria brasileira, entre as quais destacaremos algumas, para fins de nossa análise. A vida urbana do interior paulista não foi afetada drasticamente com a crise. O complexo cafeeiro havia propiciado uma sensível expansão dessa região e, com a perda da importância do café no setor produtivo, outros produtos o substituíram, como vimos no capítulo II. No Estado de São Paulo, a industrialização tomou um novo impulso, principalmente nos setores não tradicionais, voltando-se para o estabelecimento de indústrias dedicadas à produção de matérias-primas básicas, além de maquinaria e equipamentos. Outros setores se desenvolveram, modernizando e aumentando a capacidade produtiva, a exemplo da indústria têxtil.⁴ Nessas condições, de 1930 a 1960, as cidades médias paulistas conseguiram sobreviver à crise do café, na medida em que apresentaram condições para desempenhar outras atividades e suas funções urbanas não foram afetadas em sua essência, graças à diversidade que estas haviam estabelecido antes do advento da crise.

⁴ Sobre a industrialização de São Paulo nesse período, ver CANO (1985) e SUZIGAN (1971).

Ribeirão Preto é um exemplo desse processo. Conhecida como a *capital do café*, continuou crescendo nas décadas de 1930 e 1940, explorando outras atividades, tornando-se um centro comercial e de serviços importante, antes que a industrialização da década de 50 imprimisse novos rumos de desenvolvimento. São Carlos, outra cidade do complexo cafeeiro, teve, já desde 1920, um ritmo crescente de industrialização, com estabelecimentos de pequeno e médio porte. A partir de 1940, a atividade industrial passou a se constituir no principal polo econômico do município.

ARAÚJO FILHO observa que, ao lado da capital, a *metrópole do café*, e do *Porto do Café*, Santos,

"as cidades do café do Planalto Ocidental Paulista (são) os melhores exemplos de urbanização no Brasil; pelo seu número, mais de 300, só no Estado de São Paulo; pela sua importância demográfica e econômica; pelas suas variadas funções". (1956:121).

As cidades do interior paulista que remontam ao século XIX estavam equipadas com infraestrutura de serviços, consolidavam-se como mercado, viam crescer os setores de eletricidade, da telefonia; os jornais e escolas aumentavam sua presença, e outros serviços públicos eram instalados. ARAÚJO FILHO, na obra acima citada, destaca o fato de essas cidades revelarem um aspecto de ordem e conforto, num quadro que as diferenciavam do contexto mais geral da urbanização brasileira.

No conjunto dos fatores que impulsionaram a industrialização e urbanização no interior paulista, desenvolveremos algumas considerações, mesmo que breves, sobre dois dos mais relevantes, no que diz respeito ao

nosso tema: o papel da elite cafeeira e da imigração européia nestes processos.⁵

O papel da imigração européia é frequentemente destacado nas análises sobre a urbanização no país, particularmente no que tange à mão-de-obra que não se estabeleceu na zona rural. A introdução do trabalho livre imigrante no Brasil é um assunto bastante discutido na literatura. No capítulo I apontamos suas principais linhas. Retomaremos, nesta altura, algumas questões. A fonte principal de mão-de-obra que complementou e substituiu o escravo foi o imigrante europeu. Inicialmente, a solução encontrada foi o regime de parceria. A primeira iniciativa nesse sentido foi a do senador Vergueiro, na fazenda Ibicaba, de sua propriedade, no atual município de Limeira, para onde se dirigiram trabalhadores alemães. Este tipo de contrato logo apresentou problemas, até que se instituisse o regime de colonato, regime este que perdurou por longo tempo.

Os municípios de terra roxa foram os que mais atraíram imigrantes. No total dos 123.069 imigrantes distribuídos pelas fazendas de São Paulo, nos anos 1898 e 1902, pouco mais de um terço (49.799) estavam em apenas cinco municípios de centros cafeeiros de terra roxa. Outras regiões não atraíam de forma tão intensa a mão-de-obra. Nas proximidades de manchas de terra roxa, como Rio Claro, Piraçununga, Descalvado, Piracicaba e Tietê, a procura era significativa.⁶

⁵ Ver capítulo II.

⁶ Consultar MONBEIG, especialmente págs. 172-173.

Uma parcela dos imigrantes europeus, em menor número, não se dirigiu para as fazendas e se estabeleceu nas cidades, onde implantou novas atividades manufatureiras e de serviço. Algumas indústrias que se desenvolveram após 1930 começaram como oficinas mecânicas montadas por imigrantes portadores de habilidades e conhecimento que traziam de seus países de origem.⁷

BRESSER PEREIRA (1964:1994) demonstra que parte dos empreendedores industriais foi recrutada entre comerciantes e outros vieram dos próprios grupos imigrantes. A carreira de muitos dos grandes industriais paulistas começou nas lides do campo, no pequeno comércio ou nas atividades artesanais a que se dedicou a maior parte da população imigrante. É bastante conhecida a posição de diversos autores sobre o assunto. Dentre eles, citaremos DEAN. Este estudioso da questão considera que essa estruturação pode ser explicada pelo fato de que as famílias brasileiras, proprietárias de terra, achavam-se de idêntica forma predispostas à agricultura e seus outros membros que não se dedicavam a ela encaminhavam-se geralmente às profissões liberais. Dessa maneira, os imigrantes aproveitaram os espaços deixados para o comércio e indústria.

"A razão mais óbvia de preponderância de imigrantes no comércio (...) é a ausência quase completa de um quadro de paulistas nativos com um estilo urbano de vida (...) e os imigrantes que se meteram no comércio e indústria eram de origem pequeno-burguesa; sua experiência e seu treinamento,

⁷ A literatura sobre o assunto é muito vasta. No que diz respeito especificamente ao papel dos imigrantes no desenvolvimento das funções urbanas, consultar M.C. OLIVEIRA (1987). Ver, também, capítulo I.

segundo se pode presumir, os predispunham a tais ocupações" (1973:58-59).⁸

Vários são os registros dessa situação. Em 1874, o deputado AROUCA dizia na Assembléia Legislativa Provincial:

"Se é italiano, aí temos o comércio de latas de folha de Flandres, se é francês, aí temos mais um joalheiro; se é português, aí temos logo um armazém de cebolas, paços e presuntos; se é alemão temos logo uma padaria para se misturar o trigo com o milho".

Especialmente sobre os italianos, principal contingente de imigrantes no estado de São Paulo, BANDEIRA JR., em 1901, escrevia:

"incalculável o número de tendas de sapatarias, marcenarias, fábricas de massas de graxa, de óleos, de tintas de escrever, fundições, tinturarias, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus, que funcionavam em estalagens, em fundos de armazéns, em resumo: em lugares que o público não vê".⁹

No que diz respeito ao papel dos fazendeiros de café, especialmente no Estado de São Paulo,¹⁰ grande parte da literatura considera que, com o declínio da escravatura, o fazendeiro, ao perder sua condição de senhor de escravos, tornou-se um empresário capitalista. Com a nova feição do processo econômico, intensificou-se o processo de racionalização da empresa econômica. Nessa nova situação, todo um sistema de articulações teve que ser criado. Os fazendeiros-capitalistas passaram a inverter somas bastante

⁸ Para um estudo de caso, referente às cidades do Oeste Paulista, ver TRUZZI (1986). Sobre a composição dos diferentes grupos, consultar MONBEIG (1984:371-373) e BEIGUELMAN (1977:116 e segs.).

⁹ Apud BIELGUEMAN (1977:118).

¹⁰ Essa temática foi desenvolvida no capítulo I.

razoáveis em estradas de ferro. A comercialização do café, por sua vez, com crescente importância para a exportação, vai se tornando mais complexa. Como consequência, estabeleceu-se uma rede de casas comissárias e de bancos, das quais os fazendeiros não estiveram ausentes.. Desta forma, o peso maior da contribuição destes esteve em setores como o comércio exportador-importador, atividades financeiras, bancárias, na sua participação nos serviços urbanos, na geração de energia elétrica, nas ferrovias e em investimentos imobiliários.

TRUZZI observa essa situação em São Carlos: excetuando o beneficiamento, as demais atividades não chegaram a contar com a participação de capitais originários do café. Estas atividades foram substancialmente tributárias

"do desdobramento das funções urbanas que se processou organicamente dependente do comércio do café. O próprio agente principal dessa empresa industrial - vale dizer, artesanal, na maioria dos casos - não seria mais o fazendeiro do café, mas o imigrante interessado em se estabelecer com algum ofício, atraído para a cidade pelo florescimento de um mercado urbano mais desenvolvido". (1986:166)

Ademais, o autor considera que essa cidade industrializou-se graças à sua importância no contexto regional.

Para entender como a dinâmica econômico-social do período da supremacia do café imprimiu suas marcas no interior paulista, M.C. OLIVEIRA (1987) estudou também São Carlos e Rio Claro, como exemplos de cidades que desempenharam papel importante na economia cafeeira ainda nos

meados do século passado. Faremos uso de sua análise para delinear os processos que são objeto de nossa investigação.

A autora chama a atenção para um aspecto relevante, a saber, a chamada *missão civilizatória* de que as elites cafeeiras paulistas do planalto consideravam ser portadoras. Estas elites promoveram a substituição do trabalho escravo para o imigrante, consorciaram capitais para a expansão da rede ferroviária e associaram-se na fundação de cidades e no desenvolvimento de melhorias urbanas. Não se pode esquecer, também, que as elites comerciais locais secundaram os fazendeiros na promoção dessas melhorias, motivados possivelmente por interesses tanto econômicos como políticos.

MONBEIG (1984:359) registra:

"Mede-se a progressão da cidade por transformações menos ruidosas, porém, duráveis. Grande passo é dado com a instalação de estabelecimentos industriais. Os primeiros a instalar-se são as serrarias, rapidamente seguidas pelas máquinas de despolar café, descascar arroz e descaroçar algodão. Ligam-se todas essas indústrias à produção rural e a presença delas robustece tanto mais a solidariedade da cidade com o campo, quanto os donos das máquinas são ao mesmo tempo os banqueiros dos pequenos plantadores (...) Esse primeiro estágio de industrialização evidencia, na paisagem urbana, a extensão da função comercial, da qual a industrialização deriva (...) A partir (da criação do município), registra-se verdadeiro esforço de urbanização. As ruas principais começam a ser pavimentadas, orladas de passeios, providas de esgotos; melhora o serviço de eletricidade; arrumam-se jardins públicos e plantam-se algumas magras árvores à beira da maior avenida. Coloca problemas o crescimento da população, mas a coletividade está em condições de encontrar a solução financeira para eles; primeiramente o da água, depois o da saúde pública, com a construção de uma casa de saúde ou

santa casa, construção de que participam as grandes fortunas da cidade e da região; enfim, é necessário começar a edificar estabelecimentos de ensino secundário ou subvencionar os existentes, empresas privadas, nas mais das vezes confessionais" (1984:359-360).

Rio Claro e São Carlos projetaram-se como centros urbanos desenvolvidos da economia cafeeira. Suas constituições como cidade tiveram origem na doação, por fazendeiros locais, de partes de suas terras, logo seguidas da construção de uma capela. Em geral, essas doações eram objeto de disputa entre os fazendeiros, pois caberia ao cedente a administração do local.¹¹

Rio Claro consolidou-se economicamente antes da metade do século passado, mais cedo que sua vizinha São Carlos, a qual teria sua fase de consolidação nos anos 80. O fator que influenciou a precedência daquela sobre esta foi a introdução anterior de melhoramentos urbanos significativos, antes mesmo dos trilhos da Cia. Paulista de Estradas de Ferro chegarem a seu território. De qualquer forma, a dinâmica e a evolução dos dois municípios tiveram sua base na economia cafeeira. A aplicação de capital que os fazendeiros destinavam ao centro urbano significava tanto a sua diversificação em setores ligados à economia cafeeira como a especulação imobiliária. Nos dois casos, a proporção de proprietários, entre eles vários fazendeiros, de mais de um imóvel urbano é significativa.

¹¹ Veremos, adiante, como isso ocorreu em Rio Claro.

O auge da economia cafeeira nas duas cidades deu-se nas décadas de 1880 e 1890, seguido de expressivo impulso urbano.¹² As duas cidades entraram no novo século já dotadas de características urbanas modernas seja em sua infra-estrutura, nos seus serviços de assistência pública e especialmente na iniciativa particular. Com a decadência do café, a partir dos anos 1920, Rio Claro e São Carlos vieram a enfrentar mudanças no seu desenvolvimento e na suas áreas de influência, tomando, cada uma, rumos diferentes. A primeira viria a se consolidar como centro de serviços, ao passo que a segunda, paulatinamente veio a se tornar um polo industrial dinâmico, uma cidade das chaminés.

RIO CLARO: BASES ECONÔMICAS E CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA

Economia Local: Características dos Processos de Industrialização e Urbanização em Rio Claro

Rio Claro teve sua origem no caminho do povoamento para o Oeste brasileiro, como pouso de tropas, quando, por consequência do esgotamento das reservas auríferas das Gerais, no final do século passado, abriram-se novos caminhos de penetração para as terras de Goiás, situação que provocaria, então, o desbravamento da região a noroeste da cidade de São Paulo, chamada de *sertões de Araraquara*.

Com a decadência da mineração para o comércio exterior do Brasil, houve um desenvolvimento da economia da agricultura voltada ao

¹² Ver primeira parte deste capítulo.

mercado externo - denominado por Caio Prado de *renascimento da agricultura* - baseado principalmente no açúcar. São Paulo iria cultivá-lo tanto no litoral como no interior, de modo mais intenso nas regiões de Campinas e Itu.

Assim, no início do século houve uma concentração e exploração de sesmarias em ampla faixa de terras onde estão, atualmente, os municípios de Rio Claro, Araraquara, Limeira, São Carlos e Descalvado. Foram essas sesmarias os pontos de partida para a formação de enormes fazendas, em função das quais surgiriam pequenos povoados, entre os quais Rio Claro.

Em seu trabalho sobre a cidade, observa DEAN (1977:21):

"A descoberta de ouro em Mato Grosso, em 1718, acelerou um pouco a ocupação da área de Rio Claro. A fim de atingir aquele lugar extraordinariamente remoto e inacessível, os paulistas em geral seguiam pelo Rio Tiête até a bacia do Paraná, navegando em grandes comboios uma vez por ano. Alguns, todavia, para evitar as febres dos pântanos, iam por terra desde a cachoeira de Piracicaba, através de campos e elevações suaves. A cerca de 30 kms, ao norte, os viajantes encontravam uma série de escarpas de 200 metros de altitude, que marcavam o início de outros degraus do planalto (...) Seria natural que os condutores de mula escolhessem um local para descansar antes de dar início à cansativa subida que os esperava. As tropas de mulas necessitavam de suprimentos e alguns dos arrieiros transformavam-se em negociantes. Começou assim um comércio irregular de artigos de primeira necessidade, que progrediu lentamente e atendeu por uma centena de anos a uma população dispersa. Rio Claro passou a ser visto como boca do sertão, pois logo depois dele começava, no planalto, o que os habitantes consideravam como realmente ermo, o Sertão de Araraquara".

São João Batista do Rio Claro, que em 1827 foi elevado à categoria de Capela Curada - data em que recebeu esse nome - teve sua

origem na Sesmaria dos Pereira; tornou-se, na região, o único local de pernoite para manadas e animais de transporte e foi

"um dos últimos componentes da geração de novos núcleos urbanos surgidos na Depressão Periférica, graças à produção canavieira desenvolvida com crescente progresso até meados do século XIX" (TRUZZI,1986:115).

Em fins do século XVIII, a região sofreu um intenso movimento de apropriação de terras através da disputa pela concessão de cartas de sesmarias. Grande parte dos donatários pertencia a famílias influentes e poderosas, estabelecidas com suas fazendas nas regiões de Piracicaba, Itu e Campinas.

A partir da segunda metade do século XIX, Rio Claro sofreu duas grandes transições na lavoura local: do açúcar ao café e do trabalho escravo ao trabalho imigrante. A partir de 1862 o açúcar foi cedendo lugar ao café. Os fazendeiros de Rio Claro investiam parte de seu capital acumulado nas propriedades de Campinas e Itu na produção local. A exaustão das terras em regiões mais antigas teria transformado a região numa área canavieira importante, mas desde então o café já havia substituído a cana.

Em 1852, no município de Rio Claro, existiam dez grandes engenhos de açúcar e nove estabelecimentos de café e, entre outros, diversas instalações voltadas para esse "ramo de cultura, que, principiando 1,2 e 3 anos atrás, prometem para o futuro breve grande exportação" (FERRAZ,1922:39).

Neste mesmo ano, o Senador Vergueiro trouxe para Limeira, em sua fazenda, cerca de oitenta famílias de imigrantes alemães, como mão-de-

obra para o trabalho na cafeicultura. Outros fazendeiros seguiram essa iniciativa e, em 1885, formaram-se três núcleos coloniais em Rio Claro, num total de 445 pessoas.

Essa população, mesmo considerando-se sua condição precária de existência,¹³ constituiu, pelo menos, um aumento potencial do mercado consumidor. Após 1860, esse aumento potencial transformou-se em aumento de fato no mercado consumidor pois, nesse período, não só melhoravam as condições do colono - através de medidas tomadas pelo governo em relação ao regime de imigração - como também se avolumou a corrente imigratória para o Brasil, principalmente para São Paulo, sendo ela, em sua maior parte, de origem italiana.

Em 1854, São João Batista do Rio Claro passou já a contar com uma população de 6.564 habitantes, crescimento esse ocasionado pelo progresso das lavouras canavieira e cafeeira,¹⁴ o que veio intensificar suas funções urbanas e, de vila, foi elevada à categoria de cidade em 1857.

O café constituiu-se como primeira fonte de cultura em Rio Claro a partir de 1850, situação que se prolongou até 1930.¹⁵ A zona central de São Paulo estabeleceu-se como principal produtora de café por volta de 1860, provocando a necessidade de melhores condições de transporte até o centro de comercialização. Instalou-se, então, uma rede ferroviária que iria unir as

¹³ Sobre as condições do colono, ver capítulo II.

¹⁴ Em 1855 havia, em Rio Claro, 65 fazendas de café. *"Em 1873 era grande o número de sobrenomes alemães entre as famílias que trabalhavam na agricultura, mas que, tão logo encerravam seus 'contratos agrícolas', deixavam a zona rural para se dedicarem àquelas atividades a que estavam acostumados em seu país de origem, ou seja, oficinas de concertos, pequenas indústrias e 'alugadores' de carros"* (SANCHEZ,1978:91).

¹⁵ Em 1872, 20% da população eram constituídos por imigrantes, em sua maioria alemães e suíços trazidos para o trabalho no campo. Em 1880, verificou-se a chegada de grandes levas de imigrantes italianos (DEAN,1977).

zonas produtoras à capital da Província e ao porto de Santos. Em 1876, os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) atingiram Rio Claro, num prolongamento da via férrea que unia Jundiaí a Campinas. Paralelamente, instalaram-se oficinas de reparação e montagem dos comboios da companhia e Rio Claro constituir-se-ia também em um entrocamento de certa importância para a região.

O Almanak de São João do Rio Claro para 1873 assinala, para este mesmo ano, a existência de

"7 capitalistas, aproximadamente 500 proprietários, 78 fazendeiros, 34 lavradores, 34 lavradores de algodão e de açúcar, 18 comerciais ou lojas de tecidos, 8 de ferragens, 64 armazéns de secos e molhados, 8 armazéns e depósitos de gênero de terra e igual número de casas de Importação e Exportação, além de 35 depósitos de açúcar, cal, trigo, madeira e calçados..(e na classificação de Indústrias, Artes e Ofícios), entre outros, 14 alfaiates, 8 carros de passeios e viagens, 3 funerárias, 7 açougues, 2 barbeiros, 3 caldeiros, 25 carpinteiros, 3 carroceiros, 3 casas de saúde, 4 cigarreiros, 10 costureiras, 6 depósitos de chapéus, 5 ferradores" .

No início do século, o centro urbano passou a ter um dinamismo próprio, com o desenvolvimento dos serviços (esgoto, rede telefônica, comércio, educação, entre outros), tornando-se Rio Claro "uma cidade de importância no conjunto urbano do Estado de São Paulo" (DINIZ,1973:174).

Ao estudar o processo de industrialização no Brasil, SILVA (1981) atribui aos grandes detentores do capital comercial mais os vários membros da rica burguesia cafeeira o papel de grandes investidores na indústria a partir de

1880 e observa que os investimentos estrangeiros diretos foram de pouca importância para o setor industrial nacional até a data de 1914.

Em estudo realizado sobre Rio Claro, SAMPAIO (1987) afirma que, do final do século XIX até 1920, o município espelhou os processos da economia brasileira como um todo e que, nesta cidade, as origens do capital industrial, até 1930, não foram de outra ordem. Com raras exceções, os elementos que atuaram localmente foram os mesmos do processo geral nacional: a burguesia cafeeira, os agentes de importação e exportação, o imigrante, entendido, neste caso, como simples trabalhador ou ainda como pequeno capitalista. Rio Claro, entretanto, apresentou certas condições peculiares que devem ser destacadas.

Fora o capital acumulado por imigrantes, os próprios fazendeiros aplicavam, nas indústrias em formação, parte de seus lucros, principalmente nas companhias de Estradas de Ferro, metalúrgicas e fábricas de cerveja, que se constituíam nas maiores indústrias na época.¹⁶

Desenvolvia-se a burguesia industrial no município em íntima relação com a burguesia agrária que, por esta época, já não se constituía exclusivamente de senhores do café. Indústria e agricultura coexistiam, portanto, lado a lado, sem grandes antagonismos como vimos no capítulo II. Relatos de 1906 demonstram esta ligação entre agricultura e indústria.¹⁷

¹⁶ Entre os grandes proprietários rurais de Rio Claro investidores em Estradas de Ferro (linha Rio Claro-São Carlos, Estrada de Ferro Ituana e Cia. Rio Claro de Estradas de Ferro), encontramos os nomes de José Estanislau de Oliveira, Antonio Paes de Barros, José Elias Pacheco Jordão, Barão do Pinhal, Francisco de Assis Negreiros, João Ribeiro dos Santos Camargo. Entre os investidores em empreendimentos industriais, Antonio Negreiros, Conde Prates (grandes fazendeiros) e Emilio Nociti e Irmãos, Antonio Matteo e Filhos (de origem imigrante).

¹⁷ Entretanto, há que se destacar a pequena capacidade de acumulação do município: *"A característica essencial do processo foi a pequena capacidade de acumulação de capital demonstrada pelo município apesar da economia cafeeira tê-lo dominado durante décadas. A acumulação capitalista local foi mesmo insignificante. Isto ocorreu principalmente*

"Naquela época contava a cidade com 67 indústrias, das quais a maior parte era de transformação de materiais agrícolas, principalmente alimentícios, bebidas e bens de consumo... apenas duas de maquinário: uma de máquinas agrícolas e outra de carros, vagões. Na relação de proprietários figuravam, lado a lado, antigos fazendeiros do município, tradicionais coronéis do café e comerciantes, agentes de câmbio, estes os verdadeiros donos do capital financeiro e de origem imigrante" (DAVIDS: 56-57).¹⁸

As pequenas unidades artesanais/industriais - que eram maioria absoluta no total dos estabelecimentos existentes - tinham o capital fundamentalmente dos imigrantes.¹⁹ Esses capitais eram muito pequenos, acumulados no trabalho assalariado ou na exploração de pequenos estabelecimentos comerciais ou agrícolas, e mais, com dado nenhum indicando a existência do "burguês imigrante".

Por informações contidas em MOLINA (1873) e KRETTLIS (1906), tem-se o seguinte quadro para Rio Claro:

porque grande parte dos lucros auferidos com o café não foram reinvestidos localmente; alguns dos maiores proprietários rurais não residiam na cidade, assim como os maiores empregadores do município; as ferrovias também pertenciam a pessoas residentes em outras cidades... Além disso, a prolongada dependência financeira e creditícia à capital paulistana ... não permitiu que a classe média urbana local assegurasse para si uma parcela maior da comercialização do café. Esta pequena acumulação de capital no município certamente explica a existência de um número muito reduzido de unidades industriais relativamente grandes; nestas alguns grandes e médios proprietários rurais e outros capitalistas, inclusive os agentes de importação e exportação, aplicavam parte de seus lucros, especialmente na Cia. Paulista de Estradas de Ferro com suas oficinas e em algumas metalúrgicas e fábricas de cerveja, que eram as maiores indústrias da época" (SAMPAIO,1987:21).

¹⁸ "Na década de 1870, capitalistas em Rio Claro dedicavam-se ao comércio de dinheiro (...) Dentre eles, citam-se: Candido do Valle e João Antonio do Valle, da firma 'Candido do Valle e irmão', Francisco de Assis Negreiros e Joaquim Teixeira das Neves (...) No primeiro banco, o Banco dos Lavradores, de Arthur Augusto Moreira Guimarães (...) De 1915 até 1936, tivemos em Rio Claro 3 casas bancárias: a dos senhores Farani Mileo e Cia., de Caetano Castellano e Cia. e a dos senhores Emilio Nociti e irmão". (Boletim da Associação dos Bancários de Rio Claro, s/d)

¹⁹ O Catálogo das Indústrias Paulistas para o interior do Estado de São Paulo e os Róis de Imposto de Indústria e Profissões de Rio Claro (Prefeitura Municipal) registram, para o início do século, em Rio Claro, firmas e empresas com nomes de proprietários que muitas vezes se repetem de forma bastante constante, em sua maioria de origem imigrante: Augusto Schmidt Filho, Caetano Castellano, família Timoni, Bruno Mayer, família Hoffling, família Fischer, Francisco Cartolano, viúva Júlia Meyer, Conrado Krettlis, Guilherme Leonardo Sobrinho, João B. de Castro, Alberto Mamprin.

- produtores de café, com a predominância de elementos de origem luso-brasileira na propriedade da terra: Camargo Aranha, Ferraz Sampaio, Correa Fontes, Arruda Penteado, Araújo Lima;

na economia urbano-industrial: ²⁰ Stern, Schneider, Ciarrochi, Leonardo, Reiff, Kleiner (fundição de metais, fabricação de máquinas, carros e charretes);

- Krettlis (tipógrafo), Timoni, Gasbarro, Mamprini, Lazzarini (Couro);

- Froch, Cohn, Kappel, Blumer, Helveig (carpinteiros e empalhadores). Como afirma SAMPAIO,

"ante tais evidências, parece lícito concluir que o imigrante estrangeiro desempenhou papel fundamental na industrialização inicial do município, fosse como investidor de capitais, ainda que reduzidos, fosse como possuidor de iniciativa empresarial, ou ainda como detentor do conhecimento técnico dos processos industriais, trazidos dos países de origem ou aprendido em família" (1987:22). ²¹

Verificou-se, a partir de 1904, a ascensão do imigrante na economia. O recenseamento agrícola de 1905 permite algumas conclusões sobre a questão. DEAN (1977:178) utiliza os dados para reafirmar que não houve reais possibilidades de o imigrante tornar-se pequeno proprietário de terra.

²⁰ Os dados sobre esse setor no Brasil raramente apresentam-se com o mesmo detalhamento encontrado nas informações sobre o setor cafeeiro, tornando mais difícil a análise comparativa. A literatura, entretanto, aponta o papel fundamental desse setor na industrialização do Estado de São Paulo.

²¹ Segundo informações retiradas dos Róis do Imposto da Indústria e Profissões de Rio Claro (Prefeitura Municipal), em 1913 podem ser citados, entre outros, nos serviços de transporte (carroças e trolleys): Augusto Fischer; no ramo de comércio (secos e molhados, armazém em geral): Jorge Escher, Fidelis Cassavia, Silva e Mello, Luiz Piccolli, Januário Piccolli.

"O recenseamento agrícola de 1905 proporciona a oportunidade de avaliar suas reais possibilidades (a dos colonos). Nota-se que muitos alemães e suíços já estariam completando a segunda geração em Rio Claro em 1905. Havia outras 13 propriedades de brasileiros com nomes alemães, num total de 534 alqueires. A chegada de portugueses teria ocorrido ao longo de um longo período, e a maioria dos italianos e espanhóis teria chegado depois de 1885. Um exame mais cuidadoso dos nomes dos proprietários demonstra que o modesto êxito implícito no censo cabe não aos colonos, mas aos imigrantes, que eram então comerciantes e profissionais liberais na cidade desde o começo, ou que eram membros absenteístas da *haut-bourgeoisie* de Santos e São Paulo (poucos imigrantes, em Rio Claro, lograram se tornar proprietários de terra) Seis das propriedades de portugueses pertencem a essa categoria, e correspondiam a 77% do valor das propriedades de portugueses. Os alemães, ou nunca se tinham dedicado ao trabalho rural, ou há uma geração já não o faziam. A única propriedade suíça pertencia a um comerciante que não morava ali. Pelo menos sete dos italianos nunca tinham sido trabalhadores rurais, e suas propriedades representavam 54% do valor das propriedades de italianos".

No recenseamento de 1905 foram registradas

"437 propriedades, das quais 152 eram de estrangeiros, representando 11% do valor do total. Registrou-se igualmente mais 13 sítios de pessoas com sobrenome alemão. Olhando de perto os estrangeiros, porém, descobre-se que uma boa porção não era de ex-colonos, sendo membros da burguesia de São Paulo, ou comerciantes de Rio Claro que nunca haviam trabalhado na enxada. Seis dos portugueses, por exemplo, podem ser assim identificados, possuindo 77% do valor das terras possuídas pelos portugueses. Pelo menos sete dos italianos também eram burgueses, possuidores de 54% do valor de terras de propriedade de italianos" (DEAN, 1976:491).

QUADRO 5			
NACIONALIDADE DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS - RIO CLARO:			
1905			
Nacionalidade	Número de Propriedades	Número de pés	Valor em Mil-Réis
Brasileiros	285	12.839.910	18.729.000
Italianos	70	901.000	..929.000
Alemães	43	572.600	1.092.000
Portugueses	9	1.152.000	1.103.000
Espanhóis	15	138.000	127.000
Austriacos	4		. 20.000
Suíços	1	200.000	350.000
Total	437	15.803.510	22.350.000

DEAN (1977:179)

Em relação às propriedades urbanas, DEAN considera que os dados existentes nos livros do registro de imóveis em Rio Claro levam a crer que as propriedades urbanas pertenciam, na grande maioria, a pessoas já residentes no centro urbano, compradas com economias provenientes de atividade comercial.

As transformações sofridas em Rio Claro, devido ao seu desenvolvimento urbano, trouxeram consequências políticas e sociais. Ao analisar a cidade na passagem do século, DAVIDS destaca que esse período caracterizou o rompimento do complexo tradicional, baseado na cultura cafeeira e que o centro urbano, tendo se tornado o "fulcro dinâmico da

economia do município", delineou uma nova estrutura econômica e social, com uma nova configuração das classes sociais e das relações de poder. A classe dominante tradicional foi aos poucos perdendo o poder político e o prestígio social e apareceram em cena outros segmentos sociais, com destaque para as classes médias - o operariado não chegou a assumir grandes proporções.

Segundo a autora,

"a substituição gradativa do coronelismo de cidade pela repressão da década dos vinte tornou evidente a incapacidade dos círculos dominantes tradicionais em se adaptarem e fazerem frente às pressões oriundas das condições criadas pelo surgimento das classes urbanas vinculadas à nova ordem industrial" (1968:91).

Em suma, na segunda metade do século XIX a vila de Rio Claro já se afirmava como centro regional, acentuando-se essa função com o início do tráfego ferroviário. Intensificaram-se suas funções urbanas, principalmente no que se relaciona à prestação de serviços: foram instalados cartórios, tabelionatos e uma escola, além de armazéns de gêneros de primeira necessidade e aguardente; os serviços urbanos sofreram um melhoramento através dos trabalhos de encanamento de água e de reforma da estrada para São Paulo. Em fins do século, a cidade passou por um grande crescimento, ampliação de seu espaço urbano, desenvolvimento comercial, com a instalação de lojas, armazéns, e a ampliação das primeiras indústrias - serrarias, cerâmicas, beneficiadoras de café e arroz. Em 1899 surgiu a Cia. Cervejaria Rio Claro, aumentando o mercado de trabalho industrial.

O setor de serviços públicos também se desenvolveu: em 1884 Rio Claro ganhou a sua rede de luz elétrica, reservatório de água em 1895 e

serviço de esgoto em 1902. O desenvolvimento da cidade veio possibilitar uma participação crescente do imigrante, em sua maior parte alemães e italianos.

A ferrovia desempenhou papéis significativos na história de Rio Claro. Dois dos mais importantes foram o contato fácil estabelecido com a capital e a instauração da atividade industrial no município.²²

"O primeiro, pode-se supor com relativa segurança, trouxe para Rio Claro uma modernização da pauta de consumo e de serviços, por 'efeito-demonstração', do que ocorria na capital; (...) O segundo efeito mencionado é importante por ter criado em Rio Claro uma fonte potente de emprego urbano que, com certeza, constituiu uma pressão no sentido de se desenvolverem atividades caracteristicamente urbanas - comércio, serviços, atividades culturais, etc" (OTHAKE,1982:105).

Aconteceu, assim, em Rio Claro, o mesmo fenômeno ocorrido em toda a região cafeeicultora, ou seja, a constituição de um mercado interno para mercadorias e serviços. Isso refletiu no desenvolvimento das cidades e criou, também, condições para o aproveitamento de qualificações dos imigrantes em atividades artesanais e em profissões de caráter urbano.

Nesse sentido, reforça DEAN ao afirmar que, em Rio Claro, a "acumulação de empresas comerciais e de pequena indústria gerou uma classe média urbana bastante ampla, cujas ambições e padrão de consumo diversificaram os empregos ainda mais" (1977:156).

²² Existe, na bibliografia sobre Rio Claro, uma controvérsia sobre o papel da ferrovia no desenvolvimento da cidade. Para tanto, ver, de um lado, DINIZ (1973) e DEAN (1977) e, de outro, HOGAN, OLIVEIRA E SYDENSTRICKER NETO (1986).

Constata-se que, enquanto a cultura do café constituiu-se como a base da economia da região (1872-1890), Rio Claro sofreu um aumento considerável em sua população, explicado pelo fato de que houve uma diversificação dos papéis econômicos do município. O crescimento demográfico do município decorreu, entretanto, do crescimento da população rural. Entre 1854 e 1900, um aumento da população de 6.564 habitantes para 31.891, refletiu a ativa fase de povoamento, de valorização econômica e de expansão urbana, processos esses ocorridos na segunda metade do século XIX.

Segundo estimativas, a cidade de Rio Claro contaria, em 1896, com 8.000 habitantes. Aplicando-se a taxa de crescimento geométrico do decênio de 1890-1900 (2.6), para o ano de 1896, pôde-se estimar a população total do município em 28.174 habitantes, o que significou menos de 25% de sua população vivendo na cidade.

Assim é que um dos efeitos urbanizadores do complexo cafeeiro em Rio Claro foi a concentração de uma população nova no município e nas áreas vizinhas que, chamada pelas atividades rurais, aos poucos foi se transferindo para a cidade. Essa população constituiu-se efetivamente em uma demanda efetiva de bens e serviços urbanos. Parte dos imigrantes dirigiu-se diretamente para a cidade e se dedicou às atividades que eles próprios iniciaram: pequenos serviços, comércio, escolas especializadas em italiano ou alemão etc.

A segunda onda imigratória em Rio Claro deu-se exatamente no mesmo momento em que ocorreu o movimento geral da imigração no Estado de São Paulo, quando a escravidão entrou efetivamente em colapso.

A produção do café começou a declinar no início do século XX, mas essa atividade continuou até 1939. Essa crise levou muitas pequenas propriedades a se dedicarem à produção de víveres, para o consumo tanto na cidade como nas fazendas.

Após a crise de 1929, Rio Claro passou a ter o café substituído pelo algodão e pela citricultura.

No século XX, em decorrência de sucessivos desmembramentos de municípios que provocaram a diminuição do território rioclarense e com a decadência da cultura do café na região, a cidade começou a perder sua feição de centro agrícola.

Entre 1900 e 1920, houve uma pequena redução nas taxas de crescimento. Na condição de município agrícola, a cidade sentiu as contrações da capacidade de exportação do café, no período 1914-1918. Entretanto, nessa mesma época, a cidade experimentava uma incipiente função industrial, com bases fundamentalmente nas oficinas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, possibilitando uma provável absorção de parte de mão-de-obra liberada da agricultura.

DEAN, ao se reportar ao crescimento urbano do início do século em Rio Claro, coloca que as mudanças ocorridas nos setores de serviços, de escolas, teatro, igreja, cinema, evidenciavam o revigoramento do crescimento urbano que havia sido inibido pelo sistema escravista. Para o autor, é provável que a hipótese de que o núcleo urbano em si crescesse mais que o município como um todo se confirme para essa época, mesmo que tenha havido um grande influxo de trabalhadores rurais.

"Apesar disso, a sobrevivência das grandes lavouras restringiu em parte esse desenvolvimento, pois quase todas as suas transações eram conduzidas em Santos e São Paulo. A reduzida envergadura do comércio local pode ser depreendida do fato de que Rio Claro não teve um banco até 1926. Esta dependência de São Paulo como fonte de crédito não permitia que a classe média urbana local abocanhasse uma parcela maior da comercialização do café" (1977:157).

Ainda segundo o autor, as firmas estrangeiras ou os seus representantes, em número sempre crescente, absorviam uma parcela importante do setor comercial: o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola (francês), Schroeder Gebruder, Theodor Wille, Hard Rand and Company e Zerrener-Bullow, entre outros.

As unidades de produtos alimentícios, em número pequeno, só se multiplicaram a partir de 1925.

"Das 5 principais indústrias existentes em Rio Claro em 1945, 2 foram criadas neste período inicial da indústria na cidade e de certa forma puxaram o seu desenvolvimento urbano a Cia. Paulista produzindo acessórios para vagões e a Cia. Cervejaria Rio Claro. O quadro geral mostra Rio Claro se constituindo como cidade, desenvolvendo atividades especificamente urbanas, ultrapassando aquele estágio mais simples de centro de mercado e de embarque de mercadorias pela estrada de ferro e começando a adquirir um caráter mais tipicamente urbano, multifuncional, de produção urbana e de prestação de serviços à população e à produção" (OTHAKE: 1982:114).

Embora desde o início da sua estruturação o núcleo de Rio Claro contasse com a influência dos imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos, sempre voltados a iniciativas de pequena indústria, o município não

apresentou tendências fortes para a industrialização até 1960. Mesmo assim, em 1907 Rio Claro já apresentava alguns tipos de indústrias que caracterizariam este setor até épocas bem recentes.

Por informações dos Róis do Imposto de Indústria e Profissões de Rio Claro (Prefeitura Municipal), encontravam-se em 1920 cerca de 60 fábricas de açúcar, 5 de manteiga, 51 de beneficiamento de café, 9 de beneficiamento de arroz, 2 descaroçadores de algodão. Em 1935, já eram 14 máquinas de beneficiar arroz.

Em termos demográficos, a distribuição da população ativa do município (de um total de 11.623 habitantes), em 1920 era a seguinte: 64,4% no setor primário, 17,6% no setor secundário e 17,9% no setor terciário.

A partir de 1930, entrou em curso um novo padrão de acumulação industrial. A cidade de São Paulo constituir-se-ia como o polo decisor e condutor desse processo, pois reunia as condições para nuclear o grosso da indústria paulista. O interior também modificar-se-ia, com o desenvolvimento das cidades médias paulistas, fenômeno resultante do desenvolvimento de núcleos urbanos onde a cultura do café havia deitado raízes.

A reorientação da atividade econômica de Rio Claro encaminhou-se, como já dito, para o setor de serviços, ou seja, o que determinaria que Rio Claro viesse a se constituir num centro regional de relativa importância foi o desenvolvimento do setor terciário, que consolidou sua função de lugar central como prestador de serviços urbanos aos núcleos vizinhos.

De uma maneira geral, nas décadas de 20 a 40, o ritmo de crescimento da população da cidade refletiu os efeitos da depressão de 1930,

na medida em que os municípios cafeicultores sofreram as consequências da crise.²³ Há que se considerar, também, à mesma época (1935), o desmembramento de Itirapina do município de Rio Claro. A população apresentou uma perda de 16% em relação ao período anterior, caindo de 57.809 habitantes em 1920 para 42.287 em 1940.

Na década de 1940, Rio Claro entrou em fase de industrialização crescente e pode-se afirmar que seu crescimento urbano revelou-se mais intenso quando da época de maior crescimento industrial da cidade, com a instalação de unidades maiores de indústria, atualmente existentes. Em 1940, a porcentagem da população urbana sobre a população total do município foi de 50%. Já em 1950 foi de 73%.

O crescimento industrial de maior peso verificou-se entre 1935 a 1945, particularmente pós-1940. As unidades ligadas a construção civil, que anteriormente já haviam iniciado seu desenvolvimento, apresentaram um salto entre 1935 e 1945.

As unidades ligadas à produção de alimentos multiplicaram-se a partir de 1925, intensificando seu crescimento entre 1940 e 1945.

Essa expansão, ao lado do incremento de outros setores (como vestuário, máquinas e ferramentas, artigos para uso doméstico) constituiu-se em um indicador significativo de crescimento urbano.

Os serviços e produtos mais sofisticados eram obtidos em mercados fora de Rio Claro. Entretanto, houve um crescimento modesto e

²³ Para a análise desse processo, ver capítulo II.

contínuo, que consolidar-se-ia a partir dos anos 30, época em que passou a se configurar mais claramente um conjunto articulado de atividades especificamente urbanas. Duas unidades da indústria têxtil instalaram-se em Rio Claro: uma em 1939 e outra em 1944.

No decênio seguinte (1950-1960), consolidou-se o padrão de pequena indústria, o que impediu um aumento da capacidade de absorção de mão-de-obra e cujas implicações últimas se refletem na diminuição da taxa de crescimento urbano. Este período foi caracterizado tanto pela perda de importância das atividades agrícolas para o município, como por um menor crescimento industrial. O núcleo urbano desenvolveu-se, nessa fase, pela função de centro de serviços médico-hospitalares, educacionais, bancários que atingiam os pequenos municípios vizinhos, de caráter fundamentalmente agrícola, embora a posição de Rio Claro, enquanto área de influência, sofresse a competição de Piracicaba e Campinas. A década foi marcada pelo crescimento da importância dos setores médios, como médicos, engenheiros, professores, do setor administrativo, através dos órgãos de serviços públicos instalados.²⁴

O decênio 60-70 foi importante para a transformação econômico-social da cidade. Ela se expandiu, novos bairros surgiram, indústrias de caráter "moderno" foram instaladas, acarretando aumento do volume de empregos no setor terciário - através de serviços bancários, comerciais, serviços públicos e

²⁴ Nessa década houve uma grande expansão do ensino estadual de primeiro e segundo graus; a Faculdade de Filosofia e Letras foi criada em 1959. Instalaram-se, na área de serviços públicos administrativos: Delegacia Regional de Ensino, Casa da Lavoura, Delegacia Regional de Caixas Econômicas, Departamento de Estradas de Rodagem, Delegacia Seccional de Imposto de Renda.

de profissões liberais, como também pelo pessoal ocupado em prestação de serviços de consumo individual outros, como o emprego doméstico etc.

Com o panorama de fundo da economia local, as partes seguintes deste trabalho têm como intuito entender as transformações ocorridas no sistema político local que, por sua vez, encontram relações com as mudanças econômicas, quer seja no âmbito local como no nacional, e com as alterações políticas no Brasil, no período em questão. Em termos específicos, o objetivo é verificar em que sentido e em que medida os espaços de participação dos atores e grupos políticos foram organizados e/ou reorganizados localmente, tendo em vista a compreensão das particularidades do município e suas conexões com o processo histórico nacional e regional.

Em resumo, Rio Claro, do final do século XIX até 1920, sofreu as determinações mais gerais da economia brasileira como um todo.²⁵ A crise de 1929, ocasionou, porém, um dinamismo específico do município em seu desenvolvimento urbano e industrial posterior, em relação a outras cidades da região, o que o colocou na posição de centro industrial de importância regional secundária. O município não apresentou tendências industrializantes significativas até o início da década de 1960.

Desde os princípios da estruturação do núcleo do município de Rio Claro, a presença do imigrante europeu, principalmente o alemão e o italiano, na área urbana, foi bastante significativa. TSCHUDI,²⁶ em 1866, escreveu que a população da então Vila de Rio Claro era de 2.500 pessoas,

²⁵ Ver a primeira parte deste capítulo.

²⁶ Citado em TAUNAY (1939), vol.8, tomo VI:67.

com uma alta proporção de imigrantes, na maioria antigos colonos, que se estabeleceram na cidade como artífices. As iniciativas desses grupos estavam voltadas à pequena indústria e esse padrão perduraria por um longo período. A economia local não apresentou tendências fortes para a industrialização até a década de 1960. Dessa forma, portanto, o desenvolvimento do setor terciário foi o fator determinante para que o município se constituísse num centro regional de relativa importância e consolidou sua função de lugar central como prestador de serviços urbanos aos núcleos vizinhos.

No decênio 50-60, consolidou-se o padrão de pequena indústria e, em termos gerais, podemos afirmar que a industrialização de Rio Claro foi modesta até o final dos anos 60. O que sustentou o crescimento de Rio Claro entre 1950 e 1970 - dado que o emprego industrial foi pequeno e o emprego na Cia. Paulista declinou - foi a função de centro urbano, prestador de serviços aos núcleos vizinhos.

RIO CLARO: O QUADRO POLÍTICO

Rio Claro na passagem do Império à República

Para estudarmos Rio Claro durante a Primeira República, é preciso recorrer a um período anterior e verificar o quadro de dominação vigente na transição do Império para a República. Dessa forma, retrocederemos aos meados do século XIX, a fim de identificar as forças políticas locais dominantes nessa fase.

O processo de ocupação e posse da terra em Rio Claro foi realizado por fazendeiros ali chegados no início do século XVIII, com certa

fortuna, trazendo escravos, agregados e dinheiro, agraciados pelas concessões de sesmarias,

"dentre eles - os Costa Alves, os Pereiras, os Góes, Paes de Arruda, Senador Vergueiro, Pais de Barros e os Cardoso de Negreiros... Mais tarde, vieram os Camargos, os Godoys, os Buenos, os Ferraz de Campos, os Rodrigues Jordão, os Arruda Leite, os Pacheco Jordão, os Vieira Barbosa, os Oliveiras, os Arruda Penteado, os Almeida Prado, os Teixeira das Neves, os Almeida Camargo, os Schmidts, os Mesquitas, os Campos Salles (PENTEADO,1987:22).²⁷

Desses, sobressaíram-se, como chefes políticos locais, José de Estanislau Oliveira, o Senador Vergueiro, os Pais de Barros e os Cardoso de Negreiros.

A história de nosso país mostra que as famílias proprietárias ou de elites, no decorrer do tempo, desenvolveram estratégias para a manutenção do poder local.²⁸ Entre essas estratégias, constam a grande propriedade de terras, casamentos endogâmicos e prole numerosa, ao lado da ocupação dos cargos chaves nas administrações municipais ou regionais e, muitas vezes, nacional, tendo esse conjunto de fatores possibilitado a construção de toda uma rede de poder local. Rio Claro não fugiu a esse modelo.

Vimos, anteriormente, como se deu a formação do município de Rio Claro. Retomemos alguns pontos. A fixação dos desbravadores e

²⁷ DEAN (1977:30) chama a atenção para o fato de que, *"os novos donatários começaram imediatamente a especular com as suas terras. Com exceção dos Pereira, apenas metade deles jamais fixou residência em Rio Claro (...) (e alguns) podem ser identificados como membros de famílias que já cultivavam cana na região de Campinas e Itu"*.

²⁸ Entre os estudos sobre famílias e estratégias de poder local no século passado, destacamos o de Flávia Arlanch M. de OLIVEIRA (1989), do qual apropriamos muitos elementos parciais de análise.

colonizadores de Rio Claro inseriu-se num processo mais amplo de abertura de novas fronteiras, com o esgotamento das reservas auríferas das Gerais, no final do século passado, quando abriram-se caminhos de penetração para as terras de Goiás e que provocariam, então, o desbravamento da região a noroeste da cidade de São Paulo, chamada de *sertões de Araraquara*. Foi dentro desse contexto que se deu o caminho do povoamento para o Oeste brasileiro.

Assim, no início do século XIX, houve uma concentração e exploração de sesmarias em ampla faixa de terras onde estão, atualmente, os municípios de Rio Claro, Araraquara, Limeira, São Carlos e Descalvado. Foram estas sesmarias os pontos de partida para a formação de enormes fazendas, em função das quais iriam surgir pequenos povoados, entre os quais Rio Claro.

Outro fator do deslocamento de famílias para o sertão foi a decadência da chamada zona antiga de café (Vale do Paraíba), ao lado da valorização do café no mercado internacional. Além disso, acrescente-se as próprias condições da posse da terra que, no período não sofriam controle do governo, já que, desde a suspensão da legislação das sesmarias em 1822, nada havia sido regulamentado sobre a questão.²⁹

Ao estudar Jaú, Flávia OLIVEIRA (1989) demonstrou o quadro da abertura das novas fronteiras e a fixação das primeiras famílias no local, caso ilustrativo do processo na região cafeeira. Como escreve a autora, o deslocamento de famílias inteiras na direção do sertão esteve ligado à sua

²⁹ Foi somente com a Lei de Terras, em 1850, que se verificou a primeira tentativa de resolução do problema. Ver capítulo I.

própria sobrevivência enquanto proprietárias. As famílias proprietárias já encontravam um limite para a ampliação de suas riquezas nas antigas regiões de ocupação. A súbita valorização do café e as exigências do capitalismo, que agora penetravam na economia agrária, mudaram o teor da riqueza. Esta passava de um caráter estático, no sentido de bens assegurados, terras e escravos, para a condição de dinâmica, graças ao sentido imposto pelo desenvolvimento econômico e pela acumulação de capital. Isso implicava, na época, numa ampliação da propriedade para a manutenção e crescimento da riqueza. Em consequência, muitos troncos de famílias proprietárias deslocaram-se de zonas antigas de ocupação de Minas Gerais e de zonas decadentes de São Paulo para o já citado *sertão*.

Parte significativa dos fundadores de Rio Claro veio de Itu (Estado de São Paulo) e pertencia a famílias abastadas ³⁰, e um de seus mais importantes fazendeiros, o Barão de Grão Mogol, de Minas Gerais, também era filho de fazendeiro de posse.

Com a fixação de um contingente significativo de famílias proprietárias na região ³¹, foi logo se estruturando o campo da ação política, seja pela ocupação dos cargos decisivos na comunidade e pela organização de atividades sociais, como pela reprodução ideológica do *status quo* por elas estabelecida. Em outros termos, após a ocupação e posse da terra, o grupo

³⁰ Como Costa Alves, Paes de Barros, Cap. Mor Negreiros. a família Pereira. Como observa Dean(1977:28), *"com exceção da sesmaria concedida aos Pereira (criadores de gado e cavalo) todas as outras o foram a pessoas muito ricas, com altas posições na milícia ou no serviço público, e que já possuíam fazendas em outros lugares. Cinco dessas sesmarias foram outorgadas a grupos de parentes, outra a um funcionário português aposentado, Francisco da Costa Alves, que já possuía uma fazenda em Jundiá. As outras três foram doadas a grupos que já viviam nas terras na época da legalização, mas nenhum deles era constituído de posseiros comuns, pois tinham trazido escravos e rendeiros"*.

³¹ Como veremos, a rede de ligações familiares estendia-se regionalmente. KERBAUY (1979) observa que as facções políticas de Rio Claro, São Carlos e Araraquara eram aparentadas.

proprietário iniciou um movimento para que Rio Claro se tornasse livre do poder de Piracicaba, que em 1810 foi elevada à categoria de Freguesia, abrangendo em seu distrito a maior parte de São João Batista de Ribeirão Claro, Limeira, Araraquara, São Carlos do Pinhal, Brotas e Jaú.³²

Como registra a crônica local,

"a falta de uma Câmara Municipal nos princípios da vida de Rio Claro que cuidasse do seu andamento e dos seus interesses fez com que homens de boa vontade aqui residentes naquela época se reunissem em assembléia para defesa dos interesses imediatos da freguesia que se iniciava" (PENTEADO,1978:27).

Assim, em 1832, foi fundada a *Sociedade do Bem Comum*, com o intuito de dirigir os destinos da povoação. Os estatutos rezavam que as principais finalidades dessa sociedade seriam a construção da nova Matriz, servidões e comodidades pública, difusão dos bons costumes e educação da mocidade.

Entre os fundadores da *Sociedade do Bem Comum* encontravam-se, entre outros, Estevam Cardoso de Negreiros, Paes de Arruda, Paes de Barros, Ferraz de Campos, Teixeira das Neves, Costa Alves. Já se estabeleciam, nessa época, os contornos, no âmbito das famílias, da elite política local.

Utilizando-nos do estudo de Flávia OLIVEIRA sobre Jaú, já citado, veremos que

³² Assim, "uma das maiores extensões da capitania de Piratininga estava debaixo dos auspícios de Constituição, nome que Piracicaba recebera quando, em 1822, se elevava à villa" (FERRAZ,1922:10).

"nesse período, como é sabido, o Estado dividia com a Igreja o poder de controle das instituições político-administrativas. Sua presença na comunidade era fator de coordenação das atividades sociais que iam do interior da família, dando-lhes a base legal através do casamento, à própria comunidade, com as atividades dos atos religiosos e festivos. E nesse momento é reforçada a sua atuação com a delegação por parte do Estado na tarefa de legalizar a posse da terra através dos referidos registros paroquiais. Portanto, fundar um núcleo de povoação era antes de tudo colocar a capela em seu centro geográfico, simbolismo da centralização de seu poder na comunidade. Doar terras à Igreja e erguer a capela foi uma das primeiras providências da referida comissão, ³³ o que lhes garantia o vínculo com o poder religioso" (1989:70-71).

Em Rio Claro, a *Sociedade do Bem Comum* ³⁴ foi um exemplo desse processo. Reclamando que

"a Camara de Constituição e o Governo da Provincia não cuidam, abandonam, por completo, a nova povoação que tão viçosa caminhava (...) Ribeirão Claro ³⁵ sente esse desleixo e na população deflagra o espírito de revolta (...) em 1832 (...) vinte e oito dos mais illustres homens de Ribeirão Claro, reunidos em casa de Estavam Cardoso de Negreiros... assentaram os alicerces do grupo que se chamou *Sociedade do Bem Comum*." (FERRAZ,1922:21)

Conforme informações de um entrevistado, o Senador Vergueiro veio a Rio Claro para liderar a formação desta Sociedade. O desligamento de Rio Claro é conseguido e, para a organização do novo núcleo, são feitas

³³ Neste caso, a comissão formada em Jaú pelos maiores proprietários da região, em 1853, com o objetivo de controlar as atividades locais (OLIVEIRA,1989:70).

³⁴ Por informações de um entrevistado, há indícios de que a Sociedade do Bem Comum tenha fornecido a base para a constituição da Maçonaria local. Não temos maiores indicações para a confirmação desta hipótese.

³⁵ À época, Capela Curada de São João Batista do Ribeirão Claro.

doações de terras por parte dos fazendeiros. Essas doações eram alvo de disputa entre eles e chegaram a se constituir em conflitos nesse grupo, na medida em que a fixação da localidade recém formada valorizaria suas terras, por terem uma povoação nelas encostada.

Entre as principais realizações da Sociedade constam, de um lado, a construção da Matriz, com a venda dos terrenos doados por Paes de Arruda e donativos dos fiéis e, de outro, a venda de terras dentro da povoação que contribuíram para a ampliação desta.

Não se sabe o destino do Livro de Atas da *Sociedade do Bem Comum* de Rio Claro, o que impossibilita um trabalho mais profundo de pesquisa. Entretanto, pelo que existe, percebe-se que esta funcionou como uma instância do poder local, na medida em que as instituições oficiais, como a Câmara de Vereadores, não existia. O fato de ela ter desaparecido em 1839 pode indicar que suas funções passaram a ser exercidas em outras esferas do poder. Em 1845, Rio Claro foi elevada de Freguesia à Vila, o que lhe garantia a organização de uma Câmara Municipal. Encabeçaram o movimento separatista Lourenço Cardoso de Negreiros, Vicente do Amaral Salles, Gabriel de Moraes Dutra e outros. Como município autônomo, logo teve sua primeira eleição para a Câmara, ocasião em que foi eleito, por seus pares,³⁶ como Presidente e Intendente da primeira Câmara, José Estanislau de Oliveira. A partir desse

³⁶ O eleitorado, na época, era composto por 16 pessoas: padre José Norberto de Oliveira, alferes José da Silveira Franco, alferes Fabrício Peixoto de Mello, capitão Estevão Cardoso de Negreiros, tenente-coronel José Estanislau de Oliveira, Antonio Pompêo de Negreiros, capitão José Gonçalves de Lima, Ignácio Xavier de Negreiros, Francisco de Almeida Camargo, Vicente do Amaral Salles, capitão Gabriel de Moraes Dutra, José Gomes Nascimento Botão, tenente Francisco Roiz Almeida, tenente Francisco das Neves, alferes Joaquim Antonio Gonçalves e José Cordeiro da Silva Guerra (FERRAZ, 1922:28-29).

momento, os mesmos nomes que dominaram a Sociedade passaram a tomar parte da administração pública.

Os principais fazendeiros de Rio Claro foram também *Inspetores de Caminhos*,³⁷ cuja função era promover a abertura de estradas, construção de pontes e outros melhoramentos que facilitassem a comunicação entre as diferentes localidades, delineando as primeiras configurações para a organização espacial do município, respondendo aos interesses da ocupação das terras.

QUEIRÓZ fornece uma explicação clara sobre a ação dos coronéis na organização dos núcleos urbanos, afirmando que a importância destes, seja povoado, vila ou pequena cidade, no contexto de uma sociedade agrária, evidenciava-se pelas suas diversas funções - como centro comercial, polo de relações e comunicações, local de concentração dos organismos industriais e outros. Em qualquer destas funções, o núcleo urbano representou sempre um elemento fundamental de organização do meio rural circundante e da sede do poder. Os chefes do mando político entenderam e souberam administrar essas características e procuraram desenvolver, na região sob seu domínio, centros urbanos que constituíssem, por um lado, o centro de suas atividades e, por outro, que ficassem sob sua dependência. Agiram como fundadores ou donos, no sentido pleno da palavra, de cidades *suas*.

"Por toda a parte, no país, a fundação de vilas correspondeu à necessidade de implantar um mínimo de disciplina em áreas outrora desertas, estendendo até elas os elementos de administração indispensáveis ao entrosamento com a sociedade

³⁷ A exemplo de Paes de Arruda, Senador Vergueiro, Capitão Estevam Cardoso de Negreiros.

global. Na vila se localizavam as Câmaras Municipais e outras instituições de governo, concentrando-se ali a autoridade sobre a redondeza, e passando a constituir, por isso, o núcleo da luta de parentelas" (QUEIRÓZ:1976:201).

Rio Claro não fugiu desse modelo. A partir da segunda metade do século, destacavam-se, nas ocupações de cargos administrativos, membros das famílias que dominaram a história econômica e política municipal, todos eles agentes da formação do núcleo urbano local. Já em 1849, quando da constituição da segunda Câmara Municipal, ³⁸ encontravam-se, de forma a se repetir, posteriormente, os nomes de líderes econômicos como José Estanislau de Oliveira, Francisco Teixeira das Neves, Francisco de Assis Negreiros e Feliciano Alves de Oliveira. ³⁹ É importante observar que essas famílias integravam também outras esferas do poder, a exemplo da Delegacia de Polícia e das associações religiosas. ⁴⁰

Dessa data até a República, encontravam-se, entre as famílias com maior reincidência na ocupação de cargos na política local, seja como Prefeito ou Vereador, os Oliveira, os Negreiro, os Brandão, os Teixeira das Neves, os Valle.

A história de Rio Claro registra, para esse período, três exemplos do coronel do café. Vejamos as trajetórias individuais de cada um.

³⁸ A primeira Câmara foi empossada em 1845, com a elevação de Rio Claro à Vila. Era assim composta: José Estanislau de Oliveira (Presidente) e, entre os vereadores, Lourenço de Cardoso Negreiros, Vicente do Amaral Salles e José Porfírio Brandão.

³⁹ O primeiro, como Presidente da Câmara, e os demais como Vereadores.

⁴⁰ Dois membros da família Negreiros faziam parte da Guarda Policial, instituída em 1847. A Irmandade do SS Sacramento, do mesmo ano, teve, dentre seus fundadores, José Estanislau de Oliveira, Lourenço Cardoso de Negreiros, Ignácio Xavier de Negreiros. A construção do Teatro Phenix, o mais importante local da vida social rioarense, teve à frente de sua construção, Joaquim Teixeira das Neves, Dr. Francisco de Assis Negreiros e Elias Pacheco Jordão, entre outros.

José Estanislau de Oliveira ⁴¹, o Visconde do Rio Claro, nasceu em São Paulo e era filho de um professor, de origem portuguesa, que instalou-se em Campos, em 1785, e se casou com a filha de uma família local importante, teve quatro filhos, foi professor de retórica em Campinas e conseguiu acumular terras no valor de 70.000 mil-réis. José Estanislau ingressou no Exército como soldado do 3o. Batalhão de Caçadores e se reformou como alferes. Ao se casar com a filha do médico da guarnição, deixou seu posto e, durante certo tempo, dedicou-se a transações com mercadorias, como sal e mulas. Estabeleceu residência em Campinas, onde morou até 1836, administrando o Engenho Pinheiros, de seus pais, quando veio para Rio Claro e comprou terras dos irmãos Pereira, e formou a fazenda São José. ⁴²

Seu testamento permite comprovar suas atividades e mostrar que ele havia se tornado um capitalista. Em vida já se desfizera de suas terras. Passou uma de suas fazendas, a São José, no valor de 260.000 mil-réis, em nome de uma filha. Outros filhos haviam herdado fazendas em Dourados e Analândia. Outra parte de sua fortuna, ou seja, 1.177.775 mil-réis, era constituída de empréstimos, lotes urbanos e títulos. Foi um dos fundadores da Estrada de Ferro Rio Claro-São Carlos do Pinhal e suas ações nas ferrovias alcançavam 798.310 mil-réis.

Oliveira não tardou a se tornar um líder municipal. Vimos que, ao lado de outros líderes, lutou para que Rio Claro se desmembrasse de Limeira,

⁴¹ Os dados sobre a vida pessoal de Oliveira, Senador Vergueiro e Paes de Barros foram retirados de DEAN (1977) e PENTEADO (1977).

⁴² *"Ainda que Oliveira também recebesse mais tarde um título de nobreza (...) em reconhecimento por sua liderança no Partido Liberal - ele parece o perfeito burguês que se fez por si mesmo. Sem origens elevadas, não teve escrúpulos em se tornar comerciante e, depois de estabelecido em Rio Claro, tornou-se seu mais importante prestamista"* (DEAN, 1977:59).

para se constituir em município autônomo em 1845. Ocupou os cargos políticos mais importantes do município. Membro do Partido Conservador, foi Intendente da Primeira Câmara do novo município e Presidente da Câmara por quatro vezes, de 1845 a 1860. Esteve à frente do movimento pela elevação da Vila à Cidade e o sucesso dessa empreitada lhe valeu ser o primeiro presidente da Câmara de Rio Claro cidade. Foi nomeado Cel. Comandante da Guarda Nacional e prestou serviços à Província, durante a Guerra do Paraguai. Recebeu em 1837, pelos serviços prestados ao Império, o título de Barão de Araraquara e, em 1870, o de Visconde do Rio Claro.

Antonio Paes de Barros, primeiro Barão de Piracicaba, foi outro líder político rioclarense de destaque. Originário de Itu, era filho de um dos fazendeiros mais importantes do local e ligado à mineração do ouro em Mato Grosso. Tinha formação superior; sua família contava com um juiz de apelação, um barão, um senador e um marquês. Proprietário de duas fazendas (São João e Santo Antonio) em Rio Claro, investiu na formação da Estrada de Ferro Ituana e em importantes fábricas de tecidos de algodão no Estado de São Paulo. Ocupou, durante sua vida, os postos de Sargento-Mor de Itu, suplente de Deputado por São Paulo às Cortes de Lisboa (1821), membro efetivo do Conselho Geral da Província de São Paulo (1826-1833) e Deputado à Assembléia Provincial (1830-1841). Recebeu o título de Barão de Piracicaba em 1854. Em Rio Claro, esteve sempre à frente de movimentos locais, como as lutas por sua elevação de Capela Curada à Freguesia, à Vila e, finalmente, à Cidade. A família Paes de Barros tinha fortes ligações regionais. O Barão de Piracicaba era irmão do Barão de Itu, fazendeiro em Piracicaba e do Marquês de Itu, fazendeiro e capitalista na Província de São Paulo. Outro Paes de

Barros, Francisco, era casado com uma das filhas do Barão de Souza Queiróz, diretor e grande acionista da Cia. Paulista de Estradas de Ferro.

Nicolau Vergueiro, outro dos fazendeiros mais importantes de Rio Claro, representava uma fonte de capital diferente. Imigrante português, chegou a São Paulo entre 1802-1803, trazendo somente seu diploma de advogado. Foi logo admitido entre a fechada elite paulista.⁴³ Foi para Piracicaba e passou a se dedicar ao cultivo da cana de açúcar na fazenda de seu sogro, José de Andrade Vasconcelos. Proprietário das fazendas Angélica e Ibicaba, foi o primeiro a promover a colonização estrangeira assalariada, em 1846.

Logo no início de sua carreira na capital da Província, foi Juiz Ordinário de São Paulo. Em 1813, Vereador da Câmara Municipal de São Paulo e Juiz de Sesmarias.⁴⁴ Na década de 1820, ocupou os postos de Inspetor de Caminhos da Freguesia de Piracicaba, membro do Governo Provisório de São Paulo, Deputado à Constituinte Portuguesa, Deputado à Constituinte Brasileira, Senador pela Província de Minas Gerais. Nos anos 1830, foi membro da Regência Provisória, Ministro do Império no 3o. Gabinete da Minoridade, Deputado à Assembléia Provincial de São Paulo, Presidente da Assembléia Provincial de São Paulo, Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo em 1847, Ministro da Justiça no 7o. Gabinete da Maioridade e Presidente e membro do Conselho de S.M. Imperial D. Pedro II. Foi a principal figura do Partido Liberal.

⁴³ Como observa DEAN (1977:59), *"profissionais como advogados, médicos e professores eram tão raros que seus títulos faziam com que fossem imediatamente admitidos na mais fechada elite. Vergueiro era, na verdade, um dos dois advogados da capitania"*.

⁴⁴ Quando conseguiu uma delas para si, em Piracicaba (DEAN,1977:59).

Há que se observar o fato de Oliveira e Vergueiro terem se feito

"por si próprios, devido suas origens, mas não se pode minimizar o fato de que eles encontraram, em seus casamentos e de seus descendentes, e na ajuda familiar, um elo fundamental para sua ascensão (...) As filhas de Oliveira casaram-se com chefes políticos de São Carlos e Dourados. Dois de seus filhos eram casados com filhas de importantes políticos. Outra delas casou-se com um membro da família Souza Queiróz, ligado a Vergueiro por interesses comerciais. Oliveira tinha um irmão proprietário de uma fazenda quase tão grande quanto a sua. Vergueiro teve seu sogro como sócio na primeira sesmaria" (DEAN, 1977:59-60).

O casamento constituiu-se numa das estratégias mais frequentes para a preservação das fortunas e do mandonismo local.⁴⁵

Paes de Barros, Vergueiro e Oliveira tinham influência na corte, através de cargos importantes que ocupavam nos dois partidos monárquicos e se constituíram nos intermediadores da população local junto aos governos estadual e federal.⁴⁶

⁴⁵ Contorne escreve QUEIRÓZ (1976:192), "*Herança e casamento em geral se apresentam unidos na preservação das fortunas e do mandonismo local. A herança foi um meio por assim dizer 'natural' de preservação de 'status' e de poder, utilizada por determinados grupos contra outros... Já o casamento foi empregado de várias maneiras com a mesma finalidade: 1) O casamento no interior da própria parentela - tios com sobrinhas, primos com primas (...); era a maneira de impedir que a fortuna fosse para mãos de estranhos, ou se dividisse, 2) o casamento fora da parentela, dando como resultado a aliança de dois grupos poderosos que passavam a ser 'parentes', e, portanto intimamente unidos, tanto econômica quanto politicamente, podendo se elevar na hierarquia de domínio graças a esta soma de forças familiares, econômicas e políticas, 3) o casamento também fora da parentela, com moço que podia ser pobre, mas cujas qualidades eram uma garantia da expansão da fortuna*". Em Rio Claro, temos, no período, entre outros, os exemplos do Barão de Grão Mogol e do Senador Alfredo Ellis, casados com primas. Ellis, ao se casar, procurou a noiva em uma família poderosa - a do Visconde do Rio Claro - e assentou, assim, mais solidamente, as bases de seu poder regional.

⁴⁶ A crônica local registra enfaticamente essa condição: o Senador Vergueiro, "*como gozasse de grande prestígio e influência junto aos governos do Império e da Província, logo se impôs na zona compreendida pelos atuais municípios de Rio Claro, Limeira, Campinas, Piracicaba, Porto Feliz e Itu. Era ele, o intérprete dos desejos das populações daqueles rincões paulistas, junto aos seus governantes... Era o Visconde (do Rio Claro) na sua época, o homem de ligação entre o município de Rio Claro e o Governo Provincial, nada aqui se fazia sem o seu parecer, ele se impunha pelos seus méritos, pelo seu caráter, por sua nobreza e pela sua fortuna*" (PENTEADO, 1977:12 e 42).

As idéias republicanas em Rio Claro eram fortes desde a década de 1870. Nos anos 60, os líderes tradicionais não deixaram seguidores, seja pela morte dos indivíduos ou pelo encerramento da carreira política de líderes de expressão.⁴⁷ Quando da proclamação da República, o município tinha, na ocupação de seus quadros políticos, líderes republicanos. Em fins de 1865, o movimento republicano, desafiando o Visconde do Rio Claro, tinha à frente Joaquim Teixeira das Neves, chefe político que conseguiu fazer vencer, junto com outros republicanos, as eleições de 1872. Como visto, o Partido Conservador, no município, era liderado por José Elias Pacheco Jordão (que deixou Rio Claro em 1867) e o Partido Liberal, por José Estanislau de Oliveira, Visconde do Rio Claro. A participação deste último em cargos políticos encerrou-se nessa época (foi Presidente da Câmara quatro vezes, entre 1845 e 1860), embora continuassem, ele e seus filhos, na luta pelas idéias monarquistas, sem sucesso. A liderança passou a ser exercida pelos republicanos oponentes de Oliveira. Mais tarde, os descendentes deste terão presença continuada na administração municipal, pelo Partido Republicano.

FERRAZ, em sua História de Rio Claro, (1922:48-49) escreveu:

"É interessante notar-se o systema eleitoral usado e as encarniçadas contendidas entre chefes e eleitores. Tres dias durava a chamada votação, e, durante as noites, as urnas eram guardadas por pessoas de absoluta confiança e prevenidíssimas. O votante, typo boçal, furtado as lides da roça, gosava de agrados de confundir e lhe não faltava bom companheiro para os passeios. O voto equivalia a um terno ou sapatão que sacrificava, martyrisava o pobre caboclo desaffeito às exigencias da moda.

⁴⁷ Carreiras encerradas por morte: Senador Vergueiro(1859), Paes de Barros(1876), Oliveira(1884). Pacheco Jordão deixou Rio Claro em 1867.

Cada partido tinha o grosso das forças completamente presas nas hospedarias especiais denominadas Viveiros. O Visconde do Rio Claro installara o seu viveiro numa casa da Boa Morte (...) e o do Sr. Teixeira das Neves no prédio da rua 5 (...) Desses viveiros o eleitor só sahia para dar uma 'voltinha' votar. Lá tinha tudo: cama, comida e até roupa lavada, se preciso fosse (...)"

Na ata de fundação do Partido Republicano em Rio Claro consta, entre outras manifestações, uma apontando as causas do declínio da situação:

"... a idéia republicana tinha por campeões, não os destroços dos dois partidos (Conservador e Liberal), mas aflora destes, as inteligencias e talentos mais vigorosos. O Partido Conservador aceitando as idéias liberais não pode fazer-nos bem; o Liberal da mesma sorte. Os dois partidos decaíram da confiança pública" (Arquivo do Município de Rio Claro, 1989:7).⁴⁸

O Partido Conservador dominou a política municipal - alternando-se em momentos com o Partido Liberal - até a década de 70, tendo à frente o Visconde do Rio Claro. A eleição de 1872 significou o fim do poder político deste e a ascensão dos republicanos.

A trajetória dos chefes políticos de Rio Claro os fazem exemplos do coronel característico do período anterior à República. No final do Reinado, os fazendeiros locais eram chefes dos partidos: o Visconde do Rio Claro, do Liberal, Pacheco Jordão, do Conservador e Teixeira das Neves, do Partido Republicano. A maior parte dos grandes proprietários ocupou vários cargos a nível municipal, regional e nacional. Com a autoridade fundada nas bases

⁴⁸ Entre os mais proeminentes líderes rioclarenses da época encontram-se, nos primórdios do PPR, membros da família Negreiros, Salles, do Valle, Pacheco Jordão, Teixeira Neves.

econômico-sociais, exerceram o poder pessoal, consequência direta do poder econômico, fortalecido desde a Colônia, quando o poder público ainda não se estruturava plenamente. ⁴⁹ Como bem indica JANOTTI (1981:12), "a antiga expressão 'homem de valor, homem de posição' contém implicitamente a aceitação da autoridade social do poder privado".

No final do período colonial, os fundamentos econômico-sociais do mando pessoal já se encontravam bem definidos e se exercia sobre uma população, fosse escrava ou livre, sujeita aos desígnios dos potentados locais e à predominância do agrarismo.⁵⁰ Não obstante seu poder, os postos políticos de direção e burocráticos do Estado não foram sempre de fácil ascensão para os senhores rurais durante o período colonial. Após a Independência, foi a Constituição de 1824 que introduziu eleições para escolha dos membros do Estado. ⁵¹

Em Rio Claro, observou-se a configuração de uma situação mais clara dos atores políticos e do padrão de carreira política a partir dos meados do século. Os chefes políticos passaram a assumir, de forma efetiva, as funções que os definiriam como autênticos coronéis, como o desempenho de papéis nas disputas políticas no quadro regional, a mediação entre a Corte Imperial e a Província e o município. Sedimentaram seus interesses de grupo,

⁴⁹ É bastante conhecido o debate sobre a fusão do público com o privado na administração do Estado. Em termos bastante sintéticos, podemos resumir a polêmica entre autores, como DUARTE (1939) e CARVALHO (1979), de um lado, e, de outro, FAORO (1991). Os primeiros defendem a primazia de uma ordem privada e cultura antiestatal, com origens em Portugal, e a consequente descentralização como marca do processo nacional brasileiro. Ao contrário, FAORO defende a centralização e a primazia do Estado como essa marca. Ver Introdução deste trabalho.

⁵⁰ Pelos limites deste trabalho, não apresentaremos maiores detalhes sobre o Brasil Colônia. No capítulo I, indicamos brevemente algumas das principais linhas do período. Para uma visão introdutória ao assunto, ver JANOTTI (1981), capítulo I.

⁵¹ Eleições, através do voto censitário e capacitário, para os membros dos Conselhos Gerais nas Províncias e da Assembléia Geral, que se dividia em Câmara dos Deputados e Senado.

econômico e político, neste caso, através da perpetuação nos postos de mando. A maior parte deles havia percorrido, já então, os caminhos tradicionais da formação de um político, como a passagem por cargos administrativos no Estado e no Exército e a posse do título de bacharel em Direito, ao lado das ligações familiares e da posse da terra.

A ocupação dos postos eletivos ficava sob o domínio desse grupo, também porque, a par de todas estas condições, a qualificação dos eleitores era feita em nível municipal e estava sob controle dos mandatários locais, o que garantia, por sua vez, aos grandes grupos familiares detentores de poder afirmarem-se nos cargos políticos.

As Guardas Municipais e a Guarda Nacional constituíram-se, por sua vez, para os proprietários, em outro canal de institucionalização de participação no governo, seja municipal ou provincial. Os postos de oficiais da Guarda Nacional foram ocupados, em sua expressiva maioria, por mandatários locais. Títulos de major, tenente e coronel eram alvos bastante cobiçados. Como já vimos, a patente de coronel, das mais valorizadas, paulatinamente deixou de ser exclusivamente entendida como o exercício de uma função militar ou policial e, popularmente, passou a ser utilizada para designar os chefes políticos.

Os partidos monárquicos, o Conservador e o Liberal, abrigavam somente membros das classes abastadas ou seus representantes, não tendo

traços ideológicos que os separassem. Seus membros passavam frequentemente, sem maiores obstáculos, de uma para outra agremiação.⁵²

Em síntese, nos termos de sua origem, esse grupo, em Rio Claro, constituiu-se por um setor instruído, voltado a funções de administração e da política, membros de famílias de proprietários rurais de expressão regional e nacional. Pelas ligações com o centro do poder - como vimos, foram figuras de expressão nacional - tinham seu fortalecimento ligado à utilização patrimonial do Estado, ao trânsito nas instâncias superiores da administração federal e ao controle das nomeações para os cargos públicos. Durante a segunda metade do século XIX, esse grupo ocupou e indicou praticamente todos os cargos eletivos e nomeados, como Intendente, Vereador, Juiz de Paz, Delegados de Polícia.

Autores como FAORO mostram que a marca essencial do regime imperial, a saber, a permanência de um Estado patrimonial (centralizador), sempre com os mesmos donos do poder, aponta a fragilidade do sistema representativo do Império, o que impedia sua sustentação. Críticas e opositores, mesmo dos setores monarquistas, e particularmente dos republicanos, ocuparam a cena no final do Império. O federalismo, para estes,

⁵² Sobre isso comentava, já na época, João Francisco LISBOA: *"Nesta heróica província, a contar da época em que nela se inaugurou o sistema constitucional, os partidos já não têm conta, peso, ou medida; taes, tantos, de todo o tamanho, nome e qualidade têm eles sido (...). As aves do céu, os peixes do mar, os bichos do mato(...) já não podem dar nomes que bastem a designá-los, a eles e aos seus periódicos, os Cangambás, Jaburus, Bacuraus, Morossôcas, Papistas, Sururus, Guaribas e Catingueiros. Assim os partidos os vão buscar nas suas pretendidas tendências e princípios, nos ciúmes de localidades, na influência deste ou daquele chefe, desta ou daquela família, e eis aí a rebentar de cada club ou coluna de jornal, como do cérebro de Júpiter, (...) o partido liberal, o partido conservador, o centralizador, o nortista, o sulista, o provincialista, o federalista, o nacional, o antilusitano, a antibaiano, o republicano, o democrático, o monarquista, o constitucional, o (...)"*.

seria a alavanca que tiraria o país do atraso resultante das mazelas do regime centralista.⁵³

Na província de São Paulo, a maior expressão econômica do Império, era constante e crescente a crítica à monarquia. Parafraseando A. L. MARTINS (1990:25):

"no centro oeste do mapa paulista atual, descortinava-se uma paisagem nova, na maior parte também dominada pelos cafezais, onde, porém, vivia-se uma atmosfera mais irrequieta. Nesta região, homens empreendedores, com outra mentalidade, mais capitalizados que seus colegas do velho Vale do Paraíba, adquirem terras às suas expensas, abrem fazendas, fundam cidades; introduzem máquinas para beneficiamento de café ou descaroçamento de algodão, experimentam a mão-de-obra livre; ensaiam a atividade industrial, estão em busca do que há de mais moderno para enfeitar seu mundo; alinham-se nas fileiras do grupo liberal. Naturalmente é aqui que o Império começa a tremer. Afinal, eles são donos do poder econômico mas estão afastados do poder político, indispensável para o avanço de todos os seus projetos".

Os partidos republicanos, em quase todas as Províncias, começaram suas atividades antes da queda da monarquia. No novo regime instaurado pela República, os partidos políticos do Império, o Liberal e o Conservador, partidos nacionais, foram substituídos pelos Partidos Republicanos estaduais, os quais passaram a dominar o período que se iniciava. Com a República, as antigas bases partidárias ficaram abaladas, mas como os republicanos não tinham ainda quadros suficientes a ponto de permitir

⁵³ Esta é uma análise parcial do momento, pois o quadro que desencadeou a República abarca uma multiplicidade de fatores e exige uma discussão à parte. Dentre a extensa bibliografia sobre o assunto, destacamos COSTA (1987), CASALECCHI (1987), BOEHRER (1954). Os dois últimos analisam o papel do Partido Republicano no advento da República.

que estes pudessem prescindir dos políticos do regime anterior, continuaram as políticas de aliança e de conchavos eleitorais. Ocorreu, portanto, uma composição sem maiores rupturas com os antigos chefes.

O adesismo foi uma das práticas frequentes do perrepeismo, e os neo-republicanos eram recebidos não na categoria de adversários antigos, mas, agora, de irmãos . Convocações para a entrada no partido eram veiculadas pela imprensa da época. CASALECCHI (1987:62) registra um chamado no *Correio Paulistano*, em 17.02.1895, no qual se convidavam "todos aqueles que quisessem de coração e boa fé cooperar na grande obra de reconstrução da pátria". No interior paulista, grassavam adesões de liberais e conservadores e outros grupos. Essa movimentação foi tamanha, a ponto de gerar reações contrárias. Cesário Mota, em 1890, advertia Américo Brasiliense, dizendo que "de um mau mouro não se faz um cristão". O espírito conciliatório resultou, entre outras medidas, na indicação de monarquistas ⁵⁴ para a chapa do PRP, para representar São Paulo no Congresso Federal. Antonio Prado, ao aderir ao novo regime, foi um dos líderes do Manifesto dos Conservadores de São Paulo, no qual constava que estes

"entendem que o Partido Conservador Paulista com missão e programa compatíveis com o regime decaído, perdeu completamente a sua razão de ser e ficou inteiramente dissolvido com a adesão franca e sincera à atual ordem de coisas (...) já que temos sido honrados para colaborar diretamente na consolidação da República". ⁵⁵

⁵⁴ Antonio Prado, José Luiz de Almeida Nogueira, João Alvarez Rubião Jr. e Rodrigues Alves como deputados.

⁵⁵ Apud CASALECCHI (1987:65). Entretanto, o chamado adesismo provocou conflitos no interior do PRP. Consultar o mesmo autor.

No entanto, é preciso assinalar que a estratégia adesista tinha a intenção de fortalecer o movimento republicano que havia caído em mãos dos militares, logo após a proclamação da República.

"Arrebanhar prosélitos, pondo uma pá de cal no passado, foi, desde logo, uma decisão perrequista, segundo a vocação dos partidos de só respirarem oxigênio emanado do poder (...) O adesismo aceito pelo republicanismo paulista sem dúvida favoreceu, no início do regime, a agremiação que, fazendo jus à sua composição estritamente elitista, buscava nas lideranças conservadoras e liberais a amplitude de suas bases" (CASALECCHI, 1987:62 e 65).

CASALECCHI observa também, baseado em Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, que já no momento da implantação da República, o Marechal Deodoro ⁵⁶ não tinha muita certeza de a oligarquia monárquica ser algo do passado e a oligarquia republicana, a representante do futuro: a ele não escapou a presença, na deposição do trono imperial, de duas vanguardas oligárquicas, as elites monárquica e republicana. Os donos do poder sofreram uma solução de continuidade. Durante os 67 anos de duração, o regime anterior contou com 526 posições políticas ocupadas por 342 indivíduos: 235 senadores eleitos, 219 ministros nomeados e 72 conselheiros de Estado. Este era um quadro fechado e restrito, com alto índice de acumulação de cargos e longevidade na ocupação. Os principais canais de recrutamento passavam pelo nascimento, diploma de curso superior, famílias e amigos influentes. A mesma situação caracterizou a elite paulista, como veremos particularmente mais adiante. Vejamos, entretanto, de forma breve a sua composição, para uma

⁵⁶. O Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o governo, com o título de Chefe do Governo Provisório.

comparação com a elite imperial.⁵⁷ Entre 1889 e 1925, a elite política paulista foi constituída por 263 pessoas que ocuparam todos os cargos importantes no governo e no Partido Republicano. Círculo fechado, teve pouca renovação nesse período, chegando a absorver somente dois novos elementos, em média, por ano. A origem social era o critério mais forte para a ascensão de seus elementos. Nenhum trabalhador entrou para seus quadros e os imigrantes e seus descendentes - aqueles que conseguiram status ascencionais proporcionados pela riqueza - participaram numa proporção de 5% do total, o que perfazia 11 elementos no período.

Ressaltemos, porém, que os diferentes grupos que passaram a disputar o poder após 1889 não tinham um projeto coeso. Várias eram as concepções de República a ser implantada e, portanto, diversas as expectativas sobre o seu futuro.⁵⁸

A República, como vimos em capítulo anterior,⁵⁹ acabou por instaurar o presidencialismo, o federalismo e a ampliação do regime representativo, maiores máximas do movimento. O seguinte apanágio que Campos Salles, eleito posteriormente Presidente do Brasil, publicou já em 1878, mostra bem esses princípios.

"A república e a monarquia

A Monarquia repousa sobre o princípio da sucessão.
A República tem por assento a eletividade.

⁵⁷. Os dados sobre a elite imperial encontram-se em CARVALHO (1980). O estudo sobre a elite paulista foi realizado por LOVE (1982).

⁵⁸. Sobre essa questão em particular, consultar JANOTTI (1990).

⁵⁹ Ver capítulo II.

Laboram em erro os que preferem o acaso do nascimento ao critério popular na escolha do chefe de Estado.

A eletividade, princípio substancial e base característica da forma republicana, abrindo margem a todas as aspirações legítimas, porque torna o mais alto posto da nação acessível a todos os cidadãos, é um incentivo mais para obrigar os homens públicos a aproximarem-se do povo e identificarem-se com os destinos da pátria.

O eleito do povo é uma esperança.

O herdeiro da Coroa é o acaso.

Na monarquia a prosperidade da nação, a paz pública e a felicidade comum estão dependentes do caráter do imperante.

Na República a liberdade, fonte perene do progresso social tem sua melhor garantia na própria índole das instituições.

Para vencer o déspota, é necessário a revolução.

Para remover o presidente da República basta a eleição".⁶⁰

Contudo, ao excluir o direito do voto do analfabeto, a República colocou fora da participação política formal ampla camada da população brasileira. Ainda em 1920, 80% desta habitavam as áreas rurais, onde predominava o analfabetismo.

Desta forma, o novo regime, ao mesmo tempo que proclamava seu caráter liberal e democrático, continuava a marginalizar as camadas populares⁶¹ e as lideranças que assumiram os governos estaduais, ou seja, as elites proprietárias, intentavam fazer com que a representação política não lhes escapasse das mãos e se restringisse a seus componentes. Nacionalmente, consolidava-se a hegemonia da burguesia cafeeira paulista, em aliança com os grandes proprietários de Minas Gerais.

⁶⁰ Apud A. L. MARTINS (1990).

⁶¹ Embora tenha promovido a ampliação do direito do voto a outras camadas antes excluídas e o voto tenha deixado de ser censitário e capacitário.

FAORO (1993:568-569) observa:

"Cada Estado terá seu dono, pessoal ou de família, de um chefe ou de um grupo fechado: Minas Gerais será o domínio da Tarasca; São Paulo do Partido Republicano Paulista; o Rio Grande do Sul não sairá, durante vinte e cinco anos, das mãos férreas de Borges de Medeiros; o Ceará caberá aos Aciolis; Nery conquistará o Amazonas; Rosa e Silva terá Pernambuco ao seu dispor (...) A incógnita do problema estava à mão de semear. Era transformar as autonomias em oligarquias. Transformaram-se. Nada mais convinável e cômodo ao poder central, cuja oligarquização, para se consumir, e se considerar eternizada, não necessitava de mais que de ver executada a oligarquização dos Estados".

Rio Claro e a República

Os períodos da Colônia e do Império no Brasil apresentaram uma política que se desenvolveu, em âmbito nacional, tendo por base o município. Na fase colonial, a metrópole encontrou obstáculos para dominar e povoar o território brasileiro, de dimensões tão amplas. Destarte, fomentou-se o poder e a independência dos senhores rurais, que passaram a dominar esses pequenos núcleos. Essa fase foi marcada tanto pelas lutas internas dos proprietários de terra, tendo como alvo o controle do poder, como pelas lutas desses contra as interferências da Coroa. A importância do poder municipal continuou durante o Império.

"Quem governava realmente eram as maiorias que se compunham e decompunham segundo os chefes locais estavam ou não de acordo com as medidas propostas pelo governo, e só quando nenhuma ameaça existia no horizonte contra os interesses dos proprietários rurais é que a 'máquina eleitoral' do partido no poder dava resultado positivo. Daí a

importância das eleições municipais que, notam depoimentos da época, eram o campo onde os políticos experimentavam suas forças; das composições, acordos, adesões e defecções observadas no âmbito municipal dependeriam a côr e a composição das Câmaras Municipal Provincial e Geral, e finalmente do gabinete" (QUEIRÓZ:218-219).⁶²

Em Rio Claro, a situação não era diferente. De 1845 a 1872, foi governada alternadamente por políticos ligados aos dois partidos imperiais, sem grandes distinções na divisão do poder. Os seus mais proeminentes líderes dominavam a política local sem dissidências acentuadas, como representantes que eram dos mesmos interesses, ou seja, da propriedade da terra.⁶³ Como vimos, formavam uma oligarquia regional, com estreitos laços econômicos e de parentesco. Os chefes locais mais destacados foram membros dos governos estadual e federal e, como vimos, exerceram a mediação entre o nível local, regional e nacional. Contudo, já desde a metade do século passado, o movimento republicano estava bastante disseminado na região.

A crônica política da virada do século em Rio Claro destaca que o pensamento republicano fez da cidade um

⁶² "Durante a Primeira República, as lutas municipais continuaram de primordial importância para a política brasileira. E a independência que continuavam a manter os municípios diante do poder central - fosse estadual ou federal - é demonstrada, entre outras provas, pelo célebre pacto que entre si estabeleceram chefes políticos do interior do Ceará, entre os quais o Padre Cícero, para evitar a queda dos oligarcas então dominantes. Uma das cláusulas do tratado estatuiu que 'havendo em qualquer dos municípios, reações ou mesmo tentativas contra o chefe oficialmente reconhecido com o fim de depô-lo ou de desprestigiá-lo, nenhum dos chefes dos outros municípios intervirá, nem consentirá que os seus amigos intervenham ajudando direta ou indiretamente os autores da reação', mas que só poderão intervir 'para manter o chefe e nunca para o depor'. Todo o documento é escrito como se não existisse no Estado nenhum poder mais alto do que o poder dos coronéis municipais que o firmaram; e não existia mesmo, pois que nenhuma medida estadual ou federal interceptou o pacto" (QUEIRÓZ: 219).

⁶³ Sobre a fragilidade e a reduzida nitidez ideológica do partidos do Império, consultar, entre outros, NOGUEIRA (1984) e HOLANDA (1972).

"ninho de fervorosos adeptos da democracia (...) (até) que em fins de 1865, os mentores do republicanismo organizavam de momento o gremio politico denominado Partido Republicano Rioclarense (...) Encontramos, como primordiaes esteios, os srs. Joaquim Teixeira das Neves, Joaquim Henrique de Araújo Cintra e muitos outros" (FERRAZ,1922:48).

Este grêmio, em 1872, tornou-se o Partido Republicano Rioclarense, formado como oposição ao Partido Liberal local. Na primeira ata do novo partido, de 6 de janeiro de 1872, encontra-se uma candente defesa do republicanismo através de Manoel Ferraz de Campos Salles:

"a despeito da grande riqueza natural do país, é todavia enorme o nosso atraso, tanto na ordem material como na moral. Entretanto, que a dívida pública cresce sempre e na mesma proporção crescem os impostos e, por consequência, mais se aumenta o vexame das classes produtoras (...) o remedio unico eficaz para estes males é estatuir no país o governo republicano federativo" (Arquivo do Município de Rio Claro,1989:7-8).

Os partidos Liberal e Conservador, em âmbito local, eram liderados pelo Dr. José Elias Pacheco Jordão e pelo Visconde do Rio Claro. Este vinha sofrendo, na época, enormes críticas pela direção que vinha dando a seus negócios públicos, situação pessoal que, acoplada à questão propriamente política, favoreceu os ataques e a reação republicana.

De qualquer forma, o exemplo de Rio Claro ilustra o espírito da época, como definido por CASALECCHI (1987:37):

"Os anos posteriores a 1870 indicavam, como fruto das transformações por que passava a sociedade, a presença de novos elementos com sede de participação, que viriam revigorar a luta entre continuidade e mudança. A favor do

conservadorismo estavam os velhos encastelados na Monarquia. Na perspectiva de mudança colocavam-se os liberais mais avançados e os republicanos. Estes propugnavam por uma transformação radical - a extinção da Monarquia -, daí distanciarem-se dos liberais. A proximidade entre ambos tinha a separá-los um dado importante: para os republicanos, não há convivência com a Monarquia; não basta reformá-la, é preciso destruí-la".

Em Rio Claro, a oposição alardeava: "a primeira eleição seria o esfacelamento da oligarchia situacionista. Cumpriram-se as predições e vemos as vergonhosas pelechas: os vira-casacas, etc." (FERRAZ:1922:48), com o grêmio Partido Republicano Rioclarense vencendo as eleições contra o Liberal. Os monarquistas mais ferrenhos deveriam ser derrotados e afastados do poder, para que os republicanos se constituíssem na força principal no município. Como vimos anteriormente, o Visconde do Rio Claro, líder monarquista, não obteve sucesso em sua luta após ter perdido a eleição. Não fez uma sucessão que permanecesse após sua morte.

Rio Claro deve sua participação política no movimento republicano a alguns fatores predominantes, como a proximidade com os grandes centros do republicanismo do Estado - a exemplo de Campinas e Piracicaba - e por suas ligações com Manuel Ferraz de Campos Salles e Manoel de Moraes Barros.⁶⁴

A história política rioclarense, na Primeira República, foi marcada pelas lutas no seio do perrepismo, ou seja, entre o PRP (Partido Republicano

⁶⁴ Manuel Ferraz de Campos Salles, eleito em 1898 Presidente da República. Manoel de Moraes Barros, irmão de Prudente de Moraes. Prudente foi eleito pelo PRP para Deputado Estadual e, em 1894, Presidente da República.

Paulista), sob a direção de Augusto Sales ⁶⁵ e o PRH (Partido Republicano Histórico), sob o comando de Marcello Schmidt.

Joaquim Augusto de Salles, ⁶⁶ desde que fundou o Partido Republicano Paulista em 1896, para combater a primazia do PRH, conseguiu partilhar o poder, tendo a primeira câmara eleita pelo PRP em 1898. O PRH, anteriormente dominante, encontrou seus primeiros desafiantes, perdendo, inclusive, a disputa eleitoral em 1901. ⁶⁷

Até esse período, o mando político exercia-se através da articulação entre o poder dos dois coronéis, não se consolidando uma oposição de fato, e se mantinha através de posições conciliatórias e personalistas.

Nessa fase, Marcello Schmidt ⁶⁸ compunha-se com o grupo sallista em assuntos extra-locais. Assim é que, na revolta contra Américo Brasiliense, ⁶⁹ quando o Conselho Municipal foi deposto, ele veio a ser

⁶⁵ irmão de Campos Sales.

⁶⁶ Irmão de Campos Salles, foi deputado estadual por 3 vezes, de 1898 a 1910, como representante da cidade. Proprietário de 2 fazendas (Botafogo e Cafezal). Ligações de família acentuam a política de Campos Salles em Rio Claro (casado com uma das filhas de José de Campos Negreiros, uma das famílias fundadoras de Rio Claro). Joaquim A. Salles foi presidente da Câmara de 1902 a 1904. Seu irmão, Diego Eugênio de Salles foi figura destacada, adepto de Floriano Peixoto, contra Américo Brasiliense. Participou do movimento que depôs o Conselho de Intendência de Rio Claro em 1891.

⁶⁷ O PRH perdeu a disputa eleitoral em 1901, com Joaquim Salles vencendo Marcello Schmidt, por 119 a 96 votos, votação que expressa, entretanto, uma já relativa expressividade deste último, sem contar a possibilidade de fraude.

⁶⁸ Marcello Schmidt ocupou praticamente todos os cargos políticos do município, tendo sido também Deputado Estadual pela cidade. Foi vereador 3 vezes, entre 1899-1910, Vice-Presidente da Câmara por duas vezes (1892-1895 e 1917-1919), Presidente da Câmara (1904-1905), Prefeito Municipal (1911-1914), Deputado Estadual (1925) e um dos fundadores do PRH de Rio Claro. Proprietário da Fazenda Tanquinho e gerente do Banco Noroeste do Estado de São Paulo(1922).

⁶⁹ *"Instalada a Assembléa Constituinte, em 15 de novembro de 1890, abre-se uma série de incidentes em torno da luta pelos cargos-chave, dos projetos sobre a soberania do poder legislativo e das limitações de poder do executivo, etc, que culminam com a escolha do futuro presidente constitucional. A candidatura de Deodoro era muito forte, especialmente entre os militares. A partir de fevereiro de 1891, cresce a consciência do excessivo poder de Deodoro, especialmente depois da queda do primeiro ministério (21.1.1891) e da indicação do Barão de Lucena para o ministério (nome não aceito até por ferrenhos deodoristas) e com muita influência sobre o presidente. Por isso, a oposição (civil e militar) busca o seu candidato. A indicação de Prudente de Moraes (...) não obtém, de início, o apoio de Campos Salles e Bernardino de Campos. Os deodoristas ameaçam com ditadura militar, em caso de derrota. Há posições conciliatórias com a proposta de candidatura de Floriano Peixoto (com caráter de candidatura militar) e aquela que propunha este militar como vice de Prudente de Moraes. As duas candidaturas (de Deodoro e Prudente de Moraes) permanecem, assim como as ameaças. Os deodoristas, em caso de derrota, pretendem dissolver à força a Constituinte. Os seus opositores procuram organizar a resistência, em caso de vitória: Bernardino de Campos articula*

nomeado conselheiro, ao lado de outros seguidores de Sales.⁷⁰

O período caracterizou-se, portanto, por uma luta aberta entre os coronéis, com eleições republicanas coroando as disputas, sem divisões profundas na hegemonia política. Era ainda uma fase de conciliação entre os interesses coronelistas,⁷¹ como bem exemplifica um depoimento sobre a época, dado por um filho de cabo eleitoral de um dos dois coronéis:

"Política, se é hoje, naquela época era mesmo um negócio de nós com nós. E sabe? Era bem mais divertido! Os coronéis faziam e desfaziam tudo: escolhiam cabos importantes, gente com mando p'rás mesas, dividiam direitinho a cidade, cada um com seus eleitores; enfim, tudo direitinho. O resultado era o que eles queriam (...) dava briga, mas era divertido ..." (apud DAVIDS, 1968:42).

A historiografia brasileira sobre a época discute esta questão. Vejam-se dois autores estudiosos do tema: KERBAUY e CARONE.

KERBAUY observa que os Partidos Republicanos eram um mecanismo institucional importante, sendo um instrumento que promovia a vinculação entre as fidelidades rendidas ao coronel e o comportamento político-partidário. Representavam, em verdade, os interesses das diferentes famílias oligárquicas. "A existência de organizações partidárias descentralizadas

se com Jorge Tibiriçá (presidente do Estado de São Paulo), enquanto Campos Salles, no Rio de Janeiro, toma providências para resistir à ameaça deodorista" (CASALECCHI, 1967:61, nota 3).

⁷⁰ Em Rio Claro, a reação à Deodoro foi liderada por Alfredo Ellis. "A 9 de novembro, na sede do Correio Paulistano movimenta-se a reação na capital e interior. Rio Claro - importante entroncamento ferroviário - sob o comando de Alfredo Ellis deveria se organizar para a reação a Deodoro (...)". (CASALECCHI, 1967:71) Em 1891, Alfredo Ellis, Diogo de Salles e outros depuseram todas as autoridades da Câmara de Rio Claro fiéis ao governo de Américo Brasiliense e à ditadura de Deodoro.

⁷¹ As duas facções políticas do município de Rio Claro estavam assim divididas: de um lado, o grupo do coronel Salles, conhecido por Sallistas ou Jagunços e, de outro, os seguidores de Marcello Schmidt, denominados de Jacobinos ou Históricos.

levaram à formação de oposições particulares, que regionalizavam ainda mais a luta partidária" (1979:66).

Como escreve CARONE:

"Dissidências e pequenos partidos contrários aos situacionistas enxameiam de maneira constante e efêmera por todo o período. Com raríssimas exceções, eles nascem nas vésperas das eleições e logo morrem:na maioria das vezes, acabam fazendo acordos e fundindo-se ao partido majoritário. De origem em geral agrária, os dissidentes justificam sua existência por razões eleitorais e morais, nunca por uma contestação programática ao partido majoritário" (1970:312).

Exemplar nesse sentido é o programa do já citado Partido Municipal de Rio Claro, ⁷² criado às vésperas das eleições municipais de 16/12/1901: "constitue-se nesta cidade o Partido Municipal com o fim unico e exclusivo de eleger os cidadãos para os cargos de administração e justiça municipal" (O ALPHA, 7/10/1901). Por um lado, podemos entender o caso local como componente de um movimento estadual que colocava-se como mais uma dissidência dentro do PRP. CASALECCHI analisa a questão, observando que, como expressão da divisão da lavoura, além da criação do Partido da Lavoura, ao mesmo tempo

"a autonomia municipal volta à ordem do dia com mais uma ação corrosiva ao PRP. Criou-se a 'União Municipal, que indicava candidatos para as eleições estaduais, buscando a 'livre manifestação dos municípios 'sempre obstaculizada pelos diretórios

⁷² Em 08/10/1901, membros do PRH fundaram o Partido Municipal, para disputar as eleições sob nova sigla, com o primeiro diretório constituído por Jorge Schmidt (presidente), Tenente Raphael Minervino (secretário), Joaquim Teixeira das Neves e Marcello Schmidt (...) Posteriormente, retornaria sob a antiga denominação, PRH.

governistas, mais a completa negação de autonomia municipal" (1987:95).

Por outro lado, a fundação de um novo partido local, com os mesmos elementos da oposição *histórica*, pode ser indicativa de uma estratégia eleitoral, já que o candidato da situação utilizava-se de referências negativas à existência do *jacobinismo* local.

Os pleitos municipais entre o final do século e 1904 mostram a ascensão e o declínio dos chefes mais tradicionais de Rio Claro. A oligarquia Salles consolidou-se de forma rápida no poder (de 1895 a 1898), da mesma maneira que sofreu rápido declínio, de 1901 a 1904, coincidindo com o desprestígio que a família Salles passou a sofrer localmente.⁷³ O assassinato de Diogo Salles, em virtude de disputas com uma família de imigrantes italianos,⁷⁴ ocasionou um abalo na liderança de Joaquim Salles, líder da então oposição.

As eleições locais de 1901 ocorreram sob uma conjunção de fatores favoráveis à consolidação de uma nova liderança. A questão pessoal da família Salles, ao lado de um relativo abalo à posição de Campos Salles na política nacional, que ocasionou uma dissidência no PRP, quando foi fundado, em São Paulo, o Partido Republicano Paulista Dissidente. Esta crise envolveu

⁷³ Como veremos adiante.

⁷⁴ Em Rio Claro, este episódio causou, na expressão de DEAN, um maremoto. Para uma descrição do assassinato, ver nota 97. Em Analândia, local do crime, a polícia agiu violentamente, espancando vizinhos para arrancar depoimentos. Em Rio Claro, município onde os salistas eram oposição, e local do julgamento, as simpatias pelo imigrante Angelo eram bastante fortes. Para sua defesa, os italianos de classe média contrataram um advogado famoso. O Presidente da República, no Rio de Janeiro, enfrentava o fantasma da reação do governo italiano, pois este incidente extrapolou as dimensões locais, como acontecia com as questões entre envolvendo imigrantes e seus patrões. "O governo italiano já estava perturbado pela suspensão, em 1899, do sistema de contrato de imigrantes(...) Os relatórios enviados pelos consulados sobre dificuldades nas fazendas, rematados pelo tremendo escândalo do caso Lungaretti, levaram o governo italiano a proibir, em março de 1902, que seus cidadãos aceitassem transporte gratuito para o Brasil. Em resposta, o governo brasileiro, constrangido, aprovou algumas medidas destinadas a melhorar a posição dos trabalhadores, em caso de falência" (DEAN, 1977:175)

os partidários de Prudente de Moraes e de Cerqueira César,⁷⁵ quando o Presidente Campos Sales negou seu apoio a este último para a disputa do Governo de São Paulo.⁷⁶ Em verdade, no campo ideológico, a dissidência era uma reação à *política dos governadores*. Em termos econômicos, refletiu o descontentamento de interesses industriais e comerciais defendidos pelo partido.⁷⁷

Prudente de Moraes, durante o governo de Campos Salles,⁷⁸ foi marginalizado no que se referia aos destinos da política paulista. No entanto,

"apesar de afastado da vida política, Prudente de Moraes guardava o poder de articulação de um velho e experiente republicano e via o seu prestígio aumentado em razão do descontentamento da lavoura para com o governo de Campos Salles" (CASALECCHI, 1987:101).

Em 1901, Marcello Schmidt era o chefe do PRH. Segundo crônicas locais, Salles estaria deixando "um tanto Rio Claro" e parece-nos que Schmidt soube usar a situação e, em 1904,

⁷⁵ Cerqueira César residiu em Rio Claro por 17 anos, época em que exerceu funções políticas pelo município, como Deputado à Assembléia Provincial, de 1873 a 1876 e vereador pela Câmara Municipal até 1880, quando se transferiu para São Paulo, eleito que fora para presidente da Comissão Permanente do Partido Republicano. José Alves de Cerqueira César era casado com a irmã do Coronel Augusto Sales e de Campos Sales. Uma de suas filhas foi casada com Júlio de Mesquita, do jornal O Estado de São Paulo. Seu nome aparece, na história local, ligado desde o início aos republicanos históricos. O veto a Cerqueira César, por parte de Campos Sales- apesar de não termos, na literatura, indícios concretos dessa questão em Rio Claro-, ao lado da oposição reconhecida a Augusto Sales, talvez possa ser mais um indicativo da luta entre os dois partidos republicanos locais.

⁷⁶ A luta no seio do Partido Republicano Paulista foi divulgada e apoiada pelo jornal O Estado de São Paulo. CASALECCHI (1987:100 e segs.) recompôs o episódio através das matérias ali divulgadas. Em linhas breves, a cisão foi resultado de um choque entre dois grupos de políticos no interior do partido. De um lado, encontrava-se o grupo em torno de Campos Sales- o grupo da oligarquia, conivente com a política dos governadores e, portanto, apoiando os governos estadual e federal - e, de outro, aqueles que se denominavam os dissidentes ou empurrados, facção contra a política dos governadores. Esta facção fundou o Partido Republicano Paulista Dissidente, que propunha uma revisão constitucional, uma República parlamentar, para colocar freios ao poder de Campos Sales, fundamentado no presidencialismo, e a moralização dos costumes políticos. As eleições de dezembro de 1901 foram um teste das forças em oposição. O governo foi vitorioso. Dos 160 municípios onde houve pleitos, a dissidência foi vitoriosa somente em três: Piracicaba, Rio Bonito e Mogi-Mirim. Em Rio Claro a eleição foi apertada, com a situação vencendo de 119 a 96 votos, como vimos anteriormente. Entretanto, as fraudes eleitorais garantiram em muito essa vitória, conforme mostrado por CASALECCHI, através de telegramas de várias cidades acusando a ação compressoras do governo. Ver págs. 112 a 115 da obra em questão.

⁷⁷ Consultar LOVE (1982:160-161).

⁷⁸ Campos Sales assumiu a Presidência da República em 15 de novembro de 1898.

"a facção do Historico triumphava galhardamente (...) entretanto os sallistas ainda sustentaram representantes e o coronel Salles continuava como Deputado ao Congresso Estadoal. Daqui para o futuro o scenario politico é de luctas tremendas",

ficando o PRH no poder até 1922 (FERRAZ,1922:67). Nas eleições de 1901, como sabemos, Salles venceu Schmidt por uma pequena margem de votos . O fato é que, já no início do século, o núcleo urbano vinha se afirmando como o polo dinâmico de Rio Claro, pela presença das atividades artesanais e industriais de pequeno porte e pelo significado da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, como fonte de emprego, atraindo a população rural, principalmente a imigrante, e parece-nos que Marcello Schmidt desenvolveu uma política mais adequada à nova realidade que se apresentava.

No episódio de 1901, os *históricos* apoiaram o Partido Republicano Dissidente Paulista, através da seguinte moção de apoio:

"O partido republicano historico desta cidade do Rio Claro, que ha mais de 5 annos está em opposição, motivo pelo qual os ultimos governos republicanos têm empregado todos os meios para exterminal-o, mesmo os mais indignos e infames, como a força publica policial em 1897, e a falsificação do alistamento eleitoral em 1888, mas que continua forte, não pode deixar de applaudir a dissidencia pela honrosa attitude que assumiu. O partido republicano historico desta cidade exalta e possue-se de orgulho vendo pela segunda vez, inequivocadamente approvada a sua attitude de opposição por illustres e eminentes chefes orientadores da politica republicana.

Em nome do partido republicano historico do Rio Claro que, apesar de tudo, continua a viver, felicitamos os illustres chefes da dissidencia e

offerecemos apoio - em tudo o que julgarmos ser em beneficio para a Patria e da Republica.

Rio Claro, 29 de outubro de 1901 - O directorio: Marcello Schmidt, Francisco de Paulo Campos, Otto Jordan, Irineu de Carvalho, Joaquim Teixeira das Neves Jr.

Deixou de assignar, por ausente, o cap. Felisberto Bueno Brandão" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/10/1901).

O período foi marcado pela fraude eleitoral e pelo voto de cabresto. O papel desempenhado pelo coronel, no processo eleitoral, garantia a reprodução do sistema político. A Constituição, através da regulamentação dos pleitos e do alijamento das classes populares do processo, encarregou-se de favorecer o *status quo*.

A Constituição estabelecia prazos para a inscrição dos eleitores e, para cada uma delas, nova lista deveria ser elaborada. A influência do coronel estava presente nessas ocasiões. Ele se encarregava, - ou delegava suas funções a prepostos - de arregimentar pessoas do campo, trazê-las para a cidade, proporcionava transporte, roupas, alimentação, organizava festas, quermesses e, na impossibilidade de levar o eleitor até o local da votação, providenciava os formulários de inscrição, passando por cima das normas em vigor. A Junta Eleitoral, presidida por um Juiz de Paz e, mais tarde, por outros juízes da Comarca, cuidava do alistamento dos eleitores. Nessas listas, eram incluídos analfabetos, pessoas mortas ou até mesmo menores de idade. Frequentemente, nomes de eleitores eram excluídos, pelo fato de serem reconhecidamente opositores a um Coronel da situação.

CASALECCHI aponta para os casos de burla no alistamento eleitoral, como o de Piraju, no ano de 1898, época em que a facção situacionista impunha restrição a seus opositores, ao mesmo tempo em que incluía na lista dos eleitores, forasteiros, crianças e analfabetos. Entre outros exemplos, o autor cita a não-publicação dos alistamentos e número em excesso de eleitores, o *duplo nascimento*, alistando o eleitor em dois municípios vizinhos. Em Rio Claro, no início do século, votaram 100 eleitores de Araras e, em Jaú, no ano de 1922, eleitores de Bocaina.⁷⁹

O poder da Mesa Receptora dos Votos era praticamente absoluto no dia dos pleitos. A interferência policial era comum, mandando prender os *indesejáveis*. O cargo de delegado de polícia, até 1906, era voluntário e sem remuneração, ocupado por indivíduos de confiança do coronel.⁸⁰ Os membros da Mesa encarregavam-se, também, de preencher as fichas nos casos *fantasmas*: os mortos, analfabetos e menores.

O braço do poder estendia-se, através de recomendações, conforme demonstra a seguinte correspondência:

"Palacio do Governo do Estado de S. Paulo

em 16 de Janeiro de 1891

2a. Secção

Circular

Ao cidadão Presidente da Intendencia Municipal de Rio Claro

⁷⁹ Sobre as fraudes nas eleições de 1922, consultar CASALECCHI (1987), especialmente págs.160 e 209.

⁸⁰ A partir de 1906, passou a ser de indicação do governo estadual, exigindo-se o título de bacharel em direito para sua ocupação.

Reiterando as recommendações que vos fiz na Circular de 5 do corrente, quanto á necessidade de providenciardes, com urgencia, para que nesse municipio regularmente se proceda á eleição de deputados e senadores ao Congresso do Estado, que deve ter logar a 24 do mez de Fevereiro proximo, declaro-vos que, preferendo esse serviço a qualquer outro, é preciso que delle trateis com o maior empenho, fazendo as divisões das secções, designação de edificios em cada uma destas, para a eleição, remessa de copias do alistamento relativo ás mesmas, etc. Outrossim, previno-vos de que este trabalho não deve ser interrompido, quaesquer que sejam as noticias que tiverdes das resoluções do Congresso Nacional, em quanto não vos chegarem communicações e ordens minhas em sentido contrario ás actuaes.

Saúde e Fraternidade

Jorge Tibiriçá"

Um dos tipos de fraude em uso era a do *agente visitador*. Sua tática era a de infiltrar-se no *curral*⁸¹ adversário apresentando melhores presentes e promessas para o voto, com vistas a diminuir a base eleitoral do coronel adversário. Essa prática alastrou-se tanto, a ponto de fazer com que se estabelecessem, nos *currais*, vigilância sobre esses agentes. Embora durante a República Velha tenha havido uma série de modificações nas regras eleitorais, as eleições a *bico de pena*⁸² continuaram a ser empregadas.

⁸¹ Curral eleitoral: locais onde os eleitores vindos das fazendas eram agrupados, alimentados, no dia anterior à eleição. À noite eram levados à zona de prostituição da cidade, vigiados por capatazes. No dia seguinte, votavam, em fila, todos juntos, sob a "supervisão" de um homem de confiança do coronel

⁸² A expressão bico de pena: segundo o Dicionário Aurélio, refere-se à "*técnica de desenhar a traços numerosos e destacados, feitos com pena de bico muito fino, usando tinta de escrever, especialmente nanquim*". As eleições a bico de pena foram assim denominadas pelo ato de reescrever o voto, praticado pelos juizes eleitorais, sob a alegação de que o voto não estava suficientemente claro ou marcado.

A história das eleições, nesse período, mostra a prática frequente dessas estratégias. Os pleitos municipais de 1898 foram contestados por denúncias de irregularidades nos títulos eleitorais com também pela eliminação de cerca de 152 eleitores, supostamente favoráveis Marcello Schmidt, quando as preferências locais indicavam a eleição de Salles.⁸³

O voto de cabresto, por sua vez, está bem exemplificado pelo que cantou um poeta anônimo

"Muita gente na cidade?
 Nem se fale, primo Bastião.
 Mais é de tud'as qualidades
 Tenha gente na eleição.
 Fiquei meio atrapaído
 P'rá votá c'O Coroné
 Qui pagô dotô formado
 Qui curô minha muié.
 Quando chegô nhô Travasso
 P'rá quem devo treis favô
 me pegando p'rô braço
 disse: "este é meu eleitô.
 Votei co'ele, que fazê?
 Mais porém n'outra eleição
 O coroné há de vê
 Q'eu tô no seu bataião.
 De tardinha, quando subi
 Qu'ia havê cervejada
 Na casa grande do clubi
 Fui p'rá lá vê a rapaziada
 'Ota povo, mais que terno
 Tudo ali era bem tratado
 E o tar baruido do inferno
 Fiquei meio turtuviado..."⁸⁴

⁸³ "A validade do poder do Coronel Schmidt foi posta em dúvida justamente pelo número de votos anulados da 2a. e 5a. secção eleitoral. Em parecer exarado sobre o fato, consta: Contados todos os votos das mais secções eleitorais onde não se deram taes irregularidades e cujos votos são incontestavelmente legítimos e levados a urna com a liberdade e garantias concedidas pela lei, somos do parecer que devem ser reconhecidos os poderes dos Vereadores T.te Coronel Marcello Schmidt e Capitão Eduardo Ribeiro Leite, porquanto estes d'ictos Vereadores obtiveram, o 1o. 336 votos e o 2o. 333 votos, maioria relativa dos votos nas eleições de 30 de Outubro de 1898). Rio Claro, 2 de Janeiro 1899. Ignacio Mesquita Correa "(DAVIDS, 1968:78-79, nota 26). A autora acrescenta que a votação total daria a Marcello Schmidt 572 votos e, a Leite, 569.

⁸⁴ Apud DAVIDS (1968:44).

Assim, como entende NUNES LEAL (1975), no contexto desse sistema político o coronelismo acaba por consolidar-se como um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, cada vez mais fortalecido, e a influência dos chefes locais, principalmente dos senhores de terra. Sobre o tema, observa KERBAUY:

"Paralelo ao coronelismo, no âmbito estadual se manifestam as oligarquias regionais... A legislação eleitoral da Primeira República permitia que os coronéis pudessem exercer controle absoluto sobre os mecanismos eleitorais (o 'voto de cabresto' , a falsificação das atas eleitorais, o voto a descoberto). A legislação referente à instituição da mesa eleitoral é um exemplo disto. O controle dos coronéis sobre o mecanismo eleitoral era de tal ordem, que não lhe reservava surpresas o resultado das eleições à 'bico de pena' , ou a degola ou 'depuração'. Quando a legislação não resolvia, usava-se a força, que se constituía num método frequente dependendo das circunstâncias e locais. A utilização da violência ia desde a proibição da presença no recinto eleitoral, de pessoas que não apoiavam o coronel, até a utilização de forças armadas que rondavam os locais de votação". (1979:70)

A força e o poder dos chefes locais estavam vinculados também às condições de sua capacidade adaptativa frente às mudanças ocorridas com o deslocamento das bases econômicas e políticas do eixo exclusivamente rural para o centro urbano.

A crise do café, no final do século, provocou desgastes no seio do perrepeísmo. O governo Campos Salles enfrentou dois grandes problemas, a do complexo exportador cafeeiro e a bancarrota financeira do Estado. O PRP teve, assim, na crise da lavoura a sua principal ameaça. Por um lado a crise econômica, por outro, a questão do eleitorado. O grande contingente eleitoral

do partido estava na população rural. Do total dos eleitores entre 1896 e 1897, 53,86% eram agricultores, crescendo, entretantes, a importância do eleitorado urbano.⁸⁵ Descontentes com a situação da agricultura, proprietários passaram a se movimentar nos municípios. Em 1896, criou-se a Sociedade de , cuja Comissão Provisória, composta por políticos e lavradores, foi escolhida por Campos Salles, então Presidente do Estado.

A situação aprofundava-se em mais de um sentido. A redução dos salários estava levando os colonos às greves.⁸⁶

"Que a situação era grave em mais de um aspecto demonstravam os acontecimentos de Pirassununga, Campinas, Rio das Pedras em que os colonos em greve agiram violentamente contra a redução de seus salários" (CASALECCHI, 1987:91).

A classe dos proprietários inquietava-se com as manifestações, unia-se contra os acontecimentos e pressionava o Estado a encontrar saídas para a crise. Em junho de 1886 organizou-se a Sociedade de Agricultores Paulistas, tendo a Comissão Provisória escolhida por Campos Salles.⁸⁷ As posições dessa Sociedade, na verdade, não representavam os interesses da lavoura, estando mais próximas às medidas tomadas por Salles, já Presidente

⁸⁵ Os números dos mapas eleitorais apontavam, para 1896-1897, 102.803 eleitores, sendo 53,86% de agricultores, 12,60% de comerciantes, 10,12% de artistas, 5,13% de operários, 3,35% de empregados públicos" (apud CASALECCHI, 1987:89).

⁸⁶ Em Rio Claro, a imprensa não noticiava as greves nem os conflitos trabalhistas, que não eram raros. Na Fazenda Santa Gertrudes, houve pelo menos três greves, nos anos de 1895, 1896 e 1899. Entre 1902 e 1905, há registros de greves em várias fazendas, sendo que, em todo o Oeste Paulista, desencadeou-se uma vasta onda desse movimento em agosto de 1911. Nas cidades, o proletariado entrou em greves, a primeira em 1892.

⁸⁷ Então Presidente do Estado.

do Brasil. Em 1899, os Clubes da Lavoura eram contrários à organização de um partido. Propunham a representação de seus interesses através da ocupação de espaços políticos pelas vias existentes - como grupos de pressão - elegendo pessoas que se comprometessem a defender uma legislação adequada à lavoura. Assim, as associações ligadas à agricultura passaram a se constituir em poder de pressão, a exemplo do *Centro dos Lavradores Paulistas*, fundado em 1899, a partir dos *Clubes da Lavoura* nos diferentes municípios. Entrementes, articulava-se o Partido da Lavoura em muitos municípios, redutos do perrepismo. O Partido da Lavoura buscava eleger representantes que acolhessem a defesa de seus direitos. Entretanto, nessa situação de descontentamento, e mesmo com a fundação do Partido Republicano Paulista Dissidente, Campos Salles foi eleito Presidente da República, pelo PRP.⁸⁸

Paulatinamente, o poder político tradicional começou a enfrentar defecções em suas hostes. Ao lado desses desafios, colocaram-se também novas condições ligadas ao desenvolvimento urbano que engendravam novas configurações para o exercício do poder. Em seu estudo sobre Rio Claro, DAVIDS conclui que a composição de um eleitorado urbano em Rio Claro

"veio permitir que as bases do poder e do prestígio dos coronéis se deslocassem do meio rural exclusivamente e se localizassem tanto em um como em outro polo da economia local (...) Neste desenvolvimento, o coronelismo como um processo integrativo encontra seus primeiros obstáculos" (1968:48).

⁸⁸ Consultar CASALECCHI (1987), que faz uma recomposição do período a partir de documentação de *O ESTADO DE SÃO PAULO* e *CORREIO PAULISTANO*.

As eleições de 30/11/1904 marcaram uma transição de poder que passou a contar efetivamente com esses novos elementos, ou seja, a presença de um eleitorado urbano, que veio exigir a existência de novas estratégias para a dominação coronelista, que foi devidamente exercida pelo Coronel Schmidt, como já afirmamos.

Ao mesmo tempo em que o café entrava em decadência no município, a burguesia abandonava Rio Claro. DEAN aponta:

"A maior parte da família Oliveira mudou-se para a capital. Apenas um dos filhos do visconde desempenhou um papel político no município, sendo sobrepujado por outro, João Baptista, que entrou para o Partido Republicano e foi designado para a junta revolucionária que assumiu o controle da capital após a queda do imperador; mais tarde se tornou vice-presidente do estado. A casa da família foi vendida e transformada num hotel. Da terceira geração, 79 netos e netas, apenas 23 eram fazendeiros ou mulheres dos mesmos; o restante tornou-se classe média. A fazenda de São José permaneceu inteira porque uma das filhas tinha concentrado a propriedade em suas mãos, passando-a para a filha única, cujo marido teve êxito com a criação de puros-sangues. Outra neta do Visconde casou-se com Washington Luiz, que se tornou o último presidente da República Velha e foi deposto em 1930. Outra ainda casou-se com Marcello Schmidt (...) Pequenos burgueses muito empreendedores que casaram na família incluem Hoffman, Farano, Castellano, Cartolano e Klingelhoffer - comerciantes, profissionais liberais e administradores de fazendas (...) Os que ficaram para trás ou voltaram foram anulados pelos prepostos" (1977:181).

Havia um espaço político a ser ocupado, mas que necessitava contar agora com a pequena burguesia urbana, composta em sua grande parte

pelos imigrantes, que, no núcleo urbano, constituíam-se como uma parcela significativa, quantitativa como qualitativamente.

Apontaremos, à frente, o processo de ascensão política dos imigrantes. Veremos, a partir dos dados, que sua participação, desde o início do século, esteve ligada ao papel que exerceram no comércio e na indústria incipiente do município.

A presença do imigrante foi importante também nas áreas social, cultural e religiosa.

QUEIRÓZ entende que houve, em nossa história após a Independência, dois períodos nítidos de homogeneidade ⁸⁹ política: o da Maioridade, até os anos 70, dominado pela prosperidade cafeeira do Vale do Paraíba e o da República Velha, até 1922, dominado por Minas e, fundamentalmente, pelo Oeste Paulista.

"Nos períodos de homogeneidade política, os representantes da zona rica e próspera tinham a impressão de que representavam os interesses da nação como um todo; mas perdiam pé quando uma zona nova subia que reclamava (sic) medidas diferentes das que pretendiam para sua própria zona, medidas diferentes que julgavam inócuas ou arriscadas porque os interesses da sua não as requeriam. A zona rica vencendo levava seus políticos ao poder; as outras aderiam de bom ou mau grado ao vencedor (...)" (QUEIRÓZ:223).

⁸⁹ Homogeneidade política, como entende a autora, devida à mesma estrutura presente, em todo território nacional, com o tipo de família patriarcal apoiada na grande propriedade e na escravatura. "As mudanças de eixo econômico estavam presas apenas à decadência de terra ou à impossibilidade do produtor competir com outros no mercado estrangeiro; e se o eixo político acompanhava a mudança do eixo econômico, a estrutura social não se alterava. Homogeneidade política, porque por toda parte era a Câmara municipal que congregava os 'homens bons' para o governo local e a defesa de seus interesses" (QUEIRÓZ:223).

A Importância dos Novos Setores Sociais Urbanos no Processo Político

Os estudos sobre as ocupações de cargos políticos no Brasil, durante a Primeira República, como veremos, mostram o predomínio dos proprietários rurais nesses postos.

A entrada de imigrantes na política, além de não ser frequente, era vista com restrições.⁹⁰ QUEIRÓZ chama, ainda, a atenção para o fato de que a defesa dos antigos contra os novos, com os primeiros defendendo direitos, privilégios e posições de mando, tem sido uma marca constante de nossa política. O fenômeno, portanto, tem dois lados: um, relacionado à defesa dos habitantes mais antigos contra os *estrangeiros*; outro, à defesa dos já instalados na política contra os que procuram entrar, caracterizando-se por lutas entre grupos ou rivalidades regionais. A autora indica a falta de estudos sobre essas questões, que impedem conclusões mais precisas.

Mais recentemente, também FAUSTO (1991: 42-44) chama a atenção para o número reduzido de estudos sobre o tema da participação política do imigrante. Assim,

"tradicionalmente temos considerado que, no período da imigração em massa e nos decênios subsequentes, os imigrantes estiveram em grandes linhas à margem da política. Distantes das instâncias do poder, sem os mínimos requisitos de educação formal que lhes permitisse participar da vida pública, imigrantes de primeira e segunda geração estariam dedicados ao projeto de ascensão social pela via do mercado. O mundo político e as benesses dele derivadas, sobretudo sob a forma dos cargos

⁹⁰ Como demonstra a história do PRP e do Partido Democrático, como visto anteriormente.

públicos, seriam *chasse gardé* dos nacionais, funcionando inclusive como amortecedor das vicissitudes econômicas das famílias oligárquicas. Além disso, as restrições a estrangeiros assumirem cargos eletivos e cargos públicos em sentido estrito teriam contribuído para acentuar essa marginalização".

Para o autor, pesquisas específicas precisam ser realizadas, para melhor problematizar e conhecer a questão, pois são muitas as constatações assentes que poderiam ser mais discutidas e até mesmo matizadas. Continuando, FAUSTO observa haver

"alguns indícios de que (a elite política oligárquica) foi menos impermeável do que se tem pensado. Seria ingênuo pensar que a oligarquia abraça fraternalmente espaço a estrangeiros e seus descendentes. Mas ela não podia simplesmente voltar as costas a uma massa de pessoas cada vez mais implantadas na vida social (...) No terreno das hipóteses que somente um número maior de monografias poderá confirmar, acredito em uma gradativa ocupação de postos políticos por parte de filhos e netos de imigrantes, começando tendencialmente em âmbito municipal. Esse movimento deve ter tido maior ou menor impulso, ter sido objeto de maior ou menor resistência, de acordo com a região e as peculiaridades locais. Por exemplo, em Presidente Prudente, um filho de italiano (...) iniciou-se na política nos anos 20, foi presidente do PRP e várias vezes prefeito. Em São Carlos, somente em 1952 um descendente de italianos chegou a prefeito. Sugiro que a penetração de imigrantes e seus descendentes no terreno político foi mais rápida e menos difícil nas regiões novas do estado - no Oeste paulista, por exemplo - onde o crescimento econômico e a urbanização foram praticamente concomitantes à imigração".

Em Rio Claro, vale lembrar, os imigrantes já faziam parte das Câmaras Municipais desde o Império, alargando sua participação na Primeira República, época em que se firmou a liderança política de um coronel, filho de

imigrantes, por mais de 30 anos . Não temos indícios desse mesmo fenômeno, para os dois períodos, em outras cidades do interior paulista. De qualquer forma, os estudos revelam que a entrada desse grupo na política, quando aconteceu, deu-se já no final da República Velha.

Esses dados indicam que a ascensão de novos setores sociais na política apresenta dinâmica própria em cada região ou município. Tentaremos compreender esse processo em Rio Claro.

FAUSTO aponta também que, na década de 1920, o grupo imigrante esteve presente na controvérsia partidária (PRP e PD). Contudo, ainda não há pesquisas sobre cada situação específica. A preocupação do autor é apontar o fato de que a aproximação desse grupo a cada partido "se liga à especificidade de situações locais, mostrando como os 'grandes temas' podem ter menos força dos que as rivalidades nascidas no corpo-a-corpo de todos os dias" (1991:46).

Não é o caso de levarmos a cabo um estudo dos dois partidos no período. Indicamos, no capítulo I, algumas linhas relativas ao tema.⁹¹ Retomaremos as mais relevantes para nossa reflexão.

O Partido Democrático, através de seu jornal, o *Diário Nacional*, praticava denúncias e ataques xenófobos contra os estrangeiros, veiculando, sob o ponto de vista de FAUSTO (1991:46),

"uma visão da sociedade paulista tradicional, ligada ou não aos interesses agrários, ressentida com o êxito sócio-econômico dos imigrantes que, entre

⁹¹ Sobre o PD, ver PRADO (1986), LOVE (1982) e FAUSTO (1970,1975).

outras coisas, significou a perda de posições e a alteração dos valores dominantes na sociedade".

Entretanto, conclui o autor, os ataques não chegaram a impedir a aproximação entre o PD e os imigrantes, no interior do estado de São Paulo.⁹²

O PRP, por sua vez, apresentou uma postura menos xenófoba e procurava atrair imigrantes, pelo menos eleitoralmente.⁹³

Entendemos ser importante, no caso de Rio Claro, compreender como se deu a participação do imigrante na formação e vida do município. A situação mais favorável dos imigrantes em Rio Claro, a nosso ver, deveu-se à sua história no município, com sua integração local acontecendo desde cedo, não sofrendo, de forma clara, discriminação ou preconceito étnico.⁹⁴ Vimos que, no município, o desenvolvimento do complexo urbano esteve estreitamente vinculado à economia rural, com o estabelecimento de atividades ligadas ao transporte, beneficiamento e financiamento do café, ao mesmo tempo em que o meio rural vinha perdendo a atração para a mão-de-obra, pois o café sofria suas primeiras crises e as possibilidades de se adquirir pequenas propriedades eram limitadas. O núcleo urbano, portanto, passou a se constituir como o polo de atração, particularmente para o imigrante, que aí se estabeleceram, como comerciantes ou industriais.

⁹² Ver CAPÍTULO I.

⁹³ O significado do voto do estrangeiro durante a Primeira República é outro tema não suficientemente esclarecido em nossa literatura. *"Se o expediente fosse apenas fraudatório, para que se utilizar estrangeiros, quando havia também os mortos, os eleitores fantasmas ou o recurso à pura e simples falsificação? É viável supor que o voto ilegal do estrangeiro correspondia também a uma forma de legitimação junto a setores sociais não desprezíveis da população e a uma pressão destes, possivelmente no sentido de utilizar o voto como moeda de troca. Da mesma forma, para que publicar apelos em língua estrangeira concitando a votar na candidato oficial - caso de Júlio Prestes na eleição presidencial de 1930 -, incorrendo na crítica oposicionista, se não existissem motivos mais amplos...?"* (FAUSTO, 1991:45).

⁹⁴ Somente na década de 1930 desencadeou-se um caso de embate político nesse sentido, entre Humberto Cartolano e Arthur Bilac. Este era, na época, Vereador e Presidente da Câmara. Cartolano, para destituí-lo dessa liderança, acusou-o de ser italiano, o que o impediria de ocupar cargo político. O caso foi à Justiça, tendo Arthur Bilac ganho a causa.

A contribuição do imigrante no campo da educação local foi precoce. Já em 1873, fundou-se a escola protestante - Colégio Americano - por um português; em 1883, teve início a Escola Alemã, futuro Ginásio Koelle e, a partir de 1893, abriram-se outros grupos e escolas isoladas, com a presença de muitos professores alemães. Na década de 1920, outra escola de projeção foi fundada por Arthur Bilac, de família italiana, que, posteriormente, seria Vereador e Presidente da Câmara. No campo religioso, a presença desse grupo foi também significativa, destacando-se a figura do Padre Botti, vindo da Itália em 1891, que consolidou ainda mais a integração do estrangeiro na cidade.⁹⁵

Por sua vez, os movimentos socialistas e anarquistas, a exemplo do resto do estado, cresciam em Rio Claro. Em 1902 apareciam as primeiras referências ao Círculo Socialista Internacional 1o. de Maio, agremiação operária que antecedeu, no local, à fundação da Liga Operária.

Em Rio Claro, entendemos, os imigrantes surgiam como grupos a serem considerados como, pelo menos, parceiros ou colaboradores pela oligarquia local, pois aqueles tomavam, cada vez mais, vulto nos movimentos de trabalhadores, desempenhando um papel de liderança nesses movimentos e tendo, inclusive, conseguido envolver um representante consular favoravelmente em uma greve - em 1902 - realizada por colonos na Fazenda Morro Grande, próxima da cidade, para onde se dirigiram o delegado de polícia, o auxiliar e o Representante Consular da Itália), como também pelos locais

⁹⁵ Cônego Botti foi constantemente celebrado pela história rioclareense. Como exemplo, ver o destaque para sua figura em FERRAZ (1922:88). Uma integrante de sua família casou-se com Humberto Cartolano, como veremos, figura política de destaque, e prefeito de Rio Claro em 1936.

onde se realizavam as reuniões do Partido Socialista: salão do senhor Martinho Hummell e Hotel Eschevarria (DAVIDS, 1968:50). Já neste período, portanto, o comportamento político dos coronéis exigia modificações face às novas expectativas sociais em emergência, na medida em que o núcleo urbano assumia proporções cada vez mais independentes da propriedade cafeeira.

A importância dos novos setores urbanos no processo político da cidade poder ser avaliada pelo peso e papel do operariado urbano. Em Rio Claro, as greves dos ferroviários ilustram esta questão. Em 1901 houve a primeira greve de que se tem notícia na cidade. Realizada poucos meses antes da eleição, a ação tinha objetivos salariais. Entretanto, ultrapassou estes limites, tornando-se um caso político, dado que os chefes da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, responsáveis pela repressão policial, eram ligados ao Coronel Joaquim Salles.

A situação apoiou a intervenção do governo estadual contra os grevistas, publicando, inclusive, na imprensa local, que "A Comissão Central do PR envia manifestações de solidariedade aos governos do Estado e da União" pelas providências tomadas no episódio ("Solidariedade Política", *O ALPHA*, 10/10/1901).⁹⁶

⁹⁶ Não encontramos notícia, na imprensa, sobre a posição tomada pela oposição. Isso não autoriza considerar que a oposição não tenha se manifestado, pois os exemplares dos jornais da época, ainda existentes, são raros. O *ALPHA*, embora situacionista, tinha em seu corpo editorialistas críticos, sob pseudônimos, como Zé da Rua, Barba Azul. Um exemplo dessas críticas sobre o tratamento dispensado aos grevistas é o texto "Alfinetadas", atribuído a Zé do Alfinete: "Porque motivo, qual o direito, com que provas intitula-se anarquista a um pobre operário e aponta-se como tal? Porventura um anarquista sujeita-se a carregar sacas de café das 6 da manhã às 9 1/2 da noite? O rancor contra um indivíduo não pode chegar a tanto e a auctoridade policial parece-nos, foi creada para distribuir justiça e não para servir de aviltante instrumento de quem quer que seja" (19/09/1901).

Em 1906, os movimentos grevistas afloraram com maior intensidade, reelaborando, decisivamente, novos pactos e rumos à elaboração de uma política conciliatória e personalista.

Como escreve IANNI (1963:116),

"a burguesia agrário-comercial tradicional (...) não estava em condições de agir de conformidade com as exigências da situação. Como uma classe se encontra vinculada a uma outra estrutura econômico-social (...), ela não estava em condições de desenvolver um comportamento político, em face do operariado, segundo os requisitos internos, de um sistema capitalista (... e mesmo) não detendo em suas mãos os meios administrativos e políticos destinados a objetivar os alvos das reivindicações operárias",

tenta a conciliação, apoiando e até apadrinhando os movimentos operários e mantém o prestígio e a base eleitoral.

Assim, ao analisar Rio Claro, DAVIDS (1968:58) entende que, ao eclodir a greve de 1906 entre os ferroviários, o coronelismo redefinido às condições urbanas de seu eleitorado principal, pretendeu dominar os movimentos que são inteiramente antagônicos à estrutura que representa.

O PRH adotou posturas de choque contra o perrepsismo situacionista. Na greve dos ferroviários de 1906, o grupo *jacobino*, liderado pelo Cel. Marcello Schmidt, emprestou seu apoio aos grevistas e procurou atravessar as medidas conciliadoras do governo estadual, posto, inclusive, que Joaquim Salles, adversário, continuava como deputado estadual.

"O advogado Dr. Joaquim Teixeira das Neves, pertencente ao diretório jacobino e vinculado à Câmara Municipal, e também causídico dos grevistas... era um dos oradores nas reuniões realizadas na Liga Operária de Rio Claro (...). O

Jornal de Rio Claro, de tendência jacobina, tecia diariamente comentários favoráveis aos grevistas (...) Os jacobinos preponderavam na âmbito municipal e os jagunços no estadual. Era óbvio que o primeiro grupo visse com muita simpatia o movimento grevista e tudo fizesse para atrapalhar as medidas conciliadoras emanadas do governo estadual (...) O jornal RIO CLARO, de tendência jacobina, tecia diariamente comentários favoráveis aos grevistas (...) O Cel. Marcello Schmidt, que no início do movimento grevista se achava em sua fazenda no bairro da Assistência, correu logo para a cidade a dar apoio aos operários da Paulista" (PEREIRA,1985:14)

Essa atitude pode ser explicada como estratégica para a consolidação da liderança de Schmidt, se levarmos em conta a extensão do movimento no nível do Estado. Este obteve ampla solidariedade da população, que combateu, inclusive, a ação da polícia, negando-lhe alimento e hospedagem.

Como já concluiu DAVIDS (1968:58),

"as greves operárias tornaram-se, portanto, objeto de luta entre os coronéis. PRH e PRP (...) enfrentam-se através dos operários, utilizando-se desde a conciliação até a força, como técnica de manutenção do poder".

Vale lembrar, novamente, que o Cel. Schmidt era oposição ao PRP estadual, mas era prefeito, enquanto o Cel. Salles era situação estadual.

Apesar da extensão dos documentos sobre a greve de 1906, na Cia. Paulista de Estradas de Ferro, é importante mostrá-los, para que se compreenda a forma assumida pelo embate entre os dois Partidos Republicanos locais.

A 20 de Maio, a Liga distribuiu o seguinte comunicado, decretando a greve:

"Liga Operária aos Operários e ao Povo de Rio Claro.

Companheiros:

Mais uma notícia de vitória acabamos de receber que deve encher de júbilo os nossos corações. Está plenamente confirmada a greve geral na Cia. Mogiana e sabemos que os operários das Cias. Ramal Ferreo Campineiro e Ramal Funilense também se declaram em greve, como prova de solidariedade com os empregados da Cia. Paulista na justa causa que defendem.

Companheiros.

Coragem e Solidariedade.

A Vitória será infalivelmente nossa - Hoje as 7 e meia hora da noite haverá reunião pública no Teatro Phenix.

Rio Claro, 20 de maio de 1906

A Liga Operária de Rio Claro" (apud KRETTLIS, 1906).

Imediatamente, o grupo sallista utilizou o movimento para atacar o Partido Histórico e criar divisões internas no movimento. Como muitos integrantes do PRP eram acionistas da Companhia, a postura frente à greve constituiu-se, ao mesmo tempo, como forma de provocar o término da greve. O PRP, no dia seguinte distribuiu o seguinte impresso:

"À classe Operária

Companheiros.

Eis-nos chegados ao termo da nossa luta.

À intervenção nefasta da política jacobina, só devemos o fracasso da causa sacrossanta que defendemos. Foram os discursos insultuosos ao govêrno do Estado, proferidos pelo academico Sr. Antonio Covello, que não se cansava de exaltar os nossos companheiros aconselhando criminosamente o emprêgo de dinamites contra a Cia. Paulista, e os discursos anarchisadores do Sr. Libero Braga(fiscal do govêrno), Dr. José Ignácio de Figueiredo(juiz de paz), Tenente Soares e a má fé do nosso advogado Dr. Joaquim Teixeira das Neves Jr. (que nos vendeu covardemente) os únicos motivos que determinaram, aqui, a enérgica intervenção da polícia e consequentemente a perda irremediável da nossa causa.

Companheiros.

O nosso advogado Dr. Teixeira Júnior não ignorava pelas conferências secretas e contínuas que tinha com a polícia que os nossos companheiros Sorelli, Castro, Peres e Fortunato deveriam serm (sic) presos na reunião do Theatro na noite do dia 22, S.S. não ignorava, também, que elles seguiriam immediatamente presos para São Paulo, e no entanto simulando surprehendido com a prisão dos nossos companheiros - foi requerer uma ordem de habeas corpus, quando tinha a plena certeza que elles já estavam em caminho de São Paulo.

Companheiros.

O advogado da Liga Operária de Rio Claro - Dr. Teixeira Jr. - enganou-nos vilmente. Aonde estão os valliosos offerecimentos do Sr. Cel. Marcello Schmidt, o Chefe Jacobino e Presidente da Câmara?

O povo nos abandonou, porque vê que estamos sendo joguetes de exploração política nas mãos d'esses miseraveis Jacobinos que hoje também nos abandonam as perseguições da polícia.

Abaixo, pois os vendilhões do nosso Direito.

Abaixo os Judas do Partido Jacobino, que só pretendem explorar a nossa classe.

Companheiros.

O pacto de solidariedade que existia entre nós para defesa commum de nossos Direitos, acha-se quebrado pela intervenção dos elementos extranhos e nefastos que acima vos relatamos e, que só nos queriam explorar - resta-nos, pois o dever de aconselhar a todos, - que desprezemos esses vís exploradores, e, que, sem quebra da nossa dignidade, voltemos de novo ao trabalho certos de que, muito brevemente, o eminente conselheiro Dr. Antonio Prado nos fará justiça do seu motivo próprio.

Abaixo os exploradores da Liga Operária.

Os operários conscientes" (apud DAVIDS,1968:59-60).

As prisões ocorreram realmente. O sallismo provocou a reação policial, ao mesmo tempo que tentava solapar a simpatia dos marcellistas, que haviam praticado a conciliação, com o apoio ao movimento, fornecendo-lhe advogado, participando da assembléia e consentindo sua realização. A Liga Operária, sentindo-se envolvida politicamente no evento, publicou outro comunicado para desfazer esse entrelaçamento:

"Companheiros.

A Cia. Paulista mudou de tática agora. Percebendo que com as violências praticadas pela polícia contra os nossos companheiros nada ella conseguia, resolveu então adotar o systema de que se serviu em Jundiahy espalhando boletins mentirosos e infames como infames são os que o escreveram.

Não deis credito a esses canalhas, a esses vendilhões que nos querem arrastar para o abysmo. Ninguém compareça ao trabalho enquanto não forem atendidas as nossas reclamações.

Seria uma vergonha para o proletariado do Rio Claro que se comparecesse ao serviço quando os nossos companheiros de Jundiahy, Campinas, Capital Rio e outros e de outros operários continuam firmes e solidários conosco.

A Liga Operária de Rio Claro não se envolve em politica. Ella quer simplesmente as reivindicações dos direitos dos operários conspurcados pelos potentados da Companhia Paulista.

Os operários que forem ao trabalho serão considerados Judas da classe e seus nomes apontados ao desprezo publico.

A nossa lucta deve continuar. Esperamos movimentos de solidariedade no Rio e em diversas Companhias Ferroviárias.

O apoio que temos é de toda a população de Rio Claro que admira a nossa calma e perseverança.

O sr. Dr. Joaquim Teixeira das Neves que desinteressadamente se collocou ao lado dos operarios para a defesa dos seus direitos, continua a merecer inteira confiança da Liga Operária.

Calma e a postos, sempre firmes e despresemos os boletins desses bandidos que assignaram - Operários Conscientes.

Daremos noticias do que houver aos nossos companheiros.

A Liga Operária de Rio Claro."

O final do incidente foi descrito por DIAS (1962:251):

"A 31 de maio de 1906, na cidade de Rio Claro, maltas de agentes, acompanhados de soldados

armados, invadem os lares dos ferroviários em greve, esbordoando mulheres e crianças e prendendo os homens, que são depois espancados nos xadrezes e enviados sob escolta as oficinas e depósitos da Cia. Paulista obrigados a trabalhar. A Liga Operária de Rio Claro tem sua sede invadida e fechada pela polícia, sendo seus móveis e biblioteca removidos para São Paulo".

As campanhas eleitorais, por sua vez, também assumiam caráter personalista, apontando cada partido republicano para as qualidades de seus líderes e com ataques à oposição, desqualificando os adversários. A campanha situacionista tinha o seguinte tom:

"A quem devemos os melhoramentos importantes (...) Devemol-os , não trepidareis em responder, ao partido republicano governista, porque a alma bôa e verdadeiramente patriótica d'esse partido é o seu distincto e prestigioso chefe coronel Joaquim de Salles! (...) o nome venerado do seu illustre chefe é a sua gloriosa bandeira! Não haverá conluio possível que lhes resistam, portanto! Quaes seriam os chefes do partido jacobino naquelle tempo? Por acaso não é essa mesma gente de hoje? Teriam elles por acaso mudado tanto o modo de proceder?" (DIÁRIO DO RIO CLARO, 15/12/1901, republicado em O Figaro, 20/04/1922).

O *ALPHA*, jornal do PRP, diariamente estampava em coluna denominada "O Município", matérias como as abaixo:

"Joaquim de Salles, republicano impolluto, carater illibado doptado de mascula força de vontade e de innegavel patriotismo, saberá conduzir a náu governamental do municipio fazendo-a deslisar suave e serenamente por sobre as ondas encapelladas do despeito do odio e da vingança" (18/11/1901).

"O inimigo é traiçoeiro e deveis precavervos das suas aleivosias; deveis ter toda a cautella com as suas artimanhas e receber cedulaas tão somente daquelles designados a fornecel-as pelo patriótico directorio governista" (15/12/1901).

"De que se compõe o insignificante reducto jacobino desta cidade, cabe toda a gente que não é dos homens de trabalho e nem daquelles que só se occupam com a sua vida, e sim de um pequeno grupo de especuladores, que, saudosos do tempo das vaccas gordas, movem, hoje, devido à crise que atosmente os assoberba, guerra de morte a tudo quanto faz sombra aos seus mais patrioticos designios".

Após fazer recomendações para a eleição, termina: "Avante! paladinos da Santa Cruzada!". (28/11/1901)

Já no início do século, o eleitorado apresentava-se com significativa representação urbana, intensificando seu peso quantitativo, junto às novas reivindicações que se introduziam nas esferas políticas e sociais, conforme demonstra a tabela a seguir sobre os eleitores em Rio Claro entre os anos 1895 e 1898.

TABELA 3

ALISTAMENTO GERAL DE ELEITORES DA PRIMEIRA SEÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO CLARO

(07/05/95 A 20/05/98)

Número de Eleitores	Profissões									
	Negociantes	Agricultores	Industriais	Artistas(1)	Empregados públicos	Operários	Profissionais Liberais	Profissões Urbanas(2)	Outras	
2.199	408	343	23	77	74	7	64	411	792	

Fonte: Arquivo particular

(1) O Alistamento não especifica a categoria "artistas".

(2) Somamos, em seu conjunto, essa categoria. Incluímos nela os eleitores com profissões com pedreiros, marceneiros, carpinteiros, ferreiros, mecânicos, sapateiros, barbeiros etc.

O PRH, liderado por Marcello Schmidt, subiu ao poder, com o apoio de novos setores emergentes urbanos, que utilizaram o partido como oposição aos setores mais conservadores do PRP. A fórmula conciliatória, anteriormente dominante, desfaz-se.

"A partir de então, a política municipal tenderá , cada vez, mais, a assumir um tom urbano, mais que rural. Nos anos que se seguem, lutam os *sallistas* infaustamente para recobrar o poder, todavia, o centro urbano tomava-se cada vez mais o polo de atração da economia local e, conseqüentemente, o urbano era dominante" (DAVIDS: 1968: 52).

A imprensa local passou a ter um papel importante na formação da opinião pública e os candidatos voltavam suas campanhas para o eleitor. Essas campanhas mostram as diferenças de estratégia dos *sallistas* e dos históricos.

Nas eleições de 1904 e nas seguintes, os *sallistas* destacavam a ascendência bandeirante de seus candidatos, como os "honrados paulistas", com Joaquim Sales encarnando o "homem bom" e justo.

Já os *históricos* desenvolveram uma campanha mais popular, ironizando, criticando e desmascarando o opositor, a exemplo deste epitáfio:

"Joaquim Salles: Aqui jaz quem foi feitor
De escravos e do 'pujante'
Sem saber ler (oh! que horror)
Foi deputado constante
canos (...) cobras (...) aos milhares
Do povo engoliu - que guellas
(...) mas apesar de ser Salles
o Marcello poz-lhe sellas (...)" (apud DAVIDS, 1968:53).

Há que se observar que essas disputas, entretanto, se dão sempre dentro do mesmo universo, qual seja, o da oligarquia.

Como visto anteriormente, a oligarquia rural tradicional em Rio Claro, com a liderança da família Salles, saiu desprestigiada, a partir de 1904, seja por questões políticas como pessoais.⁹⁷ O novo chefe político que dominará a cena pertencera a uma família imigrante de classe média vinda do Rio de Janeiro que, entretanto, alia-se aos interesses da oligarquia, através dos laços de casamento, sendo celebrado pela história local como o *Coronel Schmidt*.

No que tange ao coronelismo "de cidade", nota-se o ajuste e inovação das técnicas de liderança política, a familiaridade entre chefe político e eleitor até a propaganda de cunho popular. As campanhas com teor de

⁹⁷ Diogo Salles, irmão do Presidente do Brasil e chefe político de Analândia, distrito desmembrado de Rio Claro, foi assassinado a 3 de outubro de 1900, em circunstâncias obscuras. O crime teve como motivo o envolvimento de seu filho Eugênio com as filhas de um colono de sua fazenda. Este fato abalou a credibilidade da família, que já vinha perdendo espaço para o grupo de Marcello Schmidt. Por ser um episódio de destaque na região, reproduziremos, apesar da extensão da nota, informações mais completas do assassinato. *"O incidente mais surpreendente e escandaloso do Oeste Paulista ocorreu em Analândia, a 3 de outubro de 1900. Diogo Salles, chefe político do distrito desmembrado e irmão do presidente do Brasil, foi morto numa discussão com um dos colonos na sua fazenda Nova América. O assassino foi Angelo Lungeretti, de 22 anos, que ainda vivia com os pais. A família estava na fazenda havia três anos. Diogo parece ter sido vítima mais pelo próprio filho do que pelo do colono. Raul Salles dera uma pistola a Angelo, ou porque vira nele um capanga potencial ou simplesmente para agradá-lo. Ele sentia atração por uma, duas ou talvez todas as três irmãs de Angelo, de 15, 17 e 19 anos. Tentara seduzir a mais jovem, Isabel, que o repelira; acompanhado por um capanga, tentara impressioná-la uma noite, sem conseguí-lo. Angelo procurou transferir a família para outro fazendeiro. Quando Raul o soube, convenceu o fazendeiro a não receber a família e fez com que prendessem Angelo. Os outros colonos, conhecendo parte dos motivos de Raul, entraram em greve, e Raul teve que fazer com que o delegado de polícia desse a desculpa de que Angelo fora preso por embriaguez. Raul, então, aparentemente decidiu que o melhor era despedir a família, a fim de esconder seus pecadilhos. Angelo, finalmente posto em liberdade, forneceu-lhe um pretexto. Ele também estava vivendo um drama, pois desejava casar com a filha de outro colono, contra a vontade do pai da moça. Em 3 de outubro as duas famílias começaram a discutir, o que foi ouvido por outros trabalhadores. Raul avisou os Lungeretti de que eles constituíam uma fonte de discórdia na fazenda, e que deviam sair imediatamente. Foi então chamar o pai, que provavelmente nada sabia do que se passava, pois morava em Rio Claro e tinha chegado à fazenda naquela manhã. Angelo já estava armado, pois tinha pensado em usar a arma contra o pai de sua pretendida. Quando o velho Lungeretti se recusou a abandonar a fazenda, o centro de seu ressentimento deslocou-se. A família inteira foi para o cafezal colher café, a fim de mostrar ostensivamente aos Salles que não tinham intenção de sair. Diogo e o filho apareceram, e Diogo repetiu a ordem de que se fossem. Francisco, pai de Angelo, insistiu no direito de permanecer até o fim do ano, ou pelo menos, de receber imediatamente o que lhes era devido, e que alcançava 2000 réis. Diogo recusou e agarrou Francisco, sacudindo-o tanto que ele caiu ao chão. Apareceu a arma de Angelo, e Diogo recebeu um tiro em pleno peito. Raul fugiu, e também Angelo, para não ser preso em flagrante".* (DEAN, 1977:173-174).

"bandeirante" (Salles) e popular (Schmidt) - a confiança. Várias formas desse ajuste apareceram, entre elas, a declaração de voto, como as abaixo:

Declaração de voto:

"Declaro que de hoje em diante abandono completamente o partido chefiado pelo Sr. Ce. Joaquim Salles, porque estou cansado de ouvir promessas que nunca são cumpridas. Votarei sempre nos cadidatos do Partido chefiado pelo Coronel Marcello Schmidt chefe estimado e que sabe reconhecer em todos os tempos o valor de seus companheiros.

O Sr. Salles é um moço que promete muito, mas não cumpre o que promete. Os taes empregos encantados que fiquem para os araras que ainda elle consegue embrulhar.

Rio Claro, 31 de janeiro de 1913. a) José Mendes de Oliveira" (apud DAVIDS, 1968:53),

ou ainda,

"Os abaixo-assinados, eleitores que pertenceram ao partido dominante neste municipio declaram que d'ora em diante, passam a pertencer ao Partido Republicano Histórico, chefiado pelo prestigioso chefe Tenente Coronel Marcello Schmidt.

Se assim procedem os abaixo-assinados, é por que entendem que este partido é o unico capaz de salvar o municipio da bancarrota e trazer a felicidade deste povo oprimido pelos excessivos impostos que pagam, sem resultado para o mesmo municipio.

Rio Claro, 28 de julho de 1904.

Domingos da Costa Junior, Sebastião Costa, Francisco B. da Costa. Joaquim Leite Penteado, Francisco Modesto" (*ALPHA*, 29/07/1904).

As mudanças de partido também obedeciam a motivações personalistas e de amizade:

"Declaração Política:

Os abaixo assignados declaram que de hoje em diante, passam a pertencer a partido oposicionista local, do qual é um dos chefes, o nosso amigo Sr. Major João Antonio do Valle, com quem somos inteiramente solidários.

Rio Claro, 7 de agosto de 1904 - João José de Campos - Manoel Correa do Valle" (*O ALPHA*).

Queremos concluir que observou-se, em Rio Claro, no período, um esquema de dominação política fundado em uma articulação entre os coronéis e os novos atores políticos - e de forma destacada, os imigrantes, como veremos a seguir.

CAPÍTULO IV

A REPRODUÇÃO DA EXCLUSÃO

O PROCESSO DE ASCENSÃO DE NOVAS CATEGORIAS SOCIAIS

Discutimos, ao longo do Capítulo II, a hegemonia política e social da burguesia cafeeira durante as três primeiras décadas deste século. Apoiamo-nos, entre outros autores,¹ em FAUSTO (1987) para afirmar que, até os anos 1920, não chegou a se formar, no seio da classe dominante, um grupo que se colocasse como alternativa de oposição efetiva aos seus interesses.

Recolocando a questão de uma forma sintética, a década de 20 foi palco de acontecimentos cruciais que abalaram a cena política nacional, provocando cisões, dissidências e realinhamentos no seio das elites, traduzidas na fundação de partidos opositores, em insurreições que contestavam a legitimidade do regime e por movimentos de trabalhadores. Concomitantemente, a industrialização e a urbanização em curso no país engendraram consequências políticas importantes, possibilitando a inserção

¹ WEFFORT (1980), SILVA (1976).

de novos atores no processo político, alterando as relações de dominação nas cidades, demandando redefinições frente às manifestações políticas das massas urbanas.

Desta forma, a oligarquia passou a sofrer um processo de perda e realinhamento do poder já antes de 1930, possibilitando a abertura de espaços políticos para novas categorias sociais. Nessa dinâmica, os grupos de maior projeção foram fundamentalmente os de origem burguesa e imigrante.

Nas cidades do complexo cafeeiro paulista,¹ parece ter havido uma ascensão significativa de imigrantes no cargo de Vereador. Se, até 1930 o padrão de ocupação deste cargo fundava-se quase exclusivamente à pertinência dos membros da elite política a famílias tradicionais da cidade ou região, no período de 1930 a 1964, este quadro sofreu modificações relevantes, com a presença de imigrantes ou seus descendentes.² Estes vieram a constituir uma parcela significativa ocupante de cargos, alcançando o número representado pela primeira situação. Entre os Prefeitos, num total de 129, 20 pertenciam a famílias nacionais tradicionais da região e 18 eram originários de famílias imigrantes, conforme a tabela a seguir. Entretanto, o quadro pode ser modificado, se considerarmos que o número de informações *desconhecidas* é relevante para algumas cidades.

¹ Os dados utilizados para a região são referentes à pesquisa, já citada, realizada sob a coordenação de José Albertino RODRIGUES, *Estrutura de Classes e Poder Político Local nas Cidades Médias Paulistas*, conforme relatório de KERBAUY, M. T.M (1989). Os resultados apresentados dizem respeito às cidades de Araraquara, Catanduva, Jaboticabal, Jaú, Piracicaba, Rio Claro e São Carlos, no período compreendido entre 1930 e 1964.

² Não podemos, entretanto, como já dissemos, estabelecer generalizações, em cada cidade, o processo de ascensão das novas categorias aos cargos políticos não se deu de forma homogênea.

TABELA 4 ORIGEM DOS PREFEITOS DAS CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR PAULISTA (1930-1964)						
Cidades	Famílias Tradicionais Cidade/ Região	Origem Famílias Imigrantes	Famílias Imigrantes Nacional	Misto	Desconhe- Cido	Total
Araraquara	02	-	-	15	01	18
Catanduva	-	05	-	-	04	09
Jaboticabal	02	04	-	10	06	22
Jaú	01	03	03	13	01	21
Piracicaba	-	01	01	03	12	17
Rio Claro	06	-	-	12	01	20
São Carlos	09	-	01	10	02	22
Total	20	13	05	63	27	129

TABELA 5 ORIGEM DOS VEREADORES DAS CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR PAULISTA (1930- 1964)						
Cidades	Famílias Tradicionais Cidade/ Região	Origem Famílias Imigrantes	Famílias Imigrantes/ Nacional	Misto	Desconhe- Cido	Total
Araraquara	08	24	08	07	15	62
Catanduva	01	07	02	01	30	41
Jaboticabal	07	14	03	09	28	61
Jaú	21	14	09	17	09	67
Piracicaba	04	20	06	06	41	77
Rio Claro	07	20	05	24	14	70
São Carlos	10	08	04	30	11	63
Total	58	107	37	94	148	441

Fonte: KERBAUY (1989)

No tocante à ocupação dos cargos políticos pré-1930, utilizaremos, comparativamente, informes de estudos sobre Araraquara e São Carlos. MICHETTI (1968:63) observa, em Araraquara , o revezamento de famílias no poder com o advento da República.

"O fazendeiro de café continua sendo a elite dominante, mas, no cenário municipal, é a vez dos republicanos históricos. Famílias de grande projeção no Império continuam a atuar na política de Araraquara após a República, mas em plano secundário. Ascendem agora membros das famílias Carvalho, Pinto Ferraz, Xavier de Mendonça, ligadas entre si por laços de parentesco".

Através do Quadro 6 a autora mostra a predominância de famílias na política local. Este quadro revela ainda, a presença de famílias tradicionais, proprietárias rurais, ao lado de imigrantes ou de seus descendentes.

A pesquisa de MICHETTI sobre Araraquara não aponta para a questão do imigrante. Os dados do trabalho de Rodrigues indicam, numa primeira leitura, para o período posterior a 30, ter havido uma significativa ascensão desse grupo no cargo de Vereador. Chamamos a atenção para as enormes possibilidades de futuras investigações sobre o tema.

QUADRO 6		
A REPÚBLICA E O PREDOMÍNIO DE NOVAS FAMÍLIAS - ARARAQUARA		
Anos	Membros da Câmara Municipal	Cargos
1889	José Pinto Ferraz	Presidente da Câmara
	Luiz Pinto Ferraz	Vereador
1890	Rogério Pinto Ferraz	Vereador
	Dário Alves de Carvalho	Vereador
	José Xavier de Mendonça	Vereador
1891	Rogério Pinto Ferraz	Vereador
	Joaquim Duarte Pinto Ferraz	Vereador
	Dario A. de Carvalho	Vereador
1892/94	Rogério Pinto Ferraz	Vereador
	Antonio Joaquim de Carvalho Jr.	Vereador
	Joaquim Duarte Pinto Ferraz	Vereador
1894/96	Joaquim Duarte Pinto Ferraz	Presidente da Câmara
	Teodoro Ferreira de Carvalho	Vereador
	Germano Xavier de Mendonça	Vereador
1896	Joaquim Duarte Pinto Ferraz	Intendente
1897	Germano Xavier de Mendonça	Vereador
1905/07	Liduvino Xavier de Mendonça	Vereador
1908/10	Dario Alves de Carvalho	Vereador
	Lothario E. de Carvalho	Vereador
1911/16	Dario Alves de Carvalho	Prefeito
	Lothario E. de Carvalho	Vereador
1917/30	Plinio de Carvalho	Prefeito

QUADRO 7		
A REPÚBLICA E O PREDOMÍNIO DAS NOVAS FAMÍLIAS		
- RIO CLARO (1889-1930)		
Anos	Membros da Câmara Municipal	Cargos
1889/91	Dr. José Ferraz de Assis Negreiros	Presidente
	Francisco de Assis Sales	Vereador
	Felício Antonio Caetano	Vereador
	Dr. Jorge Black Scorrar	Vice-Presidente
1892/95	Dr. Jorge Black Scorrar (1)	Presidente
	Marcello Schmidt	Vice-Presidente
	José Jachynto de Moraes	Intendente
	Luiz Frederico Barthmann	Vereador
	Raphael Minervino	Vereador
1895/96	Conrado Huck (2)	Vereador
1896/98	Conrado Huck	Vereador
1899/01	Francisco da Santa Cruz Negreiros	Vereador
	José de Campos Negreiros	Vereador
	Marcello Schmidt	Vereador
	Dr. Joaquim Teixeira das Neves	Vereador
1902/04	Joaquim Augusto de Sales	Presidente
	João Antonio do Valle	Vice-Presidente
	Júlio Joly Netto	Vereador
	Marcello Schmidt	Vereador
1904/05	Frederico Eigenheer	Vereador
	Marcello Schmidt	Presidente
	Major José Jachynto de Moraes	Intendente
	Frederico Eigenheer	Vereador
	Raphael Minervino	Vereador
1908/10	Major José Jachynto de Moraes	Intendente
	Bruno Meyer	Vereador
	Raphael Minervino	Vereador
	Marcello Schmidt	Vereador
1911/13	Marcello Schmidt	Prefeito

	Agesilau Nociti	Vereador
1914/16	Agesilau Nociti	Vereador
	Jorge Hebling	Vereador
	Simão Hofling	Vereador
1917/19	Marcello Schmidt	Vice-Presidente
	Irineu Penteado	Vereador
	Simão Hofling	Vereador
	Agesilau Nociti	Vereador
1920/22	Irineu Penteado (3)	Vereador
	Agesilau Nociti	Vereador
	Simão Hofling	Vereador
1923/26	Irineu Penteado	Prefeito
	Simão Hofling	Vereador
	Agesilau Nociti	Vereador
1927/30	Solon do Rego Barros	Presidente
	Irineu Penteado	Prefeito
	Humberto Cartolano	Vereador
	Simão Hofling	Vereador
	Augusto Schmidt Filho	Vereador
	Benedito Pires Joly	Vereador

(1) Conselho de Intendência

(2) A partir de 1896, o poder Executivo destacou-se do Legislativo, por Lei Municipal que criou o cargo de Intendente Geral, responsável pelo poder executivo. O Legislativo, além dos Vereadores, compunha-se do chefe do Poder Legislativo, o Presidente da Câmara, eleito indiretamente pelos vereadores, a cada três anos. O Intendente Geral, escolhido também indiretamente pelos vereadores, tinha mandato de um ano. A partir de 1906 o intendente passou a se denominar Prefeito Municipal, com mandato de três anos.

(3) Assumiu o cargo de Prefeito em 1921.

Um quadro como o quadro no. 7 revela, para Rio Claro, a presença de famílias tradicionais, proprietárias rurais, ao lado de imigrantes ou de seus descendentes. Localmente, ao que tudo indica, a participação dos imigrantes, mesmo já no início do século, deveu-se à importância do comércio e da indústria incipiente nas mãos desse grupo, graças ao lugar de centro

regional que o município representou na época. A Tabela 6 mostra, já no início da República, a presença significativa de imigrantes nos postos políticos.⁴

TABELA 6							
ORIGEM DOS PREFEITOS E VEREADORES - RIO CLARO (1900-1930)							
	Família Tradicional da Cidade	Família Tradicional da Região	Família Imigrante	Região	Outra	Desconhecida	Total
Prefeito	-	7	2	-	-	2	11
Vereador	1	1	17	-	-	3	22

No município de São Carlos, diferentemente, a entrada de imigrantes na política, para o mesmo período, foi mais difícil. Como coloca TRUZZI (1986:115),

"a pretensão - por parte de qualquer elemento exterior aos círculos de poder definidos pelas elites - de alcançar algum posto político era taxada de impertinente. Referindo-se aos italianos, o almanaque de 1915 parabenizava a colônia pela sensatez de se manter fora destes círculos: 'ciosos da própria nacionalidade, não tentaram salvo raras exceções, galgar postos políticos, mas, com o máximo respeito pelas instituições nacionais, se agruparam em sociedade de beneficiência, de cultura, de propaganda patriótica'".

Vimos anteriormente que, fundamentando-se em CARDOSO (1972), TRUZZI analisa o caso dessa cidade, concluindo que os imigrantes

⁴ Os dados aqui apresentados referem-se aos imigrantes que tiveram uma presença continuada, individual ou familiarmente, no período. Outros imigrantes participaram da vereança, sem repetir o mandato. Consultar a Apresentação, para a metodologia.

apresentaram uma indisposição face à atividade política. Entre os empresários da cidade, escreve, verificou-se o que Cardoso entendeu sobre a postura empresarial de mais influenciarem nos políticos que na política.

Conclui TRUZZI, então:

"Entre os empresários imigrantes, esta aversão ao exercício claro da atividade política se justifica ainda por outros fatores. Até o final da República Velha, a aristocracia rural manteve-se forte o suficiente para excluir os imigrantes e seus descendentes, - mesmo aqueles privilegiados economicamente - do exercício da atividade política. É provável que este exclusivismo usufruído pela elite rural fosse alimentado por preconceitos étnicos" (1986:249).

O estudo citado ainda afirma que a Segunda Guerra Mundial reestimulou essa atitude contra os descendentes de imigrantes, particularmente os italianos e alemães. Somente em 1947, inclusive, membros da colônia italiana conseguiram ser eleitos como diretores de um clube social tradicionalmente da alta sociedade local. Também tardiamente, em 1952, um descendente dessa mesma colônia ocupou o cargo de prefeito. Estas circunstâncias teriam retardado a entrada dos elementos oriundos dessa camada social, que tiveram que suportar um certo desajuste entre a sua importância econômica e sua representação política. Exceção a esse modelo foi o caso de uma significativa figura política local, que ainda hoje é considerada *eminência parda* da política local.⁵

No tocante a Araraquara, MICHETTI observa que somente após 1947, com o reinício das eleições municipais diretas, é que têm acesso aos

⁵ No caso, Pereira Lopes, de descendência portuguesa.

cargos eletivos as mais variadas camadas da população. Dentre os Vereadores, até 1964, encontram-se ferroviários, comerciantes, contadores, médicos, funcionários público, dentistas, estudantes e alguns fazendeiros. Destaca-se a atuação cada vez maior do funcionário público, nessa função. Nas décadas de 1950 e 1960, os funcionários ocuparam um total de 24 cadeiras da Câmara Municipal. Por sua vez, o número de fazendeiros vai decrescendo, não havendo nenhum representante na Câmara Municipal nos anos 60. Conforme salienta a autora, não houve em Araraquara a fase do *farmacêutico político* ou do *médico político*, como ocorreu em outros lugares. Podemos adiantar que, em Rio Claro, esse fenômeno foi bastante claro entre 1920 e 1945.

Temos ressaltado a ascensão do imigrante aos cargos políticos em Rio Claro já no início da República. Este caso, não obstante, merece uma ressalva. Nota-se, pelos dados, que, no caso dos prefeitos, sua origem imigrante mesclava-se com a situação de fazendeiro, condição, a nosso ver, determinante da ocupação do cargo. Entre os vereadores a situação era mais aberta, pois os imigrantes eram, sua grande parte, ligados ao comércio e à indústria.

O coronel, frequentemente, aparecia ao imigrante como seu ponto de apoio, como demonstra a fala a seguir:

"Nós saímos de Jaboticabal, da fazenda do coronel (...) chegamos em Rio Claro que você nem pode imaginar: sujos, cansados, não falávamos uma palavra de português. Só meu pai que falava um pouco. Precisamos do trabalho, procuramos algum patrício (alemão) e o Coronel Marcello Schmidt que era político em Rio Claro, conseguiu emprego na Metalúrgica. Lá a gente trabalhava bastante, mas

dava p'rá viver. Foi um alívio, nós estávamos acostumados a uma vida boa na Alemanha, o que encontramos aqui, de comêço, Deus me livre" (apud DAVIDS, 1968:84, nota 74).

A entrada de outros grupos na esfera do poder, todavia, não afastou os chefes políticos tradicionais, pois a influência destes permaneceu viva, através da dominação indireta. A entrada dos novos elementos passava pela aquiescência dos antigos. Em Rio Claro isso se demonstrou pela entrada na política de dois membros que se destacariam por longo tempo na política local, ambos tendo recebido o patrocínio e a influência do coronel Schmidt.⁶

De acordo com JANOTTI, podemos afirmar, destarte, que

"à medida que se desenvolviam as funções urbanas do município, sua importância econômica, e, conseqüentemente, eleitoral, também crescia. O poder coronelístico passava, então, a ser exercido por pessoas que não detinham, necessariamente, a posse da terra. Embora muitos autores observem que os antigos chefes políticos perderam seu prestígio para advogados, jornalistas, médicos, delegados e prefeitos, as pesquisas históricas revelam que não houve uma simples substituição de dirigentes, antes define-se uma nova composição de forças, entremeada de novas situações econômicas. Os profissionais liberais, em geral, faziam parte da parentela ou da clientela do Coronel. Falando com desenvoltura, conhecendo os trâmites legais, quase sempre bem informados, traziam eles o Coronel para o presente e dele necessitavam, pois os votos lhes advinham dos compromissos passados. Exerciam, pois, sua autoridade, escorados pelos antigos donos da situação e só se rebelavam quando velhos compromissos, entravando acordos políticos, afetavam novos interesses econômicos" (1981:69).

⁶ Os vereadores e, posteriormente prefeitos, Benedito Pires Joly e Irineu Torres Penteado.

Em realidade, esse processo mostra, como coloca DEBRUN (1983:137), que

"O importante é alargar a base social do poder político, quando esta não pode mais ficar reduzida à própria elite, como (...) foi o caso a partir dos meados do século XIX. Multiplicam-se então 'os arredores'. Isso aparece claramente se você analisa as duas principais modalidades da cooptação. Na primeira, o cooptado foi vencido no campo de batalha um pouco antes (...) Na outra modalidade, temos uma integração antecipada - um setor é cooptado antes que sua capacidade de automobilização e organização tenha alcançado um grau ameaçador (...) Em todos os casos o cooptado é quem preenche a dupla condição de ser ou poder vir a ser um perigo para essa estrutura, e de ser, pelo menos em potencial, um aliado face aos mais dominados".

Como anteriormente apontado ⁷, configurou-se, também em Rio Claro, no período, um sistema de dominação política fundado em uma articulação de forças entre os coronéis e os novos atores políticos. Mostraremos, mais à frente, a exclusão da classe operária dos postos políticos. A cooptação dos elementos dessa extração social fica clara pelo depoimento de um ex-prefeito, ferroviário, que declarou ter sido convidado, pelo candidato a Prefeito, para o lugar de Vice-Prefeito como uma forma de arregimentar votos de trabalhadores.

Rio Claro foi, como vimos, um centro ferroviário importante, que agregou uma parcela significativa de operários - com uma história permeada de movimentos grevistas relevantes - e que se tornava uma população alvo para as práticas políticas. A cidade sempre se destacou pela importância da Cia. Paulista em seu desenvolvimento. Em 1945, a cidade apresentava, nesse

⁷ Ver capítulo II.

aspecto, um quadro industrial progressista, principalmente se temos em vista o papel desta Companhia, que conferia à cidade um caráter peculiar de cidade ferroviária, com um proletariado urbano numeroso. Segundo dados do Catálogo das Indústrias de 1945, havia apenas seis municípios, em todo o estado de São Paulo, além da capital, com uma população ocupada na indústria maior que a de Rio Claro.

Repetiremos, como já apontado anteriormente, que o coronelismo, por não apresentar condições de estabelecer um comportamento político face ao operariado, tenta a conciliação, seja através de sua orientação ou do apadrinhamento, mantendo o poder e sua base eleitoral (IANNI, 1963), o que não deixa de ser uma característica dos períodos posteriores.

Um líder sindical dos anos 50, eleito Vereador em 1963 e logo depois cassado pelo Movimento de 64, conta:

"Foi muito dura a primeira greve (dos ferroviários, em 1959).⁸ Agora, veio polícia aí com metralhadora, estavam aí em frente à estação, fuzil, cacete e aquele aparato todo. Inclusive, na primeira greve, nós tínhamos um prefeito que era ferroviário, aqui em Rio Claro. O homem se colocou contra nós. Mandou buscar o corpo de bombeiro em Piracicaba, diz ele para proteger a estação. Você imagine! Ele era ferroviário. Mas ele era encarregado do chefe nas oficinas. Nós trabalhamos, o elegemos prefeito, tudo. E na ocasião da primeira greve, ele fez isso. Ele era o prefeito. Em vez de aderir a nós, foi contra (...) A quarta greve foi de 3 de outubro a 5 de outubro de 1963. E, em todas elas eu tomei parte aí: nos três, eu era secretário geral do meu sindicato. Agora, no outro, eu já tinha abandonado, porque já estava desgostoso. É que eu tinha um companheiro de luta que nós pusemos ele como presidente do sindicato;

⁸ Houve quatro greves de ferroviários na época: 1959, 1960, 1961 e 1963.

posteriormente, nós o fizemos deputado federal e, hoje, a gente vê que ele não estava preparado para ser representante da classe. Ele queria ser tudo... Eu já não era mais diretor do sindicato. Tinha me desgostado com o presidente que eu tinha ajudado, que eu tinha colocado lá (...) E ele não cumpriu o que tinha prometido aos que o elegeram. Porque eu entendia que nós tínhamos que fortificar as categorias; tínhamos que disputar eleições, cargos de deputado estadual, deputado federal, vereadores para poder funcionar também na parte política. Para não depender só (...) Então, por elementos nossos nos pontos chaves, também. Então, o lançamos na ocasião como deputado federal e um outro colega como deputado estadual. Mas ele era um cara um tanto ciumento, fez com que tudo não desse certo. Então ele pleiteava só ele ser eleito. E, eleito deputado, não quis deixar o sindicato. Continuava. Ele era presidente do sindicato, ele era membro da federação, ele queria ser membro da CIPA (Comissão Internacional de Prevenção de Acidente), quer dizer, ele queria ser tudo: presidente do sindicato e deputado (...) (Na última greve esse elemento) já era deputado. O que eu soube é que ele quebrou o pacto (que estabelecia unidade entre os grevistas da região, fazendo Rio Claro voltar ao trabalho). Não tenha dúvida que ele nunca pertenceu a partido. Antes da Revolução, a Revolução que foi feita em primeiro de abril, a Revolução do Primeiro de Abril. A turma diz que é trinta e um de março, né? Mas não é. Foi a Revolução de Primeiro de Abril que enganou todo mundo, né? E ele era do PDT. Depois, ele passou para o PSD, partido do Ademar de Barros, que era governador. Ele sempre queria estar com o governo. E, depois da Revolução de Primeiro de Abril, ele passou para a Arena. Depois, ele saiu por cima, porque ele estava junto com a revolução e, posteriormente, ele desagradou lá o pessoal; cassaram ele também (...) nós o prestigiamos tanto e, no fim, o que ele construiu com as mãos, estragou com os pés" (Arquivo do Município de Rio Claro, 1987).

Em seu estudo sobre o município, DAVIDS (1968:56) destacou
que

"a elaboração de uma política de conciliação e personalista prendeu-se a dois fatores fundamentais: à gradativa preponderância econômica do centro urbano sobre o rural e à consequente ampliação do eleitorado urbano e, principalmente, do surgimento de um proletariado urbano cujos movimentos reivindicatórios se refletiam diretamente no balanço de forças nos centros de poder".

Diríamos mais. A decadência precoce da importância do café na economia de Rio Claro levou, como explicitado anteriormente, ao absenteísmo dos fazendeiros e à formação de uma classe média, composta em grande parte por imigrantes, que desde cedo, deveria ser integrada ao poder, antes que se tornasse uma força contrária. O círculo do poder, portanto, precisava ser afrouxado e alargado, através de políticas conciliatórias, de acordo com as forças em cena. Os fazendeiros vinham perdendo terreno, não conseguindo se manter forte o suficiente para excluir as novas camadas sociais ascendentes. Como já analisou DEAN (1977:182):

"Herdeira do município foi a classe média urbana, constituída de uns poucos antigos colonos mas, na maioria, de imigrantes que na Europa tinham vivido em cidades e tinham chegado com uma ocupação, um capital e relações familiares... Casaram-se com as filhas dos fazendeiros falidos, e depois casaram-se entre si. À medida que prosperavam e compravam lotes e casas na cidade, sítios suburbanos e, finalmente, as fazendas repartidas, ao mesmo tempo o poder econômico e político da capital do estado penetrava mais a fundo no município".

Impunha-se, pois, uma manobra de adaptação frente aos novos rumos, que foi devidamente desenvolvida pelo coronelismo em Rio Claro. Parece-nos ser esse, fundamentalmente, o papel exercido pelo Cel. Schmidt que, entre outras variáveis - provavelmente, por ser ele próprio filho de

imigrante - conseguiu realizar as composições com esse setor. Estas composições reforçaram por longo tempo o *status quo*. A estratégia não foi diferente com os setores populares, com a exclusão dos marginalizados e o controle dos grupos mais *radicais*, como demonstram os episódios das greves e a violência contra os trabalhadores rurais.⁹

As mais diversas composições de forças, portanto, apresentaram-se de formas distintas nos diferentes municípios, obedecendo a características locais, aliadas ao quadro nacional e regional, engendrando, em cada caso, diferentes formas conciliatórias.

A CONSTITUIÇÃO DO MERCADO DE POSTOS POLÍTICOS PÓS-1930

Cabe-nos, nesta altura, perguntar sobre a dinâmica da constituição de um novo quadro dos postos políticos que possibilitou o alargamento dos canais de inserção das novas categorias sociais.

RODRIGUES (1991) observa que a grande burguesia das capitais e a pequena burguesia das cidades médias souberam aproveitar o breve interregno constitucional da era Vargas (1934-1937). A grande rotatividade dos cargos de prefeitos municipais e a curta vigência de mandatos a vereadores no Legislativo Municipal (1936-37), por via do voto indireto, representaram a abertura de oportunidades políticas para estas categorias, que as utilizaram com amplos benefícios sociais, tanto a curto como a médio prazo.

⁹ Para um exame dos conflitos violentos na zona rural, consultar DEAN (1977:169 e segs.).

A rotatividade eleitoral era muito grande; não era mais possível a continuidade da influência política direta e pessoal. Era necessário adaptar-se ao sistema partidário, e como este não era mais bipolarizador como na Velha República e no início da década de 30, a multiplicação dos partidos abria caminhos para as dissidências e, conseqüentemente, para o aparecimento de novas lideranças, ao sabor da renovação do processo econômico e social nas cidades médias.

Como explicitado no capítulo II, na interpretação de MICELI, é necessário entender como se deu a constituição de um mercado central de postos públicos.

"Entre 1930 e 1945, o processo de centralização autoritária, bem como a redefinição dos canais de acesso e influência para expressão dos interesses econômicos regionais junto ao poder central, esteve ancorado na constituição de um aparato burocrático que prestou uma contribuição própria ao sistema então vigente de poder. Esse trabalho de 'construção institucional' determinou a abertura de ministérios ¹⁰ (...) A expansão colossal da máquina burocrática ocorreu tanto ao nível da administração direta como na esfera estratégica de novos espaços de negociação entre o estado-maior executivo e os diversos setores econômicos - Instituto do Café, do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho, do Sal, Conselho de Planejamento Econômico etc - entre o governo central e outros grupos de interesse. Tais espaços dispunham via de regra de atribuições fundamentalmente consultivas e operavam como frentes de legitimação para a crescente ingerência do Estado em domínios da realidade até então sob a tutela de outras frações da classe dominante. O circuito de aparelhos sobre que se alicerçou tal processo veio propiciar as condições necessárias à cristalização de uma nova categoria social, o pessoal burocrático civil e militar (...) O ingresso no serviço público permitiu aos herdeiros dos ramos empobrecidos da classe dirigente resgatar o declínio social a que se viam

¹⁰ Educação e Saúde Pública, Trabalho, Indústria e Comércio (ambos em 1930) e Aeronáutica (1941).

condenados, assumindo diferentes tarefas na divisão do trabalho de dominação. O funcionalismo público federal, civil e militar, recebeu um tratamento privilegiado que consistiu, basicamente, num conjunto articulado de direitos e prerrogativas (...) Tornando-se o alvo de benefícios significativos, o funcionalismo público acabou convertendo-se numa das bases sociais decisivas para a sustentação política do regime" (1979:133-134).

À medida que o mercado de postos políticos passou a ser centralizado - dado que o mando político passou a dispor de autoridade para fixar os níveis de rentabilidade dos títulos escolares - as oportunidades de emprego para as diversas categorias de profissionais diplomados poderiam ser restringidas ou ampliadas, possibilitando um campo maior de manobra ao governo no sentido de cooptar as diferentes categorias sociais. Por exemplo, a Lei do Reajustamento, de 28 de outubro de 1936, estabeleceu, entre outras medidas, as formas de acesso aos cargos e criou o Conselho Federal do Serviço Público Civil, que se converteu em instância de mediação pela qual o Estado exerceu sua intervenção no mercado de postos administrativos, científicos e culturais.

Outra característica desse período foi a ampliação das oportunidades educacionais às classes médias e à pequena burguesia. As classes trabalhadoras, que representavam um significativo estrato da população, ainda que em pequena escala, passaram a se beneficiar dos serviços públicos que, durante a Primeira República, atendiam quase que exclusivamente as classes mais privilegiadas.

Também na esfera municipal, a ampliação das atividades públicas, através da criação de agências de serviços municipais, abriu uma importante avenida de ascensão social para as classes médias profissionais.

Em Rio Claro, de 1930 a 1945, foram instaladas várias repartições desse gênero, capazes de abrigar significativa parcela daquelas classes.¹¹

A participação de profissionais liberais com sobrenomes estrangeiros é bastante ampla nessas atividades,¹² o que vem mais uma vez corroborar que o imigrante, através da capacitação profissional, encontrou colocações em postos-chaves da administração local, sendo esta uma das suas possibilidades de ascensão social.

Outros, na região, mesmo sem essa formação, tiveram sucesso no ramo da indústria, como atestam os Dedini em Piracicaba, os Lupo em Araraquara, os Tonai em Jaboticabal. Em Araraquara, a família Cruz destacou-se no ramo do transporte. Em São Carlos, há o exemplo da família Pereira Lopes, com seu chefe, médico de formação, tornando-se industrial e tendo, nesta condição sua base de sustentação como chefe político até a época atual. (RODRIGUES, 1991)

Em Rio Claro, neste período, por um lado, são consolidadas as lideranças de elementos que já haviam iniciado sua ascensão no final da década de 20, como Augusto Schmidt Filho, Humberto Cartolano e Benedito Pires Joly.

Por outro lado, verificou-se a ascensão de novos elementos, descendentes de famílias de imigrantes, já com expressão política na cidade,

¹¹ A exemplo da Delegacia Regional de Ensino (1932), Delegacia de Polícia (1936), Seção de Estatística e Arquivo (1937), Procuradoria Judicial (1938), Agência de Estatística Local (1942).

¹² Segundo dados registrados em Rio Claro Sesquicentenária (1978).

como é o caso da família Hofling,¹³ que fará, mais tarde, três gestões frente à Prefeitura.

Assim, nos idos de 30, o poder local acompanhou as tendências mais gerais do contexto nacional, através da diluição do poder coronelístico, paralela à ascensão de novos setores sociais, cuja presença marcante foi a de Humberto Cartolano,¹⁴ filho de imigrantes, que, no início de sua carreira política apoiava o Partido Republicano Histórico e depois faria oposição pelo Partido Constitucionalista. Em 1930, aderiu à Aliança Liberal e foi nomeado prefeito por Armando Salles de Oliveira.

A cena política local, nessa época, passou a ser marcada pela oposição destacada de Cartolano ao perrepismo - com sua adesão a novas siglas partidárias - passando tanto pela questão das Interventorias após o advento da Revolução como pelas eleições diretas.

Humberto Cartolano acusava o PRH de não conseguir fazer interventores originários da cidade, enquanto, na verdade, essa não se constituísse numa questão meramente local, pois, como vimos, os interventores, em sua maioria, foram designados por Vargas sem levar em conta as demandas municipais. No entanto, Cartolano apegava-se ao caso para atacar a oposição, atribuindo-lhe fraqueza no comando das causas rioclarenses. Em livro escrito para defender-se de acusações relativas à sua administração municipal no período entre 1935 e 1936, observa:

¹³ A família Hofling iniciou sua presença na vida política de Rio Claro em 1914.

¹⁴ Humberto Cartolano foi vereador entre 1927 e 1930 e, mais tarde, em 1955. Foi nomeado Prefeito em 1935. Era proprietário da Rádio Clube de Rio Claro e do Jornal A Cidade De Rio Claro nos anos 30. Casou-se com membro de uma família tradicional da cidade.

"Já então as forças políticas locais movimentam-se para indicar à interventoria um nome rioclarenses para Prefeito de Rio Claro, não tendo conseguido o seu intento, por não ter sido possível coordenar a vontade das diversas correntes ao redor de um só nome. Deve-se a nomeação (do Interventor) (...) cidadão estranho a Rio Claro, justamente à falta de unidade de vistas nas pretensões dessas correntes políticas.

Assim, desde Outubro de 1930 até os últimos meses de 1934, a administração de Rio Claro esteve entregue em mãos de pessoas estranhas ao nosso meio.

Organizado que foi, em julho de 1934, o directorio municipal provisório do partido Constitucionalista, do qual fiz parte, uma das suas primeiras deliberações foi a de reivindicar para um rioclarenses digno o cargo de Prefeito" (CARTOLANO, 1936).

Digno parecia significar, nesse caso, alguém indicado pessoalmente por Cartolano. Na verdade, este conseguiu fazer ser nomeado um farmacêutico da cidade que, meio ano depois, pediu exoneração, sendo substituído pelo próprio Cartolano.

A política mais ampla que caracterizou o período pode ser exemplificada por Rio Claro, apresentando-se seu caráter conciliatório. Em 1931, ocorreram ataques ao Interventor local, envolvendo questões de exoneração de fiscais. Em resposta, este alegou:

"É bom que se saiba, para que não medrem boatos que por allí se espalham, que as reintegrações e exonerações de fiscais foram feitas em virtude de ordem superior do Departamento de Administração Municipal, em São Paulo. As informações prestadas nos requerimentos dos interessados se fizeram de accordo com os dados existentes no archivo da Secretaria da Câmara, sem que para tal tivessem prevalecido a vontade ou capricho do actual correcto prefeito, o qual não pretendeu e nem pretende

magoar quem quer que seja, o que não está no seu temperamento, mantendo na prefeitura, como mantem, completa neutralidade" (*O DIÁRIO DE RIO CLARO*, 10/04/1931).

Em outra manifestação, o mesmo major escreve:

"Relativamente ao que se refere á minha pessoa (...) tenho a informar á V.S. que quando para aqui vim, não conhecia individualmente o povo desta terra; (conservei o mesmo quadro de funcionarios municipaes que encontrei e soube ter sido organizado pelos membros da Junta Revolucionária). E assim tenho procurado desempenhar-me da melhor forma possível procurando também servir o publico de Rio Claro, completamente destituído de qualquer paixão, principalmente politica. A unica nomeação que fiz até agora, foi a de guarda livros, que accidentalmente recaiu sobre um profissional que é intimo dos que se dizem revolucionarios, salvo-se me engano"(*O DIÁRIO DE RIO CLARO*, 17/04/1931).

A atitude dos elementos ascendentes em relação ao grupo tradicional era marcada pela agressividade. Os ataques realizavam-se no sentido de demonstrar a superação política e a falta de força e prestígio dos políticos da situação junto ao governo central, como se viu no caso da interventoria. DAVIDS (1969:108) apresenta alguns exemplos dessa atitude, através de algumas entrevistas:

"Só têm pose. Representam um grupo tradicional, desde a maneira de se comportar (...) não fazem nada, são a veneranda sociedade rioclarense. É um grupo que perdeu o prestígio: tudo começou com a chegada do Getúlio e com o Estado Novo fazendo aflorar uma outra mentalidade, mais democrática".

A autora observa, todavia, que esta atitude não é "muito democrática", como demonstra o mesmo informante:

"Antigamente o prestígio era de família, tradição, etc, mas veja você, se os antepassados eram lá grande coisa, eles tinham até mesmo gente de côr. Antigamente o povo se submetia a essa gente porque seus interesses estavam ligados a êles mas depois que nós temos eleição, qual o patrão que diz que você vai votar em Fulano e o sujeito obedece. É bem verdade que há a fôrça do dinheiro, mas é tudo mais democrático".

Entretanto, a ascensão dos novos elementos estava ligada, por laços de parentesco ou de interesses, ao mesmo grupo alvo de crítica e oposição.

Nas eleições de 1936, concorreram o Partido Republicano Histórico (já novamente denominado Partido Republicano Paulista - PRP), o Partido Constitucionalista, o Integralismo e outros dois candidatos avulsos.

O PRP venceu o pleito, para o Executivo, com 2.556 votos; o Partido Constitucionalista teve 2.474 votos, o Integralismo 207 e os candidatos avulsos, juntos, 156, num total de 5.393 votos apurados. O PRP teve como candidato eleito o Dr. Francisco Penteado Junior, herdeiro político de seu irmão, antigo chefe do partido.

Para o Legislativo, o PRP elegeu seis vereadores e o Partido Constitucionalista, cinco cadeiras. A disputa foi acirrada e a oposição (PC)¹⁵ acusou o PRP de haver forjado a candidatura dos elementos avulsos, no intuito de desviar votos e de prejudicar Cartolano. Seguiu-se, após a eleição, uma longa troca de acusações políticas e pessoais entre os dois partidos. Na verdade, a diferença estreita de votos mostrou a nova coalizão de forças, quebrando o domínio absoluto do PRP, marcando, depois de um grande

¹⁵ Com a candidatura de Humberto Cartolano.

período, uma fase aberta de oposição. A Revolução de 30 não chegou a abalar o domínio do PRP em Rio Claro, mas abriu um espaço significativo para a oposição.

O tom das disputas era bastante forte, não diferindo muito das apresentadas no início do século, com os jornais ¹⁶ a serviço de cada uma das correntes.

As disputas da época foram assim interpretadas por um entrevistado, ex-prefeito de Rio Claro:

"As lutas eram sempre praticamente históricas e bravas (...) Com os comícios e os ataques feitos pelos jornais da oposição e também do jornal que apoiava o titular dava sempre desavenças... que nunca chegavam ao extremo (...) Depois, terminadas as eleições logicamente cada um ficava (...) um ficava magoado porque perdeu e o que ganhou ficava administrando e sorrindo alegremente(...) A elite de Rio Claro pertencia à política do PRP e a oposição pertencia à parte praticamente daqueles que querem sempre atacar quem tem a maior parte de se eleger".

Outro entrevistado declarou:¹⁷

"Em 1932, 1932 houve uma cisão entre nós (que apoiamos a Revolução de 30 e Getúlio Vargas) porque um dos companheiros nossos de então, o Humberto Cartolano, um nome de grande progressão aqui em Rio Claro, foi então jornalista aqui em Rio Claro, ele era o chefe da casa Castelano Castelano e Cia. e era uma das casas conhecidas no interior (...) tinha havido um atrito pessoal entre eu e ele, e desse atrito pessoal surgiu essa espécie de oposição dele. E nessa também não se achegaram

¹⁶ O Diário do Rio Claro e O Rioclarense (situacionistas) e A Cidade De Rio Claro (oposicionista).

¹⁷ Entrevista realizada com Dr. João Fina Sobrinho, por José Albertino RODRIGUES, em 04/01/1989.

aos outros mas continuaram contra nós. E foi aí nessa ocasião que tivemos 3 prefeitos seguidos, 2 deles militares, em 1932 (...) Depois do Joly, dois militares (...)"

Na mesma entrevista, os episódios relativos às nomeações de interventores são descritos:

"João Dias de Campos, não sei a quem ele pertencia, eu sei que ele foi posto pelo Geraldo Dias Costa, mas o João Alberto¹⁸ que era amigo chegado do Cartolano, porque quando ele esteve aqui eles ficaram conhecidos, ele conheceu, ficou amigo do João Alberto, e o João Alberto estava em São Paulo então ele quis fazer o prefeito dele, e o João Alberto mandou esse tenente Weimann que veio para cá render o João Dias de Campos que era nosso. Eu fui para São Paulo o Miguel¹⁹ disse: Eles não ficam assim não, eu ponho eles de lá para fora já, e nem vou falar para o João. Ele veio para Rio Claro, chegou aqui, mandou o Weimann embora e botou o João Dias de Campos outra vez, depois então veio em seguida a nomeação de Joly. O Joly foi nomeado novamente, voltou como prefeito novamente e em 1932".

A imprensa, como vimos anteriormente, tornou-se um instrumento importante nas disputas locais e sobre isso o mesmo entrevistado coloca:

"O jornal *A Cidade do Rio Claro* era dele, ele comprou de uns meninos aí, ele era mão de gato, ele ficava por trás do negócio, ele botou o Zé Ferro na direção do jornal e ele ficava. Ele que fazia tudo mas ele não aparecia, o nome dele não aparecia (...) Eu tinha o *Rio Claro* e ele tinha *A Cidade do Rio Claro*."

As forças locais dividiam-se, cada uma contando com o apoio de representantes dos mais diversos interesses. Desta época surgiu a importância

¹⁸ Entã o Interventor de São Paulo.

¹⁹ Miguel Costa, General da Revolução de 1930.

das Associações Comerciais e Industriais, das Associações Voluntárias, como clubes sociais, esportivos etc, que funcionaram tanto como fatores de pressão econômico-política, como canais de ascensão social.

As Associações Comerciais e Industriais, logo após 1930, congregaram os interesses da burguesia local nascentes nas cidades do interior paulista, que já vinham competindo em condições mais favoráveis com a velha oligarquia rural.

Essas associações tornaram-se um instrumento de organização do comércio e da indústria. Em estudo realizado sobre o tema, VIEIRA entende que

"Estas associações tornam-se, paulatinamente, órgãos de defesa dos interesses dessas frações de classe, desempenhando o papel de instituições mediadoras, agindo em nome do comércio e da indústria, principalmente face ao Estado. Queremos (...) afirmar que estas frações da classe dominante tinham condições de pressionar o curso do processo decisório de algumas questões políticas, com eficácia e, algumas vezes, com sucesso",

o que demonstra que organizações aparentemente "privadas" podem vir a desempenhar um papel ideológico e político decisivo na unificação de classe (1987:48).

Segundo o depoimento do candidato a prefeito pelo Partido Constitucionalista em 1930, na reunião do partido para a escolha dos nomes para este pleito, o apoio da Associação Comercial de Rio Claro ²⁰ foi decisivo: "Se fui eleito, devo isso ao trabalho pessoal dos meus amigos da Associação

²⁰ Da qual ele próprio foi Presidente durante quase 20 anos.

(...) Eleito que estava, devido ao esforço de meus amigos da Associação (...)" (CARTOLANO,1936:141).

Também foi significativo o papel que essas Associações exerceram na Revolução de 32, como aliciadoras de forças e serviços deste movimento.²¹

Em Rio Claro, os prefeitos e vereadores que exerceram seus cargos entre 1930 e 1945 pertenceram, em sua grande maioria, a essas associações, conforme se vê na tabela 7:

De um total de quatro prefeitos e seis vereadores, somente um prefeito não pertenceu a nenhuma dessas associações, sendo que este já vinha exercendo política no período anterior, e era proprietário rural apoiado pelo Cel. Schmidt.

TABELA 7 PERTINÊNCIA A ASSOCIAÇÕES - PREFEITOS E VEREADORES RIO CLARO (1930-1945)				
	Associação Comercial	Clubes Esportes	Clubes Sociais	Santa Casa
Prefeitos/ Vereadores	3	3	5	3

²¹ "Em São Carlos, por ocasião da Revolução de 32, ela se encarregou das funções de abastecimento, formando comissões de abastecimento, de apoio, ao lado de representantes da colônia síria e da colônia judia" (RODRIGUES,s/d). Em Rio Claro, por um lado, Humberto Cartolano organizou, através da Associação Comercial, o Departamento de Auxílio à causa de São Paulo; por outro, o PRH participou direta e ativamente do movimento com a junta de alistamento militar do MMDC, com o Capitão Irineu Penteado no posto de chefe, com grande parte dos voluntários do mesmo partido.

Os caminhos percorridos pela elite política de Rio Claro serão analisados mais detalhadamente a seguir. Antes, porém, faz-se necessária uma reflexão sobre alguns aspectos da dinâmica da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito ao alargamento dos canais de participação política, para que entendamos a dinâmica particular do município em tela.

Neste sentido, mesmo com o risco de repetição, há que se assinalar o processo nacional, que teve, como visto em outras partes deste estudo, a conciliação como marca da política brasileira. Embora tenha sido deslocada do poder após 1930, a burguesia cafeeira continuou a exercer um papel econômico fundamental e encontrou formas de acomodação no interior das elites.²²

No plano político *strictu senso*, há que se considerar, para o efeito desta análise, as modificações provocadas pela revolução de 30²³ e seus efeitos sobre o destino da oligarquia rural.

A Revolução de 1930 provocou, nos diferentes Estados, situações peculiares, seja no que tange à alternância de facções políticas, seja à transferência das lideranças. Esta fase caracterizou-se pela persistência das facções dominantes antigas, ligadas principalmente aos Partidos Republicanos, ao lado de novos grupos ascendentes ao poder através da quebra de

²² Importante estudioso sobre a conciliação no Brasil é José Honório RODRIGUES (1965), que entende ser preciso salientar que este grupo obteve frequentemente concessões através da política de conciliação, cujo objetivo foi antes aplinar as divergências entre os grupos dominantes, mais que promover transformações na estrutura sócio-econômica do país.

²³ Ver capítulo II.

mecanismos políticos importantes, a exemplo da política dos governadores (KERBAUY, 1979:82).²⁴

Os poderes regionais persistiram e mantiveram suas prerrogativas e domínio até a promulgação da Constituição de 1934.

"Os coronéis continuam com seu poder de barganha, apesar do fenômeno coronelismo ter assumido novas características e se apresentar agora enfraquecido(...) As facções situacionistas deixam de ter o controle absoluto sobre os mecanismos eleitorais, cuja origem estava na Primeira República - o voto a descoberto, as atas falsas e a verificação dos poderes" (CARONE, 1974:84).

Até a criação do Partido Democrático, o perrepismo era o único canal de participação para os herdeiros das famílias dominantes.²⁵ Desta forma, a concorrência política deu-se em um quadro de dissidências e conflitos em torno da direção do único partido oligárquico até então existente, o PRP.

Já a partir de 1916, com a Liga Nacionalista e, principalmente, em 1926 com o Partido Democrático, configuraram-se pressões para um remanejamento do pacto oligárquico. Essas pressões eram decorrentes de grupos oriundos da mesma extração social da oligarquia, mas que se achavam

²⁴ Como vimos em outra altura, a política dos governadores constituiu uma aliança pragmática entre as oligarquias dominantes dos estados líderes, São Paulo e Minas Geais. Torna-se uma barganha entre o executivo federal e os dois estados, garantindo o controle a estes sobre a presidência nacional. O executivo receberia apoio do legislativo para seus programas. Como os dois estados eram os mais populosos, representavam a maioria no Congresso. *"Essa barganha tipicamente oligárquica merece um exame cuidadoso, pois, enquanto originalmente constituía um reconhecimento explícito da efetiva privatização do poder, resultou no fortalecimento do poder público"*.

²⁵ Como afirma MICELI, *"até o início dos anos 20, tão logo tivessem cumprido os estágios de praxe como militantes da Liga Nacionalista ou das diversas facções acadêmicas em concorrência na Faculdade de Direito, os herdeiros das famílias dirigentes com veleidades de fazer carreira política viam-se obrigados a galgar todos os escalões do perrepismo"* (1979:7).

excluídos do poder e se lançavam à luta por maiores espaços de participação no interior da classe dirigente.²⁶

PRADO (1986), em seu estudo sobre o Partido Democrático, observa que os mais diferentes autores sobre os anos 20 consideram o fato de essa década ter sido marcada - como já discutido em outros momentos - pela existência de dissidências na oligarquia e certa insatisfação social generalizada e que o partido,²⁷ nesse sentido, teria sido o canal de expressão desse sentimento.²⁸

Na ata de fundação do PD, de 24 de fevereiro de 1926, consta que, entre os seus objetivos, estava

"congregar todos os paulistas a fim de contribuirem para o desenvolvimento cada vez maior do Brasil, mercê de uma política liberal que se oponha a qualquer cerceamento dos direitos individuais assegurados pela carta de vinte e quatro de fevereiro de mil e oitocentos e noventa e um, que implantou, entre nós, o regime democrático" (apud PRADO, 1986:9).

²⁶ *"Decerto o novo partido atraiu jovens que, desde os bancos acadêmicos, estavam a par das clivagens ideológicas e sociais de que se nutria a concorrência entre o situacionismo perrepeista e os movimentos dissidentes... Nestas condições, a adesão ao partido democrático tomou o sentido de uma alternativa viável de fazer carreira fora do situacionismo dominante que, por força de suas tradições de militância, reservava o direito de uma participação política direta aos seus quadros mais antigos. No caso da nova agremiação, carente de pessoal, esses jovens intelectuais têm o ensejo de se infiltrarem por todos os escalões partidários"* (MÍCELI, 1989:9-10).

²⁷ A exemplo de LOVE (1982), FAUSTO (1978), LEVI (1977), CARONE (1972).

²⁸ Como aponta PRADO (1986:2), *"Frequentemente, o partido, nas análises correntes, tem sido visto como produto de uma dissidência oligárquica. Edgar Carone, por exemplo, assinala que o Partido Democrático estava ligado ao 'setor do café e a diversas categorias da burguesia urbana'. Entende, também, que o partido fez oposição ao Partido Republicano Paulista, ao mesmo tempo que se constituiu no seu continuador, tanto do ponto de vista ideológico, quanto da identidade dos métodos usados. Afirma que o partido agiu dentro de uma política conservadora, legalista e evolucionista (...). Para o autor, como a sociedade se diversificara na década de 1920, e não mais se podiam aglutinar grupos antagonicos em uma mesma agremiação política, o PD representaria uma 'simbiose' das várias tendências"*.

O PD considerava-se uma alternativa para o quadro político, dirigindo sua crítica à oligarquia do PRP - por eles denominada de *carcomida* - e aos abusos de poder por esta perpetrados. Nesse contexto, a alavanca para a fundação dessa nova agremiação - que se colocava como oposição liberal - foi, antes de tudo, a defesa do voto secreto e de eleições honestas, mais que o interesse primeiro de entrar na disputa eleitoral. Como observa CASALECCHI (1987:177),

"O Partido Democrático cresceu e se firmou na denúncia dos desmandos do PRP (arbítrio, injustiça e fraudes eleitorais, clientelismo desenfreado, seleção das formas repressivas para o tratamento das 'questões sociais', etc), na contraposição da democracia à oligarquia".

O partido atribuiu à fraude eleitoral, sempre, a culpa de suas derrotas nas urnas.

Concordamos que a nova agremiação tenha se revelado, assim, como uma forma que os excluídos encontraram para enfrentar o poder monolítico do perrepsismo, mas não se apresentou como um real divisor de águas no poder, dado que

"Além de laços de parentesco que uniam os filiados do PD a figuras importantes do PRP, os interesses econômicos dos principais membros dos dois partidos eram, em muitos casos, entrelaçados e próximos... A identificação profissional dos principais militantes do PD não pode restringir-se a sua simples menção, pois a qualificação como advogado, professor ou médico induz a uma caracterização do indivíduo como profissional liberal, portanto, abstratamente membros das classes médias. No caso dos democráticos, seus interesses e ligações econômicas ultrapassavam esses limites, pois que

eram membros integrantes das classes proprietárias" (PRADO,1986:18).

LOVE & BARICKMAN (1896) estudaram as origens sociais da elite de São Paulo, ocupante de cargos políticos entre 1889 e 1937 e revelam a clara coincidência entre as lideranças econômicas e políticas. A elite por eles analisada é constituída de 263 indivíduos, todos ocupantes de 18 importantes posições no governo estadual e partidos de âmbito estadual ou integrantes de 17 postos importantes na área federal. Duas características dessa elite saltam aos olhos: o número relativamente grande de proprietários e a alta proporção de indivíduos com grau universitário. Outra revelação importante dos autores é a estreita ligação que a elite paulista da época mantinha com o grupo formado pelos profissionais liberais ligados ao poder, grupo que, por sua vez, representava os interesses dessa mesma elite.

No caso de Rio Claro, os profissionais liberais que se lançaram à carreira política pertenceram inicialmente ao PRP. No caso de São Carlos, de forma semelhante,

"a composição profissional das pessoas que ocuparam o Executivo e a Presidência do Legislativo local é uma afirmação de que, apesar do revezamento existente entre PRP e PD, são os proprietários de terras que continuam com o controle do poder político" (KERBAUY,1979:89).

Outros diversos estudos sobre a estrutura ocupacional do Legislativo e Executivo, seja a nível federal, estadual ou municipal, demonstram a predominância de agricultores, criadores e comerciantes nos postos políticos, mesmo no período posterior a 1945 (...).²⁹

²⁹ A exemplo de MONTENEGRO (1958), PITA e ARRUDA (1966) e CARVALHO (1958).

OS PADRÕES DE OCUPAÇÃO DOS CARGOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO

O perfil dos indivíduos que ocuparam o Executivo e Legislativo de Rio Claro pode ser delineado a partir dos dados sobre a origem social e profissional dos Prefeitos e Vereadores ao longo do tempo.

Os dados da tabela 8 mostram claramente o caráter dos grupos sociais dos quais os líderes políticos foram recrutados e a representação dos prefeitos e vereadores, com o aumento, declínio e ascensão das ocupações. Enquanto a partir de 1930 verificou-se um decréscimo de proprietários rurais (de 33 a 10%), ocorreu um aumento de profissionais liberais (de 12 a 30%), mantendo-se praticamente estável a proporção de elementos ligados ao comércio e indústria.

Entretanto, em termos de origem, os dados podem camuflar um aspecto importante, pois os profissionais liberais, no caso, eram filhos de uma tradicional família de proprietários rurais da região, tendo sua entrada na política e seu prestígio advindo de ligações com a oligarquia no poder.

TABELA 8

ESTRUTURA OCUPACIONAL DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO - RIO CLARO (1900-1964)

Anos	Proprietários de terra	Comércio/ indústria	Profissionais liberais	Funcionários públicos	Técnicos	Professores universitários	Trabalhadores	Outros	Total
	n. %	n. %	n. %	n. %	n. %	n. %	n. %	n. %	-
1900-1930	11 33	14 42	4 12	4 12	-	-	-	-	33
1930-1945	1 10	4 40	3 30	-	-	-	-	2 20	10
1945-1964	1 2	19 35	15 27		6 11	1 2	9 16	5 9	56

TABELA 9 COMPOSIÇÃO PROFISSIONAL DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO SEGUNDO O PRIMEIRO MANDATO - RIO CLARO (1900-1930)				
Profissão	Prefeito		Vereador	
	n.	%	n.	%
Fazendeiro	4	36,3	7	31,8
Médico	-	-	-	-
Farmacêutico	3	27,2	1	4,5
Advogado	-	-	-	-
Dentista	-	-	-	-
Engenheiro	-	-	-	-
Funcionário público	4	36,3	-	-
Professor Universitário	-	-	-	-
Técnico	-	-	-	-
Comércio	-	-	13	59,0
Indústria	-	-	1	4,5
Ferrovário	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
Desconhecida	-	-	-	-
Total	11		22	

Com os dados desmembrados por períodos, vê-se que, entre 1900-1930, dos onze prefeitos, quatro (36%) eram fazendeiros de expressão na cidade e região, quatro funcionários públicos (36%) e três profissionais liberais (27%), sendo estes descendentes ou ligados por casamento a famílias proprietárias.

Em relação aos vereadores, o quadro modificou-se no sentido de haver grande proporção de comerciantes (59%), ao lado de 31,8% de fazendeiros.

Os imigrantes merecem uma análise específica. Muito embora a sua participação como prefeito tenha se dado somente a partir de 1945, como vereadores eles, conforme assinalamos anteriormente, aparecem já desde a metade do século passado. Até 1930, são 70% do Legislativo, sendo que entre 1930-1945, compõem 50% dos ocupantes do cargo, num total de 4 Prefeitos e 5 Vereadores.

TABELA 10								
ORIGEM DOS PREFEITOS E VEREADORES - RIO CLARO (1900-1930)								
Cargo	Cidade	Família Trad./ cidade	Família Trad./ Região	Região	Família Imigrante	Outra	Desconhecida	Total
Prefeito	-	7	-	-	2	-	2	11
Vereador	1	1	-	-	17	-	3	22

TABELA 11								
ORIGEM DOS PREFEITOS E VEREADORES - RIO CLARO (1945-1964)								
Cargo	Cidade	Família Trad./ Cidade	Família Trad./ Região	Região	Família Imigrante	Outra	Desconhecida	Total
Prefeito	-	6	-	-	4	-	2	12
Vereador	11	3	2	3	20	1	2	42

Há que se destacar que esses imigrantes estão ligados, em sua grande maioria, respectivamente, ao comércio e à indústria. A nosso ver, essa configuração pode ser explicada, como bem coloca QUEIRÓZ (1976:194), pelo fato de que

"mais importante do que o próprio casamento, a posse de fortuna - para a qual o comércio parece ter concorrido mais do que qualquer outra atividade econômica no país - foi fator que fortemente pesou na ascensão sócio-política dos indivíduos".

Não obstante, para nós fica claro que essa condição, se influente na ascensão social, nem sempre o foi na entrada desse grupo na esfera política. Como apontamos anteriormente, os pactos e esquemas conciliatórios variam, segundo os quadros locais, a partir do jogo de forças em questão.³⁰

KERBAUY (1979:122 e segs) aponta as modificações ocorridas no Legislativo e no Executivo de São Carlos, de 1847 a 1964. Os fazendeiros, dominantes até 1930, foram substituídos por indivíduos pertencentes a estratos médios, como os profissionais liberais e funcionários públicos. Os setores inferiores dos estratos médios e as camadas populares tiveram uma participação política reduzida, embora constituíssem uma parcela bastante significativa da população. Verificou-se, no período, um quase extermínio das ocupações representativas nos anos anteriores a 1945.

Em Rio Claro, a classe média profissional distinguia-se por indivíduos exercendo profissões liberais (farmácia, na maioria) e por funcionários públicos.

³⁰ Como demonstram os casos de São Carlos (TRUZZI, 1966) e ARARAQUARA (MICHETTI, 1968).

Caracterizou-se, na cidade, já na década de 20, o fenômeno do médico e do farmacêutico político.

TABELA 12 COMPOSIÇÃO PROFISSIONAL DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO SEGUNDO O PRIMEIRO MANDATO - RIO CLARO (1930-1945)				
Profissão	Prefeito		Vereador	
	n.	%	n.	%
Fazendeiro	1	25	-	
Médico	1	25	-	
Farmacêutico	1	25	1	16,6
Advogado	-		-	
Dentista	-		-	
Engenheiro	-		-	
Funcionário público	-		-	
Professor Universitário	-		-	
Técnico	-		1	16,6
Comércio	1	25	1	16,6
Indústria	-		2	33,3
Ferrovário	-		-	
Outras	-		1	16,6
Desconhecida	-		-	
Total	4		6	

Outra característica durante os períodos que se estendem de 1900 a 1945 é a continuidade da influência da oligarquia, seja pela ocupação direta dos cargos, seja por laços de parentesco ou interesses. Dos quinze prefeitos, nove (60%) eram fazendeiros, profissionais liberais de origem de família de proprietários rurais ou haviam entrado na política por influência

destes, além dos casamentos realizados entre as famílias no poder. No caso de elementos não originários da oligarquia, verifica-se frequentemente o casamento destes com mulheres pertencentes àquela.

A partir de 1945 as alterações no perfil dos ocupantes dos cargos políticos são mais significativas, dado que categorias antes excluídas do poder começam a ter expressão, como são os casos dos trabalhadores (todos ferroviários da Cia. Paulista de Estrada de Ferro) e de profissionais de nível técnico.

As eleições municipais diretas propiciaram o acesso das mais diversas camadas da população aos cargos políticos, como se observa pela tabela 15. Entre os Vereadores, encontram-se comerciantes, médicos, ferroviários, engenheiros, técnicos, dentistas.

A importância das famílias políticas neste contexto é evidente. Alguns fatores devem ser destacados, tais como o auxílio que os membros das famílias políticas recebem em suas carreiras: a introdução aos partidos e seus líderes, a arrancada através de conexões familiares e o prestígio proporcionado por um nome famoso.

A entrada de novos elementos deu-se por alguns critérios como as relações com os antigos coronéis (parentesco ou amizade), serem eles naturais da cidade e da região (nesta ordem), participação em Associações (sendo as mais recorrentes a Associação Comercial, Clubes Recreativos e Desportivos).

TABELA 13						
NATURALIDADE DOS PREFEITOS E VEREADORES - RIO CLARO (1945-1964)						
Cargo	Cidade	Região	Imigrante	Outro	Desco- nhecido	Total
Prefeito	8	2		1	1	12
Vereador	23	9	3	7		42

TABELA 14							
NÚMERO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-ASSOCIATIVA: PREFEITOS E VEREADORES - RIO CLARO (1945-1964)							
Cargo	1	2	3	4	5	+ de 5	total
Prefeito	1	2	3	2	2	2	12
Vereador	17	6	5	7	1	6	42

TABELA 15
COMPOSIÇÃO PROFISSIONAL DO EXECUTIVO E
LEGIS- LATIVO, SEGUNDO O PRIMEIRO MANDATO -
RIO CLARO (1945-1964)

Profissão	Prefeito		Vereador	
	n.	%	n.	%
Fazendeiro	1	8,3	-	-
Médico	-	-	2	4,7
Farmacêutico	1	8,3	3	7,2
Advogado	-	-	4	9,5
Dentista	-	-	2	4,7
Engenheiro	1	8,3	3	7,2
Funcionário público	-	-	-	-
Professor Universitário	-	-	1	2,3
Técnico	2	16,6	5	11,9
Comércio	2	16,6	12	28,5
Indústria	3	25,0	1	2,3
Feroviário	2	16,6	4	9,5
Trabalhador rural	-	-	3	7,2
Outras	-	-	-	-
Desconhecida	-	-	2	4,7
Total	12		42	

Assim, com a democratização de 1945, a política local passou por alterações sensíveis. Ao lado da nova configuração política, o Brasil vivenciou, entre 1945 e 1964, um de seus maiores surtos de industrialização, marcado por uma significativa reorientação do fluxo demográfico, tanto inter como intra regional e, principalmente, pela migração campo-cidade. Estes processos engendraram modificações na estrutura social do interior paulista³¹ e no poder político local. De uma forma bastante geral, vale lembrar a presença de uma numerosa classe média, composta, de um lado, pela diversificação do setor

³¹ Ver capítulo II.

secundário, resultante da industrialização em curso e, de outro, pelo impacto da urbanização que trouxe, entre outras consequências, uma ampliação do setor de serviços, dinâmica que engendrou um processo acelerado de mobilidade social. Como escreve KERBAUY (1992:2-3),

"Neste contexto, São Paulo adquire especial importância, pois desde a década de 1950 conhecia um processo intenso de urbanização e industrialização, configurados na organização de seu parque industrial, no desenvolvimento de uma agricultura com base capitalista que afetou as relações de trabalho no campo, na diversificação da sua estrutura de serviços e na redefinição do perfil de sua população. Esse processo, além de propiciar uma diferenciação econômica e social, ao longo do tempo, repercutiu com força na política, alterou comportamentos, fazendo proliferar novos interesses ao transformar os padrões de participação política, pluralizando a sociedade e dando ao eleitorado interiorano uma grandeza antes desconhecida".

Como demonstra CARVALHO (1958), para Minas Gerais, o processo não parecer ter sido diferente. Houve, no estado, uma mobilização e transformação social que diversificou os grupos potencialmente recrutáveis para a elite. A situação que o autor descreve é a seguinte: de 1880 a 1926, dominam o poder as famílias tradicionais, que sofrem um declínio entre 1926 e 1930. Desta data até 1945, essas famílias voltam com relativa força ao quadro político, até que se verifica uma dispersão do poder entre várias famílias.

Assim, embora parte da literatura política sobre o Brasil afirme que o coronelismo sobreviveu à Constituição de 1946, posto que a democratização parara na porteira das fazendas (NUNES LEAL,1975), no que diz respeito a

algumas situações, como Minas Gerais e São Paulo, parece-nos que isto deve ser minimizado, notadamente ao se falar das cidades interioranas que, entre 1950 e 1960, possuíam mais de 50.000 habitantes.

Novas elites vão surgir. Em primeiro lugar, pela crescente industrialização e, depois, de outros setores agrícolas - a par do cafeeiro - que adquirem força econômica relativa. Finalmente, há que se referir ao empresariado comercial e de uma nova classe média urbana já diferenciada das classes médias tradicionais da Primeira República e do Estado Novo.

A democratização do país em 1945 culminou com as eleições, nesse ano, para a Presidência da República e, em 1947, para Prefeitos e Vereadores municipais e governo dos Estados, com a massa eleitoral já se definindo através dos partidos.

No final do governo Getúlio Vargas, um novo Código Eleitoral autorizou a formação dos partidos políticos. Para evitar o retorno do predomínio do regionalismo partidário, a exemplo da Primeira República, com os Partidos Republicanos estaduais, estabeleceu-se como requisito a formação de partidos com base nacional, para a disputa das eleições presidenciais. Dois partidos já estavam formados à época: a União Democrática Nacional (UDN), oposição liberal com tradição urbana, composta pelos opositores do Estado Novo, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cujo chefe era o próprio Getúlio Vargas. Organizou-se, em seguida, o Partido Social Democrático (PSD), partido dos antigos interventores do Estado Novo³² e, em São Paulo, principalmente,

³² "A organização do PSD aproveitou diretamente as 'interventorias' do estado novo, que lhe asseguraram forte implantação em todos os estados, bem como os recursos humanos da ditadura getulista, cuja experiência governativa não era desprezível" (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986:44).

mostrava-se como o partido das grandes fortunas industriais. O Partido Social Progressista (PSP), fundado por Adhemar de Barros, manteve no Estado de São Paulo um predomínio por vários anos, inclusive no âmbito político municipal. Outras diferentes correntes ideológicas institucionalizaram-se no Partido Socialista Brasileiro, no Partido Comunista e no Partido de Representação Popular. Uma série de outros partidos surgiram ao longo do período, sem grande significado para a política nacional e local.

No Estado de São Paulo, o PSD predominou sobre os outros partidos nas eleições de 1945 e 1947; em 1950, foi a vez do PSP. O Partido Republicano permaneceu, mas conservou sua importância somente no Estado de Minas Gerais. De uma forma geral, como colocam LAMOUNIER & MENEGUELLO (1986:48-49), há algumas características dos partidos a ressaltar, para o período. Entre elas, apontamos: a) a existência de claros indícios, desde a primeira metade da década de 50, do declínio eleitoral do PSD e da UDN, principais agremiações à época; b) nenhum dos 13 partidos com existência legal nessa fase chegou a desenvolver uma estrutura organizacional complexa, com vistas à uma atuação permanente; eram partidos de notáveis ou comandados por caciques populistas ; c) pequeno índice de reconhecimento, por parte dos eleitores mais escolarizados, de que os partidos representassem entidades ideologicamente diferenciadas; por parte da massa, frágil taxa de identificação subjetiva com essas agremiações; d) a permissividade legal no tocante às coligações e alianças, resultando em um elevado grau de descaracterização das identidades partidárias, ao longo das campanhas eleitorais.

Diante deste quadro, vejamos como se configurou a cena política em Rio Claro. DAVIDS (1968-137) aponta o caráter situacionista da política local. Neste sentido, escreve:

"Muitos 'janistas' tornaram-se 'carvalhistas' e, rapidamente transformaram-se em 'ademaristas', dando origem a dois fenômenos típicos da política rioclarenses, quiçá nacional: o governismo e seu decorrente, 'adesismo'".

No pleito para o prefeito, em 1947 - confirmando a predominância do partido no Estado - venceu o candidato do PSD, já na política desde a década de 20, para a qual entrou pelas mãos do Cel. Schmidt. O prefeito, entretanto, vinculou-se, logo, ao governador do Estado, na época Adhemar de Barros, pelo PSP.

Em 1950,³³ a coligação PTB-PSP, que apoiou Lucas Nogueira Garcez, recebeu em Rio Claro 48,75% dos votos. O PSP elegeu para o Executivo Municipal, em 1951, outro membro dos grupos tradicionais por 45% dos votos. Jânio Quadros, em 1954, recebeu 34% dos votos, apoiado pelo PDC, PSB e PTB. A mesma coligação elegeu para a Prefeitura local, em 1955, por 66% dos votos, um político tradicional, na cena desde a década de 30 voltando como Prefeito em 1963. ³⁴ Carvalho Pinto (PDC, PTN, UDN), em 1958, recebeu, em Rio Claro, 48,5% dos votos e, em 1959, foi eleito um

³³ As legendas partidárias, a partir de 1945, multiplicam-se e, em geral, as menores aparecem coligadas com os partidos maiores, como o PSP, PTB, PTN, PSD e UDN que, na verdade, são os que pesam nos pleitos, mesmo quando se elegem a partir dessas coligações.

³⁴ Queremos fazer, nesse ponto, uma correção no trabalho de DAVIDS (1968), quando esta aponta que venceu, em Rio Claro, nas eleições de 1955, "um autêntico representante dos grupos tradicionais (Augusto Schmidt Filho), aliás, descendente do antigo coronel do PRH, Marcelo Schmidt (grifo nosso)." Na verdade, essa informação não procede, pois não existe parentesco entre os dois elementos em questão.

industrial de projeção, por 71,68% dos votos, pela coligação PDC, PL, PRP, PSB, PTN e UDN.

A organização político-partidária pós 47 era instável e os partidos não apresentavam tendências ideológicas definidas e tampouco evidenciam uma extração social clara. As siglas se avolumavam e houve, concomitantemente, uma intensa mobilidade partidária.

A pequena burguesia foi uma grande beneficiária desses processos, na medida em que elementos dessa extração social puderam assumir a liderança política nas cidades médias do complexo cafeeiro, ao lado de um nítido esvaziamento do poder dos antigos coronéis. "O voto e a participação popular aniquilaram grande parte do poder político que restava da antiga aristocracia rural, que conseguira sobreviver durante o Estado Novo" (RODRIGUES,1991).

O populismo a nível nacional e estadual repetia-se nas administrações municipais. As classes populares passaram a constituir uma fonte para esse novo tipo de clientelismo político. O assistencialismo e o protecionismo paternalista passaram a render votos, podendo criar um eleitorado cativo. Essa prática se configurava de maneira distributiva, que tanto podia obstaculizar como incentivar atividades através de subvenções e outros tipos de concessões.

Tais táticas configuram a arena clientélica por excelência, "na medida em que a distribuição dos recursos é controlada por grupos que detêm o poder estabelecendo condições para a efetivação da troca de apoio entre os agentes em questão" (KERBAUY, 1989:3).

Em Rio Claro esse clientelismo se confirmou, através de um levantamento das principais medidas tomadas pelas administrações municipais do período. Todas elas enfatizaram as declarações de utilidade pública a entidades sociais, culturais, beneficentes (entre estas, Albergues Noturnos, Centros Operários, Centros Culturais - como o Árabe-Brasileiro, Sociedade dos Homens de Cor, etc.). Destacam-se também as isenções de impostos para sociedade recreativas, beneficente e esportivas e as cessões de imóveis para instituições de ensino e beneficentes. Ao todo, entre 1947 e 1964, são declaradas de utilidade pública 32 entidades e 95 instituições a ter subvenções financeiras ou cessão de imóveis.

A nova configuração da estrutura de classes e, mais especificamente, do eleitorado, tem implicações sobre as estratégias das elites políticas, no sentido da reorientação de suas práticas. A integração da população rural

"conduz à manutenção dos padrões e expectativas vinculadas ao mundo rural nas condições urbanas. É sabido que surgem conflitos vários e sérios neste processo de adaptação, contudo, por estes conflitos, pela necessidade de colocação, empregos e, também, pelo conficionamento tradicional anterior, é este contingente o que mais corresponde às praxes

tradicionais de controle político - à compra de votos, ao mandonismo, ao favoritismo, etc. Aqueles segmentos vinculados ao complexo industrial tenderiam a espelhar seu comportamento nas posições políticas assumidas pelas classes em âmbito nacional. Contudo, fatores já apontados, especialmente as oportunidades surgidas pela mobilidade, a estreiteza do complexo industrial de Rio Claro e os desníveis existentes entre a própria classe operária, são fatores que interferem neste espelhamento, condicionando a que amplos setores dessas classe sirvam de base eleitoral a candidatos tradicionais" (DAVIDS, 1968: 114-115).

Esse quadro favoreceu o comportamento político tradicional, voltado às práticas paternalistas e assistencialistas.

Finalmente, a conclusão a que podemos chegar é de que os processos econômicos e demográficos, embora tenham provocado uma alteração sensível na composição da população, não chegaram a propiciar um completo rompimento do quadro tradicional rural. Com base em nossos dados, e como já havia apontado DAVIDS (1968:105), a partir de outros indicadores, podemos entender que, em Rio Claro, no período compreendido entre 1945 e 1964, "sucedeu a coexistência dos componentes tradicionais com aqueles emergentes da industrialização".

ORIGEM SOCIAL E MOBILIDADE

O processo de ascensão aos cargos políticos atinge aqueles

que já estão em processo de mobilidade ³⁵ ascendente, espelhando um processo que caracteriza o sistema social brasileiro, bastante hierarquizado e restritivo, como veremos adiante.

Mencionamos, no decorrer do trabalho, vários estudos sobre a origem social dos quadros políticos brasileiros que constata esta assertiva. Retomaremos alguns exemplos para melhor situar nossa análise. MONTENEGRO (1958) demonstrou que, entre os prefeitos eleitos no estado do Ceará, em 1954, predominavam os comerciantes, agricultores e criadores, sendo que estes, em conjunto, somavam 62% dos eleitos pela UDN e 74% pelo PSD. Os comerciantes, em separado, constituíam 100% dos prefeitos eleitos pelo PSD e PTB. Em relação aos vereadores, o quadro era o seguinte: os comerciantes, agricultores e criadores representavam 81% dos eleitos pela UDN, 82% pelo PSD, 80% pelo PSP e 78% pelo PTB. O quadro dos deputados federais e estaduais era composto com uma significativa faixa de profissionais liberais.

Em pesquisa sobre a composição do Legislativo na Guanabara, no ano de 1966, MOREIRA (1967) mostra que 91% dos deputados estaduais tinham chegado ao curso superior. Se avançarmos para um período não compreendido em nosso trabalho, poderemos constatar a mesma tendência apresentada pelos estudos para os anos anteriores. VIANNA e outros (1971), analisando os candidatos ao Legislativo e Executivo na Guanabara para os pleitos de 1970, apontam o

³⁵ mobilidade social é entendida como a tendência do indivíduo mover-se nos vários estratos da sociedade. Este movimento é passível de ser aferido empiricamente, através da tendência ascendente-descendente, do ponto de vista das ocupações dos políticos, à época de sua candidatura e de seus familiares, e do grau de escolaridade atingido pelo indivíduo e pela geração que o precede. No caso deste trabalho, a geração paterna, não se alcançando os avós, pela dificuldade de obtenção dos dados.

predomínio dos elementos com instrução superior. Entre os candidatos à Câmara Federal, cerca de 80% tinham curso superior e, no caso do Senado, 100%. No que tange à profissão, encontrou-se um número de profissionais liberais bastante elevado, com a liderança da figura do bacharel, a categoria profissional mais numerosa e os médicos, em segundo lugar, com uma presença significativa numericamente. Além das profissões liberais, que representavam 50% dos candidatos, havia ainda as ocupações de baixo e médio nível, com um número razoável de candidatos.

Em Rio Claro, os membros da elite política acabaram sendo elementos pertencentes aos setores médios da sociedade, sendo também significativa a ausência das classes mais baixas. Estas foram excluídas, ao lado dos impedimentos estruturais, por alguns tipos de obstáculos - tais como a falta de meios econômicos para entrar na disputa eleitoral, ou pelo restrito círculo de influências que são fundamentais para a entrada na vida política, como os contatos importantes e as amizades, refletindo o processo nacional mais amplo.

TABELA 16				
ORIGEM SOCIAL DA ELITE POLÍTICA DE RIO CLARO; 1900-1930				
Níveis Ocupacionais	Pai		Políticos: Ocupação à Época do Cargo	
	Total	%	Total	%
Baixo *	13	12,8	09	9,0
Médio **	43	42,0	46	45,0
Médio-alto ***	38	37,2	39	38,0
Desconhecido	04	4,0	04	4,0
Total	98		98	

* Baixo: trabalhadores de pouca ou nenhuma qualificação e que são assalariados

** Médio: pequenos agricultores, pequenos comerciantes e trabalhadores assalariados de qualificação média (funcionalismo público e particular de nível médio)

*** Médio-alto: médio e grande proprietário, empresário médio e grande, os cargos médios e altos da burocracia, profissionais liberais autônomos.

LEOPOLDI, ao estudar o Legislativo de Minas Gerais como meio de ascensão social, conclui que é preciso salientar que o Legislativo,

"apesar de proporcionar a ascensão social, não constitui uma instituição aberta a qualquer classe social, que através dele busque elevar-se nos escalões sociais. Ele não promove a ascensão dos que pertencem às classes inferiores da sociedade (a não ser com pequenas exceções) porque os elementos dessas classes não chegam mesmo a serem recrutados pela instituição (...) quem se candidata à eleição já sofre uma seleção prévia (pela sociedade, pelo partido), sendo os que pleiteiam uma candidatura pessoal oriundos de estratos

médios e médio-altos da sociedade, não se verificando a presença significativa de elementos das classes baixas e nem das altas (...) pode-se daí concluir que a instituição legislativa permite a ascensão de quem já está ascendendo na sociedade ou pelo menos se encontra numa situação de estabilidade, sendo portanto continuadora de um processo que já existe fora da área político-legislativa" (1973:88).

Pelos dados da tabela 16, verifica-se que, em Rio Claro, os ocupantes dos Legislativo e Executivo descendiam de gerações com nível ocupacional médio e médio-alto (833%), contra 9.8% de nível baixo.

Para LOVE, segundo pesquisa realizada em São Paulo sobre a elite paulista entre 1889 e 1937, no tocante à sua composição, o fato de nunca ter incluído um elemento proveniente da classe trabalhadora é bom indicador do grau de homogeneidade da liderança política paulista. Nem um só líder operário penetrou naquele grupo, ao contrário do que sucedeu em Pernambuco, onde ocorreram dois casos deste tipo. Somente um dos membros da elite política de São Paulo era imigrante e apenas 11 (5% do total) podem ser claramente identificados como filhos de imigrantes, ou seja, com pelo menos um dos pais nascido no estrangeiro (1982:216).

Em Rio Claro, até 1948, não havia nenhum elemento originário da classe trabalhadora ocupando cargos políticos. Dessa época até 1964, três trabalhadores foram eleitos vereadores, sendo que desses, dois eram ferroviários. No que se refere aos imigrantes, vimos que, na política rioclarense, a entrada desses elementos deu-se de forma aberta.

TABELA 17						
COMPOSIÇÃO PROFISSIONAL DOS IMIGRANTES E BRASILEIROS - RIO CLARO: %						
ATIVIDADE	IMIGRANTE			BRASILEIRO		
	1900/30	1930/45	1945/64	1900/30	1930/45	1945/64
Terras	-	-	-	16	10	2
Profis.liberal/ Func.público	13	10	11	30	20	9
Negócios	45	40	38	-	-	-

No período mais abrangente (1900-1964), não se verificou, entre o grupo analisado, um só imigrante proprietário de terras, enquanto havia 7% de brasileiros nessa condição, em sua totalidade grandes proprietários, com o maior destaque, neste caso, entre os anos 1900-1930.

Na condição de profissionais liberais e funcionários públicos, os imigrantes têm um peso relativo (34%), ao lado do predomínio dos brasileiros (59%). O dado mais significativo é o que se refere ao mundo dos negócios. Esse universo é constituído pela maioria esmagadora dos imigrantes, enquanto não se encontra nenhum elemento brasileiro nesse ramo.

BRESSER PEREIRA (1994) realizou estudos sobre a origem social e étnica dos empresários e dirigentes de empresas paulistas que lançam luz a esta análise. No trabalho sobre os dirigentes de empresas paulista, os resultados mostram que a mobilidade ascendente dos elementos de origem imigrante tende a ser maior do que a dos indivíduos de origem nacional.

O afastamento dos brasileiros em relação às atividades administrativas é devido a dois fatores: a falta de atrativo que o mundo dos negócios exerce sobre os jovens oriundos de famílias brasileiras e a falta de capacidade técnica desses elementos. Essa postura frente ao mundo dos negócios deve ser entendida não em termos absolutos, mas em relação à motivação dos imigrantes. Estes, ao chegarem no Brasil, viram fechadas para si as portas tradicionais da mobilidade social ascendente. Assim, esses caminhos passavam pelo êxito obtido em setores não tradicionais e, portanto, não dominados pelas classes tradicionais.

BRESSER PEREIRA conclui então que os imigrantes dirigiram-se, assim, para os negócios,¹ onde, a partir especialmente de 1930, abriram-se oportunidades econômicas extraordinárias. Enquanto isso, os descendentes das famílias brasileiras tradicionais permaneciam trilhando os caminhos tradicionais, onde continuavam a ter oportunidade de acesso social. Dedicavam-se, assim, a administrar as fazendas de seus pais, em se tratando da aristocracia latifundiária, ou então a dedicar-se às profissões liberais, ao funcionalismo público e à carreira militar, no caso da classe média. Como a oportunidade no mundo dos negócios nos últimos 30 ou 40 anos era muito maior do que a oportunidade oferecida pelas profissões tradicionais, os imigrantes e seus filhos e netos que foram bem sucedidos tiveram uma rápida ascensão social, conseguindo, inclusive, um lugar tranquilo dentro da classe alta brasileira.

¹ "A aristocracia agrário-comercial brasileira e a classe média tradicional fecharam as portas da mobilidade social para cima aos imigrantes, caso estes quisessem trilhar os caminhos tradicionais de acesso. Nesses termos, verificaram eles que a única maneira de subir socialmente seria a de obterem êxito em setores não tradicionais, e portanto, não dominados pelas classes tradicionais" (1994:59-60).

As classes tradicionais, ao lado do desprestígio sentido pelas atividades administrativas, valorizavam as carreiras profissionais liberais e políticas, como advocacia, medicina e magistratura.³⁷ Somente com o desenvolvimento industrial sofrido pelo país é que essas atitudes se modificaram, mas mesmo assim, as carreiras administrativas ainda continuavam a atrair mais os descendentes de famílias estrangeiras.³⁸

A análise do grupo de prefeitos e vereadores de Rio Claro segundo o status ocupacional permite definir mais claramente o caráter exato dos estratos sociais dos quais este grupo foi recrutado. Os dados a seguir permitem compreender melhor a natureza da classe média da qual os líderes políticos são provenientes.

³⁷ Vimos, em capítulo anterior, a questão do *ethos* do trabalho na sociedade brasileira. Gostaríamos de incluir, pela importância do autor, a compreensão de Buarque de Holanda sobre o assunto. Em *Raízes do Brasil* (1982:50-51), encontramos que certas qualidades de imaginação e "inteligência" encontraram, sempre, em nossa história, posição suprema frente em detrimento das manifestações do "espírito prático ou positivo". *"O trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros (...). Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza. Aliás, o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços, tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres (...)"*.

³⁸ Em pesquisa realizada com empresários paulistas (1964), o autor chega às mesmas conclusões no que se refere às origens sociais e étnicas desse grupo.

TABELA 18			
COMPOSIÇÃO PROFISSIONAL DOS PREFEITOS E VEREADORES: RIO CLARO - 1900-1964			
Atividade	1900/30	1930/45	1945/64
Propriedad. rural	33	10	2
Comércio/indústria	42	40	35
Profis.lib/func.pub,	24	30	27
Técnicos	-	-	11
Trabalhadores	-	-	14

Repetimos, agora com base nos números, uma assertiva anterior, ou seja, de que, de uma forma geral, pode-se atribuir essas mudanças observadas na estrutura ocupacional do Executivo principalmente ao aumento da representação da classe média, sua composição setorial e seu mutante caráter. Desde o início do século, o grupo composto pelo comércio e pela indústria já é significativo, com os imigrantes e seus descendentes se destacando. Os profissionais liberais e funcionários públicos, em sua grande maioria brasileiros, têm um peso significativo, embora menor que os acima citados.

A extensão e o tipo de educação recebida pela elite política rioclareense é outro importante indicador do seu perfil. Percebe-se, em Rio Claro, um movimento significativo de ascensão educacional entre o grupo analisado: 70% dos indivíduos adquiriram maior grau de escolaridade em

TABELA 19					
ESCOLARIDADE DOS PAIS E DA ELITE POLÍTICA - RIO CLARO: 1900-1964					
Grau de Escolaridade	Pai		Elite		
	Total	%	Total	%	
Primário	36	35,8	10	9,8	
Secundário	09	8,9	26	25,5	
Superior	06	5,9	33	32,5	
Desconhecido*	47	46,0	29	28,5	
Total	87		98		

* Dos pais de origem desconhecida, 12% são anteriores a 1930. Entre eles, tanto pai como filho, não tinham instrução superior, com certeza. São indivíduos nascidos antes de 1860, quando esse tipo de instrução ainda não era importante.

TABELA 20					
INSTRUÇÃO DOS PREFEITOS E VEREADORES - RIO CLARO: 1900-1930					
	Primário	Secundário	Superior	Desconhecido	Total
Prefeito	1	-	5	5	11
Vereador	7	2	6	7	22

TABELA 21					
INSTRUÇÃO DOS PREFEITOS E VEREADORES - RIO CLARO: 1930-1945					
	Primário	Secundário	Superior	Desconhe- cido	Total
Prefeito	-	2	2	-	4
Vereador	-	3	2	-	5

TABELA 22					
INSTRUÇÃO DOS PREFEITOS E VEREADORES - RIO CLARO: 1945-1964					
	Primário	Secundário	Superior	Desconhe- cido	Total
Prefeito	1	8	2	1	12
Vereador	1	11	15	15	42

Dos membros da elite rioclarense, até 1930, 33% possuíam diploma superior. Entre 1930 e 1945, 50% possuíam esse nível, caindo essa porcentagem para 31% a partir de 1945.

Do total dos membros analisados no período 1900-1964, 26,5% têm até o secundário completo, e 33,6% alcançaram o superior completo, perfazendo essa faixa 60% do total.

Levantamos, também, como indicador da composição do grupo, a extensão e a pertinência de seus membros a famílias políticas, a fim de verificar a importância dessa esfera de recrutamento.

LOVE, ao estudar a elite política paulista entre 1889 e 1937, aponta que, apesar das mudanças demográficas e econômicas ocorridas em São Paulo, esse grupo permaneceu extremamente homogêneo no período.

"Seus líderes, como os de Minas Gerais e Pernambuco, provinham geralmente de um círculo limitado de famílias estreitamente ligadas por laços consanguíneos ou de casamento... A elite brasileira era, em geral, recrutada dentro das mesmas camadas sociais, cuja identidade era dada por experiências e valores partilhados em comum e por padrões de carreira muito semelhantes" (1982:215).

O autor aponta, entre os principais indicadores da homogeneidade desse grupo, a escolaridade e as relações de parentesco.

"Menos de 8% não tinham diploma universitário sendo, em sua maioria, pessoas nascidas antes de 1869, fazendo sua carreira política numa época em que a educação superior não era tão essencial para galgar os postos mais elevados... No período em estudo, algum tipo de diploma de curso superior constituía praticamente uma condição *sine qua non* para o acesso à elite."(1982:218).

Ainda segundo esse estudo, verificou-se que os laços de parentesco eram significativos, sendo que 43% do grupo tinham algum parente na política.

TABELA 23							
PERTINÊNCIA A FAMÍLIAS POLÍTICAS - RIO CLARO: 1900-1964							
Período	Sim		Não		Desconhecido		Total
	Total	%	Total	%	Total	%	
1900/30	14	42.4	14	42.1	5	15	33
1930/45	4	40.0	5	50.0	1	10.0	10
1945/64	17	31.0	35	63.6	3	5.5	55

Se os dados forem desmembrados por cargos, tem-se que 13 prefeitos (46.5%) tinham parentes na política, ao passo que esse número diminui entre os vereadores (31%). Ter parentes na política foi mais importante entre 1900 e 1945. Definitivamente importante até 1930, para os dois cargos. Os laços de parentesco tornam-se menos comuns a partir dos anos 40, o que parece indicar um processo de mobilidade social mais aberto.

Em relação à carreira política, procuramos analisar como os indivíduos foram inicialmente recrutados e como progrediram até as posições que os identificam como elite. Os dados permitem afirmar que a prévia ocupação de cargos públicos (como juiz de paz, oficial de gabinete e vice-prefeitura, entre outros) são caminhos percorridos anteriormente à ocupação do posto de prefeito ou vereador. Entretanto, há que se ressaltar que esse caminho não era o usualmente percorrido antes de 1930, quando outros atributos eram mais eficazes, como a propriedade da terra e os laços pessoais.

A vereança como primeiro passo é o mais importante. Dos 28 prefeitos, 18 foram vereadores anteriormente (64%).

TABELA 24			
CARREIRA POLÍTICA			
Período	De Vereador a Prefeito		Total de Prefeitos
	total	%	
1900/30	6	54,5	11
1930/45	3	75	04
1945/64	9	69	13
total	18	64	28

Outros cargos passam a ter peso relativo na construção da carreira política, a partir de 1930. Dos 17 prefeitos entre 1930 e 1964, 9 ocuparam anteriormente postos como Vice-Prefeito, oficial de gabinete, secretário da Câmara e juiz de paz. Comparando esses dados com o período anterior, constata-se que, anteriormente a 1930, trilhar caminhos oficiais, ou seja, ocupações de cargos públicos não era a maneira mais comum. Em outros termos, considera-se que outros atributos eram mais usuais, como a propriedade da terra e os laços pessoais.

Outro elemento esclarecedor para análise é o número de indivíduos novos que a elite absorveu por períodos. Ao todo, somam 28,5% dos "novos" que integram o círculo de prefeitos e vereadores de Rio Claro.

Desmembrando por períodos, vê-se que o menos aberto à penetração dos novos nomes é o que se prolonga até 1930. Num total de 33 indivíduos, somente 5 (15%) conseguem penetrar no grupo. Entretanto, embora estes sejam de extração social diversa, são todos apadrinhados pela política tradicional, ainda encabeçada por Marcello Schmidt.

O universo político abre-se significativamente, em termos quantitativos, a partir de 1930. Daí até 1964, 35% dos elementos compõem-se de novos nomes. Em termos qualitativos, entretanto, há que se destacar que Rio Claro reflete o processo mais geral da sociedade brasileira, no sentido de que a política entre 1945 e 1964 - e os estudos realizados sobre a questão corroboram essa característica - era, essencialmente, uma política feita por membros de uma elite ³⁹ e confirma que as transformações na estrutura sócio-econômica do país, após 1930, não abriram um caminho essencialmente mais aberto para a participação das classes populares na política, especialmente com respeito à ocupação de cargos.

³⁹ Reafirma-se, portanto, a conclusão de Soares, já mencionada: "A política oligárquica não foi sucedida por uma política democratizada, com ampla participação de setores e classes sociais menos privilegiadas" (1973:136).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo neste trabalho foi discutir, através de um estudo de caso - Rio Claro - alguns problemas referentes à formação das elites políticas no Brasil e o papel por elas desempenhado no *state-building* brasileiro. No sentido de alcançar esses propósitos, começamos por perguntar sobre o papel desempenhado pelas elites nacionais no desenvolvimento econômico e na dinâmica política. Para não repetir as conclusões a que chegamos no decorrer do trabalho, lançaremos os resultados mais gerais e relevantes, reafirmando as questões colocadas no início e resumizando as principais conclusões.

Partimos do pressuposto de que a constituição e a atuação das elites latino-americanas e, especificamente, no caso deste estudo, as brasileiras, tiveram uma contribuição distinta das elites européias e norte-americanas . No caso da Europa Ocidental, embora cada país tenha apresentado condições particulares, a burguesia, principalmente a industrial, exerceu um papel central para o desenvolvimento capitalista. A Revolução Industrial engendrou as bases para que esta burguesia lograsse

uma proeminência que a colocou em condições de subordinar, em certa medida, os interesses da antiga elite proprietária de terras.

Na América Latina, o quadro não apresentou os mesmos contornos, dado que, nesta, o processo de desenvolvimento econômico e as mudanças sociais inscreveram-se num quadro estrutural fundado na sua condição primeira de produtor de matérias-primas de exportação, situação que desenvolveu condições peculiares para o papel das elites nacionais, com os seus interesses voltados diretamente à exportação, tornando-as naturais colaboradoras dos interesses mercantis estrangeiros e, de grande forma, desinteressadas no desenvolvimento de uma indústria local, já que eram beneficiadas pela importação de mercadorias baratas. A elite rural desempenhou, pois, a função central no processo de desenvolvimento desses países, imprimindo suas marcas no arranjo das forças sociais que delinearão os regimes políticos e econômicos do período.

Duas dimensões foram levadas em conta na investigação: as condições sociais estruturais sobre as quais se assentaram as relações de dominação e as mudanças econômicas e institucionais em curso no país, no período em questão.

A constituição do quadro político local foi o ponto fundamental de en-foque e, a partir das determinações internas ao sistema de poder e dominação na sociedade brasileira, procuramos compreender essa constituição tendo em vista, de um lado, a capacidade que alguns setores sociais tinham de pressionar a elite para que os absorvesse nos quadros dirigentes e, de outro,

por uma decisão da elite mesma de aumentar seus quadros - em geral premida por necessidades político-administrativas.

Um tema recorrente na análise é a presença da política oligárquica ao longo da história brasileira e as conseqüentes implicações desta na estrutura de dominação brasileira. Voltamos, assim, nossa atenção primeiramente para as relações entre o estado e as elites agrárias, desde o sistema colonial, procurando demonstrar como a estrutura de dominação do Estado Oligárquico encontrou suas bases na economia agro-exportadora, economia com suas marcas mais expressivas calcadas na grande propriedade voltada ao mercado externo e no binômio senhor-escravo e que consolidou um modelo de classe dominante típico, com formas de autoritarismo e dependência próprias.

Por um lado, a colonização portuguesa engendrou um sistema de propriedade que não permitiu a integração do mercado nacional, já frágil desde o Império e durante a República. A grande propriedade acarretou, no Brasil, uma solução para o problema da mão-de-obra por longo tempo baseada na escravidão, impedindo a expansão de uma produção voltada ao mercado interno, a formação de estratos intermediários e o desenvolvimento de uma sociedade fundada na pequena propriedade. Vários foram os elementos constitutivos desta organização social. Entre os fundamentais, podemos destacar a forma excludente e perversa da integração da população egressa da escravidão, após a Abolição, ao mercado de trabalho, o não acesso da grande massa do campo à pequena propriedade, destinando-a à economia de subsistência. O sistema colonial também colocou limites para o desenvolvimento de manufaturas e empregos nas cidades e impediu a

idades e impediu a formação de uma classe pequeno-proprietária e entrou a constituição de estratos embrionários de um proletariado significativo. A distribuição de terras como uma concessão de favores estruturou um sistema de lealdades, com um forte autoritarismo do proprietário de terra, obstaculizou a emergência de resistências e oposições fortes e caracterizou uma organização social baseada antes no favor que no direito.

A Primeira República, período incontestavelmente caracterizado pelo predomínio das elites agrárias, foi principalmente abordada tendo em vista o papel de São Paulo na política nacional, que, ao lado de Minas Gerais, foi indiscutivelmente um dos dois estados líderes do período. Com a exclusiva representação das elites agrárias, o estado não encontrou desafios para mediar entre interesses conflitantes, sendo assim a função política principal do governo central arbitrar as disputas entre as elites agrárias regionais. Os setores agrários brasileiros tiveram êxito em impor seus interesses como interesses da nação como um todo e, inicialmente, defensores do *laissez-faire*, os setores agrários passaram a exigir a intervenção do estado como solução de seus problemas. Os latifundiários tiveram, pois, um papel decisivo no processo de centralização do poder, atuando de forma a conferir ao Estado o status de ator político privilegiado.

Como vimos no decorrer deste estudo, o Estado surgiu como um ator importante na economia brasileira já antes que outros setores sociais se apresentassem como um real desafio para os interesses agrários. As elites agrárias conferiram ao estado, além de uma função estratégica no nível da economia - como bem demonstrou a política para o café durante todo o período - o papel

de agente promotor da submissão das classes populares. Como declarou um líder da oligarquia paulista, em 1921:

"Do meu ponto de vista, a agitação proletária é a manifestação superficial de uma dos mais sérios e difíceis problemas da política: aquele concernente à interferência do estado na distribuição da riqueza entre os indivíduos (...) O estado deve ser como a cabeça da família e os cidadãos seus filhos e seus genros. O pai tem como missão, através de leis justas, moderar as ambições exageradas do pobre contra o rico, e ao mesmo tempo controlar os maus instintos da excessiva acumulação de riqueza entre alguns cidadãos contra a vasta maioria dos outros".¹

No que diz respeito às coalizões de poder, podemos dizer que o lugar das elites agrárias, apesar das transformações em curso na sociedade brasileira, foi preservado e estas souberam estabelecer alianças com os setores sociais emergentes, em especial com as elites industriais, e demonstraram grande capacidade de adaptação às mudanças. Finalmente, há que se destacar a estratégica habilidade das elites rurais em *mudar para conservar*, controlando as mudanças e neutralizando as possibilidades de desafios revolucionários. Antecipando-se aos conflitos, impunha-se a conciliação como um mecanismo regulador desses tipos de problemas.

A especificidade desse contexto encontra-se no fato de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, baseado na expansão cafeeira, ocorreu sob a dominação da economia cafeeira na acumulação de capital, conferindo uma limitação ao desenvolvimento da indústria e imprimindo a esse setor um caráter subordinado e dependente face à economia cafeeira. A situação dúbia da burguesia industrial na Primeira República estava ligada em

¹ Citado em REIS (1979:235).

seu caráter de classe que se, por um lado, expandia-se devido ao desenvolvimento da economia cafeeira, por outro, encontrava entrave em seu avanço pelos limites que a economia agroexportadora lhe impunha. Com interesses próprios, a indústria não chegou a oferecer, assim, um projeto hegemônico alternativo à sociedade agroexportadora. Desta forma, a burguesia industrial, apesar de apresentar críticas ao modelo de sociedade baseado na monocultura para exportação, não as colocava de modo radical. Não existiram divergências profundas entre latifundiários e burguesia industrial no período, implicando conflitos de classe distintas e em oposição irreduzível. Houve, antes, um desenvolvimento de faccionalismos intra-elite, refletidos em divergências e choques de interesse entre os dois setores da atividade econômica nacional, a saber, o agropecuário, de um lado, e a indústria manufatureira, de outro, mesmo porque a grande característica dessa fase do desenvolvimento brasileiro foi marcada por uma profunda imbricação de interesses diferentes encarnados nos mesmos agentes econômicos. Em outros termos, os diversos setores da economia muitas vezes se confundiam pois os fazendeiros eram, frequentemente, também industriais, banqueiros, exportadores. A crise pré 1930 não foi resultado de uma contradição ao nível da produção e nem da ação de setores industriais emergentes. Desta forma, os conflitos não chegaram a uma radicalidade a ponto de provocar uma perda de hegemonia, já que a oligarquia era contestada como classe dirigente e não enquanto classe dominante. As relações no seio das oligarquias foram, assim, redefinidas sem que a estrutura do sistema fosse abalada.

No que diz respeito à democracia, podemos dizer que a República Velha não incorporou elementos associados ao pluralismo. A cena política era uma esfera caracterizada pela participação e competição bastante limitadas. A

participação eleitoral foi pequena no período todo, não acompanhando a evolução da urbanização e da educação, processos associados à expansão da cidadania. Os mecanismos de recrutamento político, as restritas chances de oposição institucionalizada, entre outros, foram aspectos dos princípios autoritários que permeavam a esfera política. Os estudos sobre as elites regionais brasileiras mostram como as elites mantinham o recrutamento sob um controle rígido e a cooptação constituía um mecanismo importante para restringir o acesso ao poder.

O estado, no fim da Primeira República, desempenhava um papel estratégico e já se encontrava em posição de regular a entrada de novos elementos na cena política e de exercer um controle tutelar sobre a economia. Os esforços que os fazendeiros dispndiam no intuito de conseguir que o estado servisse aos seus interesses criou as bases para o crescimento da esfera pública e do aparato estatal numa ordem descentralizada como a do período.

A crise que conduziu ao final da Primeira República em 1930 teve raízes nos desafios colocados nos anos 20, momento em que os setores excluídos do jogo político - tanto as elites dissidentes como amplos setores das classes médias e populares - propugnavam por uma abertura no sistema político e tensões internas e pressões advindas dos interesses não agraristas vieram minar os arranjos políticos tradicionalmente estabelecidos.

O colapso da Primeira República brasileira, com o advento da Revolução de 1930, com a emergência de um padrão de *revolução por cima*, marcou, até 1945, um regime ditatorial. A chamada República dos Fazendeiros sofreu uma quebra em seu poder, estabelecendo-se, em seu lugar, uma nova

coalizão de poder que, entretanto, não alijou os setores agrários. A crise de hegemonia oligárquica foi caracterizada muito mais pela nova agregação de novos setores aos grupos dominantes que pela substituição destes. Assim, houve, em verdade, uma perda de proeminência das oligarquias apenas relativa. Sob a nova ordem caracterizou-se uma situação em que nenhum dos setores representados na coalizão era capaz de representar uma posição dominante e o estado, por sua vez, foi o principal agente de modernização e o promotor de mudanças que, por sua vez, não se caracterizaram como uma quebra com o passado. Em outros termos, sem que nenhuma mudança significativa tivesse ocorrido nas relações de trabalho no campo e no sistema de propriedade, o poder local dos fazendeiros ficou intacto, o que possibilitou a continuidade da dominação tradicional, embora o setor urbano-industrial tenha se tornado cada vez mais importante, paulatinamente constituindo-se no elemento mais dinâmico na economia nacional.

O regime instaurado em 1930 provocou alterações sensíveis no *modus operandi* do sistema político. Reorganizou as vias de acesso ao poder federal, impulsionou uma gama de mudanças substanciais, seja no âmbito político como no ideológico e concretizou uma forte tendência centralizadora no aparelho estatal, cujas sementes já se encontravam lançadas no período anterior, retirando o caráter extremamente regional da Primeira República. Ao mesmo tempo, o governo central imprimia uma direção nacionalista e industrializante na política econômica. Uma das questões centrais era enfrentar e desmontar o monopólio político nos estados, formalizado nos Partidos Republicanos. O governo provisório instaurado após a Revolução de 30 decretou a intervenção nos municípios e estados, como forma de desarticular os poderes regionais. Todavia, sem alterar a estrutura agrária, os comandos

locais permaneceram, em regra, intactos. Os interventores, designados por Vargas, agiram em consonância com o poder local, efetuando, no máximo, a substituição de facções oligárquicas. A demolição da velha ordem processou-se, conseqüentemente, sem reformulação essencial da estrutura econômico-social anterior e a modernização conservadora realizou-se tanto pela substituição das elites, sem que os setores emergentes na cena política se constituíssem em contra-elites, como pela justaposição das novas elites às antigas.

A organização política do país não chegou a se alterar, na sua essência, com o novo regime, na medida em que as hierarquias de comando permaneceram praticamente intactas, nos níveis local e regional. Uma parcela significativa dos governadores e prefeitos à época da Revolução continuou nos seus postos. O Estado Novo, com vigência entre 1937 a 1945, foi, também, a exemplo da Primeira República, um sistema elitista, com características específicas, destacando-se o fato de os quadros institucionais instaurarem-se através de um Estado apartidário, com um mínimo de contestação e fricções políticas.

O novo regime, instaurado entre 1937-1945, com uma nova situação partidária, encurralou as elites agrárias, sob o sistema de interventorias e viabilizou o avanço das forças antioligárquicas. Contudo, sem tocar nas bases de sustentação da ordem capitalista em transição - as relações de trabalho no campo, por exemplo, continuaram intocadas - realizou a mudança sem abalar a estrutura do sistema. A marca do período foi o Estado centralizador, guardião das posições econômicas dos grupos tradicionais, ao mesmo tempo promotor da marcha dos setores ascendentes, particularmente a

burguesia industrial. Concretizou-se, na verdade, um arranjo para institucionalizar o confronto entre os grupos dominantes já que, novamente, nenhum deles logrou representar um projeto dominante de desenvolvimento político e econômico.

Em 1945, com a queda de Getúlio Vargas, o sistema partidário foi restabelecido, com os partidos livres para se organizar legalmente e participar das eleições. Entretanto, os partidos emergentes surgiam como representantes do sistema pré- 1930, de caráter regional e oligárquico, sob a égide de um governo federal centralizado. A criação de partidos nacionais, bem como as disposições sobre a representação partidária são elementos constitutivos de uma ordem que se pretendia centralizada, no sentido de resguardar o quadro político nacional de interferências locais e regionais tão características no período anterior.

A questão política, nos anos 1945-1964, caracterizou-se como um jogo político entre a política dos Estados e a extensão da cidadania a grupos cada vez mais crescentes e diferenciados, como as categorias ligadas à administração e os profissionais liberais, ressaltando-se o fato de que a ascensão dos novos estratos na cena política deu-se pela participação no aparelho de estado, através do voto, dado que a dominação de base perdurou durante o período.

Senão, vejamos. No que diz respeito à evolução do sistema político, a extensão da cidadania é significativa através da participação eleitoral. Comparada ao período anterior a 1930, caracterizado por uma débil participação, houve relevantes alterações na composição do eleitorado, de um lado consequentes de medidas formais como a abolição do voto censitário e a

inclusão do voto feminino e, de outro, por mudanças sociais, como, por exemplo, a gradativa queda do analfabetismo no país, responsável por mudanças fundamentais no eleitorado.

Entretanto, a redemocratização do país em 1945 não significou a passagem de uma política oligárquica para uma política democratizada. Não houve uma substituição radical dos grupos de poder e a mesma elite política que comandava o regime deposto manteve-se na condução do processo político. Desta forma, no que tange ao âmbito eleitoral, as mudanças essenciais dizem respeito à entrada das classes médias no jogo eleitoral. No tocante à representação política, não houve, de um lado, uma participação considerável dos setores populares nos cargos políticos e, de outro, não se desenvolveu um sistema de representação política dos interesses destes setores, dado que estes eram cativos de uma política de elites, se não oligárquica, com filiação de classe bem mais elevada, cujos marcos pressupunham a dominação dos estratos mais baixos da estrutura social.

Os estudos empíricos sobre a ocupação dos cargos políticos demonstram esse quadro nos níveis estadual e federal. Em relação aos municípios, pouco conhecemos sobre sua realidade, já que as pesquisas ainda são tímidas. Nesse sentido, o estudo de caso que realizamos procurou, com toda a caracterização levada a efeito no município de Rio Claro, trazer elementos para a compreensão, somados aos já existentes, do processo político brasileiro. Em nenhum momento pretendemos generalizar os resultados obtidos pela análise para o conjunto do sistema político, nacional ou regional, pois os estudos à disposição mostram ser evidente a diversidade de situações que marcam a história de cada cidade. Estes centros, mesmo submetidos a

determinações comuns, refletem as trajetórias particulares que caracterizam a vida concreta de cada localidade.

O caso de Rio Claro é bastante ilustrativo no que diz respeito aos contornos gerais do processo político brasileiro, altamente restritivo e hierarquizado. Constatamos que o processo de ascensão social aos cargos políticos abarca os elementos que já se encontram em processo de mobilidade social ascendente, como já demonstraram as pesquisas sobre as origens sociais das elites políticas brasileiras.

Os membros da elite política rioclareense pertencem aos estratos médios médios da sociedade, ao lado de uma significativa ausência de elementos das classes mais baixas. Aqueles que se candidatam passam por uma seleção prévia - seja pela sociedade, a partir de critérios como educação, riqueza, tradição, entre outros, como pelo partido.

A nosso ver, os resultados resultados provavelmente mais interessantes deste trabalho estão provavelmente associados aos subsídios que uma análise particular podem trazer ao entendimento do sistema político, da constituição e do papel das elites políticas, mais particularmente no Estado de São Paulo. A literatura sobre a importância do período cafeeiro no Brasil demonstrou suficientemente a importância do complexo cafeeiro na estruturação do urbano no interior do Estado. Desta forma, este trabalho está permeado por alguns problemas recorrentes: o papel da economia do café na estruturação do sistema paulista de cidades, os diferentes espaços regionais como reflexo de distintas determinações desse processo e, finalmente, as variações particulares em cada caso concreto, que delineiam contextos que,

embora sob determinações comuns, apresentam perfis diferenciados na configuração da cena política.

Desta forma, saltou aos olhos a participação do imigrante nos quadros políticos no decorrer de toda a história de Rio Claro, situação que, parece-nos, a partir dos estudos realizados sobre outras cidades, não é comum na história política brasileira, o que vem demonstrar a necessidade, na análise, de se levar em conta, em cada caso concreto, as determinações de eventos econômicos e políticos que refletiram na distribuição de poder no interior do sistema político. O peso de cada categoria social e sua capacidade de pressão, nos diferentes núcleos urbanos, parece-nos ser um elemento para a compreensão das políticas de conciliação que permeiam a história do Brasil. Em outros termos, queremos sugerir que, em cada situação concreta, os parceiros a serem chamados - ou cooptados - encontram relação com seu poder de pressão ou de ameaça ao *status quo*, caracterizando um jogo entre atores representantes de interesses diversos, mas de forças iguais, como bem demonstra o caráter excludente e marginalizador do sistema social e político brasileiro, cujas bases de dominação pressupõem o fosso entre elite-massa.

Resta saber - e isto extrapola os limites de nosso estudo - como se estruturaram as relações de dominação em outras cidades, quais as categorias privilegiadas na composição do poder político e as determinações particulares, para lançar luz aos processos mais gerais da história política brasileira e à compreensão da composição das elites políticas nos cenários nacional, regional e local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Diores Santos. *Formação Histórica em uma Cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente, FFCL, 1972
- AMARAL, Azevedo. *O Brasil na Crise Atual*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, n. 31, 1934.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. 1938.
- ANDRADE, Celeste Souza. Migrantes Nacionais no Estado de São Paulo. *Sociologia*, v. XIV, n.2, p. 111-130, 1952.
- ARAÚJO FILHO, J.R. O Café, Riqueza Paulista. *Boletim Paulista De Geografia*, n. 23, julho/1956.
- ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. *Boletim Semestral*. Rio Claro, 2(1): p. 13-14, jan/1983.
- ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. *Atas do Diretório do Partido Republicano (1872-1897)*. Rio Claro, 1989.
- ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. *Histórias de Vida*. Rio Claro, 1987.
- ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. *Inventário Analítico da Coleção "Marcello Schmidt"*. Rio Claro, 1982.
- BARBOSA, Júlio. Análise Sociológica das Eleições de 1962 em Minas Gerais. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, v.3, n.2, p. 280-323, julho/1963.
- BIELGUEMAN, Paula. *Pequenos Estudos de Ciência Política*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- BIELGUEMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. São Paulo, Pioneira, 1977
- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1964.

- BEYME, Klaus von. Elites. In: KERNIG, C.D. (ed.). *Marxism, Communism and Western Society: a Comparative Encyclopedia*. Kernig/Herder and Herder, v. III,
- BILAC, Maria Beatriz B. *Estratificação Social e Ideologia; os Profissionais Liberais - Um Estudo de Caso sobre Rio Claro*. São Paulo, 1980. Dissertação de Mestrado, USP.
- BOEHRER, George C.A. *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro, MEC, 1954.
- BOTTOMORE, T. *As Elites e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- BRESSER PEREIRA, L.C. Empresários, suas Origens e as Interpretações do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25, ano 9, p. 52-64, junho/1994.
- BRESSER PEREIRA, L.C. Origens Étnicas e Sociais do Empresário Paulista. *Revista de Administração de Empresas*, 3(11), jun/1964.
- CAMARGO, Aspásia de A. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). In: FAUSTO, Bóris (direção). *O Brasil Republicano (Sociedade e Política, 1930-1964)*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991 (História Geral da Civilização Brasileira, III, p. 121-224).
- CAMMACK, Paul; ROBERTS, B. Introduction. In: ARCHETTI, E. et al. *Latin America*, New York/London, Monthly Review Press, 1987.
- CAMPELLO DE SOUZA, M. C. A Democracia Populista - 1945-1964: Bases e Limites. In: ROUQUIÉ, A. et al. *Como Renascem as Democracias*, 73-103. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CAMPELLO DE SOUZA, M. C. *Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1983.
- CAMPELLO DE SOUZA, M. C. O Processo Político-Partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*, p. 162-226, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiróz, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

- CARDOSO, Fernando Henrique. Condições Sociais da Industrialização: o Caso de São Paulo. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças Sociais na América Latina*, p. 186-198. São Paulo, Difel, 1969.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento e Dependência. Perspectivas Teóricas na Análise Sociológica. In: CARDOSO, Fernando H. *Mudanças Sociais na América Latina*, p. 7-22. São Paulo, Difel, 1969.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Difel, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que Inventaram o Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 37:21-35, 1993.
- CARONE, Edgar. *A 2a. República*, São Paulo, Difel, 1974b.
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1974a.
- CARONE, Edgar. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo, Difel, 1970.
- CARONE, Edgar. *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo, Difel, 1971.
- CARONE, Edgar. *Brasil, Anos de Crise: 1930-1945*. São Paulo, Ática, 1991.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1976.
- CARTOLANO, H. *Minha Defesa*. São Paulo, Gráfica das Revistas os Tribunais, 1937.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Burocracia Imperial: a dialética da ambiguidade*. *DADOS*, n. 21, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem - a Elite Imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- CARVALHO, Orlando. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*. Belo Horizonte, Ed. da Rev. Brasileira de Estudos Políticos, 1958.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

- CINTRA, Antonio Octávio. A Política Tradicional Brasileira: uma interpretação das Relações entre o Centro e a Periferia. In: BALAN (org). *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo, DIFEL, 1974.
- COHN, Gabriel. Problemas da Industrialização no Século XX. In: MOTA, C.D. (org). *Brasil em Perspectiva*, p. 283.-316. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CUNHA, Mário Wagner V. da. *O Sistema Administrativo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.
- DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e Dominação*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC, 1987.
- DAVIDS, Neusa. *Poder Local em Rio Claro: Aparência e Realidade (1930-1964)*. Rio Claro, 1968. Tese de doutoramento, UNESP.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1973.
- DEAN, Warren. A Pequena Propriedade Dentro do Complexo Cafeeiro: Sitiantes no Município de Rio Claro - 1879/1920. *Revista de História*, v. LVIII, ano XXVIII, n.106, p. 487-494, abril/junho, 1976.
- DEAN, Warren. *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DEAN, Warren. *Um Sistema de de Plantation: Rio Claro (1888-1929)*. 1977
- DEBRUN, Michel. *A Conciliação e Outras Estratégias*. São Paulo, Brasiliense, 1983
- Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo, DIFEL, 1974.
- DIAS, Everardo. *História Das Lutas Sociais No Brasil*. São Paulo, Ed. L.B., 1962.
- DINIZ, Diana M. *Rio Claro e o Café - Desenvolvimento, Apogeu e Crise*. tese de doutoramento, Rio Claro, 1963. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: Estrutura de Poder e Relações de Classe. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*, p. 79-120. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939.
- ELLIS Jr., Alfredo. *Um Parlamentar Paulista da República*. São Paulo, editora, 1950.
- FAORO, Raimundo. A Aventura Liberal Numa Ordem Patrimonialista. *Revista USP*, n. 17. São Paulo, USP, março/abril/maio 1993.
- FAORO, Raimundo. A Questão Nacional: a Modernização. *Revista Estudos Avançados*, v. 6, n. 14. São Paulo, USP, jan/abril 1992.
- FAORO, Raimundo. *Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio*. Porto Alegre, Globo, 1988.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. 9a. ed. São Paulo, Globo, 1991.
- FAUSTO, Bóris. A Crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. Difel, SP, 1978:401-426.
- FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, v. III. São Paulo, Difel, 1975.
- FAUSTO, Bóris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira (Período Republicano)*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1991.
- FAUSTO, Bóris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo, Ed. Sumaré/FAPESP, 1991.
- FAUSTO, Bóris. Pequenos Ensaios de História da República (1889-1945). *Cadernos Cebrap 10*. São Paulo, Cebrap, 1972.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Ática, 1978.
- FERRAZ, A. *Álbum de Rio Claro*, 1922.
- FLEISCHER, D. *O Recrutamento Político em Minas Gerais (1890-1918)*. Belo Horizonte, 1971.
- FONT, Maurício. Padrões de Ação Coletiva dos Plantadores Paulistas de Café: 1932-1933. In: SORJ, B. et al. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*, p. 218-244. São Paulo, Brasiliense, 1985.

- FONT, Maurício. Coffee Planters, Politics, and Development in Brazil. *Latin American Research Review* XXII:3, p. 69-90. EUA, University of New Mexico, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1963.
- FURTADO, Celso. Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar. In: FURTADO, Celso et al. *Brasil, Tempos Modernos.*, p. 1-23. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- GIDDENS, A. Preface. In: GIDDENS & STANWORTH (ed). *Elites and Power in British Society*. UK, Cambridge University Press, 1974.
- GNACCARINI, J.C. *Latifúndio e Proletariado; Formação da Empresa e Relações de Trabalho no Brasil Rural*. São Paulo, Polis, 1980.
- GORENDER, J. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA Filho, Sérgio B. *Migrações Internas No Brasil: 1872-1970*. São Paulo, IPE-USP, 1984.
- HEWITT, Christopher. Elites and the distribution of power in British society. In: GIDDENS & STANWORTH (ed). *Elites and Power in British Society*. UK, Cambridge Univ. Press, 1974.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 2, V. 5. São Paulo, DIFEL, 1972.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 17a. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984.
- HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o Café*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Otávio. *Industrialização e Desenvolvimento Social do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- IANNI, Otávio. O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil. *Temas de Ciências Humanas* 10, 1981.
- IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- IANNI, Otávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

- JANOTTI, Maria de Lourdes M. A República - Oposições e Consolidação. In: LAPA, José R. do A. (org). *História Política da República*, p. 51-68. Campinas, Papyrus, 1990.
- KELLER, Elza. Notícia Geográfica de Rio Claro. In: *Rio Claro - 1964*, p. 56-71. Rio Claro, Conselho Municipal de Turismo e Cultura, 1964.
- KERBAUY, Maria Teresa M. *A Morte dos Coronéis; Política Interiorana e Poder Local*. São Paulo, 1992. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. .
- KERBAUY, Maria Teresa M. *Detalhamento do Relatório sobre Poder Político Local*. São Carlos/Araraquara, 1989 (mimeo).
- KERBAUY, Maria Teresa M. *Poder Político Local: do Coronelismo ao Populismo*. São Paulo, 1979. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- KRETTLIS, A. *Almanaque de Rio Claro, Anno 1*. Rio Claro, Typographia Conrado, 1906.
- LAMOUNIER, Bolivar. Ideologia Conservadora e Mudanças Estruturais. *DADOS*, p. 5-21, 1968.
- LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LAMOUNIER, Bolivar; MUSZYNSKI, Judith. O Processo Eleitoral Brasileiro; da Velha à Nova República. *Textos Idesp*, n.34, São Paulo, IDESP, 1989
- LAMOUNIER, Bolivar; MUSZYNSKI, Judith. Resultados Eleitorais. In: *Estatísticas Históricas do Brasil*, p. 629-642. Rio de Janeiro, IBGE, 1990.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- LEOPOLDI, M.A. Carreira Política e Mobilidade Social: o Legislativo Como Meio de Ascensão Social. *Revista de Ciência Política*, 7:2, p. 83-86, 1973.
- LOVE, J. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira - 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- LOVE, J. ; BARICKMAN, B. Rulers and Owners: a Brazilian Case Study in Comparative Perspective. *Hispanic American Historical Review*, 66:4, p. 743-735, 1986.

- LOVE, J. Of Planters, Politics, and Development. *Latin American Research Review*, XXIV:3, p. 127-135. EUA, University of New Mexico, 1989.
- MARTINS, Ana Luiza. *República: um Outro Olhar*. São Paulo, Contexto, 1990.
- MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas, 1976.
- MARTINS, Luciano. *Politique et Developpment Economique. Structure du Pouvoir et Systeme de Decisions au Bresil*. Paris, Anthropos, 1973. Tese de doutoramento.
- MELLO, Zélia M.C.; SAES, Flávio A.M. Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. *Revista de Estudos Econômicos*, 15(2). São Paulo, FIEP/USP, maio/agosto 1985.
- MICELI, Sérgio. Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-1930. In: FAUSTO, Bóris (dir). *Sociedade e Política (1930-1964)*, p. 557-596. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991 (O BRASIL REPUBLICANO III).
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.
- MICHETTI, Heloisa H.; PARAHYBA, Maria Antonieta de A.G. O Jogo das Forças Políticas da Vida de Araraquara. *Revista de Ciência Política*, julho/set/1968:59-78.
- MOLINA. *Almanach de Rio Claro*. São Paulo, IMESP'DAESP, 1873 (facsimile).
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Polis, 1984.
- MONTENEGRO, Abelardo F. Estrutura Ocupacional dos Partidos Políticos Cearenses. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 3, p. 229-232, jan/1958.
- MOORE, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- NEGRI, Barjas. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo*. Campinas, UNICAMP/Instituto de Economia, 1994. Tese de doutoramento.

- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo*. Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. *Mercantilização e Urbanização em São Paulo*. Campinas, UNICAMP/NEPO (mimeo).
- OLIVEIRA, Flávia A.M de. Famílias Proprietárias e Estratégias de Poder Local no Século Passado. *Revista Brasileira de História*, v.9, n.17, p. 65-85, set.88/fev.89.
- OLIVEIRA, Francisco. A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha no Brasil. In: FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, v. 1, p. 391-414. São Paulo, DIFEL, 1977.
- OTHAKE, Flora M.G. *O Processo de Urbanização em São Paulo: Dois Momentos, Duas Fases*. São Paulo, 1982. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- PACHECO, Carlos Américo. *Café e Cidades em São Paulo - um Estudo de Caso da Urbanização na Região de Araraquara e São Carlos:1880-1030*. Campinas, 1988. Dissertação de Mestrado, UNICAMP.
- PARAHYBA, Maria Antonieta de A.G. *Abertura Social e Participação Política no Brasil*. DADOS. 1970: 89-102.
- PENTEADO, Oscar. Como Nasceu e Cresceu Rio Claro. In: *Rio Claro Sesquicentenária, 17-72*. Rio Claro, Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Silva, 1978.
- PENTEADO, Oscar. *Vultos da História Rioclarense* (resumos biográficos). Rio Claro, 1977.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*. Campinas, UNICAMP, 1994.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Frações de Classe e Hegemonia na Primeira República em São Paulo*. Campinas, UNICAMP, 1991. Dissertação de Mestrado.
- PITA, N.A.M.; ARRUDA, J.M. Composição Sociológica da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, v. 9, n. 3, p. 120-144, julho/set 1966.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A Democracia Ilustrada - o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo, Ática, 1986 (série Ensaios).
- QUEIRÓZ, M.I.P. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: QUEIRÓZ, M.I. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

- QUEIRÓZ, M.I.P. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaíos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- REIS, Elisa Maria da C. Pereira. *The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1889-1930*. Cambridge, MIT, 1979. Tese de doutorado.
- REIS, Elisa Maria da C. Pereira. Elites Agrárias, "State-Building" e Autoritarismo. *Revista de Ciências Sociais*. v. 25. n. 3. p. 331-348. Rio de Janeiro, 1982.
- REIS, Flávio A.M. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão (1650-1930)*. Campinas, UNICAMP, 1982. Tese de Mestrado.
- REIS, F. Wanderley. Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político: um marco teórico e o caso brasileiro. In: BALAN, Jorge. *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo. DIFEL. 1974:185-232.
- REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Rio de Janeiro, 1970.
- REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, v.II, n.3, p. 59-78, julho/set de 1968.
- RIBEIRO, Darcy. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- RODRIGUES, José Albertino. *Estrutura de Classes e Poder Político Local nas Cidades Médias Paulistas*. São Carlos. Universidade Federal de São Carlos.
- RODRIGUES, Albertino. *Estrutura de Classes Sob a Oligarquia Rural*. Relatório de pesquisa. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos/Núcleo de Documentação, novembro/1991, mimeo (inédito).
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um Desafio Histórico-Político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- RODRIGUES, Léoncio Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.
- SAES, Décio. Coronelismo e Estado Burguês; Elementos para uma Reinterpretação. In: SAES, Décio. *Estado e Democracia: Ensaíos Teóricos*, p. 75-120. Campinas, UNICAMP/ IFCH, 1994 (Coleção Trajetória 1).
- SAES, Décio. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira: 1889-1930*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- SALLUM Jr., Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura - Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982.

- SAMPAIO, Sílvia S. A Industrialização de Rio Claro. Contribuição ao Estudo da Desconcentração Espacial da Indústria no Estado de São Paulo. *Geografia*, p. 1-60. Rio Claro, Ed. Associação de Geografia Teórica, v.12, n. 24, out/1987.
- SAMPAIO, Sílvia. As Condições de Industrialização em Rio Claro. *Revista de Geografia*. Rio Claro, UNESP, 1987.
- SANCHES, Miguel Cezar. Agricultura e Industrialização - Características Econômicas. In: *Rio Claro Sesquicentenária*. Rio Claro, 1978: 91-102.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB, 1963.
- SCHMITTER, Phillippe C. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1971.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense/Cebrap, 1968.
- SIQUEIRA, Moema Miranda de. Elites Políticas em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 29, julho 1970: 173-179.
- SOARES, G. A.D. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, SP, 1963.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA C.G. *Brasil em Perspectiva*, p. 256-316. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.
- STEIN, Steve. Populism and Social Control. In: ARCHETTI, E.; CAMMACK, P.; ROBERTS, B. *Sociology of Developing Societies: Latin America*. Monthly Review Press. New York, 1987.
- STOLCKE, Verena; HALL, Michael. The Planter Class and Labour. In: ARCHETTI, E.; CAMMACK, P.; ROBERTS, B. *Latin America: Sociology of Developing Societies*, p. 79-98. Monthly Review Press. New York/London, 1987.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura - Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- SUZIGAN. A Industrialização de São Paulo: 1930-1945. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, abril/junho 1971.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1975.
- TAUNAY, A. de E. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. do Depto. Nacional do Café, 1939.
- TRUZZI, Oswaldo. *Café e Indústria - O Caso de São Carlos*. São Carlos, UFSCAR, 1986.
- TRUZZI, Oswaldo. *Café e Indústria*. São Carlos: 1850-1950. São Carlos, UFSCAR, 1986.
- VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*, 1938.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. v. 2. , 1949.
- VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*, 1927.
- VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*, 1925.
- VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. 2a. ed. , 1922.
- VIANNA, Oliveira. *Problemas de Política Objetiva*, 1930.
- VIEIRA, Evantina Pereira. Entidades de Classe: Mecanismos de Pressão Política. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n. 65, julho/1987:45-66, Belo Horizonte, UFMG.
- VILLELA, Anibal; SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e o Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.
- WEFFORT, F. Clases populares y desarrollo social (contribución al estudio del populismo). In: QUIJANO, A.; WEFFORT, F. *Populismo, Marginalización y Dependencia*. Costa Rica, Educa, 1973.
- WEFFORT, F. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- WITTER, José Sebastião. A República e os Arquivos. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Política da República*. Campinas, Papyrus, 1990, p. 95-106.

ANEXO

NOME	NASC. MORT. NAT.	ORIGEM PROF. PAI	INSTRUC.	PROFISSAO	CARGO	ASSOCIAÇÃO	POLÍTICA E PARENTESCO*
ADALBERTO WEHMUTH	1.909 Rio Claro SP	Blumenau Artista	Desc.	Desc.	Vereador 48-51/63-68	-	-
ADHEMAR CATUZZO	1.937 Rio Claro	Rio Claro	Secundário	Func. Público	Vereador 63-68 / 68-72 72-76 / 76-82 / Pres. Câmara 64-72	-	-
ANTENOR CHIOSSI	1.904 Corumbataí - SP	-	Superior	Farmacêutico	Vereador 36-39 / 48-51 1º Sec. Câmara 49	Membro do Part. Constitucionalista 36	X
ANTONIO BUSCHINELLI	1.909 Rio Claro SP	Itália Fazendeiro	Superior	Prof. Universitário	Vereador 48-51-80-82- / Suplente de Dep. Estadual 51	Diretório PTN 51 /	-
ANTONIO FABRIS	1.909 Rio Claro	Rio Claro Operário	Primário	-	Vereador 55-59/59-63	-	-
ANTONIO MARIA MARROTE	1.900 1.980 Portugal	Portugal Desc.	Desc.	Balconista Comerciante	Prefeito 62-62 / Vice-Prefeito 73-76 / Vereador 52-59-63-68	Pres. Câmara 58- 75 Pres. Assoc. Com. Ind. 53 / Velo Clube 31-55	-
ARGEMIRO MAURÍCIO HOFLING	1.911 Rio Claro SP	Rio Claro Operário	Médio	-	Vereador 48-56 / Vice- Prefeito 56-58 / Prefeito 51 / Vereador 60-63 / Prefeito 58-60	Rio Claro F.C. 39- 47 / Pres. do Diretório PTN - 51	X
AUGUSTO SCHMIDT FILHO	1.905 - 72 Rio Claro SP	Rio Claro Comerciante	Superior	Eng.Agrônomo/Industrial	Vereador 29/36-38/Pref. eleito 56-58/ Pref. eleito e prorrogado por Decreto 64-69	Partido Constitucionalista 36 /Pres. 34Assoc. Comercial Pres.34/ Vice Presidente 47 Dir. Clube Ginástico 42,49	-
BENEDITO PIRES JOLY	1.891 1.958 Campo Limpo SP	-	Médio	Fazendeiro/ Juiz de Paz 22-30	Prefeito 30-33/48-51 / Vereador 27-30 Sub Prefeito Corumbataí	Part. Democrático	X
BENITO AGNELO CASTELLANO	1.927 Rio Claro	Itália Comerciante	Superior	Comércio	Vereador 55-59 / 56-64	Pres. Velo Clube 55 - 65 Soc. Italiana 53- 64, 65-70	X
BOLIVAR ESCHER	desc. Corumbataí SP	Corumbataí Desc.	Médio	Contador	Vereador 33-38/ Vice prefeito e prefeito 51	Clube Ginástico - 42 / Rio Claro F.C. 33- 37	-
CELSO QUARESMA	1.915 Campinas	Portugal Ferroviário	Desc.	Ferroviário	Vereador 48-51 / 51-55	Membro Dir. PSP 51	-
ESTEVAM FERRAZ DE TOLEDO	1.866 1.944 Piracicaba SP	-	Primário	Fazendeiro	Prefeito 1910-11	-	-
FRANCISCO SCARPA	1.910 Sorocaba	Itália Industrial	Médio	Industrial	Prefeito 60-62 / Dep. Fed. 63-66	Assoc. Com.	-
FRANCISCO PENTEADO JR	1.890 1.965 Ajapi SP	Ipeúna - SP Fazendeiro	Superior	Médico escolar, inspetor de higiene e Saúde,Médico Chef.da Caixa de Aposentadoria e Pensões / Cia Paulista	Prefeito 36-39	Diretor Clínico Santa Casa/Chefe PRP/Pres.Clube Filarmônica 32- 49/Pres. Rio Claro F.C. 31-35/ Vice Pres. e, Pres. Benemérito até 55	X

* Obs.: X = tem relações de parentesco / - = sem relações de parentesco

NOME	NASC. MORT. NAT.	ORIGEM PROF. PAI	INSTRUC.	PROFISSÃO	CARGO	ASSOCIAÇÃO	POLÍTICA E PARENTESCO
FAUSTO PACHECO DE AGUIRRE	1.918 São Paulo SP	Desc. Fazendeiro	Superior	Eng. Agrônomo	Vereador 48-51/51-55/59-63	3º tesoureiro Assoc. Com. ind. 54 / Membro Diretório PSP - 51 / Diretor Velo Clube- 63	-
HELIO HUSSNI	1.928 Rio Claro SP	Síria Comerciante	Superior	Engenheiro	Vice-Prefeito 64-68 Vereador 59-63	Secretário Geral do Diretório PL - 59	-
HIGINO PEREIRA	1.899 Desc.	Portugal Desc.	Superior	Prof. Lib.	Vereador 55-59 / 59-63 / 63-68	-	-
HUMBERTO CARTOLANO	1.888 1.956 Rio Claro SP	Itália Desc.	Médio	Comerciante	Vereador 27-30/55 Pref. nomeado 35-36	Sec. Câmara 37-46 Gabinete de Leitura 37-46 Assoc. Com. Pres. 22-31-33	-
IGNÁCIO DE MESQUITA CORREA	1.873 1.949 Itu SP	Desc.	Médio	Solicitador da Câmara/Inspetor Escolar/ Sub deleg. de polícia/Coletor Estadual	Prefeito 14-22	Diretório PRH 12- 22	-
IRINEU TORRES PENTEADO	1.884 1.935 Rio Claro SP	Ipeúna Fazendeiro	Superior	Farmacêutico	Vereador 16-29 / Prefeito 21-24 / Depu- tado Estadual 30	Membro Diretório PRH 14-30	X
JOSE JACYNTO DE MORAES	1.860 1.910 Brotas SP	Desc. Desc.	Médio	Func. Público	Intendente 1.908-10 Prefeito 1.892/1.907	-	-
JANUÁRIO SYLVIO PEZZOTTI	1.920 Rio Claro SP	Rio Claro Ferroviário	Médio	Técnico Comercial	Vereador 56-59 / 63	Sta. Casa 53-76 / 79-82 / Pres. Câmara 61-64 / Clube Ginástico 67- 88	-
JOAO DOS SANTOS NEVES	1.904 1.979 Piracicaba SP	Desc. Desc.	Primário	Lavrador Industrial	Prefeito nomeado 47- 48 Vereador 48-51 / Su- plente 63	Pres. Câmara 48 / Pres. Diretório PR 51 / 63	-
JOAQUIM ABDALLA	1.916 Ipeúna SP	Rio Claro Desc.	Desc.	Lavrador	Vereador 51-55 / 55-59 / 63-68	-	-
JOAQUIM AUG. DE SALLES	1.857 1.923 Campinas SP	São Carlos Fazendeiro	Desc.	Fazendeiro	Prefeito 1.900-1.904 Dep. Est. 1.898-1910	PRP	X
JOSE FELICIO CASTELLANO	1.926 Rio Claro SP	Itália Fazendeiro	Superior	Advogado	Vereador 51-55 / Dep Est. 63 Sec. Câmara 52-54	Velo Clube 53- Pres. Honra 64/ Rio Claro F.C. / Pres. Honra 63 / Membro Diret. PSP 51	-
JOSE RODRIGUES JORDÃO FILHO	1.926 Rio Claro SP	Rio Claro Ferroviário	Secundário	Professor / Contador	Vereador 55-63 / 63-68	-	-
JOSE PEREIRA	1.903 Desc.	Desc. Desc.	Desc.	Comerciante	Vereador 48-56	-	-
JULIANO CAPELATO	1.899 Sertão- zinho SP	Itália Sapateiro	Primário	Mestre Cia. Paulista	Vereador 55-59 / 59-63	-	-

NOME	NASC. MORT. NAT.	ORIGEM PROF. PAI	INSTRUC.	PROFISSÃO	CARGO	ASSOCIAÇÃO	POLÍTICA E PARENTESCO
IRINEU PENTEADO FILHO	1.913 Rio Claro SP	Ipeúna SP Fazendeiro	Superior	Farmacêutico	Vereador 51-55/55-59 Pres. Câmara 57	Clube Filarmônica 47 / Rio Claro F.C. 54	X
MANOEL JOSÉ SILVA	1.928 Rio Claro SP	Rio Claro Ferroviário	Médio	Técnico Comercial	Vereador 59-63 / 63-68 76-82	Assoc. Com. 78 - Pres. 80-82 / Velo Clube 83	-
MARCELO SCHMIDT	1.861 1.929 Rio de Janeiro	Alemanha Engenheiro	Superior	Fazendeiro	Vice Pres. Câmara 1882 -95 / 1917-19 / Vereador 1899-10 / Pres. Câmara 1904-05 Prefeito 11-14 / Dep. Est. 25	PRH	X
NICOLINO MAZZIOTTI	1.911 Rio Claro SP	Itália Desc.	Superior	Médico	Vereador 51-55 / 59-63	-	-
ORESTE ARMANDO GIOVANNI	1.908 Rio Claro SP	Itália Alfaiate	Médio	Escriturário da Cia. Paulista	Vereador 48-56 / Prefeito - 51-62, 73	Diretor do Pronto Socorro Munic. 69-72 / Depto. Saúde 77-82 / Membro Part. Constitucionalista 1936 / Membro Diretório PSP 1951	-
OSVALDO CASELLA	1.923 Rio Claro SP	Rio Claro Desc.	Superior	Dentista	Vereador 60-63 / 63-68 68-73	Rio Claro F.C. 61	-
PAULO HOFLING	1.910 1.982 Rio Claro SP	Rio Claro Industrial	Médio	Industrial	Vereador 36 / Diretor Sec. da Câmara 37-46 48-60 / Prefeito nomeado 1947-49 / Vereador 55 / Oficial de Gabinete 36-46	Sec. e Pres. Clube Filarmônica 32-44 / 55-63 / Sec. Clube Ginástico 28-30 / Sec. da Assoc. Com. 53	X
PEDRO PARTEZANI	1.924 Rio Claro SP	Itália Lavrador	Desc.	Desc.	Vereador 59-63/63-68	-	-
PEDRO KURY	1.925 Corumbataí SP	Desc. Desc.	Desc.	Industriário	Vereador 59-63/68- 72/76-82	Rio Claro F.C. Diretor Social - Esportivo 59-60,71 Velo Clube Pres. 75-76	-
RAPHAEL MINERVINO	1.904 1.910	Desc. Desc.	Desc.	Comércio de Fazendas e Armazinhos	-	Diretório PRH junto com MS	-
ROBERTO CEZAR	1.928 Rio Claro SP	Rio Claro Sapateiro	Secundário	Comerciante	Vereador 55-59 / 59-63 63-68 / 68-72 / 72-76 / 76-82	-	-
RUBENS FONSECA	1.905 São Paulo	Desc. Desc.	Superior	Dentista	Vereador 48-51/51-55	-	-

NOME	NASC. MORT. NAT.	ORIGEM PROF. PAI	INSTRUC.	PROFISSÃO	CARGO	ASSOCIAÇÃO	POLÍTICA E PARENTESCO
RUI CASSAVIA	1.920 Rio Claro SP	Itália Comer- ciante	Superior	Advogado	Vereador 48-51/59-63 /63-68 /Pres. Câmara 60-63	-	-
SÍMAO HOFLING	1.914 1.930 Rio Claro SP	Alemanh a Agricultor	Primário	industrial	Vereador 14-30	PRH / Velo Clube de Rio Claro 1.910	X
OLON DE MENDONÇA REGO BARROS	1.888 1.967 Desc.	Desc. Desc.	Superior	Médico Santa Casa/ Médico Sanitarista do Centro de Saúde	Ver. e Pres. Câmara 29-31, 36 ver. / Prefeito nomeado 40-47, Vice Prefeito eleito	Membro Diretório PRH / Mesário Santa Casa 42-66	-
WALDEMAR KARAN	1.925 São Paulo	Líbano Comer- ciante	Superior	Advogado	Vereador 59-63 / 63-68 / 68-72 / 72-76 / 76-82	Presidente Diretório PL 59	-